



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE — UFF
INSTITUTO DE HISTÓRIA — IHT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA —
PPGH**

Felipe Alexandre Silva de Souza

A intervenção britânica na guerra civil grega (1944-1947)

Orientador: Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho

Niterói-RJ
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE — UFF
INSTITUTO DE HISTÓRIA — IHT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA — PPGH

Felipe Alexandre Silva de Souza

A intervenção britânica na guerra civil grega (1944-1945)

Orientador: Professor Doutor Daniel Aarão Reis Filho

Versão de tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para o exame de defesa integrante do processo de obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Niterói-RJ
2022



Felipe Alexandre Silva de Souza

A intervenção britânica na guerra civil grega (1944-1945)

Exame de defesa
Banca avaliadora

Professor Doutor Daniel Aarão Reis Filho
Universidade Federal Fluminense
Orientador

Professor Doutor Vinicius Aurélio Liebel
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Examinador externo

Professor Doutor Sidnei José Munhoz
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Examinador externo

Professor Doutor Eurico de Lima Figueiredo
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Examinador externo

Professora Doutora Janaína Martins Cordeiro
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Examinadora interna

Professor Doutor Fernando Perlatto Bom Jardim
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Examinador externo suplente

Professora Doutora Renata Torres Schittino
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Examinadora interna suplente

RESUMO

Entre 1943 e 1949, a Grécia foi assolada por uma intrincada guerra civil desencadeada no contexto da ocupação da nação helena pelas forças do Eixo. Em um primeiro momento, o conflito foi marcado fundamentalmente pelo embate entre dois movimentos de resistência aos invasores: a Frente de Libertação Nacional, liderada pelo Partido Comunista, e a Liga Nacional Republicana. Posteriormente, com a Grécia já liberta (1944), o choque se daria entre o provisório governo monárquico conservador e a Frente de Libertação — que, a partir de 1946, se reorganizaria no Exército Democrático Grego.

Durante a guerra civil, a Grã-Bretanha apoiou a monarquia grega, cuja estabilidade era considerada, em alguns círculos governamentais de Londres, essenciais para a manutenção dos interesses do Império Britânico no Mediterrâneo. Esses seriam os momentos finais das relações de preeminência que os britânicos mantinham com os gregos desde a década de 1820, quando os gregos lutavam por sua independência contra o Império Otomano. Em 1947, o governo britânico anunciaria não ter mais condições de apoiar militarmente o governo grego. Os Estados Unidos da América assumiriam o papel que até então Londres desempenhara.

Este trabalho, cujos resultados ora apresentamos, pretende narrar a intervenção britânica na guerra civil grega. O foco se coloca sobre os debates públicos que transcorriam na Grã-Bretanha na medida em que dois sucessivos governos (a Coalizão liderada pelo Conservador Winston Churchill e a administração Trabalhista de Clement Attlee) participavam — ora direta, ora indiretamente — do conflito fratricida heleno. A opção de Churchill e Attlee pelo apoio às direitas gregas gerou considerável celeuma na sociedade britânica: nas casas do Parlamento, nas ruas e nos sindicatos. O recorte temporal se inicia em dezembro de 1944 (a *segunda fase* da guerra civil) e se encerra em março de 1947 (o primeiro ano da *terceira fase* da guerra). É durante esse período que vemos as tropas britânicas participarem diretamente do conflito e, posteriormente, a abdicação britânica de sua proeminência sobre a nação helena. Com a reconstituição das discussões acerca da questão grega, pretendemos aclarar, em certa medida, como as disputas entre diversas concepções e forças políticas acabaram determinando a política da Grã-Bretanha para a Grécia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Balanço historiográfico e colocação do problema.....	04
CAPÍTULO PRIMEIRO: “A honra britânica está em jogo, a dignidade britânica está em jogo, o humanitarismo britânico está em jogo”.....	29
CAPÍTULO SEGUNDO: “Por que a Grã-Bretanha deveria fazer todo o trabalho sujo do mundo?”.....	97
CAPÍTULO TERCEIRO: “Não renunciaremos ao que nossas tropas conquistaram e podem conquistar”	158
CAPÍTULO QUARTO.....	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	268
REFERÊNCIAS.....	271

INTRODUÇÃO

Balanço historiográfico e colocação do problema

Ao oitavo dia de maio de 1945, os Aliados acataram a rendição incondicional da Alemanha e a Segunda Guerra Mundial na Europa foi oficialmente encerrada. A partir daí, segundo a memória social europeia, o continente teria se estabilizado politicamente, renascido economicamente e se redimido moralmente — abandonando a repressão e a violência. De acordo com o otimismo da narrativa dominante, é como se o período subsequente ao Dia da Vitória fosse um marco zero que teria possibilitado um recomeço às gentes europeias.¹

Esse ponto de vista, ao tratar a Europa — constituída, como todo continente, de uma miríade de diversidades — como um bloco monolítico e ao dar um fim abrupto a um evento do porte e da complexidade da Segunda Guerra Mundial, escamoteia o fato de que em 1945, nas palavras de Ian Kershaw, “a Europa era um continente que vivia à sombra da morte da devastação”². Entre 1945 e 1949, muitos europeus se viam às voltas com o caos e a violência legados pela guerra; Mark Mazower caracterizou esse período como *uma paz brutal*:

Como conflitos de tal intensidade poderiam se encerrar repentinamente em 1945? A rendição alemã é uma demarcação conveniente para historiadores, mas não é muito mais do que isso. De fato, é uma demarcação enganosa, porque sugere o fim de uma época e o início de outra. Na verdade, não houve um Ano Zero, [não houve] uma ruptura demarcada entre [uma] guerra quente e [uma] guerra fria [...].³

Para Keith Lowe⁴, a Europa de 1945-1949 era um *continente selvagem*⁵, assolado pela destruição da infraestrutura (transportes, comunicações e redes bancárias) e pelo colapso das instituições, pela fome, pela miséria e pelo alastramento de doenças, pela violência dos atos de vingança e dos rescaldos de ódios étnicos, pelas multidões de desalojados e despatriados que vagavam por terras calcinadas buscando voltar a lares que

¹ Lowe, Keith. *Continente selvagem: o caos na Europa depois da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. Para Lowe, um exemplo dessa construção de memória é o costume alemão de chamar os meses que se seguiram à guerra de *Stunde Null* (Hora Zero).

² Kershaw, Ian. *De volta do inferno: Europa, 1914-1949*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p.472.

³ Mazower, Mark. *Dark continent: Europe's Twentieth Century*. New York: Vintage, 2000, p.213.

⁴ *Op. cit.*

⁵ Kershaw (*op. cit.*) também adota essa caracterização.

talvez não mais existissem. Kershaw⁶ lembra que o progresso e a estabilidade que *grosso modo* caracterizaram a história política e econômica europeia na segunda metade do século XX não eram de forma alguma previstos em 1945.

Isso se devia em parte ao fato de que, nos países ocupados pela Alemanha nazista (e.g. França, Ucrânia, Noruega, Grécia), a Segunda Guerra Mundial constituiu, segundo Tony Judt, “uma experiência *primordialmente* civil”⁷. Nesses países, o combate militar teria sido predominante apenas no início e no final do conflito; durante a maior parte de seu decorrer, “a guerra foi caracterizada pela ocupação, repressão, exploração e pelo extermínio, em que soldados, tropas de assalto e policiais dispunham das rotinas e das vidas de milhões de prisioneiros”⁸. O estabelecimento de organizações de resistência às forças de ocupação, seu choque com os colaboracionistas e, em alguns casos, disputas e desentendimentos entre grupos de resistência rivais⁹ engendraram lutas civis que tiveram grande impacto no pós-guerra.

Trocando em miúdos, tais conflitos significaram que a guerra na Europa não acabou em 1945, com a saída dos alemães: uma das características traumáticas da guerra civil é que, mesmo depois de derrotado, o inimigo continua presente; e, com ele, a lembrança do embate. Mas as lutas mortais daqueles anos realizaram outro feito. Somadas à brutalidade nazista, sem precedentes, e, mais tarde, às ocupações soviéticas, as guerras civis corroeram a estrutura do Estado europeu. Depois dos conflitos, nada seria o mesmo. No sentido verdadeiro de uma expressão bastante gasta, as referidas lutas transformaram a Segunda Guerra Mundial — a guerra de Hitler — numa revolução social.¹⁰

A *guerra civil grega* foi emblemática. Emblemática dos conflitos civis que surgiram imbricados à Segunda Guerra Mundial e do *continente selvagem* que essa guerra legara. Para Mazower, o conflito grego foi o mais sangrento na Europa entre 1945 e o desmembramento da Iugoslávia (1991-2001), e por isso “a Grécia pode ser vista como um caso extremo de uma tensão geral que acometia a Europa [no pós-Segunda Guerra Mundial]”¹¹. A síntese de Judt ressalta tal extremismo:

[...] na Grécia [...], a Segunda Guerra Mundial foi um ciclo de invasão, ocupação, resistência, represálias e guerra civil, culminando, em dezembro de 1944, em cinco semanas de combate, em Atenas, entre

⁶ *Op. cit.*

⁷ Judt, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.27.

⁸ *Idem*, pp.27/28.

⁹ Gluckstein, Donny. *La otra historia de la Segunda Guerra Mundial: resistencia contra imperio*. Barcelona: Ariel, 2013.

¹⁰ Judt, *op. cit.*, p.49.

¹¹ Mazower, Mark. Introduction. In: Mazower, Mark (org.). *After war was over: family, nation and state in Greece, 1943-1960*. Princeton: Princeton University Press, 2000, p.9.

comunistas e forças britânicas que defendiam a monarquia; logo em seguida, em fevereiro de 1945, foi firmado um armistício. No entanto, a luta ressurgiu em 1946 e durou mais três anos, só acabando quando os comunistas foram expulsos de seus redutos nas montanhas do norte. Embora não reste dúvida de que a resistência imposta pelos gregos a italianos e alemães tenha sido mais eficaz do que os movimentos de resistência existentes na França e na Itália (e que eram mais conhecidos do que o movimento grego) — apenas em 1943-1944 a resistência grega matou ou feriu mais de 6 mil soldados alemães —, os dados que o movimento acarretou aos próprios gregos foram, comparativamente, bem maiores. Os guerrilheiros do KKE (Partido Comunista) e o governo monárquico, baseado em Atenas e apoiado pelo Ocidente, aterrorizaram vilarejos, destruíram sistemas de comunicação e provocaram uma divisão no país que perdurou durante décadas. Quando a luta terminou, em setembro de 1949, 10% da população estavam desabrigados. A guerra civil na Grécia careceu de muitas das complexidades étnicas observadas em confrontos na Iugoslávia e na Ucrânia, mas, em termos humanos, o custo do conflito foi ainda mais elevado.¹²

A passagem de Judt deixa entrever ampla gama de complexidades — uma das quais se relaciona diretamente ao objeto de reflexão desta pesquisa: a participação britânica na guerra civil grega.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, a interferência britânica em assuntos internos à Grécia se intensificou¹³ em 1941, quando os gregos foram acometidos pelos desdobramentos do conflito mundial. O governo helênico era chefiado pelo general Ioannis Metaxas, um ditador que recebera apoio do rei George II ao galgar o cargo de primeiro-ministro com o objetivo de suprimir as atividades do Partido Comunista da Grécia (*Kommounistikó Kómma Elládas*¹⁴ — KKE). Embora vários aspectos de seu governo se assemelhassem ao fascismo italiano e ele próprio fosse um admirador de Hitler, Metaxas se mantinha neutro na guerra, e via com apreensão os movimentos do Eixo nos Balcãs desde que o exército italiano ocupara a Albânia em abril de 1939. Na madrugada de 28 de outubro de 1940, Emanuele Grazzi, ministro italiano em Atenas, apresentou ao ditador grego um ultimato a ser expirado em três horas, demandando livre passagem de soldados italianos por território grego, parte do qual seria ocupado no avanço

¹² Judt, *op. cit.*, p.49.n

¹³ Embora os gregos, desde a guerra de independência contra o Império Otomano (1821-1830), tenham experimentado intervenções de Londres em seus assuntos em outras ocasiões. Esse histórico será mencionado, em alguma extensão, no terceiro capítulo da tese.

¹⁴ Κομμουνιστικό Κόμμα Ελλάδας.

ao Mediterrâneo Oriental a fim de atacar as posições britânicas na região¹⁵. O *Oxi — Não* — de Metaxas fez com que os gregos adentrassem a guerra ao lado da Grã-Bretanha¹⁶.

Embora inicialmente as forças italianas tenham sido repelidas, em abril de 1941 a Grécia foi ocupada por tropas alemãs, búlgaras e italianas. A *Wehrmacht* adentrou Atenas ao dia 27. Na Acrópole, a bandeira grega foi baixada e hasteou-se a suástica em frente ao Partenon. O símbolo da capital ocupada foi alvo de um dos primeiros atos de resistência registrados: a 30 de maio, o adolescente Manolis Glezos conseguiu se ocultar dos guardas alemães, retirou o odiado estandarte e fugiu. O episódio ficaria gravado na memória grega e Glezos seria alçado ao posto de herói nacional¹⁷, mas as ações posteriores de resistência — organizadas, amplas — teriam repercussão muito maior. Enquanto operativos militares britânicos empreendiam a retirada do rei George II e de um pequeno gabinete de ministros do território nacional, articulavam-se nas montanhas movimentos para fazer frente à ocupação. A nove de setembro de 1941, oficiais republicanos de centro fundaram a Liga Nacional Republicana Grega (EDES: *Ethnikós Dimokratikós Ellinikós Sýndesmos*¹⁸). Alguns dias depois, a 27 de setembro, o Partido Comunista (KKE) lideraria a fundação da Frente de Libertação Nacional (EAM: *Ethnikó Apeleftherotikó Métopo*¹⁹) e, a 22 de maio de 1942, sua ala armada, o Exército de Libertação do Povo Grego (ELAS: *Ellinikós Laïkós Apeleftherotikós Stratós*²⁰). Devido em parte à experiência acumulada do KKE em operar na clandestinidade, a EAM-ELAS ultrapassaria a EDES e se estabeleceria como o maior e mais poderoso movimento de resistência.

Durante a luta contra a ocupação, animosidades nasceram entre a EDES e a EAM-ELAS, na medida em que ambas buscavam a hegemonia na resistência e competiam pela

¹⁵ Beevor, Antony. *Creta: batalha e resistência na Segunda Guerra Mundial 1941-1945*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

¹⁶ Nesta tese, o termo “Grã-Bretanha” não é utilizado em sua conotação geográfica remetente à ilha da Grã-Bretanha, mas sim em sentido político, para referir ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, *i.e.*, o país soberano constituído por quatro países não-soberanos: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Nossa escolha se deve tanto à documentação analisada como à bibliografia de apoio, em que a expressão *Britain* é usada como sinônimo de “Reino Unido”, o que será mantido aqui. Destaque-se também que preferimos traduzir *Britain* como “Grã-Bretanha” porque em português a palavra “Bretanha”, sem prefixo, designa a região costeira do oeste da França, o que poderia causar estranhamentos. Exceto em citações diretas de documentação, evitamos o termo “Inglaterra” para não causar a impressão errônea de que os processos estudados tiveram participação apenas de ingleses em detrimento de escoceses, galeses e norte-irlandeses.

¹⁷ The Guardian. *Former anti-Nazi Greek resistance fighter and MEP Manolis Glezos dies aged 97*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/30/former-greek-nazi-resistance-fighter-and-mep-manolis-glezos-dies-aged-98>. Acesso em: 12/01/2020.

¹⁸ Εθνικός Δημοκρατικός Ελληνικός Σύνδεσμος (ΕΔΕΣ).

¹⁹ Εθνικό Απελευθερωτικό Μέτωπο (ΕΑΜ).

²⁰ Ελληνικός Λαϊκός Απελευθερωτικός Στρατός (ΕΛΑΣ).

libertação e subsequente controle de territórios, em meio a acusações mútuas de colaboracionismo e desconfiança quanto aos interesses de longo prazo de uma e outra. Em 1943, as duas organizações entraram em conflito armado. *Grosso modo*, o núcleo comunista que liderava a EAM temia que a EDES (a despeito da autodenominação republicana) apoiasse o retorno da monarquia autoritária; os homens da EDES, por sua vez, acreditavam que o KKE utilizaria a força do ELAS para impor uma ditadura comunista quando a ocupação fosse encerrada. Pesquisadores de diferentes perspectivas²¹ consideram o choque entre EDES e EAM-ELAS o início da guerra civil grega, que teria se desenrolado em três etapas clivadas por períodos de ausência de choques abertos.

A *primeira fase*, iniciada a 12 de outubro de 1943, é caracterizada fundamentalmente pelas escaramuças entre EAM-ELAS e EDES, e se encerra a 29 de fevereiro de 1944, quando as duas organizações assinam o Acordo de Plaka e suspendem as hostilidades. O cessar fogo foi concretizado com a mediação de agentes da Executiva de Operações Especiais da Grã-Bretanha (*Special Operations Executive — SOE*), que se encontravam em solo grego para auxiliar e articular as operações de guerrilha com o intuito de causar o máximo possível de danos às forças de ocupação. Paralelamente, o Foreign Office britânico (secretaria de relações exteriores), em conduta apoiada pelo primeiro-ministro conservador Winston Churchill, fornecia apoio político à monarquia helênica no exílio.

Em outubro de 1944, os invasores batem em retirada. Na esteira da libertação, o governo grego constituído em exílio — em torno do rei George II e do primeiro-ministro Georgios Papandreou — retornam à Grécia, apoiados política e militarmente por Churchill. A três de dezembro daquele ano, a polícia grega entra em conflito com membros e simpatizantes da EAM que se manifestavam em Atenas contra um decreto governamental de desarmamento das organizações de resistência. Abre-se a *segunda fase* do conflito, na qual se digladiam a EAM-ELAS e o Governo de Unidade Nacional grego. As tropas britânicas intervieram em defesa do governo heleno, e o combate se encerrou a 12 de fevereiro de 1945, quando a EAM reconheceu a derrota no Acordo de Varkiza. Esse estágio da guerra civil é conhecido como a *Dekemvriana*.

Em março de 1946, depois de mais de um ano de perseguição de esquerdistas por parte de grupos de extrema direita com a anuência — tácita ou explícita — do governo,

²¹ Cf., a título de exemplo, Woodhouse (2013) e Gerolymatos (2016).

ex-membros do ELAS se reorganizaram no Exército Democrático Grego (DSE: *Dimokratikós Stratós Elládas*²²) e, no último dia do mês, atacam uma delegacia de polícia na vila de Lichocho, matando os policiais em plantão e iniciando a *terceira fase* da guerra civil. Em março de 1947, o governo britânico do primeiro-ministro trabalhista Clement Attlee anuncia que a Grã-Bretanha não teria mais condições financeiras de apoiar o governo grego. Ao décimo segundo dia daquele mês é proclamada a Doutrina Truman, a ser empreendida pelo presidente americano Harry S. Truman, comprometendo os Estados Unidos da América a ocupar o espaço que seria deixado pelos britânicos. A 16 de outubro de 1949, a Rádio Grécia Livre, administrada pelo KKE, anuncia a rendição do DSE, o que encerra a guerra civil grega.

Essa exposição sumária²³ tenta indicar que, embora o conflito se desenrolasse principalmente entre gregos — Nikos Kazantzakis²⁴ foi feliz ao chamá-lo de *guerra fratricida* —, havia também uma *dimensão internacional* muito clara. André Gerolymatos, em obra recente, é pertinente ao utilizar o termo *guerra civil internacional*, destacando os envolvimento britânicos e, posteriormente, americano e soviético: “a guerra civil grega foi também uma guerra internacional, uma vez que interesses [externos] colidentes faziam manobras em busca de posições no mundo do pós-guerra”²⁵. Segundo

²² Δημοκρατικός Στρατός Ελλάδας (ΔΣΕ).

²³ É necessário registrar que o conceito de três fases da guerra civil grega, que adotamos em nossas reflexões, não é unânime. De modo geral, o debate público tende a considerar guerra civil apenas o período 1946-1949, enquanto os ocorridos entre 1943 e 1945 são interpretados fundamentalmente como efeitos da Segunda Guerra Mundial que acabaram por criar o contexto para o conflito civil de 1946. Essa perspectiva também é encontrada na academia (e.g. Close, 1995). Ademais, o conceito de três fases apresenta problemas, dentre os quais um dos mais graves talvez seja certa incidência na teleologia retrospectiva. Segundo Mazower (2000), interpretar os choques entre EDES e EAM-ELAS quando da ocupação e a *Dekemvriana* como estágios de um conflito pode sugerir, ainda que implicitamente, uma ideia de *fatalidade*, como se cada episódio necessariamente concatenasse o seguinte em uma linha reta sem possibilidades alternativas. Embora esse risco de fato exista, a pertinência da ideia de três estágios a nosso ver supera suas inconveniências. Considerar a guerra civil no recorte de 1943 a 1949 (adotando, portanto, a tese das três fases) permite maior ênfase às complexidades do conflito — os choques entre organizações de resistência, a intervenção ostensiva britânica em 1944/1945, o processo de reorganização dos quadros do ELAS no DSE —, ao passo que, em certa medida, estabelecer o marco inicial em 1946 escamoteia essas questões.

²⁴ Kazantzakis (1883-1953) talvez seja o romancista grego moderno mais conhecido fora da Grécia. Seu romance *Os irmãos inimigos*, publicado pela primeira vez em 1963, ao narrar o cotidiano de uma aldeia nas montanhas, enfatiza como era comum pessoas uma vez próximas se virem em lados opostos, como sói acontecer em guerras civis: “O impulso mais antigo do homem rompeu as amarras: matar. Não havia quem não tivesse vizinho, amigo ou irmão a quem odiasse há anos, sem motivo, às vezes até sem saber. O ódio aos poucos se acumulara, não encontrando uma forma de se externar. De repente recebiam fuzis e granadas. Agitavam-se às suas cabeças os estandartes sagrados. Os popes, os oficiais subalternos, a imprensa, os exortavam a matar o vizinho, o amigo, o irmão — afirmando que era a única maneira de salvar a Pátria e a Religião!”. Kazantzakis, Nikos. *Os irmãos inimigos*. São Paulo: Círculo do Livro, sd, p.8.

²⁵ Gerolymatos, André. *An international civil war: Greece, 1943-1949*. New Haven: Yale University Press, 2016, xi.

o autor, entre 1945 e 1947 as questões gregas se embrenharam nas complexidades de um mundo em transição — “um tempo de mudança e realinhamento global”²⁶. Na medida em que a decadência dos velhos impérios coloniais europeus se fazia evidente, os EUA e a União Soviética se consolidavam como novos protagonistas do cenário internacional. O Império Britânico, que em seu auge chegara a controlar um quinto da superfície terrestre, estava em rápido declínio, sendo forçado, nos primeiros anos do pós-guerra, a abdicar de boa parte de suas colônias na Ásia e na África. No entanto, os britânicos não estavam preparados para render suas posses no mundo todo — principalmente no Oriente Médio. Em 1945, a Anglo-Iranian Oil Company, em Abadan, Irã — da qual o governo britânico detinha 51% das ações —, extraía mais petróleo do que todos os estados árabes juntos, e dessa região era extraído 80% das reservas britânicas de petróleo — reservas essenciais à recuperação da economia britânica combatida pelo conflito mundial. Ademais, parte significativa do comércio britânico era transportada em navios que dependiam das rotas do Canal de Suez. “A Grécia era uma parte essencial na nova estratégia de Londres para o Oriente Médio, e um fracasso na Grécia teria repercussões na grande estratégia britânica na região”²⁷.

Desde a guerra de independência dos gregos contra o Império Otomano (1821-1830) a Grã-Bretanha vinha sendo a principal força de influência externa na Grécia (em graus variáveis a depender da época e do governo que vigorasse em Londres). Era uma relação vantajosa aos britânicos na medida em que era necessário manter regimes amigáveis no Mediterrâneo oriental e assegurar as rotas de transporte e comunicação com as colônias na Ásia — em especial a Índia. No imediato pós-guerra, com a recém adquirida importância do Oriente Médio, os britânicos não estavam preparados para renunciar à preeminência sobre a nação helênica. Sem embargo, o ano de 1946 — com a eclosão da terceira fase da guerra civil grega, as tensões com a URSS em relação ao Arzebajão iraniano e a crise entre a Turquia e a URSS pelo controle dos estreitos de Bósforo e Dardanelos — demonstrou que Londres não dispunha de recursos para defender o Oriente Médio e a Grécia. O governo trabalhista de Attlee convenceu o presidente [americano] Harry Truman de que os Estados Unidos deveriam intervir no conflito grego para bloquear uma suposta agressão soviética que estaria sendo empreendida por intermédio da guerrilha.

²⁶ Idem.

²⁷ Ibidem, xii.

A administração Truman decidiu intervir na Grécia com assistência financeira e militar na forma de suprimentos e consultores [militares] parcialmente em resposta ao anúncio dramático de Londres segundo o qual o Reino Unido não mais poderia prover sustento militar e econômico para o Reino Unido e que o fracasso britânico comprometeria a segurança do Oriente Médio. Washington foi convencida de que Moscou planejava tomar controle do Egeu e sabotar a Turquia e o Irã, expandindo a influência soviética sobre os estados pós-coloniais árabes e muçulmanos que emergiam. Em 1946, o levante comunista na Grécia era meramente uma pequena insurgência. As hostilidades rapidamente se tornaram uma guerra civil que engolfou o norte da Grécia, partes do Peloponeso e algumas ilhas do Egeu. O que era, em essência, uma crise doméstica grega rapidamente escalou na direção de uma competição que colocou os Estados Unidos e a Grã-Bretanha em menor grau contra a União Soviética e seus satélites, particularmente Iugoslávia, Bulgária, Albânia e indiretamente Romênia, Tchecoslováquia e Hungria — pelo menos na percepção dos formuladores de políticas americanos. A participação desses estados promoveu o fratricídio grego de preocupação regional a guerra civil internacional [...] e ajudou a inaugurar a Guerra Fria.²⁸

Nosso objetivo é estudar os últimos momentos da preeminência britânica sobre a Grécia — a canção do cisne de uma tradição de influência nascida quando os gregos, se digladiando contra os soldados do sultão de Constantinopla, lutavam pela independência.

Antes de adentrar com mais detalhes as propostas de estudo, é pertinente fazer um breve resgate das principais tendências interpretativas criadas na historiografia a respeito do tema. Os aspectos internacionais da guerra civil grega têm estado presentes nas preocupações dos especialistas desde que o tema se tornou objeto de estudos sistematizados. John Sakkas²⁹, entre outros, agrupa as diferentes interpretações em três vertentes principais: a *ortodoxa* ou *tradicionalista*, iniciada no final da década de 1940; a *revisionista*, que surge no início dos anos 1950 e toma força nos anos 1970; finalmente, no final do século XX, é produzida uma profusão de trabalhos muito diversos entre si, comumente denominados *pós-revisionistas*³⁰.

O chamado tradicionalismo foi inaugurado por Christopher Woodhouse, estudioso britânico da Antiguidade Clássica que, quando da Segunda Guerra Mundial, ingressara

²⁸ Ibidem, xii/xiii.

²⁹ Sakkas, John. *Old Interpretations and New Approaches in the Historiography of the Greek Civil War*. Sd. Disponível em: <https://aegean.academia.edu/JohnSakkas>.

³⁰ Destaque-se que o balanço historiográfico que apresentaremos é inevitavelmente sintético, uma vez que, por não dispormos sequer da mais primitiva capacidade de ler grego, consultamos apenas obras disponibilizadas em língua inglesa — que é o segundo maior idioma em que são publicados estudos sobre a guerra civil grega. O texto de Sakkas (*op. cit.*) — que citaremos em abundância nas páginas seguintes — foi essencial em nossos primeiros contatos com o tema, por permitir mapear os principais debates e procurar os trabalhos mais importantes.

nas forças armadas de seu país, tornando-se membro da SOE e chefe de uma missão militar na Grécia entre 1943 e 1944. Em 1948, antes do encerramento da guerra civil, Woodhouse publicou *Apple of discord*, a primeira análise de fôlego sobre o conflito. Em 1976, o autor retomaria as teses de seu primeiro livro, de forma ampliada e mais profunda, em *The Struggle for Greece*³¹.

Woodhouse considera positivamente as intervenções britânica e americana na Grécia, sem as quais o país helênico talvez houvesse passado por destruição e sofrimento prolongados. Em sua perspectiva, os líderes do KKE, que tinham preeminência sobre a EAM-ELAS, consideravam a luta contra a ocupação uma tarefa apenas secundária. Sem deixar de considerar o esforço contra as forças do Eixo e os empreendimentos positivos realizados pelos comunistas nas áreas libertadas (*e.g.* o estabelecimento de redes de auxílio social, a implantação do voto feminino e de programas educacionais para populações até aquele momento assoladas pelo pauperismo), o autor afirma que a prioridade da EAM seria utilizar a força da frente antifascista para tomar o poder e estabelecer uma ditadura nos moldes bolcheviques, colocando a Grécia sob a esfera soviética. Dessa forma, a agressividade para com a EDES se depreenderia da necessidade de eliminar grupos resistentes rivais que pudessem se opor ao projeto a longo prazo dos comunistas.

A obra de Woodhouse é uma mescla de trabalho historiográfico, elaborado a partir da análise rigorosa de fontes, principalmente britânicas, e texto memorialístico — uma vez que o pesquisador participara ativamente de boa parte dos eventos abordados, tendo circulado entre as lideranças da EDES e da EAM-ELAS. Sua interpretação foi a mais aceita entre os pesquisadores durante as décadas de 1950 e 1960, influenciando trabalhos em perspectiva similar.³² Dentre esses, vale a pena destacar a pesquisa de George Kousoulas³³ sobre a história do KKE, publicada em 1965. Analisando o partido desde a sua fundação até o encerramento da guerra civil, Kousoulas afirma que a organização teria passado por um processo de bolchevização nos anos 1920, quando de sua filiação à III Internacional, o que teria fornecido as bases ideológicas para um projeto revolucionário a ser implantado na Grécia. Os homens do KKE teriam tentado tomar o poder em três ocasiões — cada uma das quais tendo como resultado o desencadeamento

³¹ Woodhouse, C. M. *The struggle for Greece 1941-1949*. 1ª edição. New York: Ivan R. Dee, 2002.

³² Sakkas, op. cit.

³³ Kosoulas, George. *Revolution and defeat: the story of the Greek Communist Party*. Oxford: Oxford University Press, 1965.

de uma fase da guerra civil —, mas esses empreendimentos teriam sido frustrados pelos britânicos e, indiretamente, pela falta de apoio do próprio Stálin.

A ampla aceitação da interpretação inaugurada por Woodhouse não se devia apenas à inegável qualidade de seu trabalho e das obras de muitos de seus sucessores, mas também ao contexto da época. O tradicionalismo imputava à EAM-ELAS de forma geral e ao KKE em particular a reponsabilidade pela guerra civil e pelo sofrimento infligido ao povo heleno. Em contrapartida, o governo grego e seus apoiadores britânicos e americanos teriam desempenhado papel primordialmente reativo, buscando conter e neutralizar os impulsos autoritários dos comunistas. Em plena Guerra Fria, essa perspectiva era, de modo geral, agradável aos círculos conservadores e dominantes do bloco ocidental, do qual a Grécia — membro da OTAN desde 1952 — fazia parte.

Na própria Grécia, o espaço para discussões frutíferas e a circulação de argumentos opostos ao tradicionalismo era ínfimo, embora não parecesse ser o caso no imediato pós-guerra civil. Derrotada a guerrilha em 1949, cerca de 60 mil guerrilheiros se exilaram nos países do bloco soviético (inclusive os líderes do KKE) e o governo centrista do primeiro-ministro Nikolaos Plastiras, buscando construir uma base ampla de apoio, empreendeu tímidas tentativas de reconciliação nacional, baseadas no slogan *esquecimento e anistia*: a lei marcial foi suspensa, penas de morte foram comutadas e prisioneiros políticos foram libertados. Todavia, em 1952 o partido de direita Reagrupamento Grego (*Ellīnikòs Synagermós* — ES)³⁴ liderado pelo marechal de campo Alexandros Papagos venceu as eleições. Instaurou-se um governo militarizado e autoritário, pautado por um anticomunismo ferrenho transformado em ideologia oficial de Estado e empenhado na cassação e perseguição de militantes e ex-militantes, considerados inimigos internos³⁵. Essa política teria continuidade com Konstantinos Karamanlis, líder da União Nacional Radical (*Ethnikí Rizospastikí Énōsis* — ERE)³⁶ e sucessor de Papagos a partir de 1955. É significativo que naquela época o conflito fosse comumente designado não pela expressão *guerra civil*, mas por *symmoritopólemos*³⁷ — *guerra de bandidos* —, termo que remeteria não apenas a uma insurreição fracassada, mas a uma ação de criminosos (a EAM-ELAS)³⁸.

³⁴ Ἑλληνικὸς Συναγερμὸς (ΕΣ).

³⁵ Clogg, Richard. *História concisa da Grécia*. São Paulo: Edipro, 2017.

³⁶ Ἑθνικὴ Ῥιζοσπαστικὴ Ἐνωσις (ΕΡΕ).

³⁷ Συμμοριτοπόλεμος.

³⁸ Siani-Davies, Peter; Katsikas, Stefanos. National reconciliation after civil war: the case of Greece. *Journal of peace research*. Vol. 46, No. 4 (july 2009), pp. 559-575.

O clima instaurado pelos governos de Papagos e Karamanlis está diretamente relacionado ao fato de que a maioria dos pesquisadores que citaremos desenvolveram suas reflexões e carreiras *fora da Grécia*. Embora até a segunda metade da década de 1960 a Grécia fosse oficialmente uma democracia parlamentar, David Close³⁹ pertinentemente descreve a realidade do regime como *democracia controlada*. As forças armadas e a polícia empregavam milhares de espões e grupos ilegais de justiça — constituindo uma rede não-oficial, de legalidade duvidosa, que viria a ser conhecida como “estado das sombras”, “para-estado” ou, em grego, *parakratos*⁴⁰. O alcance e a força do *parakratos* se tornariam evidentes durante as eleições legislativas de 1961, quando o partido União de Centro (*Enosis Kentrou* — *EK*⁴¹) foi derrotado. Grupos vigilantes e milícias de vilarejo operavam em diversas regiões, fraudando cédulas e urnas e forçando eleitores, por intermédio de ameaças e agressões, a votarem no ERE de Karamanlis. O meio acadêmico não ficou imune ao estado precário da democracia grega — discussões rigorosas e livres foram uma impossibilidade nas instituições de ensino superior helênicas até a segunda metade da década de 1970.

Em 1952, enquanto a visão ortodoxa/tradicionista se consolidava, Leften Stavrianos publicou *Greece: american dilemma and opportunity*⁴². Tal como Woodhouse, Stavrianos oferece uma história geral da guerra civil grega levando em conta as questões internacionais. Sem embargo, a perspectiva é divergente. A crise grega teria sido causada não pelo movimento comunista internacional, mas pela violência perpetrada por grupos de direita, muitos dos quais compunham o Governo de Unidade Nacional apoiado pela Grã-Bretanha. Dessa forma, as direitas gregas e os britânicos deveriam ser responsabilizados pela guerra civil, ao passo que a EAM-ELAS, acuada, teria sido obrigada a pegar em armas. Stavrianos coloca os guerrilheiros como reativos, motivados pela necessidade legítima de sobrevivência diante das injunções exercidas pelos seus oponentes ideológicos apoiados por uma potência estrangeira.

Stavrianos é o precursor da corrente que, por contraposição às interpretações abertas por Woodhouse, é considerada *revisionista*. Elemento fundamental do revisionismo é a reavaliação negativa das intervenções britânica e americana. Em contrapartida, a EAM-ELAS e a liderança do KKE tendiam a ser vistas como legítimas,

³⁹ Close, David H. *Greece since 1945: politics, economy and society*. London: Routledge, 2002.

⁴⁰ Παρακράτος.

⁴¹ Ένωσις Κέντρου — ΕΚ.

⁴² Stavrianos, Leften. *Greece: american dilemma and opportunity*. Chicago: H. Regnery, 1952.

atentas às aspirações da maioria explorada e miserável dos gregos. Sua aspiração seria nada mais do que uma Grécia verdadeiramente independente. Em grande medida, esses anseios teriam sido destruídos pela insistência britânica a apoiar elementos reacionários que acatariam as necessidades estratégicas de Londres. Dentre os pesquisadores dessa linha, vale mencionar Heinz Richter⁴³ e seu estudo da documentação do KKE. Mesmo considerando as lacunas próprias às fontes, Richter argumenta que os registros indicam de forma consistente que os comunistas não planejavam tomar o poder à força. Destaque-se, porém, que as melhores pesquisas não eximem os comunistas de críticas, como podemos constatar no próprio Stavrianos e, por exemplo, na pesquisa de John Iatrides⁴⁴ sobre a *Dekemvriana* (a segunda fase da guerra civil), publicada em 1972, na qual as responsabilidades são distribuídas entre os britânicos, a EAM-ELAS e o Governo de Unidade Nacional grego.

A conjuntura internacional das décadas de 1960 e 1970 contribuiu para um crescente interesse pelo revisionismo. A intervenção militar dos EUA no Vietnã, muito questionada principalmente a partir de 1968, acabou por ecoar, em muitos intelectuais, as ações britânicas e americanas na Grécia⁴⁵. Tome-se, por exemplo, o ensaio de Todd Gitlin, publicado em 1967, abordando principalmente as ações americanas no país helênico em 1947, mas também discutindo extensamente o papel britânico. A correlação é explícita: “A Grécia foi o Vietnã da década de 1940 num sentido mais do que metafórico. Foi o primeiro grande campo de batalha da repressão anticomunista”⁴⁶.

Em 1967, enquanto a história grega era debatida na Europa Ocidental e na América do Norte, um golpe de estado em Atenas alçou ao poder a *troika* dos coronéis Giorgios Papadopoulos e Nikolaos Makarezos e do brigadeiro Stylianos Pattakos. A “Revolução de 21 de abril” — como seus perpetradores denominavam o golpe — inaugurou uma ditadura justificada pela necessidade de conter o avanço do comunismo e defender os valores heleno-cristãos frente à decadência da modernidade ocidental. O regime militar caiu em 1974, quando o governo grego, então chefiado pelo brigadeiro Dimitrios Ioannidis, se lançou a uma tentativa de depor o presidente do Chipre, o

⁴³ Richter, Heinz. The Second Plenum of the Central Committee of the KKE and the decision of civil war: a reappraisal. In: Baerentzen, Lars; Iatrides, John O.; Smith, Ole L. (orgs.). *Studies in the history of the Greek Civil War 1945-1949*. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 1987.

⁴⁴ Iatrides, John O. *Revolt in Athens: the greek communist “second round”, 1944-1945*. Princeton: Princeton University Press, 1942.

⁴⁵ Mazower, Mark. The Cold War and the appropriation of memory: Greece after liberation. *East European Politics and Societies*. Volume 9, nº2, Spring 1995.

⁴⁶ Gitlin, Todd. Contra-insurreição: mito e realidade na Grécia. In: Horowitz, David. *Revolução e repressão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

arcebispo Makarios III. A interferência motivou a entrada do exército turco em território cipriota, a fim de neutralizar avanços gregos naquele país que há muito era objeto de disputa entre Atenas e Ancara. O fracasso da aventura de Ioannidis foi o golpe final para a dissolução da já combalida ditadura dos coronéis.⁴⁷ A reabertura política criou o ambiente propício para que gestos de conciliação fossem empreendidos de forma consistente — e a guerra civil finalmente passou a ser discutida de forma mais aberta meio à sociedade grega. A conjuntura aberta pela queda dos coronéis, somada à abertura de arquivos até então inacessíveis a pesquisadores, contribuiu para que a multiplicação das pesquisas acadêmicas nas instituições de ensino superior helênicas. Não demoraria para que o volume crescente de produções revisionistas tornasse essa corrente hegemônica.⁴⁸

O recuo do autoritarismo anticomunista que eivava a política helena desde os anos 1950, o crescente protagonismo de atores políticos mais progressistas e a reavaliação pública da guerra civil tornaram possível perceber, no início da década de 1980, a construção de uma nova memória do conflito. Nas eleições legislativas de 1981, a campanha vitoriosa do Movimento Socialista Pan-Helênico (*Panellenio Sosialistiko Kinema* — PASOK⁴⁹) reivindicou a herança das tradições e os valores da EAM. Quando o PASOK assumiu o poder, sob liderança de Andreas Papandreou, permitiu a repatriação dos refugiados políticos da guerra civil⁵⁰ e concedeu pensões a veteranos da resistência inválidos e funcionários que haviam sido demitidos em expurgos políticos do serviço público. A nova memória, ao apresentar a reabilitada e idealizada EAM-ELAS como a protagonista patriótica dos heroicos dias de resistência contra a dominação estrangeira, tinha clara afinidade com a interpretação revisionista, que por isso extrapolou a recém conquistada preeminência no campo acadêmico e emplacou suas teses no debate público⁵¹. Isso fica evidente na forte reação negativa⁵² causada na Grécia pela publicação, em 1983, de *Eleni*, livro autobiográfico do jornalista greco-americano Nicholas Gage a respeito da execução de sua mãe por homens do ELAS, por tentar impedir que crianças

⁴⁷ Clogg, *op. cit.*

⁴⁸ Sakkas, *op. cit.*

⁴⁹ Πανελλήνιο Σοσιαλιστικό Κίνημα — ΠΑΣΟΚ.

⁵⁰ O filme *Viagem à Citéria* (*Taxidi sta Kythira/Taxidi sta Kýθηρα*, 1984, dir. Theodoros Angelopoulos) dramatiza as agruras psicológicas que costumavam acometer os repatriados. O personagem principal, antigo guerrilheiro do KKE, retorna a seu país após três décadas de exílio na URSS e não consegue se adaptar. Além de antigas mágoas (tanto em relação a seus familiares quanto a conhecidos que lutaram em lados opostos), o velho comunista não reconhece sua pátria na nova Grécia que o desenvolvimento do capitalismo tornara mercantilizada e impessoal.

⁵¹ Sakkas, *op. cit.*

⁵² Sakkas, *op. cit.*

de sua vila fossem sequestradas pelos guerrilheiros⁵³. Por outro lado, no ano anterior, a emissora televisiva estatal ERT⁵⁴ exibiu com boa aceitação o documentário *Memória dos anos 40 (Mnimi '40)*⁵⁵, que defendia, sem qualquer nuance, as posições revisionistas. Segundo Richard Clogg, a embaixada britânica em Atenas chegou a registrar protesto formal diante da narrativa do documentário, que elevava a Grã-Bretanha ao posto de pior inimigo da Grécia durante a guerra — superando os nazistas — e afirmava que os britânicos teriam utilizado o país helênico como isca em uma tentativa de causar um choque entre Alemanha e URSS⁵⁶.

No fim da década de 1980 e início dos anos 1990, enquanto o revisionismo seguia hegemônico nos estudos que tomavam a guerra civil grega como objeto principal, a Grécia passava a ser considerada, ainda que de forma lateral, dentro de um debate mais amplo entre acadêmicos britânicos e americanos que passaram a se debruçar sobre o papel que a Grã-Bretanha teria desempenhado nos albores da Guerra Fria. Ann Deighton⁵⁷ e Robert Frazier⁵⁸ interpretam a questão grega menos por suas especificidades internas do que como parte de uma disputa entre Grã-Bretanha e URSS pela preeminência no Mediterrâneo Oriental e no Oriente Médio. John Saville⁵⁹, por sua vez, considera as ações na Grécia um elemento da *política de continuidade* que uniria o governo trabalhista de Attlee a seu antecessor conservador liderado por Churchill — continuidade que teria contribuído para a constituição dos momentos iniciais da Guerra Fria.

O encerramento da década de 1980 e o início dos 1990 trouxeram não apenas desmonte da União Soviética, mas também o arrefecimento das paixões políticas na Grécia⁶⁰. Marco significativo dos novos ares foi a decisão do primeiro-ministro Tzannis Tzannetakis de retirar dos documentos governamentais o termo *symmoritopólemos/guerra de bandidos* e substituí-lo pelo neutro *emfýlios pólemos*⁶¹ — *guerra civil*⁶². De sorte que se multiplicaram, no final do século XX, abordagens menos militantes, menos taxativas, menos influenciadas pela atmosfera da Guerra Fria —

⁵³ Gage, Nicholas. *Eleni*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

⁵⁴ Radiotelevisão Helênica (*Ellinikí Radiofonía Tileórasi/Eλληνική Ραδιοφωνία Τηλεόραση* — ERT/EPT).

⁵⁵ Μνήμη '40.

⁵⁶ Clogg, Richard. *Greek to me: a memoir of academic life*. London: I. B. Tauris, 2018.

⁵⁷ Deighton, Ann. *Britain and the first Cold War*. New York: Palgrave MacMillan, 1992.

⁵⁸ Frazier, Robert. *Anglo-American relations with Greece: the coming of the Cold War, 1942-47*. New York: Palgrave MacMillan, 1993.

⁵⁹ Saville, John. *Politics of continuity: British foreign policy and the Labour Government*. London: Verso, 2004.

⁶⁰ Sakkas, *op. cit.*

⁶¹ Εμφύλιος πόλεμος.

⁶² Siani-Davies; Katsikas (*op. cit.*).

bastante diferentes, portanto, do tradicionalismo e do revisionismo. Ainda que tendam a se opor em suas avaliações, essas duas vertentes se assemelham em alguns aspectos. Tradicionalismo e revisionismo têm preferência por histórias de ênfase política e militar, fundamentadas em documentos diplomáticos, minutas de reuniões de gabinete e relatórios de forças armadas, dentre outras fontes do gênero. Enfatizam-se as decisões partidárias e governamentais, as movimentações dos exércitos e os danos causados pela guerra à infraestrutura do país. Ademais, ortodoxos e revisionistas empreendiam seus estudos motivados pelo que poderíamos chamar de *questão da responsabilidade*. Grosso modo, a grande questão a ser respondida era: a que governo e/ou força política deveria ser imputada a responsabilidade pelo desencadeamento da guerra civil? Colocando em outras palavras: de quem seria a culpa pelo sofrimento do povo grego e quem deveria ser “absolvido”? Os novos trabalhos, por sua vez, davam ao problema da responsabilidade importância apenas secundária, priorizavam outros ângulos e mobilizavam outras fontes e metodologias⁶³. Segundo Sakkas:

Uma nova geração de pesquisadores, utilizando uma abordagem interdisciplinar e diferentes prioridades de pesquisa, utilizaram estudos locais, história oral e métodos antropológicos em conjunto a formas mais convencionais de história política e social para abordar questões ignoradas pelos pesquisadores mais antigos. Como as pessoas respondem à repressão? Por que elas escolhem participar da resistência ou das unidades colaboracionistas? Que formas de poder emergem sob um estado enfraquecido? Em que medida os grupos étnicos reagem de forma politicamente coerente à conjuntura da guerra civil?⁶⁴

O volume editado por Mark Mazower, *After the war was over*, publicado em 2000⁶⁵, oferece uma variedade de pesquisas ilustrativas da nova onda de estudos. Dentre os temas abordados: a execução de colaboracionistas pela EAM-ELAS na Grécia setentrional; as memórias da ocupação búlgara na Macedônia; as memórias da comunidade judaica de Salônica; as celebrações nacionalistas; os efeitos psicológicos e mnemônicos nos refugiados que se encontravam separados de suas famílias. Fica claro, pela diversidade de temas, recortes, perspectivas, metodologia e fontes, que os trabalhos que surgiam a partir de fins do século XX não constituem, em comparação ao tradicionalismo e ao revisionismo, um *corpus* propriamente homogêneo. No entanto, de forma geral, eles têm em comum uma postura distinta das argumentações tradicionalistas e revisionistas. Tomemos como exemplo, na coletânea de Mazower, do artigo de Stathis

⁶³ Sakkas, *op. cit.*

⁶⁴ *Idem*, p.6.

⁶⁵ Mazower, Mark (org.). *After war was over: family, nation and state in Greece, 1943-1960*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

Kalyvas sobre o chamado *terror vermelho* — os atos de violência (execuções, sequestros, requisições forçadas de bens, extorsões, roubos e ameaças) praticados pelos homens da EAM durante a ocupação nazista⁶⁶. O objetivo de Kalyvas é problematizar a noção “central”⁶⁷ e “hegemônica”⁶⁸ segundo a qual apenas os esquerdistas teriam sido vítimas de violência.

A emergência e a dominação de tal visão não surpreende. Por um lado, a derrota em uma guerra civil tende a ser total; logo, apoiadores do lado derrotado sofrem de forma desproporcional. De fato, a maior parte das descrições da violência sofrida pelos apoiadores da Esquerda foca no período imediatamente posterior ao fim da ocupação — geralmente descrito como o período do “terror branco” (1945-1947), ou na fase final da guerra civil (1947-1949) e suas consequências. Por outro lado, referências ao terror da esquerda, tão abundantes como vagos, tornaram-se uma arma no arsenal ideológico da direita grega. O colapso, em 1974, da hegemonia ideológica da direita apagou todas as referências ao terror da esquerda. A pesquisa histórica acadêmica tem sido marcada pela tendência a minimizar o terror esquerdista de uma variedade de maneiras sutis e implícitas — incluindo a escolha de um vocabulário tendencioso. Riki van Boeschoten, por exemplo, chama a violência da EAM de “violência revolucionária” e a violência da direita de “terrorismo”. Ademais, as raras referências ao terror esquerdista são tipicamente seguidas de explicações que se apressam a caracterizá-lo como limitado, insignificante ou casos de exceção⁶⁹.

Baseado em coletas de história oral, memórias e outros tipos de evidências, Kalyvas defende que, na região pesquisada (o nordeste do Peloponeso), a violência e a intimidação — inclusive a prática de assassinatos — foi um processo contínuo, planejado e centralizado pela EAM, que buscava o terror para atingir seus objetivos. Tão importante quanto a conclusão específica de sua pesquisa, é a seguinte afirmação do autor:

Minha meta não é contribuir para um debate partidário e sem sentido sobre crueldade comparada: é claro que todos os lados fizeram uso do terror. [...] [Mas] o foco no terror vermelho é necessário por duas razões: primeiramente, para equilibrar as perspectivas, e em segundo lugar, porque a exploração completa da natureza da violência durante a guerra civil grega requer uma análise comparativa dos usos do terror por todos os atores políticos. Embora nossa compreensão da violência direitista, especialmente durante a ocupação, seja amparada por pesquisas recentes, o mesmo não pode ser dito a respeito da violência esquerdista.⁷⁰

⁶⁶ Kalyvas, Stathis, N. Red terror: leftist violence during the Occupation. In: Mazower, Mark (org.). *After war was over: family, nation and state in Greece, 1943-1960*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

⁶⁷ Idem, p.142.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Idem, p.143.

O que nos interessa é justamente a *rejeição do maniqueísmo e do impulso de defender um ou outro lado* — posicionamentos muito comuns ao tradicionalismo e ao revisionismo, ainda que ambas as vertentes apresentem pesquisas rigorosas. Em outra ocasião, Kalyvas e Nikos Marantzidis, discutindo as novas tendências de estudo, sintetizaram da seguinte forma as suas contribuições:

[...] a resistência [contra o Eixo] e a guerra civil não foram eventos autocontidos e apartados, mas coexistentes um com o outro; de fato, a resistência foi uma forma de guerra civil que incorporou as rupturas internas da sociedade grega. A guerra civil não foi apenas um conflito entre dois campos ideológicos bem definidos e entrincheirados, [tampouco] uma guerra entre o Bem (EAM/ELAS) e o Mal (a Direita); terror e violência não eram um privilégio de um único grupo, e a coerção era um fator importante, dentre outros, na construção do apoio à EAM. Pesquisas históricas devem evitar esquemas interpretativos de larga escala que não sejam amparados por amplas e detalhadas evidências; o foco nas elites e na intervenção externa diz pouco a respeito da política a nível das massas; a partir do pós-guerra a crise na Grécia foi antes de tudo uma questão doméstica, [e] a prioridade deveria residir em estudos locais baseados em ampla pesquisa de campo e nos arquivos locais.⁷¹

Observe-se que, feitas as devidas abstrações referentes às especificidades temáticas, os pontos citados acima são — ou deveriam ser — pressupostos não apenas óbvios, mas válidos para qualquer estudo que pretenda respeitar as nuances caras à disciplina histórica. Ainda assim, no que toca à guerra civil grega, essas perspectivas passaram a ser discutidas e defendidas amplamente cerca de cinco décadas depois do encerramento da guerra. Reforcemos que essa demora se explica, em âmbito local, pela conturbada história política da Grécia na segunda metade do século XX, caracterizada por um autoritarismo que inviabilizou discussões acadêmicas sérias, e, em termos mais amplos, pelo contexto da Guerra Fria que eivou o debate internacional de binarismos motivados pela necessidade de fazer escolhas políticas e ideológicas bem delimitadas. Também é necessário ressaltar que os novos estudos tendiam, ostensivamente, a criar atritos mais com os lugares comuns revisionistas do que com a ortodoxia. Não é de se espantar, dada a hegemonia revisionista dos anos 1980 e 1990. Nesse sentido, além Kalyvas, vale a pena citar Iatrides, cujos trabalhos dos anos 1970 mencionamos anteriormente como exemplo de revisionismo. Em artigo publicado em 2005, embasado em documentos recém disponibilizados, Iatrides pondera, aproximando-se dos pós-revisionistas:

⁷¹ Citado em Sakkas, *op. cit.*, p.7.

À luz das evidências, é razoável concluir que nos anos 1940 o KKE foi um partido genuinamente revolucionário, determinado a tomar o poder na primeira oportunidade, de preferência por meios políticos, mas pela força armada se necessário. Em retrospecto, seria ingênuo esperar outra coisa de um partido estalinista, como era o KKE desde os anos 1930, especialmente quando desdobramentos domésticos e internacionais, na Europa oriental e alhures, incluindo o rápido avanço das forças soviéticas, pareciam abrir o caminho para uma vitória comunista. Em vez da via do compromisso e da coalizão que os partidos comunistas francês e italiano buscaram brevemente depois da guerra, o KKE provavelmente optaria pelo modelo tchecoslovaco.⁷²

A despeito das colisões evidentes com os revisionistas (não à toa os estudiosos ligados à esquerda foram os mais vocais críticos de tais pesquisas, acusando-as de despolitizar a guerra civil⁷³), esses novos estudos por vezes pareciam resgatar antigas teses tradicionalistas. Mas de fato não se tratava de um retorno às interpretações tradicionais/ortodoxas. A apreciação crítica dos planos, estratégias e ações da EAM-ELAS de forma alguma implicavam em reabilitações das forças de direita e tampouco da intervenção das potências estrangeiras. Isso fica claro, por exemplo, em David Close, que destaca o *terror branco* — uma *vendeta da direita* — cometido contra esquerdistas em 1945 e 1946 pelas forças policiais gregas diretamente financiadas e treinadas pela Grã-Bretanha. Segundo Close, essa onda de violência — prisões arbitrárias, perseguições, torturas e assassinatos — perpetrada por agentes da lei com auxílio de gangues criminosas e organizações de extrema-direita teria contribuído para a escalada que resultou no embate de 1946⁷⁴. A tendência a evitar interpretações binárias torna pertinente a forma como a nova onda de estudos passou a ser conhecida em seu conjunto, a despeito de numerosas diferenças no tocante a temas, abordagens, metodologias e fontes: *pós-revisionismo*⁷⁵.

Pretendemos utilizar a perspectiva pós-revisionista para analisar como se constituíam as percepções da guerra civil grega na Grã-Bretanha. Essa proposta surge diante da conhecida e aceita explicação segundo a qual os britânicos teriam retirado seu apoio ao governo — consequentemente abdicando de sua preeminência secular sobre a Grécia — porque a falta de recursos financeiros impossibilitaria a continuidade do financiamento das forças armadas helênicas. Afinal, na guerra contra o Eixo, Londres pilhara seus próprios recursos: “no final do conflito, a Grã-Bretanha gastava mais da

⁷² Iatrides, John O. Revolution or self-defense? Communist goals, strategy, and tactics in the Greek civil war. *Journal of Cold War Studies*. Vol. 7, No. 3, Summer 2005, p.9.

⁷³ Sakkas, *op. cit.*

⁷⁴ Close, David H. *The origins of the greek civil war*. London: Longman, 1995.

⁷⁵ Idem.

metade do seu Produto Interno Bruto no esforço de guerra”⁷⁶. Em 1945, 10 milhões de homens e mulheres estavam empregados no esforço de guerra (empunhando armas ou as fabricando), de um total de 21,5 milhões de adultos empregados; Churchill havia tomado empréstimos aos americanos e vendido parte do patrimônio britânico no exterior; de maior credor do mundo, o país se tornara o maior devedor, e estava insolvente. No imediato pós-guerra, o custo da manutenção do status de grande potência — materializado no custeio das atividades militares e no sustento de extensa e dispendiosa rede diplomática, consular e de inteligência, bem como do serviço público que operava nas colônias — era muito elevado. Ademais, depois da vitória trabalhista nas eleições de 1945, a política interna se voltou a questões de justiça social, reformas institucionais e à construção de um sistema de bem-estar público — o que certamente exigiria recursos.

Consideramos essa explicação evidentemente correta, e seu destaque não é surpreendente. Sabemos que, do ponto de vista da projeção global, o declínio da Grã-Bretanha, evidente logo após a Segunda Guerra Mundial, não foi revertido. Se internamente a sociedade britânica conseguiu se reerguer econômica e socialmente, usufruindo dos chamados *trinta anos gloriosos*, a erosão da condição de potência foi inelutável. Talvez os maiores símbolos desse processo sejam o desmonte do Império — e.g. independência de Índia e Paquistão (1947), fim do mandato na Palestina (1948), independência de Malásia (1958), Kuwait (1961) e Jamaica (1962) — e a Crise de Suez (1956), na qual o governo do conservador Anthony Eden teve de aceitar a perda do Canal para o nacionalista egípcio Nasser e aceitar que o Reino Unido se tornara uma força secundária perante os EUA e a União Soviética. De sorte que o ponto de vista retrospectivo naturalmente tende a vincular a perda de preeminência da Grécia à grande narrativa do descenso do Império Britânico, salientando-se seu aspecto mais óbvio: a precarização dos recursos financeiros.

Sem embargo, pensar historicamente implica em problematizar o olhar retrospectivo. Fernand Braudel, em seu famoso artigo acerca da questão da longa duração, alerta que a facilidade do historiador em distinguir os eventos importantes do passado — *i.e.*, os que tiveram maiores consequências — é uma “simplificação evidente e perigosa”⁷⁷. O historiador francês já abordara esse problema em outra ocasião:

Ao primeiro exame, não podemos destacar o essencial de uma situação histórica, quanto a seu devir? Das forças em luta, sabemos quais as que

⁷⁶ Judt (*op. cit.*), p.28.

⁷⁷ Braudel, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre história*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p.56.

prevalecerão, discernimos antecipadamente os acontecimentos importantes [...]. Privilégio imenso! Quem saberia, nos fatos confusos da vida atual, distinguir tão seguramente o durável do efêmero?⁷⁸

No mesmo sentido, Antoine Prost afirma que o “conhecimento retrospectivo do que era o futuro para os homens do passado corre o risco, efetivamente, de perverter a reconstituição do horizonte da expectativa [...]”⁷⁹. Por *horizonte de expectativas*, entendemos as possibilidades que se apresentavam — ou pareciam se apresentar — aos homens da época que pretendemos estudar, e como eles pensavam e lidavam com essas possibilidades. Considerar a multiplicidade de caminhos que se colocavam diante de seres humanos concretos é uma forma de evitar cair na armadilha teleológica que retrata o resultado dos processos históricos como *inelutáveis*. Afastando a ilusão retrospectiva da fatalidade, restituímos aos homens sua liberdade de ação ao mesmo tempo em que consideramos as injunções que condicionam seus atos e influenciam os resultados⁸⁰. E devolvemos à História um seu aspecto essencial: a imprevisibilidade.

No tocante ao nosso tema, essa postura traz algumas indagações. Que outros caminhos os homens de governo britânicos tinham ou pensavam ter diante de si além da abdicação da preeminência sobre a Grécia? Quais eram as questões e implicações relacionadas à intervenção do Reino Unido na nação helênica? Como essa relação era pensada nos espaços em que a política era debatida e decidida? As atitudes em relação à Grécia eram consideradas apenas em termos estratégicos e econômicos?

Abordar essas perguntas nos leva a outra reflexão que Prost apresenta, acerca da atribuição de causas nos estudos históricos. Nas relações humanas ao longo do tempo, a complexidade dos encadeamentos causais e de seus desdobramentos é ilimitada. “Até mesmo um historiador perfeito, onisciente e onicompetente fracassaria na operação de desenredá-la; a complexidade inesgotável é constitutiva dos objetos históricos.”⁸¹ Diante da complexidade da sociedade britânica, que se encontrava envolvida no final de um processo tão intrincado quanto a Segunda Guerra Mundial, levantamos a seguinte hipótese: a preeminência britânica sobre a Grécia, em seus últimos momentos, suscitava questões que extrapolavam as preocupações econômicas.

Não pretendemos relativizar a importância da falta de recursos na decisão final que, em 1947, passou os assuntos gregos aos cuidados do governo americano de Truman.

⁷⁸ Idem. Posições da História em 1950. In: *ibidem*, p.31.

⁷⁹ Prost, Antoine. *Doze lições sobre história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p.164.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ *Ibidem*, p.156.

Nossa intenção é reconstituir e pensar os debates políticos realizados acerca das crises gregas. Resgatar as ideias e questões que foram mobilizadas à época e que hoje são menos conhecidas em comparação ao aspecto do declínio econômico da Grã-Bretanha.

A busca pelas nuances torna fundamental estudar as forças políticas que, em colisões, confluências e autonomias, acabaram por definir a atuação britânica na Grécia, de maneira que a perspectiva pós-revisionista se torna referência útil à nossa proposta. Ao evitar o maniqueísmo e as atribuições de responsabilidade, o pós-revisionismo resgatou as complexidades de uma variedade de processos ligados ao conflito. Tencionamos abordar a ponta britânica da guerra da mesma forma que os pós-revisionistas se aproximaram dos temas especificamente internos à Grécia: sem a preocupação em procurar maiores ou menores culpados, focar nas minúcias das discussões que, nos meios de tomada de decisão, contribuía para o desenrolar da interferência na Grécia. Com essa postura, esperamos recuperar aspectos de uma luta política intrincada e afastar a representação da Grã-Bretanha como um bloco monolítico operante fundamentalmente como força auxiliar na manutenção da democracia helênica (na visão tradicionalista) ou como vetor imperialista (na leitura revisionista).

Destacamos dois autores que, sem se considerarem necessariamente pós-revisionistas, publicaram trabalhos que atentam para os aspectos especificamente britânicos da guerra civil grega. John Sakkas⁸², em *Britain and the Greek Civil War*, traz uma visão sofisticada da intervenção, examinando o impacto que a política para a Grécia teve em diversas instâncias da população britânica — imprensa, organizações sindicais e partidos de oposição. O já citado André Gerolymatos⁸³, em *An international civil war*, faz uma narrativa geral da guerra civil grega, primando pela história política e militar e analisando como o conflito na Grécia se entrelaçava ao declínio do Império Britânico e ao advento da Guerra Fria. Quando se refere às ações do Reino Unido, Gerolymatos enfatiza as contradições entre duas agências britânicas: a SOE, que auxiliava os movimentos de guerrilha — incluindo a EAM-ELAS — com vistas a causar o máximo possível de danos às forças do Eixo; e o FO, que seguia as diretrizes de Churchill e apoiava George II Rei dos Helenos com o objetivo a longo prazo de assegurar um governo grego amigável que se coadunasse com as necessidades estratégicas de Londres no Mediterrâneo. Como ficará claro em diversas passagens da tese, os estudos de Sakkas e

⁸² Sakkas, John. *Britain and the Greek Civil War 1944-1949: British imperialism, public opinion and the coming of the Cold War*. Berlin: Harrasowitz, 2013.

⁸³ *Op. cit.*

Gerolymatos são nossas principais referências bibliográficas, a partir das quais pretendemos fornecer modesta contribuição.

Com base na leitura de Sakkas, determinamos o marco inicial do recorte temporal a ser trabalhado. O autor registra⁸⁴ que antes da *Dekemvriana* — a segunda fase da guerra civil — a Grécia era pouco discutida na Grã-Bretanha, fosse na sociedade em geral, fosse nos meios governamentais. Desse modo, estipulamos como quadro cronológico o período entre dezembro de 1944 e março de 1947, quando os britânicos anunciam a impossibilidade de manter o auxílio ao governo grego e o governo americano publiciza a Doutrina Truman. De maneira que a tese pretende abranger as discussões a respeito da Grécia no decorrer da *Dekemvriana* (dezembro de 1944 a fevereiro de 1945), do interlúdio do *terror branco* no qual forças policiais gregas treinadas e financiadas pelos britânicos perseguiram esquerdistas (março de 1945 a fevereiro de 1946) e do primeiro ano da terceira fase do conflito (março de 1946 a março de 1947). Essa delimitação nos permite focar tanto na primeira vez que britânicos intervêm ostensivamente em solo grego como no momento em que Londres abdica de uma tradição secular de preeminência sobre a Grécia.

A documentação mais adequada para abordarmos as questões e hipóteses levantadas são as transcrições dos debates ocorridos na Câmara dos Comuns do Parlamento britânico. Os membros dos Comuns, compondo o corpo legislativo no parlamentarismo do Reino Unido, eram influentes na formulação das políticas governamentais, uma vez que os primeiros-ministros e os demais membros dos gabinetes regularmente compareciam à Câmara dos Comuns para prestar contas de sua conduta e defender suas propostas e posições. Os registros das discussões parlamentares estão disponibilizados *online* no *Hansard*, site oficial do Parlamento⁸⁵. Uma vez coletadas e organizadas as transcrições referentes à Grécia, fizemos a leitura extensiva dos debates com o intuito de verificar quais temas apareciam direta ou indiretamente relacionados. Em sequência, aferimos a filiação partidária dos parlamentares que protagonizavam as discussões, a fim de traçar as disputas políticas a respeito da questão grega. Finalmente, estudamos detidamente o conteúdo dos embates verbais: ideias, valores, retóricas e argumentações utilizadas.

⁸⁴ Sakkas, Jonh. *Britain and the greek civil war 1944-1949: British imperialism, public opinion and the coming of the Cold War*. Berlin: Harrasowitz, 2013.

⁸⁵ <https://hansard.parliament.uk/>.

A partir do estudo dessa base documental inicial, fomos em busca de outros tipos de fontes que permitissem contraposições às sessões parlamentares e avanços no entendimento das questões mencionadas nas discussões. O segundo conjunto de fontes acessadas foram os jornais disponíveis em arquivos digitalizados nos *sites* oficiais de imprensa — principalmente *The Times*, *The Daily Mirror*, *The Daily Herald* e *The Daily Worker*, além de outras publicações usadas com menor frequência. Os periódicos forneceram outros ângulos de pesquisa e principalmente indícios de como a guerra civil grega repercutia em parte considerável da sociedade britânica. O cruzamento do material jornalístico com os debates parlamentares nos habilitou levantar possibilidades a respeito de como a opinião pública repercutia nas instâncias governamentais.

Os dois fundos documentais principais foram cotejados com registros auxiliares variados, boa parte deles consultada no acervo *online* do *National Archives* do Reino Unido. As reflexões feitas a partir do conjunto de fontes que conseguimos reunir permite reconstituir parte de intrincadas disputas políticas, nas quais sucessivos governos — o conservador liderado por Churchill e o trabalhista de Attlee — precisaram defender a conduta britânica na Grécia em meio a injunções da opinião pública, ameaças potenciais de partidos opositores, riscos militares e questões diplomáticas.

A narrativa que apresenta essa reconstituição será organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo aborda a sessão transcorrida na Câmara dos Comuns a oito de dezembro de 1944. Trata-se do primeiro — e maior — debate parlamentar a respeito da guerra civil grega no período coberto pela tese. Na ocasião, o primeiro-ministro Churchill se viu obrigado a defender a intervenção militar na Grécia perante ministros trabalhistas que pretendiam emplacar uma moção de censura ao governo. A longa discussão travada a partir daí é significativa por expor os termos nos quais a crise grega era pensada no Parlamento. O segundo capítulo se afasta dos diálogos travados no Palácio de Westminster e se detém em dois elementos: a reunião em torno da aprovação da política oficial do Partido Trabalhista para a Grécia, realizada na conferência anual do Partido a 13 de dezembro de 1944; e, principalmente, as manifestações públicas de descontentamento em relação às ações do governo em Atenas, emitidas por cidadãos em cartas de jornais, notas sindicais e reuniões nas praças e nas ruas. O terceiro capítulo, centrado na visita de Churchill a Atenas, no Natal de 1944, trata da tentativa do primeiro-ministro em mediar um armistício entre a EAM-ELAS e o Governo de Unidade Nacional grego, e reflete a respeito das possíveis causas e condições desse gesto conciliatório. O

quarto capítulo cobrirá o ano de 1945 e o início de 1946, tratando da vitória trabalhista nas eleições de julho de 1945 e as rupturas e continuidades do novo governo a respeito da Grécia. O quinto e último capítulo fará a narrativa do início da terceira fase da guerra civil e dos debates que finalmente levaram a Grã-Bretanha a abdicar de sua preeminência sobre a Grécia.

Cabe mencionar que a descrição dos capítulos evidencia uma distribuição desproporcional do tempo: três quintos da tese serão utilizados para narrar um período de menos de dois meses enquanto os dois quintos restantes pretendem cobrir dois anos. Tal desequilíbrio reflete o nosso fundo documental. A maior parte das fontes que conseguimos reunir data de fins de 1944 e do início de 1945 — *i.e.* o período da *Dekemvriana*. Os registros de 1945 e 1946 são notavelmente mais escassos, o que dificulta reconstituições mais pormenorizadas. Embora talvez essa diferença se deva à aleatoriedade dos arquivos disponíveis *online*⁸⁶, é preciso considerar que, segundo Sakkas⁸⁷, logo após o final da segunda fase da guerra civil, as menções à Grécia nos debates públicos — dentro e fora do Parlamento — de fato se reduzem severamente. De sorte que também existe a possibilidade de que o descompasso quanto à distribuição de nossas fontes reflita um escasseamento real dos debates.

Um último comentário antes de passarmos ao primeiro capítulo. Ao final da tese, esperamos que a temática e o recorte propostos nos permitam refletir, como pano de fundo, a respeito da advertência feita por Antony Beevor em sua história geral da Segunda Guerra Mundial: “a história [...] nunca é bem arrumada”⁸⁸. A escolha das datas para inícios e termos de processos históricos nunca está evidente na realidade em si — mesmo nos casos mais consagrados⁸⁹. É sempre uma construção do pesquisador, pautada pelas perspectivas, pelas metodologias e pelo que se deseja destacar. Trata-se,

⁸⁶ Destaque-se que em 2020 planejávamos visitar arquivos físicos em Londres — com destaque para o acervo não-digitalizado do National Archives e do fundo documental de história política mantido pela King’s College. Porém, a pandemia de COVID-19 nos obrigou a suspender os planos. Caso essa viagem seja possibilitada em algum momento de 2021, talvez consigamos acessar outras fontes referentes a 1945, 1946 e o restante de 1947.

⁸⁷ Sakkas, Jonh. *Britain and the greek civil war 1944-1949: British imperialism, public opinion and the coming of the Cold War*. Berlin: Harrasowitz, 2013.

⁸⁸ Beevor, Antony. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p.11.

⁸⁹ No contexto da expressão que citamos, Beevor problematiza a data tradicionalmente aceita para o início da Segunda Guerra Mundial: considerar setembro de 1939 (a invasão da Polônia pela *Wehrmacht*) teria a desvantagem de desconsiderar os conflitos iniciados no extremo oriente (invasão japonesa da Manchúria em 1931 e guerra sino-japonesa em 1937).

evidentemente, de eficiente ferramenta pedagógica. No entanto, essa ferramenta traz o risco de compartimentalizar processos que na realidade se entrelaçavam e se confundiam, a despeito de elementos de autonomia. E aqui reforçamos o que já foi mencionado no início desta introdução: em certas partes da Europa, o Dia da Vitória não significou o fim da guerra, dos sofrimentos, da violência e da opressão, de modo que para muitos seres humanos o encerramento oficial da guerra a oito de maio de 1945 pouco significou. Por outro lado, evidencia que a Segunda Guerra trazia questões e tensionamentos que viriam ser a tônica da Guerra Fria⁹⁰.

Nossa esperança é que os resultados da pesquisa ajudem a recuperar, em alguma medida, a *desorganização e a imprevisibilidade da História*.

⁹⁰ Sobre essa questão, no quarto capítulo da tese trabalharemos com a proposta apresentada por Sidnei Munhoz, em livro recém-publicado (2020), de pensar as origens da Guerra Fria levando em conta as contradições entre Grã-Bretanha e URSS a partir da Operação Barbarossa (junho de 1941) e, subsequentemente, dos apelos soviéticos para a abertura da Segunda Frente.

CAPÍTULO PRIMEIRO

“A honra britânica está em jogo, a dignidade britânica está em jogo, o humanitarismo britânico está em jogo”

1. A cor lúgubre das chamas iluminava a noite ateniense

A raiva, quase palpável; o alvoroço, indescritível. Pessoas e mais pessoas saíam dos subúrbios de Atenas, dirigindo carros decrépitos ou caminhando de bandeiras nas mãos, rumo à Praça Sintagma, frente ao Parlamento Helênico¹.

Assim começa o relato do que William McNeill viu naquela manhã de domingo, três de dezembro de 1944 — o primeiro de trinta e nove dias de violência. Estacionado na Grécia como soldado do Exército dos EUA, McNeill enfatizou, mais de uma vez, sua percepção da atmosfera imperante nas ruas da capital grega: o alvoroço, a raiva e a tensão que ele julgava captar por trás dos ruídos intranquilos — conversas, gritos de palavras de ordem, gestos agitados — da multidão que se formava. Menos de dois meses antes, as tropas do Eixo (alemães, italianos e búlgaros) se retiraram de solo grego após mais de três anos de ocupação, deixando para trás uma nação devastada — e uma população agitada. Em uma análise contemporânea veiculada no diário britânico *The Times*, encontramos uma descrição emblemática dos dias pós-ocupação:

Dia após dia, longas procissões proclamavam palavras de ordem nas ruas de Atenas, carregando faixas com todos os tipos de slogans políticos e nacionais. Os jornais [...] reapareceram nas ruas e cada um salientava o máximo possível sua orientação política. Paredes, calçadas e ruas, e até mesmo alguns bondes e ônibus logo ficaram cobertos com frases políticas.²

"O povo da Grécia estava faminto"³, asseverava o autor da mesma análise. "[O povo] havia sido oprimido. Fome leva ao extremismo político e pode, como a História tantas vezes nos mostrou, levar a ações extremas"⁴. Aproximadamente meio milhão de pessoas havia morrido — o equivalente a oito por cento da população do país.

¹ McNeill, William H. *The greek dilemma*. New York: J. B. Lippincott, 1947, p.170.

² The greek ordeal. *The Times*, Londres, 6 de dezembro de 1944, p.5.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

Aproximadamente 1.2 milhão de desabrigados⁵ vagavam pelas ruas das cidades e pelas áreas rurais, e pouquíssimos gregos lograram driblar a carestia, a inflação e o desemprego⁶. No *newsreel* produzido pela agência de notícias americana Associated Press nos dias seguintes à libertação em outubro, vemos uma mulher em Atenas, comprando uma bisnaga de pão por cinco bilhões de dracmas e um exemplar de um jornal por dois bilhões⁷. Um relato descreve homens que mais pareciam esqueletos andantes do que homens, envelhecidos antes do tempo, os olhos saturados de uma agonia mortal⁸. O inverno prometia ser desesperador; o futuro, sombrio.

A manifestação de três de dezembro fora convocada pela maior e mais poderosa organização de resistência à ocupação, a Frente de Libertação Nacional (EAM — *Ethnikó Apeleftherotikó Métopo*), em protesto contra um decreto governamental que a obrigaria a desmobilizar totalmente seu braço armado, o Exército de Libertação do Povo Grego (ELAS — *Ellinikós Laikós Apeleftherotikós Stratós*). A EAM integrava o Governo de Unidade Nacional, uma coalizão provisória que administrava a Grécia desde o primeiro dia de libertação, liderada pelo primeiro-ministro Georgios Papandreou, do Partido Socialista Democrático (DSKE — *Demokratiko Sosialistiko Komma Ellados*), e apoiada pelo governo britânico. Em protesto ao decreto, os seis membros parlamentares da EAM renunciaram a seus assentos no dia dois de dezembro. Em seguida, o comitê central da EAM convocou uma manifestação para o dia três e decretou greve geral para o dia seguinte⁹. Segundo McNeill, os preparativos em larga escala foram executados com celeridade:

Grupos de rapazes andavam pelas ruas da cidade gritando ordens e ameaças pelos megafones, instruindo todos os membros da EAM a comparecer à manifestação, e alertando que todos que ficassem para trás seriam considerados inimigos do povo. Muitos pôsteres foram preparados, clamando pela punição dos colaboradores e pela queda de Papandreou. Caminhões eram enviados às áreas rurais para trazer os membros da EAM das vilas próximas à capital¹⁰.

⁵ Gluckstein, Donny. *La otra historia de la segunda guerra mundial: resistencia contra imperio*. Barcelona: Ariel, 2013.

⁶ Gerolymatos, André. *An international civil war: Greece, 1943-1949*. New Haven: Yale University Press, 2016.

⁷ Associated Press, AP Archive. *Athens celebrates liberation*. Story nº BM45214, 30/10/1944. Disponível em: <http://www.aparchive.com/metadata/youtube/72fc116c737f4f15b1d55146f9ad5a64>. Acesso em 08/06/2020.

⁸ O relato é de Dimitros Glinos, porta-voz da EAM, citado em Gluckstein, *op. cit.*

⁹ Salusbury, F. G. H. Procession gunned in Athens Square. *Daily Herald*, Londres, 4 de dezembro de 1944, p.1.

¹⁰ McNeill, *op. cit.*, p.163.

Concomitantemente, a EAM designou um comitê especial para deixar de prontidão os quadros do ELAS presentes em Atenas, Pireu e imediações. “Na medida em que a diretiva se espalhava, os membros da reserva [do ELAS] começaram a retirar as armas dos esconderijos e se posicionar em pontos [estratégicos] preestabelecidos.¹¹”

Na manhã da demonstração, dezenas de milhares de pessoas se aglomeravam nas ruas adjacentes à praça Sintagma. Sob ordem do governo, policiais, empunhando carabinas italianas, formaram cordões nas vias de acesso principais para impedir que a multidão chegasse à Praça Sintagma¹² e se posicionaram nos telhados dos edifícios. Dois carros blindados britânicos estacionaram cada um em uma das duas principais entradas da praça¹³. Dado o tamanho da concentração, talvez tenha sido evidente desde o início que os cordões policiais não resistiriam por muito tempo:

[...] a pressão e os ruídos aumentavam nas ruas, e foram feitas tentativas de romper as linhas policiais. Brigas começaram, e algumas pessoas tiveram suas cabeças golpeadas. Vários policiais feridos foram levados [pelos seus companheiros] para o quartel general da polícia¹⁴ [...].

Um pouco antes das 11h, um grupo de manifestantes finalmente rompeu um dos cordões policiais e, quando uma “triumfante e alvoroçada multidão começou a atravessar a praça em direção ao quartel general da polícia¹⁵”, as tensões se transformaram em violência. Ainda hoje não se sabe a identidade e os motivos imediatos de quem disparou o primeiro tiro¹⁶. F. G. H. Salusbury e Geoffrey Hoare¹⁷, correspondentes dos diários britânicos *The Daily Herald* e *The Times*, respectivamente, afirmaram peremptoriamente que o ato foi cometido por um policial. A narração de McNeill é mais ambígua: “um homem vestido com uniforme militar, mas não o [uniforme cinza] da polícia de repente saiu do quartel-general [da polícia], gritou ‘Atirem nos bastardos’ [...] e, com sua arma, abriu fogo¹⁸”. Independentemente de quem tenha sido esse homem, logo em seguida, os

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem, p.166.

¹³ Salusbury, *op. cit.*, p.1.

¹⁴ McNeill, *op. cit.*, p.166.

¹⁵ Ibidem, p.168.

¹⁶ Gerolymatos, *op cit.*

¹⁷ As matérias do *Times* que consultamos não trouxeram assinatura do autor, mas Panagioula Koutsonapagou, em sua tese de doutoramento, identificou Hoare como o correspondente do referido periódico na Grécia durante o período aqui abordado. Koutsonapagou, Panagioula. *The British press and Greek politics, 1943-1949*. Tese (Doutorado em International History). London School of Economics and Political Science. Londres, 349f., 1996.

¹⁸ McNeill, *op. cit.*, p.168.

oficiais de polícia “sacaram suas carabinas, miraram em direção à multidão que avançava e dispararam [...] contra a massa na frente deles¹⁹”.

As pessoas largaram suas bandeiras e se jogaram ao solo. Algumas correram para fora da praça, buscando proteção atrás de portas, paredes e árvores. Os policiais continuaram atirando por alguns minutos e pararam para recarregar as carabinas²⁰. Salusbury descreve um quadro dantesco:

Foi um pesadelo. Alguns se levantaram e tentaram ajudar as vítimas. A política atirou novamente. Alguém arremessou uma granada. Um homem ficou lá, parado, sob a luz do sol, chorando, gritando e se esmurrando no peito; então ele começou a apontar para o corpo de uma garota morta. Pessoas [...] correram até os mortos e mergulharam suas bandeiras no sangue derramado na calçada. [...] Enquanto mais e mais manifestantes tentaram atravessar a rua [para sair da praça], o tiroteio continuou²¹.

Segundo Hoare, o tiroteio, “selvagem e descontrolado”²², continuou de forma esporádica por aproximadamente uma hora, “a despeito de veementes protestos por parte de oficiais britânicos”²³, e ocorreram outros choques violentos nas imediações da praça. De acordo com McNeill, vários policiais foram atacados por grupos enfurecidos e o colapso dos cordões policiais permitiu a uma nova onda de manifestantes acessar a praça, que logo ficou novamente lotada, assim como as ruas adjacentes. “Pelas próximas três horas a multidão permaneceu na praça, levantando bandeiras; gritando slogans e imprecações contra os policiais que se escondiam dentro do quartel-general²⁴”. Tal como lápides improvisadas, flores e galhos foram colocados onde as vítimas haviam tombado. Lençóis ensanguentados foram transformados em bandeiras, erguidas por membros da multidão que “exortavam todos ao seu redor a tocar os panos manchados de sangue e jurar vingança contra os homens que haviam cometido a chacina²⁵”.

A situação era indescritível e a raiva que exalava da multidão parecia quase palpável. Uma mulher minúscula e enrugada, vestida em trajes de viúva, foi até a entrada do quartel de política e lá ficou parada, por meia hora, com um pedaço de madeira em suas mãos, a verdadeira imagem da ira. Ela gritou ameaças e cuspiu maldições, gesticulando com todo o corpo²⁶.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem.

²¹ Salusbury, *op. cit.*, p.1.

²² Crowd fired on in Athens. *The Times*, Londres, 4 de dezembro de 1944, p.4.

²³ Ibidem.

²⁴ McNeill, *op. cit.*, p.170.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibidem.

Gritando “morte aos fascistas²⁷”, homens e mulheres “brandiam os punhos em direção ao quartel de polícia²⁸”, relatou Salusbury. McNeill registrou ter avistado bandeiras americanas, gregas e soviéticas, ao lado de cartazes escritos em inglês, clamando para que os soldados britânicos não interferissem nos assuntos gregos, com referências nominais críticas a duas notórias figuras britânicas que então operavam em Atenas: o general Ronald Scobie, chefe das Forças Aliadas na Grécia, e Reginald Leeper, embaixador em Atenas²⁹. Por volta das duas da tarde, paraquedistas britânicos chegaram em caminhões e rapidamente formaram um cordão ao redor da praça. Segundo McNeill, as pessoas obedeceram aos gestos dos soldados que as proibiam de atravessar a barreira.

O cordão se moveu lentamente ao longo da praça, concentrando os manifestantes na parte da frente. [...] [Os manifestantes] foram se retirando, cantando, pelas ruas principais, para longe da praça, e voltaram pra suas casas. Cerca de vinte minutos após a chegada das tropas britânicas, a praça estava vazia, e um estranho silêncio desceu sobre o pavimento³⁰.

Enquanto isso, a alguns quilômetros dali, nas imediações da Acrópole, homens armados do ELAS se batiam com as tropas reais helênicas³¹. Salusbury assim descreveu o final da tarde: “Agora Atenas está enganosamente calma. Patrulhas britânicas apareceram. Tanques e carros blindados patrulham as ruas e tropas armadas estão presentes nas principais estradas³²”. Ao anoitecer, várias delegacias de polícia na periferia da cidade foram invadidas por homens do ELAS, metade das quais foram resgatadas pelas tropas britânicas sem grande resistência³³.

No final daquele dia, em discurso radiofônico, o primeiro-ministro Papandreou atribuiu à “extrema esquerda”³⁴ a responsabilidade pelo ocorrido, colocando o Governo de Unidade Nacional e a si mesmo como forças da conciliação e da razão:

Por intermédio de demonstrações armadas e de greve geral, e pelo restabelecimento do comitê central do ELAS, ela [a extrema esquerda] está levando o país à guerra civil. Portanto, eles [da esquerda] são culpados. Em vão, desde ontem, eles acusam o governo de preparar o fascismo, de ameaçar as liberdades do povo, de pender favoravelmente à reação. A lei para a reorganização do nosso exército foi aprovada unanimemente pelo Gabinete, e agora que nosso exército está sendo

²⁷ Salusbury, *op. cit.*, p.4.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ McNeill, *op. cit.*, p.171.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ Salusbury, *op. cit.*, p.4.

³² *Ibidem*.

³³ McNeill, *op. cit.*

³⁴ Crowd fired on in Athens. *The Times*, Londres, 4 de dezembro de 1944, p.4.

reorganizado de acordo com suas ideias [do Gabinete], como podemos estar nos direcionando ao fascismo?³⁵

Papandreou concluiu fazendo um apelo aos membros da EAM/ELAS para que colaborassem com a unidade do país.

Jovens homens da Grécia, [...] vocês são capazes de apunhalar seu país no coração? A pátria sobreviveu ao ataque de três invasores bárbaros, mas não sobreviverá aos ataques de seus filhos. Jovens homens da Grécia, jovens homens da EAM, vocês não podem usar suas armas contra a pátria. O Governo sabe que tem a maioria do povo grego a seu lado. Também expressa sua profunda gratidão ao governo britânico e a seus representantes, por sua assistência no estabelecimento da ordem e da liberdade entre o povo grego. Mas nós queremos todos os gregos ao nosso lado. Porque estamos lutando a luta da Grécia³⁶.

No dia seguinte, McNeill registrou, os cadáveres das pessoas mortas na véspera foram carregados, em caixões, pelas ruas do centro de Atenas por uma grande multidão de enlutados. Tanques e carros blindados britânicos estavam estacionados nas esquinas das principais vias da cidade. Embora não tenha registrado atos de violência, McNeill observou “uma atitude mais hostil em relação aos soldados britânicos do que antes³⁷”. O correspondente do *Daily Mirror* registrou vários gritos clamando por “guerra civil!”, “abaixo o governo!”, “vingança!”³⁸. A relativa calma, todavia, durou pouco: naquele mesmo dia, no bairro de Theseon, na região central, soldados dos ELAS atacaram a base da Organização X (a letra grega *chi*), um grupo inimigo de direita, que revidou energicamente³⁹.

Várias construções foram incendiadas. A cor lúgubre da flama se refletia nas nuvens baixas, e iluminava Atenas à noite. A energia elétrica havia sido cortada pela greve geral, e o brilho vermelho das labaredas pareceu uma iluminação apropriada para aquela hora fatídica. [...] [D]epois de um dia de luta acirrada, no curso da qual o ELAS utilizou morteiros pela primeira vez, os direitistas [da Organização X] começaram a levar a pior. Eles foram salvos do extermínio pelos RELIEF PARTY britânicos, que, assim como no caso das delegacias de polícia, não encontraram resistência consistente do ELAS⁴⁰.

Logo após esse embate, o general Scobie emitiu comunicado público:

Certos elementos minoritários têm dado indícios de uma intenção de sacrificar os interesses da Grécia como um todo e provocar um conflito interno se for possível. Como consequência, o governo grego foi compelido a impor a lei marcial em Atenas e no Pireu, em consonância com a constituição helênica. Eu reitero que, juntamente à vasta maioria

³⁵ Greek quest for unity. *The Times*, Londres, 4 de dezembro de 1944, p.4.

³⁶ Ibidem.

³⁷ McNeill, *op. cit.*, p.172.

³⁸ Fear civil war near in Greece. *The Daily Mirror*, Londres, 5 de dezembro de 1944, p.1.

³⁹ McNeill, *op. cit.*

⁴⁰ Ibidem.

dos gregos, eu me coloco em uma posição de defesa do governo constitucional, e o defenderei até o limite dos meus recursos e até que o Estado Grego possa ser estabelecido com o apoio de forças armadas legalizadas e eleições livres possam ocorrer⁴¹.

O governador militar grego, General Catsotas, com apoio de Scobie, decretou lei marcial e toque de recolher, e deu ao ELAS ultimato de deixar as áreas de Atenas e da cidade portuária de Pireu, na região metropolitana, até a meia noite de quarta-feira⁴². No mesmo dia, registrou o *Times*, um porta voz do governo britânico fez uma declaração enfatizando uma suposta culpa unilateral da EAM/ELAS pela situação:

O governo [grego] tem amplo apoio da população e estava indubitavelmente certo ao proibir a manifestação de domingo. Tratava-se de um ato de provocação por parte do ELAS, que queria ver qual seria o resultado. A manifestação foi preparada por uma minoria muito barulhenta e minúscula. Não pode haver paz na Grécia até que todos os guerrilheiros se desmobilizem. [...] Nas últimas semanas tem havido um enfraquecimento do Centro [político], o que deixou os dois extremos mais fortes. As pessoas que estão sendo realmente provocadoras estão na extrema esquerda⁴³.

Se tomarmos como indicativo as notícias veiculadas em três jornais britânicos importantes da época — *The Times*, *The Daily Herald* e *The Daily Mirror*⁴⁴ —, poderíamos inferir, com a devida boa vontade, que nos dias três e quatro de dezembro as tropas britânicas tentaram se envolver o mínimo possível no conflito. O correspondente diplomático do Times, em cinco de dezembro, avaliou que “a presença das tropas britânicas no país [Grécia] é a melhor garantia de que as presentes tensões não desencadearão uma guerra civil⁴⁵”. Todavia, um comunicado do general Scobie a respeito dos episódios ocorridos do dia cinco não deixam margem para qualquer dúvida a respeito do envolvimento britânico — em defesa do governo grego:

Tropas britânicas intervieram em um número de ocasiões, e em alguns casos precisaram entrar em ação para evitar derramamento de sangue. Em um determinado local, tanques dispararam algumas vezes contra casas ocupadas por elementos de esquerda que estavam atacando uma prisão civil onde supostos colaboradores estariam sendo mantidos.

⁴¹ More fighting in Athens – ELAS in clash – General Scobie’s warning. *The Times*, Londres, 5 de dezembro de 1944, p. 4.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Abordaremos o Daily Mirror e o Daily Herald em detalhes no segundo capítulo, em que esses dois periódicos serão utilizados como nossas fontes principais. Quanto ao *Times*, tratava-se, à época que estudamos, do mais tradicional e respeitado diário britânico (a fonte Times New Roman, com a qual escrevemos esta tese, foi elaborada originalmente para uso nas páginas do *Times*, pelo tipógrafo Stanley Morison). Embora não fosse necessariamente o periódico de maior circulação, o *Times* tinha a maior influência no debate público. Embora se alinhasse aos valores conservadores e imperiais, não aderiria automaticamente ao Partido Conservador. Como mencionaremos no terceiro capítulo, em dezembro de 1944 sua linha editorial era abertamente crítica à intervenção na Grécia.

⁴⁵ The value of a firm attitude. *The Times*, Londres, 5 de dezembro de 1944, p.4.

Tropas britânicas que estavam guardando a prisão junto com a *gendarmarie* sofreram baixas.⁴⁶

No dia seguinte, expirou o prazo do ultimato decretado pelo governador militar Catsotas e as hostilidades prosseguiram. A luta entre a EAM/ELAS e o Governo de Unidade Nacional apoiado pelas forças armadas britânicas chegaria a um fim provisório apenas em 11 de janeiro de 1945, com um acordo de cessar fogo. Em 12 de fevereiro, foi assinado o acordo de Varkiza, com mediação britânica, entre o Governo de Unidade Nacional e a direção da EAM, que reconheceu a derrota.

Esses dias de violência viriam a ser conhecidos como a *Dekemvriana*.⁴⁷

2. “Não hesite em agir como se estivesse em uma cidade conquistada”

Em cinco de dezembro, o primeiro-ministro Winston Churchill enviou a Scobie um telegrama com instruções: “Você é responsável por manter a ordem em Atenas e por neutralizar ou destruir todos os grupos da EAM-ELAS que se aproximem da cidade”⁴⁸. O primeiro-ministro aconselhou o general:

Naturalmente, o ELAS tentará colocar mulheres e crianças nos lugares onde tiroteios possam ocorrer. Você deve ser esperto a respeito disso e evitar erros. Mas não hesite em disparar contra qualquer homem armado em Atenas que ataque autoridades britânicas ou autoridades gregas com as quais estamos trabalhando. Seria bom, é claro, se o nosso comando fosse reforçado pela autoridade do governo grego [...]. Todavia, não hesite em agir como se estivesse em uma cidade conquistada na qual houvesse uma rebelião local em andamento⁴⁹.

E, concluindo, foi enfático:

Nós temos que segurar e dominar Atenas. Seria muito bom se você conseguir fazer isso sem derramamento de sangue, se possível, mas [faça] com derramamento de sangue, se necessário⁵⁰.

O embaixador Leeper também recebeu mensagem de Churchill no mesmo dia, com orientações para que fosse feito um apelo a Papandreou, instando-o a permanecer em seu cargo, assegurado de que seria protegido pelas forças britânicas.⁵¹

Eu coloquei toda a questão da defesa de Atenas e da manutenção da lei e da ordem nas mãos do general Scobie, e assegurei que ele terá apoio

⁴⁶ Attack on civil prison — Statement by Gen. Scobie. *The Times*, Londres, 6 de dezembro de 1944, p.6.

⁴⁷ Em livre tradução para o português, algo como *os eventos de dezembro ou dezanbrada*.

⁴⁸ Foreign Office. *From Foreign Office to Athens, 5th December 1944*. FO 954-11B, p.329.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ Churchill, Winston. *The Second World War, Volume VI, Triumph and Tragedy*. Londres: Rosetta Books, 2009b, p.348.

no uso de qualquer força que seja necessária. De agora em diante, você e Papandreou irão acatar suas instruções em todos os assuntos relacionados à ordem pública e segurança. Você deve apoiar Scobie de todas as formas possíveis e sugerir a ele quaisquer meios que ocorram a você que possam fazer com que sua ação [de Scobie] se torne mais vigorosa e decisiva.⁵²

Não há, nesses telegramas, e tampouco nas outras fontes que estudamos, qualquer ambiguidade a respeito das intenções iniciais de Churchill: defender o Governo de Unidade Nacional e derrotar a EAM-ELAS de forma definitiva, sem espaço para qualquer tipo de conciliação. Essa conduta engendrou difusa, porém considerável oposição, em vários âmbitos. No sexto volume de suas memórias sobre a Segunda Guerra Mundial, amparado tanto pelo conforto retrospectivo de quem em última instância havia saído vitorioso quanto pela nova atmosfera da Guerra Fria que conferia legitimidade retroativa à sua conduta, Churchill comenta:

Agora que o mundo livre sabe muito mais do que era sabido então sobre o movimento comunista na Grécia e em outros lugares, muitos leitores ficarão surpresos com os ataques veementes que o Governo de Sua Majestade e eu em particular [por estar] em seu cargo máximo, sofremos. A vasta maioria da imprensa americana condenou violentamente a nossa ação, que eles julgaram ter maculado a causa pela qual eles foram à guerra. Se os editores de todos esses órgãos bem intencionados olharem para trás e analisarem o que escreveram, e compararem com o que eles agora pensam, ficarão surpresos, tenho certeza. O Departamento de Estado [...] fez um pronunciamento marcadamente crítico, do qual se arrependeria, ou que pelo menos reverteria, nos anos posteriores. Na Inglaterra houve muita agitação. O Times e o Manchester Guardian censuraram o que eles consideravam nossa política reacionária.⁵³

A respeito de como o assunto foi encarado no Parlamento, ele relembra:

Na Câmara dos Comuns houve um grande rebuliço. [...] Havia uma forte corrente de opinião vaga, e mesmo de paixão. [...] [Q]ualquer governo com fundações menos sólidas do que a Coalizão Nacional poderia muito bem ter sido feito em pedaços. Mas o Gabinete de Guerra se manteve firme como uma rocha contra a qual todas as ondas e ventos podiam investir em vão. Quando lembramos do que aconteceu à Polônia, à Hungria e à Tchecoslováquia nestes últimos anos, agradecemos à Fortuna por nos dar, naquele momento crítico, a calma, a força e a união dos determinados líderes de todos os partidos.⁵⁴

Durante a *Dekemvriana* (“eventos de dezembro” em grego), ou seja, entre três de dezembro de 1944 e dia 12 de fevereiro de 1945 — data do Pacto de Varkiza, que oficialmente encerrou o conflito de Atenas —, ocorreram 23 debates no Parlamento (20

⁵² Ibidem, p.348.

⁵³ Ibidem, p.351.

⁵⁴ Ibidem, p.352.

na Câmara dos Comuns e três na Câmara dos Lordes) nos quais a Grécia foi referida. Analisando as transcrições desses debates, disponíveis *online* na *Hansard*, o banco de dados parlamentar oficial, constatamos que a descrição feita por Churchill em suas memórias é acurada. Os membros do governo e apoiadores da intervenção na Grécia de fato enfrentaram considerável oposição, advinda principalmente dos parlamentares filiados ao Partido Trabalhista. Ademais, muitos debatedores fizeram referência à inquietação que a questão grega estaria causando no público britânico; a análise de outras fontes — especialmente a imprensa da época — não deixou dúvidas quanto à pertinência do que disse o historiador André Gerolymatos ao definir o conflito grego como uma *guerra civil internacional*. A partir da *Dekemvriana* — a segunda fase da guerra civil —, a Grã-Bretanha se tornou partícipe direta, e o assunto deixou de ser de interesse exclusivo do povo grego: nas ruas do Reino Unido, a violência que assolava a Grécia se tornou tema candente. Nossas fontes trazem vários indícios de descontentamento popular: cartas enviadas a jornais, registros de manifestações de rua, notas de repúdio emitidas por sindicatos e outras organizações.

O tema central deste capítulo é a *grande controvérsia* na Câmara dos Comuns. O estudo dos debates parlamentares durante a *Dekemvriana* nos levaram a quatro conclusões principais: 1) a intervenção grega foi debatida principalmente sobre alicerces morais — questões como honra, legitimidade e o papel que a Grã-Bretanha deveria desempenhar no cenário internacional foram as mais mobilizadas durante as discussões; 2) embora Churchill tenha recebido um grande número de votos favoráveis à sua política, em contraste aos poucos votos contrários, a situação do governo era menos confortável do que parecia à primeira vista; 3) a pressão fez com que Churchill cedesse — ainda que minimamente — e fizesse alguns movimentos no sentido de buscar uma conciliação entre o Governo de Unidade Nacional grego e a EAM/ELAS; 4) parte considerável dos debatedores considerava — corretamente — que havia um descontentamento por parte da opinião pública que deveria ser levado em conta. As duas primeiras questões serão tratadas neste capítulo, e no seguinte abordaremos as duas últimas.

Nossa exposição será centrada principalmente no debate transcorrido na Câmara dos Comuns em oito de dezembro, por três razões principais: 1) trata-se do primeiro e do mais detalhado debate extenso sobre a Grécia durante a *Dekemvriana*; 2) este debate estabeleceu as bases das discussões subsequentes; 3) em oito de dezembro ocorreu a votação do apoio da intervenção. Além disso, os debates que se seguiram são em grande

parte reiterativos, retomando várias vezes questões já abordadas na discussão de oito de dezembro, sem alterações significativas. Portanto, uma exposição extensa de todas as sessões parlamentares se tornaria redundante e enfadonha.

O processo de análise do debate nos levou a algumas considerações metodológicas. Abordamos a fonte guiados por duas questões fundamentais:

1) Como se dividiu a Câmara dos Comuns quanto à crítica à política do governo na Grécia?

2) Como os parlamentares embasaram suas posições — favoráveis e contrárias — à crítica? Ou seja: quais foram os argumentos e análises mobilizados?

A primeira questão demandou resolução relativamente mais simples: buscar, no final da transcrição, as tabelas com os votos dos parlamentares a respeito da intervenção, e a partir daí, com a ajuda da cobertura jornalística do debate, mapear a filiação partidária dos votantes e abstencionistas para aferir as tendências partidárias daqueles dias e a relação de forças evidenciada pela proporção entre votos favoráveis e contrários à intervenção. Sobre o próprio processo de votação, há considerações importantíssimas que faremos mais adiante.

A segunda questão é de lida evidentemente mais complexa. Na leitura inicial do debate, nos chamou atenção a forma labiríntica pela qual a discussão se objetivou: as defesas dos pontos de vista que se cruzavam resultaram em um diálogo caracterizado por várias repetições, argumentos reiterativos, temas que levantados no início da conversa eram retomados muito mais tarde, enquanto alguns pontos foram trazidos à baila por um dos membros sem que os demais o retomassem, de modo que alguns tópicos não se desenvolveram. De sorte que nosso primeiro procedimento metodológico foi tentar captar, nesse emaranhado de discursos, a existência ou não existência de algo que se assemelhasse a uma linha argumentativa central — entendendo-se por linha central uma recorrência maior de argumentos e temas em detrimento de outros, *i.e.*, argumentos e temas que, ao serem trazidos por determinados partícipes da discussão, foram retomados por outros membros, de forma seja crítica ou reiterativa. E de fato identificamos uma linha central construída em torno das oposições entre *democracia* e *autoritarismo* e entre *legitimidade* e *ilegitimidade*. Os críticos da intervenção na Grécia consideravam a EAM o mais legítimo dentre os grupos políticos envolvidos na disputa: ou seja, era a EAM quem mais expressava as vontades da maioria da população grega — caracterizando-se,

portanto, como um movimento verdadeiramente democrático, embora não do ponto de vista formal. Os defensores da continuidade da intervenção, por outro lado, argumentavam que a legitimidade estava do lado do Governo de Unidade Nacional. Isso tudo levou a uma questão mais ampla, que podemos sintetizar do seguinte modo: as ações britânicas na Grécia seriam condizentes com o papel moral que a Grã-Bretanha devia desempenhar no mundo?

Identificada a linha central do debate, percebemos que os partícipes defendiam seus argumentos principalmente a partir de resgates factuais da história política grega. Um exame desses resgates mostrou que a discussão em torno da oposição entre democracia e legitimidade e autoritarismo e ilegitimidade foi tratada de modo fundamentalmente binário, com a elisão de ambiguidades e áreas cinzentas. Também havia um jogo de exclusão: se o Governo de Unidade Nacional fosse considerado ilegítimo e autoritário, então por exclusão a EAM seria legítima e fundamentalmente democrática, e vice versa. Conhecimentos da história grega que estavam à mão dos parlamentares (seja pela imprensa da época ou por outras fontes a que eles, como membros do governo, tinham acesso) — mais especificamente as trajetórias e ações então conhecidas de personalidades, partidos e grupos políticos gregos — eram utilizados de forma seletiva pelos debatedores, de modo que o lado por eles defendido aparecesse no debate totalmente desprovido de grandes contradições. Nosso segundo passo metodológico foi, portanto, cotejar os resgates históricos feitos pelos parlamentares ao conhecimento histórico disponível na época, que sabíamos ser disponível por mencionados por outros parlamentares nas réplicas e tréplicas, ou por aparecer na imprensa, ou simplesmente por serem obviamente de conhecimento notório. Desse modo vemos como o uso instrumental da história — sua simplificação — criou os jogos de oposição em torno dos quais giraram as discussões — *e.g.* democracia/ditadura, legitimidade/ilegitimidade, liberdade/fascismo.

Fizemos ainda outra consideração metodológica — um tanto quanto óbvia, mas que vale a menção. É necessário ter em mente que governo britânico e parlamento britânico (*i.e.*, as Câmaras dos Lordes e dos Comuns) não são sinônimos. O Parlamento é uma instituição soberana com os objetivos oficiais de examinar e aprovar leis — sendo, por isso, a autoridade legal suprema do Reino Unido — e de “acompanhar de perto os

planos do governo e monitorar a maneira pela qual eles [o governo] agem”⁵⁵, por intermédio do questionamento dos ministros, da solicitação de informações e do exame das propostas governamentais, dos gastos públicos e do funcionamento prático das leis. Os ministros do governo — inclusive o primeiro-ministro — são regularmente solicitados a comparecer ao Parlamento para responder questionamentos levantados em debates, e precisam manter as duas câmaras informadas a respeito de decisões importantes.

Os debates parlamentares se desenrolam em torno das políticas governamentais, das propostas de leis e tópicos candentes específicos, e são uma forma de auxiliar os membros das câmaras dos Comuns e dos Lordes a tomarem decisões de forma embasada. Normalmente, votações são realizadas com o intuito de concluir um debate, e podem levar tanto à aprovação ou rejeição de uma nova lei quanto ao registro das opiniões acerca de determinado tema. A Câmara dos Comuns é composta por parlamentares que são eleitos pelos votantes de seus respectivos distritos (*constituences*), e por isso espera-se que eles representem os interesses das populações de seus distritos. Levando em consideração as especificidades e funções desse espaço de debates, torna-se evidente que os Comuns, ao se pronunciarem, ultrapassavam em muito a mera retórica e pretendiam desencadear mudanças concretas, considerando, na medida do possível, o que julgavam ser as tendências e anseios de seus eleitores. De sorte que não basta nos aproximarmos dessas fontes específicas de modo a simplesmente relacionar seu conteúdo — os debates parlamentares — de modo a simplesmente elaborar um quadro pré-determinado mais amplo que podemos chamar *grosso modo* de contexto geral. Renato Janine Ribeiro alerta que esse princípio de contextualização, quando tomado por si só, arrisca se tornar uma operação mecanicista⁵⁶, baseada em uma relação contexto/texto que supõe uma exterioridade causal entre ambos e reduziria os debates a efeitos, meros reflexos de um quadro mais amplo. Buscando não incorrer nesse erro, é necessário ressaltar e sempre ter em mente que as intervenções dos membros do Parlamento, embora feitas em um ambiente que exigisse fluidez e prontidão, não eram completamente espontâneas. Ao contrário, tratava-se de ações preparadas e calculadas justamente para produzir efeitos.

⁵⁵ UK Parliament. *Parliament and the Government*. Disponível em: <https://www.parliament.uk/about/how/role/parliament-government/>. Acesso em 10/06/2020.

⁵⁶ Ribeiro, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p.343.

2. “Nossas armas estão apontadas para homens que lutam pela liberdade”

Terminadas as breves considerações metodológicas, tracemos algumas linhas a respeito do histórico do governo britânico de 1944 e do funcionamento dos debates parlamentares. E, em seguida, passemos à discussão de oito de dezembro.

No fim de 1944, Churchill, um primeiro-ministro do Partido Conservador, chefiava um governo de coalizão, formado nos primeiros meses da Segunda Guerra Mundial, quando os desdobramentos do conflito inviabilizaram a continuidade do ministério de guerra do também conservador Neville Chamberlain. Em abril de 1940, ainda no período da chamada *drôle de guerre*⁵⁷, as forças armadas do III Reich invadiram simultaneamente a Dinamarca e a Noruega para, entre outros objetivos, assegurar as rotas de fornecimento de minério de ferro sueco e estabelecer um flanco naval de onde operar contra a Real Marinha Britânica. Antes dessa invasão, Churchill, então primeiro lorde do Almirantado, queria adentrar o território norueguês para cortar o suprimento de ferro dos nazistas, mas Chamberlain e o Gabinete de Guerra foram peremptoriamente contrários a operações em uma Escandinávia neutra. Tal cautela permitiu que os nazistas desembarcassem ao longo da costa norueguesa⁵⁸, o que acabou levando significativa parcela da população britânica a atribuir a culpa desse fiasco a Chamberlain⁵⁹. A oito de maio, em sessão na Câmara dos Comuns, o primeiro-ministro, hostilizado pelo próprio partido, procurou a liderança Trabalhista e sugeriu uma coalizão. Sem sucesso, não teve saída senão a renúncia⁶⁰.

A 10 de maio, enquanto chegavam a Londres notícias do ataque alemão à Bélgica, Churchill foi chamado pelo rei George VI a ocupar o posto de primeiro-ministro e liderar um novo governo que deveria ser concebido, segundo as palavras do próprio Churchill, “na mais ampla base possível, devendo incluir todos os partidos, tanto aqueles que apoiaram o último governo quanto os partidos da Oposição [especialmente o Partido Trabalhista]⁶¹”. Formou-se um Gabinete de Guerra executivo composto pelos três maiores partidos — Conservador, Trabalhista e Nacional. Em dezembro de 1944, o Gabinete era

⁵⁷ *Drôle de guerre*, em inglês *phony war*, ou, em tradução livre para o português, *guerra de mentira*, é o termo normalmente utilizado para se referir ao período entre três de setembro de 1939 (invasão da Polônia pela *Wehrmacht*) e 10 de maio de 1940 (invasão da França também pela *Wehrmacht*), caracterizado pela falta de combates armados significativos, embora o Eixo e os Aliados já estivessem em estado de guerra.

⁵⁸ Beevor, Antony. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

⁵⁹ Lukacs, John. *O duelo: Churchill x Hitler*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

⁶⁰ Beevor, *op. cit.*

⁶¹ Hansard. House of Commons. *His Majesty's Government*. 13 de maio de 1940. Volume 260, cc.1501.

composto por oito membros: três conservadores (Churchill, o Ministro de Relações Exteriores Anthony Eden e o Ministro da Produção Oliver Lyttelton), três trabalhistas (o Ministro do Trabalho e Serviço Nacional Ernest Bevin, o Lorde Presidente do Conselho Clement Attlee e o Ministro do Interior Herbert Morrison) e dois nacionais (o Chanceler do Tesouro John Anderson e o Ministro da Reconstrução Lorde Woolton). O Gabinete de Guerra era o mais alto conselho administrativo e político do governo britânico. Tal como um gabinete britânico em tempos normais, tinha como objetivo fundamental elaborar e desenvolver as políticas do governo, e seus membros eram escolhidos entre os parlamentares da Câmara dos Comuns. O caráter de coalizão do governo durante o período abordado será de suma importância para a compreensão de alguns desdobramentos das discussões parlamentares, como mostraremos no final deste capítulo.

Entre suas muitas atribuições, cabia ao Gabinete elaborar os célebres Discursos do Rei. Trata-se de um texto que visa expor, principalmente, as propostas políticas e legislativas do governo para o ano seguinte — propostas para as quais é necessário o apoio das duas câmaras. O rei pronuncia seu discurso na série de rituais conhecida como Cerimônia de Abertura do Parlamento, que marca oficialmente o início de cada ano parlamentar⁶². Na Câmara dos Lordes, o monarca, utilizando a Coroa Imperial do Estado e sentado no Trono do Soberano, lê um discurso preparado pelo gabinete. Encerrado o pronunciamento, os membros de cada câmara dão início a uma série de discussões que devem resultar em um texto adicional conhecido como *Discurso em resposta ao discurso gracioso de Sua Majestade*.⁶³ As elaborações e decisões acerca da resposta ao Discurso do Rei são, na prática, discussões a respeito das propostas do governo — debates que se estendem por vários dias, geralmente com um dia sendo reservado para cada tópico considerado relevante (finanças, relações exteriores etc.). No dia 29 de novembro de 1944, o Discurso do Rei, enunciado por George VI, foi marcado por um tom otimista quanto às expectativas de encerramento da guerra — dado como certo — e às tarefas que aguardariam os britânicos nos tempos de paz.

As Nações Unidas olham retrospectivamente para um ano de grandes conquistas. E esperam com mais confiança do que nunca as vitórias finais que darão aos povos do mundo a justa paz que é nosso desejo principal. Na Europa Ocidental, Minhas Forças [as forças armadas] do Reino Unido e do Canadá e seus camaradas dos Estados Unidos, com o valioso auxílio das forças armadas dos meus aliados europeus e das pessoas que se ergueram para encontrá-los, têm desestabilizado o

⁶² *State Opening of the Parliament.*

⁶³ *Address in Reply to Her Majesty's Gracious Speech.*

inimigo em uma série de batalhas decisivas e agora estão o pressionando nas fronteiras de seu próprio país. Na Itália, as forças das Nações Unidas avançaram para as planícies setentrionais e na Grécia e na Iugoslávia os alemães estão sendo expulsos dos países que eles oprimiram por três amargos anos. A leste, as massivas conquistas do meu aliado russo privaram os alemães de grandes parcelas de território com as quais eles contavam para alimentar seus exércitos e fornecer uma barreira que evitasse que o solo alemão se transformasse em um campo de batalha. Tanto a leste quanto a Oeste, a Alemanha é invadida. As dificuldades em que seus exércitos agora se encontram é uma medida do sucesso que coroou nossas armas, pela graça de Deus.⁶⁴

A brevíssima menção à Grécia — sem nenhuma consideração a respeito de suas circunstâncias específicas — não passou despercebida pelos críticos da intervenção.

No dia 8 de dezembro transcorreu o sétimo dia de debates a respeito do Discurso do Rei na Câmara dos Comuns. A discussão foi iniciada com a leitura *pro forma* de um texto chamado Outlawries Bill, que expressa simbolicamente o direito da Câmara de fazer deliberações de forma independente do monarca e serve de base textual à qual podem ser acrescentadas as resoluções decididas no debate:

Que um humilde discurso seja apresentado à Sua Majestade, como segue. Soberano mais gracioso, nós, súditos mais esforçados e leais de Sua Majestade, os Comuns do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, reunidos em Parlamento, rogamos poder oferecer humildes agradecimentos à Sua Majestade pelo gracioso discurso que Sua Majestade proferiu para ambas as casas do Parlamento.⁶⁵

Terminados os prolegômenos, foi iniciada uma discussão a respeito de uma proposta de emenda elaborada por seis parlamentares: três deles pertencentes ao Partido Trabalhista — embora não se tratasse de uma emenda oficialmente endossada pelo Partido —, um independente e o restante pertencente aos partidos Common Wealth e Liberal⁶⁶. Frederick Seymour Cocks, trabalhista representante do distrito de Broxtowe, ficou encarregado de ler o texto da proposta:

Mas humildemente lamentamos que o Gracioso discurso não assegure que as Forças de Sua Majestade não serão usadas para desarmar os amigos da democracia na Grécia e nas outras partes da Europa, nem para suprimir os movimentos populares que valorosamente assistiram na derrota do inimigo e sobre cujo sucesso deveremos contar para futura cooperação na Europa.⁶⁷

⁶⁴ UK Political Speech Archive. *King George VI — 1944 King's Speech*. Disponível em: <http://www.ukpol.co.uk/king-george-vi-1944-kings-speech/>

⁶⁵ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.909.

⁶⁶ *The Daily Mirror*. Greece vote brings new trouble to the Labour Party. December 9, 1944.

⁶⁷ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.909.

Esse trecho, crítico ao governo, desencadeou um debate que levou mais de cinco horas. Seymour Cocks, depois de apresentar sua proposta de emenda ao discurso em resposta ao discurso do rei, propôs que o governo colocasse “imediatamente um fim a esse conflito fratricida”⁶⁸. Segundo o parlamentar trabalhista, em várias partes da Europa movimentos populares teriam se lançado ao combate contra os alemães e contra elementos que, em seus próprios países, se assemelhavam ao fascismo, e o governo britânico viria apresentando uma tendência a se posicionar de forma contrária a esses movimentos. Isso seria uma absurda contradição, uma vez que a Grã-Bretanha teria entrado na guerra contra o Eixo não apenas com finalidades pragmáticas de defesa a curto e médio prazo, mas também para livrar o mundo do fascismo — fascismo do qual os movimentos populares ora combatidos por Londres estariam tentando se libertar. Na medida em que a vitória contra o regime de Hitler se aproximava, a política britânica estaria pendendo a apoiar os “velhos regimes autoritários”⁶⁹ contra as forças populares antifascistas — na Bélgica, na Itália e agora na Grécia.

O representante grego dos *velhos regimes autoritários* é o ditador Ioannis Metaxas, que, antes da invasão do Eixo, governava a Grécia com o apoio de George II — o mesmo rei em torno do qual se constituiu o Governo de Unidade Nacional ora defendido por armas e braços britânicos. Seymour Cocks prossegue:

Para entender a posição grega, devemos voltar ao ano de 1936, quando o Rei George dos Helenos, que, incidentalmente, não tem uma gota de sangue grego correndo em suas veias, rasgou a constituição grega que ele havia jurado defender, e estabeleceu uma ditadura sob o falecido general Metaxas. A não ser pelo fato de que essa ditadura não promoveu uma política de agressão imperialista, essa ditadura era muito pouco melhor, se é que foi melhor, do que a ditadura de Mussolini.⁷⁰

Há uma importante sutileza nesse trecho. Não há nada na fala de Seymour Cocks que permita supor que o cerne de sua intervenção tenha sido improvisado; ao contrário, a extensão de sua fala, bem como os detalhes e referências concatenados sugerem tanto preparação quanto familiaridade com a questão grega. Portanto, é razoável inferir que a menção a uma suposta *ausência de sangue grego* nas veias do rei, longe de ser gratuita, teve dois propósitos. O primeiro, mais claro, é sublinhar que o George II não teria legitimidade perante a nação grega. Um rei sem sangue grego — um homem que não seria verdadeiramente grego — seria alguém alienígena, distante das tradições e da

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem, c.911.

trajetória grega, portanto incapaz de compreender os e responder aos anseios do povo sobre o qual outrora reinou e pretendia novamente reinar. Um governo composto em torno de um rei descolado da população seria, portanto, inviável; estaria destinado a não durar e não seria merecedor de auxílio.

E, se não é sangue heleno, o que exatamente corre pelas veias de George II? Seu pai, Constantino I, pertencia à Casa de Glücksburg — uma ramificação dinamarquesa da Casa Oldenburg, originária na região norte da Alemanha. Sua mãe, Sofia da Prússia era não apenas uma Hohenzollern, mas irmã de ninguém menos que Wilhelm II, o último imperador germânico⁷¹. Trazer à tona o fato de que o rei dos gregos não era grego também era um lembrete indireto de suas raízes germânicas. Fazer uma alusão às origens estrangeiras do monarca em um contexto no qual a Alemanha ainda não havia sido derrotada é uma forma de estabelecer uma afinidade eletiva entre George II — e, por extensão, todo o Governo de Unidade Nacional — e os inimigos nazistas da Grã-Bretanha. A relação é retomada e explicitada para além de qualquer dúvida mais adiante no debate, quando o parlamentar trabalhista declara que os britânicos estariam se arriscando a “perder a amizade do povo grego para cair nas graças de um príncipe Hohenzollern⁷²”. Diante das exclamações de surpresa e desaprovação de seus colegas parlamentares⁷³, emendou: “Bem, sua mãe era uma Hohenzollern e seu pai foi pró-alemão na última guerra [a Primeira Guerra Mundial], assim como ele”⁷⁴.

É fato que durante a Grande Guerra (1914-1918) a política institucional grega foi marcada pela dissensão entre o pai de George II, o rei Constantino I, e o primeiro-ministro Eleftherios Venizelos a respeito do alinhamento da Grécia no conflito. Venizelos era favorável à Entente, por avaliar que França, Grã-Bretanha e Rússia poderiam apoiar as aspirações territoriais dos irredentistas gregos nos Bálcãs e no Império Otomano — que havia se aliado à Áustria-Hungria e à Alemanha. Constantino I, por sua vez, realmente se expressava favoravelmente aos alemães — embora, ciente do poder naval britânico, defendesse a neutralidade⁷⁵. A menção ao histórico pró germânico de Constantino e sua extensão direta ao filho — que, *assim como o pai*, nutria simpatias por Berlim — é um exemplo do procedimento utilizado por Seymour Cocks em defesa de sua proposta de

⁷¹ Clogg, Richard. *História concisa da Grécia*. São Paulo: Edipro, 2017.

⁷² Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.916.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ Clogg, *op. cit.*

emenda: pela mobilização seletiva de informações do passado recente grego, de modo a constituir uma linha de continuidade sem qualquer sinal de ruptura. Não há, no pronunciamento do parlamentar, menções a fatos — então conhecidos — que poderiam colocar em xeque a aventada continuidade entre pai e filho. George II, que sucedeu seu progenitor no trono em setembro de 1922 e já em dezembro de 1923 teve de sair da Grécia na esteira da abolição da monarquia, residiu na Inglaterra entre 1931 e 1935; durante a ocupação da Grécia pelo Eixo, retornou a Londres, onde manteve contato próximo com o governo britânico, sendo considerado pelo Foreign Office um símbolo de continuidade constitucional e legitimidade⁷⁶. Portanto, se em sua biografia havia algum indício de simpatia em relação a uma terra estrangeira, essa terra estrangeira não era a Alemanha, mas sim a Grã-Bretanha. Não obstante, a interpretação feita por Seymour Cocks da história política grega não permite ambiguidades ou meios termos.

A tentativa retórica de alinhar o governo grego aos regimes do Eixo então combatidos pela Grã-Bretanha ganha força — e perde a sutileza — quando é feita a comparação ao fascismo italiano. Para Seymour Cocks, a ditadura de Metaxas — este, sim, um notório simpatizante do nazismo⁷⁷ teria sido quase tão deletéria quanto a de Mussolini. O respaldo histórico para tal afirmação é mais consistente, como podemos constatar em uma breve recapitulação do regime metaxano.

O advento de Ioannis Metaxas está relacionado à instabilidade que marcou o reinado de George II. Estabelecida em 1935 depois de um golpe militar restaurador que aboliu a república, a monarquia parlamentar helênica logo foi obrigada a lidar com uma cisão política que se tornou evidente com o resultado das eleições legislativas de 1936: das 300 cadeiras do parlamento, os realistas, liderados pelo Partido do Povo, controlavam 143; seus rivais, organizados no antirrealista Partido Liberal conquistaram 141 postos; os comunistas do KKE — então em uma situação ambígua de semilegalidade — receberam 15 cadeiras, convertendo-se no fiel da balança parlamentar⁷⁸. Nas ruas, os comunistas procuravam se sintonizar ao descontentamento popular perante efeitos da Grande Depressão — que levava ao colapso a economia grega, desproporcionalmente dependente de exportações agrícolas de produtos de luxo considerados supérfluos, tais como fumo, azeite de oliva e passas. Uma greve dos trabalhadores das plantações de tabaco em

⁷⁶ Clogg, *op cit.*

⁷⁷ Vlavianos, Haris. *Greece, 1941-1949: from resistance to civil war*. Nova York: Palgrave Macmillan, 1992.

⁷⁸ Clogg, *op. cit.*

Salônica, em maio de 1936, resultou na morte de doze grevistas pela polícia⁷⁹, o que levou o governo a declarar estado de emergência. No final de julho, a liderança do KKE proclamou uma greve geral a ser iniciada no dia cinco de agosto⁸⁰.

Metaxas — então ocupando o cargo de primeiro-ministro — se antecipou, e no dia anterior à data marcada para a greve geral, convenceu George II a lhe conceder poderes emergenciais para neutralizar a liderança do KKE. Os comunistas foram desbaratados e os ditos poderes emergenciais, oficialmente concedidos em caráter provisório, se estenderam: pelos próximos quatro anos e meio até sua morte em 1941, Metaxas governou por decreto. Seu governo, que viria a ser conhecido como o Regime de Quatro de Agosto, tinha como centro ideológico a busca pela chamada Terceira Civilização Helênica: um processo de desenvolvimento e disciplinamento do povo grego que sintetizaria os supostos valores pagãos de uma Grécia Antiga idealizada — com destaque para Esparta — e do cristianismo medieval de Bizâncio. Metaxas passou a emular alguns rituais em voga na Alemanha e na Itália, como a saudação fascista, mas as semelhanças extrapolavam a dimensão simbólica. O Estado passou a interferir nas atividades da imprensa, as atividades artísticas sofriam censura e foi criada uma organização paramilitar juvenil de participação compulsória — a Organização da Juventude Nacional. A já existente Polícia de Segurança Especial teve suas prerrogativas ampliadas e passou a lidar com suspeitos de crimes políticos de formas arbitrárias, não raro com prática de tortura. A população foi sistematicamente espionada e era comum os cidadãos serem extorquidos e ameaçados para denunciar conhecidos. Foram instalados campos de concentração em ilhas distantes.⁸¹

A força da argumentação de Seymour Cocks deriva do conhecido fato de que o processo de concentração de poder na mão de Metaxas teve anuência do monarca heleno e este, portanto, poderia ser culpabilizado com facilidade. Essa mácula antidemocrática, segundo a concepção do parlamentar trabalhista, tomaria à monarquia qualquer legitimidade para governar a nação helena. Somando-se ao respaldo dos fatos, Seymour Cocks, também aqui, faz uso implícito da elisão de soluções de continuidade. Assim como George II foi associado à germanofilia de seu pai e colocado como elemento de continuidade direta entre o governo grego do período pré-ocupação e o Governo de

⁷⁹ Clogg, *op. cit.*

⁸⁰ Woodhouse, C. M. *The Struggle for Greece* (Locais do Kindle 730-734). Hurst. Edição do Kindle.

⁸¹ Papandreou, Andreas. *Democracy at gunpoint: the greek front*. Middlesex: Pelican, 1973.

Unidade Nacional, o primeiro-ministro Papandreou, nas poucas vezes em que é mencionado pelo parlamentar trabalhista, não é diferenciado de Metaxas:

[Em agosto de 1944, o secretário de relações exteriores Eden] disse que o Governo de Sua Majestade e o governo de Papandreou estavam em contato constante, e que não havia divergência entre eles. Então, eu creio que não possa ser negado que durante o último verão o governo britânico estava mostrando muito mais simpatia para com a ditadura grega exilada no Egito do que com o popular movimento de resistência lutando nas montanhas da Grécia⁸².

Utilizar o termo *ditadura grega exilada no Egito* nesse contexto é negar qualquer diferença significativa entre o Regime de Quatro de Agosto e o Governo de Unidade Nacional e, no limite, colocar Metaxas e Papandreou na mesma cumbuca. A informação essencial que Seymour Cocks deixa de mencionar é que a ascensão de Papandreou se dá meio a um processo de expurgo dos elementos mais fiéis a Metaxas do governo no exílio — expurgo incompleto e gradual, mas de forma alguma desprezível. Após o falecimento de Metaxas por causas naturais, em 29 de janeiro de 1941, Alexandros Koryzsis assumiu o cargo de primeiro-ministro, e permaneceu no posto por menos de três meses: em 18 de abril — o dia em que as tropas alemãs adentraram Atenas —, acusado de traição e derrotismo por membros do governo, cometeu suicídio. Dois dias depois, enquanto o exército grego se rendia incondicionalmente em Epiro, o rei nomeou Emmanouil Tsouderos primeiro-ministro; em 23 de abril, o governo grego foi extraído de Atenas por militares britânicos e transferido para a África do Sul. Em setembro de 1941, George II e seu gabinete se instalaram em Londres como um governo no exílio composto por tendências heterogêneas. Tsouderos, conhecido por suas posições republicanas moderadas, liderava um gabinete predominantemente metaxista. O rei, por sua vez, cercou-se de um séquito de amigos e simpatizantes acríticos que, durante os anos seguintes, prejudicariam sua análise das mudanças políticas que ocorriam, em especial a perda de popularidade da monarquia. No dia 4 de fevereiro, por insistência de Tsouderos e do governo britânico, George II assinou um decreto declarando o regime de Metaxas formalmente encerrado. Os apoiadores mais próximos do rei e os metaxistas proeminentes do gabinete foram exonerados de seus cargos. Em 1943, quando o governo foi transferido para o Cairo, entrou em contato com a comunidade grega no Egito e com os soldados e políticos gregos que conseguiram fugir da Grécia ocupada para o Oriente Médio. Tanto os grego-egípcios quanto os grupos exilados se caracterizavam pela forte

⁸² Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.912.

presença de elementos antimonarquistas, que, aproximando-se de Tsouderos, acabaram influenciando os próprios membros do governo. Somada essa influência à recente retirada dos ministros metaxistas, logo a defesa do republicanismo democrático se tornou lugar comum no gabinete. Consequentemente, uma indagação crucial ganhou centralidade: a monarquia deveria ser preservada ou abolida?⁸³.

A questão monárquica culminou, em abril de 1944, no motim das forças armadas gregas reunidas no Oriente Médio, que abordaremos mais adiante. Por ora, cumpre destacar que, não conseguindo lidar de forma satisfatória com o amotinamento, Tsouderos renunciou. Após um curto período de onze dias em que o cargo de primeiro-ministro foi ocupado por Sofoclis Venizelos, Georgios Papandreou assumiu o posto⁸⁴. Advogado por formação, iniciou a carreira política sob a proteção de ninguém menos que Eleftherios Venizelos, o proeminente estadista e líder do Partido Liberal que, exercendo o cargo de primeiro-ministro entre 1910 e 1933, buscou empreender reformas no sentido da industrialização capitalista e da implementação da democracia na Grécia. Em 1935, Papandreou fundou o Partido Socialista Democrático, e três anos depois foi exilado pela ditadura de Metaxas⁸⁵. Tratava-se de alguém muito conhecido, tanto no meio político grego quanto no exterior — é digno de nota que tanto o embaixador britânico Leeper quanto o embaixador americano Lincoln MacVeagh o tinham em boa conta⁸⁶. Suas tendências socialistas — muito próximas ao que chamaríamos hoje de social-democracia, e bastante semelhantes às linhas gerais do Partido Trabalhista Britânico dos anos 1940 — o tornavam simpático às esquerdas fora da Grécia, ao mesmo tempo em que sua ojeriza pelo Partido Comunista da Grécia, o KKE (que ele julgava ter um plano para tomar o poder à força), o tornava potencialmente confiável perante os grupos mais conservadores⁸⁷.

Em suma, não havia nada no histórico de Papandreou que sugerisse tendências autoritárias ou simpatias ao fascismo. Levando-se em conta que a trajetória do primeiro-ministro grego era notória tanto entre os envolvidos na política grega quanto para os observadores próximos, e que as mudanças ocorridas no governo grego durante o exílio também eram conhecidas — o governo britânico as acompanhava de perto —, e

⁸³ Iatrides, John. *Revolt in Athens: the greek communist second round, 1944-1945*. Princeton: Princeton University Press, 1972.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ Clogg, *op. cit.*

⁸⁶ Iatrides, *op. cit.*

⁸⁷ Ibidem.

finalmente considerando que a intervenção de Seymour Cocks denota um domínio consistente da história grega recente, é bastante improvável que ele não tivesse conhecimento dessas questões. É razoável supor que a menção ligeira feita a Papandreou e a subsequente caracterização do governo no exílio como uma ditadura tenham sido uma tentativa intencional de simplificação dos fatos com o intuito de acumular força argumentativa. Ao escamotear Papandreou e as transformações do gabinete grego ao mesmo tempo em que confere uma posição central a George II que, se pode ser justificada na dimensão simbólica, não se sustentava no que tangia à execução de políticas: o rei não era a figura executiva mais importante do governo, posto que se tratava de uma monarquia parlamentar liderada pelo primeiro-ministro. Cocks constrói a imagem simplista de um governo grego não apenas autoritário, mas de raízes fascistas, cuja associação ao Reino Unido seria motivo de opróbrio para os britânicos.

O encerramento da ofensiva do parlamentar britânico contra a política de intervenção na Grécia é a menção à polícia grega e às duas unidades militares que aportaram em solo grego quando da libertação — o Esquadrão Sagrado e a Brigada da Montanha:

Havia uma polícia armada, fortemente suspeita de tendências fascistas [...]. E havia uma Brigada da Montanha e um Batalhão [sic] Sagrado, formado por soldados que não participaram do motim do último verão [...], e eram portanto um grupo escolhido a dedo [pelo governo] e, na opinião dos líderes Republicanos, eram provavelmente apoiadores da Monarquia.⁸⁸

Se o Governo de Unidade Nacional decretou que os grupos de resistência deveriam entregar suas armas, para Seymour Cocks eram justas as exigências dos “líderes Republicanos⁸⁹” (*i.e.* os líderes da EAM) de que o Esquadrão Sagrado e a Brigada da Montanha também fossem desmobilizados, posto que eles “poderiam ser utilizados pela direita para reprimir a esquerda, possivelmente para estabelecer outra ditadura militar como a que fez a Grécia sofrer antes da guerra⁹⁰”. Por conta do decreto de desarmamento unilateral, “um horrível tipo de guerra está ocorrendo em Atenas⁹¹”.

⁸⁸ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.912.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ *Ibidem*.

Para entendermos por que Seymour Cocks enfatiza essas duas unidades militares, é necessário retornar ao contexto do surgimento da Brigada da Montanha: o já mencionado motim das forças armadas gregas no Oriente Médio.

Em abril de 1944, grande parte das forças armadas helênicas provinha de recrutamentos entre os gregos que conseguiram escapar da Grécia ocupada e entre os habitantes das comunidades helênicas no mundo árabe. Embora houvesse unidades aéreas e navais consideráveis, o principal eram as forças terrestres, que foram organizadas em duas brigadas, dois batalhões de infantaria independentes, um regimento de tanques e o Esquadrão Sagrado especial, totalmente formado por homens que haviam sido oficiais do exército antes da ocupação. O total de aproximadamente 30 mil homens — incluindo mais de 2,5 mil oficiais — foi equipado, treinado e mantido pelo governo britânico.

Com exceção da Primeira Brigada, que lutara na batalha de El Alamein, e do Esquadrão Sagrado, que participara da captura de Túnis, o restante das forças armadas permaneceu inativo e se prestava a intrigas políticas. No início comandadas por oficiais que haviam servido no governo de Metaxas, essas unidades foram aos poucos recebendo os quadros republicanos que gradualmente escapavam da Grécia. Consequentemente, já em 1941 os círculos diplomáticos americanos no Cairo reportavam dissensão crescente entre os militares gregos. Para evitar a indisciplina, o então primeiro-ministro Tsouderos chegou ao Egito de Londres, em março de 1942, e removeu de seus postos alguns oficiais realistas empedernidos. Em fevereiro de 1943, a amotinação em ambas as unidades trouxe Tsouderos novamente ao Cairo para exonerar vários oficiais proeminentes. O Foreign Office britânico avaliava que os distúrbios se originavam da clivagem crescente entre oficiais realistas e republicanos/esquerdistas e à crença generalizada de que as duas brigadas seriam fundidas em uma única divisão sob controle monarquista e seria utilizada para reimpor uma ditadura monarquista depois da libertação.

Não era mais possível ignorar o sentimento republicano no exército e na marinha, nem a crescente influência do EAM nas patentes mais baixas — depois da primavera de 1943, a maioria dos gregos que escapavam de sua nação ocupada e se incorporavam às forças armadas eram simpatizantes do EAM, embora poucos fossem simpatizantes do KKE em especial. Eles logo começaram a se organizar em grupos que, ignorando os princípios de disciplina militar, exigiam que o governo no exílio se alinhasse às suas aspirações políticas: na prática, uma exigência para que o gabinete fosse totalmente expurgado dos remanescentes metaxistas e ocupado por figuras à esquerda no espectro

político. Além disso, demandaram que George II se comprometesse a não retornar a Grécia até que ocorresse um plebiscito decidindo pela manutenção ou abolição da monarquia. Em julho de 1943, para que os ânimos se acalmassem, o rei foi formalmente aconselhado pelo gabinete de que este iria renunciar assim que retornasse à Grécia, abrindo o caminho a eleições gerais para uma assembleia nacional que iria então decidir a questão da dinastia real.

O rei concordou com as eleições, mas se recusou a nomear um regente e a prometer não retornar à Grécia antes de ser convidado pela população grega. A tentativa de apaziguamento não surtiu efeito, e em abril de 1944 a Primeira Brigada se amotinou, seguida rapidamente pela maioria das unidades das forças armadas gregas — a exceção notável foi o Batalhão Sagrado, que permaneceu leal ao governo. Grande parte da responsabilidade pela revolta residia nos simpatizantes do EAM nas patentes baixas, que criaram células políticas em muitas unidades, com a complacência explícita dos oficiais republicanos. O motim só foi extinto por conta da intervenção das forças armadas britânicas. Embora as baixas tenham sido poucas, as forças armadas gregas no Oriente Médio foram desmontadas. Mais de 10 mil soldados foram encarcerados em campos de prisioneiros no interior do Egito, na Líbia e na Eritreia. Depois de meses de interrogatórios conduzidos por agentes britânicos, os soldados e oficiais que não haviam participado do motim e cujas credenciais anticomunistas eram fortes o bastante, foram agrupados em uma nova unidade chamada “Terceira Brigada”, que, após participar da campanha italiana e capturar Rimini, passou a ser conhecida como “Brigada Rimini” ou “Brigada da Montanha”. É justamente o fato de essa nova unidade ter sido formada exclusivamente por quadros declaradamente anticomunistas que respalda a argumentação de Seymour Cocks. Seria impossível, para ele, que tal agrupamento exibisse a neutralidade política que se espera de uma força armada republicana.

A narrativa que o parlamentar trabalhista construiu, sem embargo, não se resume a uma análise marcadamente simplista do Governo de Unidade Nacional: a totalidade de sua intervenção no debate mostra que ele buscou estabelecer uma visão binária, desenhando um retrato igualmente simplista — mas em chave inversa — do principal oponente da monarquia grega. Se, na linha argumentativa de Seymour Cocks, o Governo de Unidade Nacional é colocado em um extremo e caracterizado como fascista — e a Brigada da Montanha e o Esquadrão Sagrado seriam provas incontrovertíveis de tal caráter autoritário —, a EAM/ELAS é deslocada para a outra extremidade e descrita como

o oposto da monarquia grega. Segundo o parlamentar, tratava-se de uma “grande organização⁹²” que teria se esforçado de forma heroica e consistente para livrar sua nação dos alemães.

Para Seymour Cocks, a EAM seria uma organização de caráter mais republicano do que comunista: embora dotada de “núcleo comunista firme”, e embora possa ser considerada “uma organização fortemente de esquerda⁹³”, argumenta o parlamentar, EAM e KKE não seriam sinônimos. Ressaltar a heterogeneidade da EAM, a despeito da preeminência comunista, é factualmente correto. A EAM contava, no final da ocupação, com cerca de 750 mil membros ativos, a maioria dos quais apresentava tendências claramente antimonarquistas, muitos tendiam à esquerda, mas membros e simpatizantes do KKE eram a minoria: além do partido comunista, a EAM incluía o Partido Socialista da Grécia (SKE), a União da Democracia Popular (ELD), o Partido Agrário da Grécia (AKE) e o Partido Socialista Unido da Grécia (ESKE). A EAM era comandada por um comitê central de 25 membros, cada um dos quais representando os partidos políticos mencionados, além de representantes das várias organizações do EAM, como o ELAS, a Assistência Nacional Mútua (EA), a Organização da Juventude Grega Unida (EPON) e a Frente de Libertação Nacional dos Trabalhadores (EEAM). A preeminência do KKE vinha do fato de que seus membros lideravam essas organizações e as representavam no comitê central, o que tornava a presença dos comunistas majoritária na cúpula, de forma desproporcional ao total de seus membros na EAM⁹⁴. Mesmo Woodhouse, historiador anticomunista e partidário da tese da tentativa de tomada de poder pelo KKE, avaliou que a maioria dos membros na baixa hierarquia do partido não eram conspiradores obscuros, mas sim homens e mulheres patrióticos, inspirados por um vago, mas verdadeiro ideal de uma Grécia melhor. Além disso, Woodhouse salienta, pertinentemente, que a EAM/ELAS era popular e tinha largo alcance justamente porque representava diversos grupos políticos — o KKE jamais conseguiria, por si só, conquistar tamanha amplitude de influência.⁹⁵

⁹² Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.911.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ Iatrides, *op. cit.*

⁹⁵ Woodhouse, *op. cit.*

A Grã-Bretanha estaria engajada ao lado de uma ditadura, continua Seymour Cocks, lutando contra um grupo de esquerda legítimo, sob a justificativa oficial de manter a lei e a ordem. Todavia,

por mais que nós, ou eu, preferamos as urnas, eu garanto isto: não é da nossa alçada intervir em um país estrangeiro amigo para impedir a derrubada de uma ditadura. [...] Nessa luta, é óbvio que as forças britânicas serão vitoriosas. Nenhuma milícia com armas leves pode aguentar por muito tempo contra os tanques e aviões e equipamentos de um exército moderno. Mas vitórias como essa não podem ser almejadas.⁹⁶

E, no encerramento de sua intervenção, faz um último apelo:

A Inglaterra e a Grécia têm sido amigas ao longo da história. Elas sempre foram campeãs da liberdade e da democracia. Não deixemos essa amizade ser rompida agora, ou a espada da liberdade ser voltada contra seus próprios filhos.⁹⁷

Terminado o pronunciamento de Seymour Cocks, Richard Acland, membro do partido socialista Common Wealth Party e um dos elaboradores da emenda, reiterou a argumentação de seu colega trabalhista. A questão grega expressaria, também para Acland, uma tendência geral da atuação britânica na Europa continental nos últimos três anos: a inclinação ao favorecimento de “elementos reacionários e mesmo fascistas”⁹⁸ e um indecente vagar em reconhecer os “movimentos populares genuínos da Europa”.⁹⁹ Aqui, *genuíno* é sinônimo de *legítimo*: “quando uma organização [a EAM] tem dois milhões de membros em uma população menor que a da Bélgica, não se pode dizer que se trate de algo descolado da população”.¹⁰⁰

Dois milhões é um número muito acima do que o indicado pelas pesquisas mais recentes, que estimam os membros da EAM em torno dos 750 mil.¹⁰¹ Sem embargo, trata-se de um contingente significativo, levando-se em conta que em 1944 a Grécia tinha aproximadamente sete milhões de habitantes. A despeito da inflação numérica, portanto, o sentido da argumentação de Acland é fundamentalmente correto: além do tamanho da EAM, ele cita, como indícios da legitimidade popular da organização, seu sucesso em organizar greves durante a ocupação e a libertação de vastas áreas, nas quais foram construídos hospitais, oficinas e escolas de treinamento militar. Além disso, continua, a

⁹⁶ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.912.

⁹⁷ *Ibidem*, c.917.

⁹⁸ *Ibidem*, c.918.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ Gerolymatos, *op cit*.

EAM estaria demonstrando respeito pelas práticas religiosas da população — tanto que conseguiu angariar apoio não apenas de padres dos povoados, mas também de alguns bispos proeminentes da Igreja Ortodoxa Grega. Isso seria um forte indicativo de que o movimento não estaria buscando impor a “doutrina comunista”¹⁰², ineludivelmente ateia.

Ao mencionar as greves, Acland, bem informado, fazia referência à manifestação organizada pela EAM em cinco de março de 1943 em Atenas, em protesto contra os planos nazistas de utilização compulsória de gregos para trabalhar nas fábricas do Reich no exterior. Uma multidão invadiu o Ministério do Trabalho e destruiu os documentos que pudessem auxiliar no recrutamento forçado; esse episódio foi a primeira vez que a polícia grega do governo colaboracionista abriu fogo contra manifestantes. No verão do mesmo ano, Atenas foi palco de outras manifestações — muito maiores —, também organizadas pela EAM, contra a penúria econômica imposta aos gregos pelos ocupantes. Foi durante esse período que a influência política da EAM se consolidou, enquanto nas regiões rurais o ELAS cresceu rapidamente — saltando de apenas 500 guerrilheiros em dezembro de 1942 para mais de 10 mil em abril de 1943 e para quase 30 mil cerca de quatro meses depois.¹⁰³

Segundo a linha de raciocínio expressa por Acland, o ponto crucial da questão — que aclararia tanto a legitimidade e integridade da EAM quanto a infâmia do Governo de Unidade Nacional — seria precisamente o fato que acabou levando à manifestação na Praça Sintagma em três de dezembro: a renúncia dos seis ministros da EAM a seus assentos no Parlamento Helênico. O governo grego e seus apoiadores britânicos seriam diretamente responsáveis pela renúncia; logo, também seriam responsáveis pelo conflito em curso, asseverou o parlamentar socialista. No dia 18 de outubro, recordou, as partes em negociação para a composição do governo nacional firmaram um acordo para o desarmamento de todos os movimentos de guerrilha; todavia, após a libertação o Esquadrão Sagrado e a Terceira Brigada da Montanha aportaram em solo grego. Isso teria alterado a correlação de forças, deixando a EAM em severa desvantagem. Pressionando por novas negociações, seus líderes conseguiram consentimento governamental para

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Skalidakis, Yannis. From Resistance to Counterstate: The Making of Revolutionary Power in the Liberated Zones of Occupied Greece, 1943–1944. *Journal of Modern Greek Studies*, Volume 33, Number 1, May 2015, pp. 155-184.

manter mobilizado um contingente do ELAS equivalente à soma dos efetivos do Esquadrão Sagrado e da Brigada da Montanha. No dia 30 de novembro, sem embargo, aviões da RAF britânica despejaram, por toda a Grécia, panfletos trazendo um texto do general Scobie, segundo o qual os britânicos supervisionariam, com consonância com as ordens do governo grego, a desmobilização total de todos os guerrilheiros entre os dias 10 e 20 de dezembro. A mensagem do panfleto, apontou Acland, seria contraditória ao termo do acordo que permitiria ao ELAS manter um contingente em armas. A unidade, portanto, não teria sido rompida pelos ministros que renunciaram, mas sim por quem quer que tenha autorizado a divulgação do panfleto.

Os termos do acordo de desarmamento, além de serem alvo de interpretações conflitivas, foram assinados em atmosfera de mútua desconfiança. Como já mencionamos, Papandreou assumiu o cargo de primeiro-ministro do governo exílio em 26 de abril de 1944 na esteira do amotinamento das forças armadas gregas no Oriente Médio. Menos de um mês depois, em 17 de maio, presidiu em Beirute uma conferência entre o governo, antigos partidos políticos e os principais movimentos de resistência atuantes na Grécia — EAM, EDES e EKKA¹⁰⁴ —, com vistas a formar um governo de unidade nacional. Os representantes da EDES, da EKKA e da maioria dos partidos acusaram os delegados da EAM, do KKE e da PEEA¹⁰⁵, acusando o ELAS de cometer massacres e praticar terrorismo nas regiões libertadas sob seu controle. Papandreou, por sua vez, atribuiu à EAM a responsabilidade pelo motim de abril. Isolados e com pouco espaço para negociação, os homens da EAM acabaram assinando, três dias depois, o documento que viria a ser conhecido como Acordo do Líbano, determinando a reorganização das forças gregas no mundo árabe e a unificação dos grupos de guerrilha na Grécia — sob o comando do Governo de Unidade Nacional.

A liderança da KKE repudiou o Acordo do Líbano — deixando claro, na prática, que os representantes, da EAM e da PEEA, ao assiná-lo, contrariaram suas orientações

¹⁰⁴ Como já visto na introdução, EDES (ΕΔΕΣ) é o acrônimo da Liga Nacional Republicana Grega (Ethnikos Dimokratikos Ellinikos Syndesmos/Εθνικός Δημοκρατικός Ελληνικός Σύνδεσμος), que, a despeito do nome, aproximou-se das forças monarquistas nos momentos finais da ocupação. EKKA era a sigla da Libertação Nacional e Social (Ethniki kai Koinoniki Apeleftherosis/Εθνική και Κοινωνική Απελευθέρωσις), movimento de resistência de base ideológica republicana e liberal, colocando-se, portanto, contra os monarquistas e os comunistas.

¹⁰⁵ PEEKA é o acrônimo do Comitê Político de Libertação Nacional (Politiki Epitropi Ethnikis Apeleftherosis/Πολιτική Επιτροπή Εθνικής Απελευθέρωσης). Em momento mais oportuno, ainda neste capítulo, entraremos em mais detalhes a respeito desse comitê.

— e acusou Papandreou de agir de má fé na conferência. Giorgios Siantos, secretário geral do partido, apresentou ao governo novas exigências para que a EAM aceitasse participar da coalizão: qualquer menção à necessidade de desmobilizar o ELAS deveria ser descartada, os Batalhões de Segurança colaboracionistas deveriam ser denunciados publicamente e a EAM deveria ter seis ministros e um subsecretário em um gabinete de 15 membros — em vez de cinco ministros em um total de vinte, como foi proposto por Papandreou no final de abril¹⁰⁶. Todas as exigências foram negadas. No dia 29 de julho, o KKE deixou suas demandas de lado e indicou boa vontade em participar da coalizão, tendo como *única* exigência a renúncia de Papandreou, o que foi negado. Em 15 de agosto, o partido comunicou que participaria do governo sob Papandreou; a três de setembro, seis representantes da EAM e do PEEA receberam cargos de pouca importância no gabinete.

O recuo político do KKE e por extensão da EAM não alterou as relações de força no sentido militar — o ELAS ainda era o poder dominante na Grécia continental. Papandreou estava ciente disso, e sabia, portanto, que declarar a legitimidade do Governo de Unidade Nacional sem o respaldo de uma força bélica de nada adiantaria; em nove de agosto, a pedido de Papandreou, o Gabinete de Guerra britânico concordou em enviar à Grécia uma força de dez mil homens. O próximo passo seria assegurar que as organizações de guerrilha cumprissem o acordado em Beirute e se submetessem ao comando do governo. No final de setembro, o general Wilson reuniu os comandantes do ELAS e do EDES no Quartel General Aliado, em Caserta, Itália — onde o governo havia se instalado no início do mês, antecipando o fim da ocupação. O chamado Acordo de Caserta, firmado no dia 26, estabeleceu que:

- 1) Todas as forças de guerrilha operando na Grécia se colocam sob as ordens do Governo de Unidade Nacional grego.
- 2) O governo grego coloca essas forças sob ordens do general Scobie, que foi nomeado pelo Comandante Supremo Aliado como Comandante das forças aliadas na Grécia.
- 3) Em acordo com a proclamação emitida pelo governo grego, os líderes das guerrilhas gregas declaram que proibirão qualquer tentativa de unidades sob seu comando de tomar a lei em suas próprias mãos. Tal ação será tratada como um crime e será punida de acordo.
- 4) No tocante a Atenas, nenhuma ação deve ser tomada salvo aquelas sob as ordens diretas do general Scobie.

¹⁰⁶ Woodhouse, *op. cit.*

- 5) Os batalhões de segurança são considerados instrumentos do inimigo. A menos que eles se rendam de acordo com a ordem emitida [...] [por Scobie], eles serão tratados como formações inimigas.
- 6) Todas as forças gregas de guerrilha, para colocar um fim em rivalidades do passado, declaram que elas formação uma união nacional com vistas a coordenar suas atividades nos melhores interesses de [sua] luta em comum.¹⁰⁷

Mesmo tendo aderido ao acordo, a liderança do partido buscou fortalecer suas posições políticas e militares para a eventualidade de um possível choque contra o Governo de Unidade Nacional e os britânicos quando do fim da ocupação — em outubro teve início a transferência de algumas unidades do ELAS para a capital.¹⁰⁸ Em 17 de outubro — quando os alemães já haviam abandonado Atenas e arredores e a retirada dos homens do Eixo se encontrava avançada —, uma pequena armada anglo-grega aportou em Pireu trazendo soldados britânicos e Papandreou, Scobie, MacMillan e Leeper¹⁰⁹. No dia seguinte o Governo de Unidade Nacional foi formalmente estabelecido. O *newsreel* sobre a libertação produzido pela Associated Press¹¹⁰ mostra imagens de multidões exultantes, gritando de alegria, jogando flores no asfalto, aplaudindo e saudando as tropas britânicas que passavam a pé, em jipes e em tanques. Meio aos rostos sorridentes e aos braços erguidos, brasões da EAM ladeiam bandeiras gregas, americanas e britânicas. Outro *newsreel*, da agência britânica British Pathé¹¹¹, mostra uma procissão comemorativa subindo a Acrópole, liderada por mulheres jovens, alegres, vestindo trajes folclóricos e desfaldando a bandeira nacional.

Mesclada ao alívio da libertação destacado de modo edulcorado nesses filmes, sem embargo, acumulavam-se inquietações. Na avaliação de Woodhouse — que, como já destacamos, jamais foi suspeito de simpatia ao KKE —, os sinais não eram promissores para a EAM. Após a instalação do governo, Papandreou trocou alguns nomes no Gabinete por políticos posicionados mais à direita, enquanto a equipe de Scobie discutia a futura situação dos grupos de guerrilha em termos de *desarmamento* ao invés de expressões mais neutras como *desmobilização*. A parada militar que desfilou por Atenas no dia da

¹⁰⁷ Caserta Agreement published. *The Times*, Londres, 18 de dezembro de 1944, p.4.

¹⁰⁸ Vlavianos, *op. cit.*

¹⁰⁹ Woodhouse, *op. cit.*

¹¹⁰ Associated Press, AP Archive. *Athens celebrates liberation*. Story nº BM45214, 30/10/1944. Disponível em: <http://www.aparchive.com/metadata/youtube/72fc116c737f4f15b1d55146f9ad5a64>. Acesso em 08/06/2020.

¹¹¹ British Pathé. *British forces in Athens 1944*. Film ID: 1366.34. Media urn: 44798. Disponível em: <https://www.britishpathe.com/video/british-forces-in-athens/query/british+forces+athens>. Acesso em: 25/06/2020.

libertação não tinha lugares para representantes dos grupos de guerrilha — que não receberam condecorações¹¹². Agravando a situação, grupos de direita, como destaque para a Organização X, espreitavam as ruas, não raro entrando em choque contra os homens da EAM.

Comparando as peças cinematográficas da Associated Press e da British Paté, produzidos no final de outubro, ao relato aterrador e macabro da atmosfera da Atenas no final da primeira semana de novembro feito pelo correspondente do *Times*, podemos constatar como a euforia inicial era frágil e velozmente cedia lugar à tensão:

Desde o dia da libertação, Atenas tem sido quase continuamente palco de pessoas marchando, carregando banners políticos e gritando slogans políticos, mas isso tudo tinha o significado de paradas de vitória, sendo claramente um modo do povo celebrar sua libertação das restrições políticas, que duraram por quase oito anos [*i.e.* os anos de Metaxas e o período de ocupação]. Agora, o caráter das manifestações vem mudando. Ontem, cerca de 800 apoiadores da EAM ocuparam as principais vias, carregando, à frente da procissão, três cadáveres. Eles se reuniram em frente ao Parlamento e gritaram que seus camaradas haviam sido assassinados "por organizações de direita", exigindo que o Governo tomasse as medidas apropriadas. Pelo menos dois dos corpos pareciam estar mortos há dias e provavelmente foram desenterrados de suas covas, mas isso não mitiga a gravidade da situação. Partidos e organizações de direita, embora não tenham se manifestado [publicamente] [...], estão ativas, e parece que logo irão emergir.¹¹³

Se ao longo da ocupação a questão central dos atritos entre o KKE e o governo em exílio era a figura do Rei (seu retorno à Grécia ou a continuidade de sua ausência), na conjuntura dos primeiros dias da libertação o ponto fulcral passou a ser a coexistência prática de duas forças armadas independentes, cada qual reconhecendo autoridades políticas diferentes ainda que formalmente unidas sob o Governo de Unidade Nacional. O grande problema era, portando, a questão da desmobilização. Para a EAM, era necessário que Papandreou e os britânicos desarmassem a Brigada das Montanhas — composta, depois do expurgo pós motim, por uma quase totalidade de elementos monarquistas considerados perigosos pelas esquerdas. Em 26 de outubro, Papandreou declarou que ele e o secretário geral do KKE Siantos haviam concordado, no dia anterior, que todas as forças voluntárias do ELAS, EDES e das forças armadas no Oriente Médio seriam desmobilizadas, e, no dia sete de novembro, anunciou que o ELAS e a EDES deveriam ser desmobilizadas até o dia 10 de dezembro. No dia seguinte a esse anúncio, a

¹¹² Woodhouse, *op. cit.*

¹¹³ Rising tension in Greece. *The Times*, Londres, 6 de novembro de 1944, p.4.

Brigada chegou a Atenas, vinda do front italiano, e tornava-se evidente que os partícipes do acordo o interpretavam de maneira diversa¹¹⁴. Em 16 de novembro, o primeiro-ministro recebeu um memorando da EAM exigindo a desmobilização das forças armadas originárias do Egito, argumentando que a Brigada da Montanha era composta por *voluntários, i.e.*, não se tratava de uma força regular. Segundo o comunicado, a Brigada seria nacionalista e monarquista, trazida para Atenas com o objetivo de estabelecer outra ditadura¹¹⁵. Dentro do gabinete, Papandreou era pressionado: em 20 de novembro, os ministros dos partidos Liberal e Popular ameaçaram se retirar do governo no dia 11 de dezembro, caso o primeiro-ministro não cumprisse sua própria determinação e os guerrilheiros não estivessem completamente desarmados até 10 de dezembro. Em resposta, Papandreou anunciou publicamente que Scobie seria responsável pela desmobilização das organizações de resistência¹¹⁶.

Como Cocks, Acland encerra sua intervenção com um apelo:

Vamos nos comprometer com uma luta severa e difícil, policiando, prendendo, confiscando, aprisionando e queimando vilas para esmagar um movimento popular? Eu rezo aos céus para que o Primeiro Ministro escolha outra alternativa [...].¹¹⁷

Podemos dizer, em síntese, que as argumentações de Seymour Cocks e de Acland foram semelhantes e complementares. A Grã Bretanha teria entrado na guerra para livrar o mundo do fascismo. Porém, nos últimos três anos, estaria se rendendo a uma tendência geral em apoiar regimes muito próximos do nazismo e do fascismo contra os movimentos europeus de libertação, e a Grécia seria um exemplo dessa tendência. O Governo de Unidade Nacional foi apresentado como um sucessor direto do Regime de Quatro de Agosto e o rei George II foi apresentado praticamente como um cripto-nazista. O maior indicativo disso seria a chegada à Grécia da Brigada da Montanha e do Esquadrão Sagrado, unidades militares monarquistas com supostos objetivos restauracionistas. A Grã-Bretanha teria motivo de vergonha pelo seu alinhamento na questão grega, por estar contrariando seus próprios princípios propulsores, como é afirmado explicitamente por Seymour Cocks logo no início de sua intervenção:

¹¹⁴ Vlavianos, *op. cit.*

¹¹⁵ Crisis averted in Athens. *The Times*, Londres, 17 de novembro de 1944, p.3.

¹¹⁶ Greek disbandment measures. *The Times*, Londres, 21 de novembro de 1944, p.3.

¹¹⁷ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.924.

Sempre me pareceu que este nosso país, sendo o campeão da liberdade e da democracia, deveria se posicionar, em todos os lugares, ao lado dessas forças [populares] emergentes, para ajudarmos de todos os modos que pudermos, com exceção da intervenção ativa em seus assuntos internos, a assegurar para eles vitória sobre seus inimigos [...].¹¹⁸

Além de Acland, outros apoiadores de Seymour Cocks retomaram a questão da democracia já exposta na proposta de emenda de modo a colocá-la como um valor britânico essencial que deveria ser preservado. O trabalhista John Parker, por exemplo, fez um apelo para que “este governo demonstre sua conversa sobre democracia para o povo grego por intermédio de ações, e não por profissões de fé”¹¹⁹. Clement Davies, representante de Montgomery (País de Gales) pelo Partido Liberal e um dos elaboradores da emenda, interveio no mesmo sentido:

Todos nesta Câmara, quaisquer que sejam seus pontos de vista, desejam sinceramente que esta tragédia termine — sem tiros de nenhum dos lados, e certamente sem tiros contra nós, ou contra os homens [da EAM] que durante todos esses anos estiveram preparados para morrer antes de serem transformados em escravos da Alemanha. Agora nossas armas estão apontadas para homens que lutam pela liberdade. Será que não existe algum modo de encerrar essa situação e de declarar nossa fé [...] e nossa crença na individualidade de cada homem e em seu direito de escolher sua própria forma de governo?¹²⁰

Tom Driberg, representante independente do distrito de Maldon, foi mais contundente:

Sinto intenso pesar pelo fato de que essa pungente situação surgiu em um país que há muito tempo esteve muito próximo de nós através de laços de respeito mútuo e pela partilha do tradicional amor pela liberdade. De fato, foi da Grécia que originalmente aprendemos o significado de liberdade e democracia. É trágica essa situação. Não obstante, eu temo ser necessário colocar a culpa por essa situação firmemente nos ombros do governo britânico.¹²¹

A emenda caracterizava os homens da EAM como *amigos da democracia*, e essa foi a linha central do debate: a democracia, relacionada à liberdade, seria um alicerce sobre o qual a política britânica tradicionalmente teria pautado suas ações no exterior — especialmente quando da guerra contra o nazismo e o fascismo. Era em relação à democracia que deveria ser aferida a legitimidade de governos e movimentos de

¹¹⁸ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.950.

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ Ibidem, c.993.

¹²¹ Ibidem, c.954.

libertação; e a legitimidade democrática, em última instância, deveria ser o critério para que determinado governo ou movimento recebesse apoio britânico.

É importante notar, contudo, que embora Seymour Cocks e seus apoiadores utilizem como um dos argumentos — embora não o único argumento — para a ilegitimidade do Governo de Unidade Popular o fato dele não ter sido eleito pelo voto, a concepção de democracia instrumentalizada para a defesa da EAM coloca o procedimento eleitoral como menos importante do que uma suposta sintonia com as necessidades da população grega — e por população grega, os defensores da emenda claramente estão se referindo a uma parcela muito específica da mesma: os camponeses pobres das regiões afastadas de Atenas e das cidades mais importantes. A oposição entre a EAM *legítima* e o Governo de Unidade Nacional *ilegítimo* se faz, ao longo das intervenções críticas à política britânica, pelo destaque da capilaridade da EAM entre as camadas mais pobres da população rural grega: o número proporcionalmente significativo de membros; os empreendimentos, nas áreas libertadas, no sentido de melhorar as condições materiais e educacionais dos setores mais carentes; e, evidentemente, o histórico de principal organização de combate à ocupação — tanto pela luta armada em si quanto pela organização de greves e manifestações bem sucedidas enquanto as forças do Eixo ainda dominavam o país. Importante notar que o fato de o governo grego não ter sido eleito foi elencado como uma das razões para o questionamento de sua legitimidade; todavia, a própria EAM também nunca passou por nada semelhante a um crivo eleitoral, mas essa questão não é considerada deletéria para sua trajetória.

No polo oposto, o Governo de Unidade Nacional, por se organizar, ainda que na condição de monarquia constitucional, na figura de George II, seria um herdeiro do Regime de Quatro de Agosto, que teria afinidades eletivas com o fascismo italiano e com o nazismo alemão. O rei, por sua vez, seria de linhagem alienígena à tradição grega, enquanto o primeiro-ministro, não tendo sido eleito, também não teria base legítima. Como se isso não bastasse, o caráter monarquista da Brigada da Montanha e do Esquadrão Sagrado seriam o indício óbvio de que os soldados britânicos escoltaram pra Atenas não um governo legítimo, mas os germes de uma ditadura sanguinária.

3. “Uma gangue de bandidos das montanhas”

As réplicas dos parlamentares defensores da política do governo denotam um aceite tácito da premissa lançada pela emenda, segundo a qual a democracia seria uma questão central a se levar em conta e uma baliza para a condução da política externa britânica. Todavia, a interpretação desse pressuposto é oposta à apresentada pelos defensores da emenda: para os apoiadores da intervenção, a retidão moral seria uma propriedade do Governo de Unidade Nacional, ao passo que a EAM e o ELAS seriam pouco mais do que um grupo criminoso disposto a tomar o poder pela força. Três dias antes do debate, em cinco de dezembro, Churchill, ao ser questionado a respeito da intervenção, fez uma síntese de seu posicionamento: “nós e nossos aliados americanos estamos fazendo o melhor para dar assistência [ao governo grego] e nossas tropas estão agindo para impedir um banho de sangue¹²²”. Colocando a ordem na Grécia como uma responsabilidade britânica e o Governo de Unidade Nacional como pressuposto inarredável para a reconstrução da nação helena, o primeiro-ministro descreveu o EAM/ELAS como uma força disruptiva que propositadamente buscava mergulhar Atenas no caos com o intuito de alcançar seus objetivos escusos:

Quer o povo grego se organize em uma monarquia ou em uma república, isso é uma decisão deles; quer eles tenham um governo de esquerda ou direita é um assunto deles. Mas, até que eles estejam em posição de decidir, nós não hesitaremos em usar o considerável exército britânico que está na Grécia, e recebendo reforços, para que a lei e a ordem sejam mantidas. Acreditamos que, nesse sentido, o Governo de Sua Majestade tenha o apoio da esmagadora maioria do povo grego. Sua necessidade mais clara é receber alívio de suas carências imediatas e condições que lhes permitam uma chance de ganhar a vida. Em ambos esses sentidos nós queremos ajudá-los [...]; mas não podemos fazer isso se as metralhadoras que foram providas para lutar contra os alemães agora forem usadas em uma tentativa de impor uma ditadura comunista sem que ao povo seja permitido expressar seus desejos¹²³.

No dia oito de dezembro, sua réplica à emenda foi uma expansão do que já havia dito três dias antes. O primeiro-ministro se levantou e falou por oitenta minutos, sempre contra um burburinho contínuo e considerável, que não poucas vezes se transformava em gritos estrondosos de desaprovação, registrou o correspondente parlamentar do *Daily Mirror*¹²⁴. Sua descrição do debate ilustra como o tema insuflava ânimos e paixões:

¹²² Hansard. House of Commons. *Greece (Disturbances, Athens)*. 05 December 1944, Volume 406, cc.357.

¹²³ *Ibidem*, cc.358.

¹²⁴ Greece vote brings new trouble to the Labour Party. *The Daily Mirror*, Londres, 9 de dezembro de 1944, pp.1 e 9.

“Nunca, desde que assumiu o cargo, o senhor Churchill teve que enfrentar tantas interrupções durante um discurso importante”¹²⁵.

O primeiro-ministro começou por apresentar uma concepção mais delimitada de democracia — restrita basicamente aos procedimentos formais e à garantia de possibilidade de se executar esses procedimentos de forma digna e sem risco de coerção. Essa visão mais restrita — em oposição à ideia apresentada pelos defensores da EAM que lhe conferiam status democrático por conta de seu histórico de sintonia com os anseios populares — tornou mais fácil, retoricamente, apresentar o Governo de Unidade Nacional como democrático. Churchill começou sua longa e articulada resposta asseverando que a questão grega deveria ser pensada como parte do contexto mais amplo da Europa Continental. Retomou o termo *amigos da democracia* presente na proposta de emenda de Seymour Cocks e problematizou:

A questão que se levanta é [...]: quem são os amigos da democracia, e como a palavra “democracia” deve ser interpretada? Minha ideia é de que o homem simples, humilde, comum, o homem comum que tem uma esposa e uma família, que sai para lutar por seu país quando necessário, e que vai para as urnas quando a hora é certa, e coloca sua cruz [*i.e.* marca um “xis”] na cédula indicando o candidato que ele deseja eleger para o Parlamento — esse é o fundamento da democracia. E é essencial para tal fundação que esse homem [...] possa fazer isso sem medo, e sem nenhuma forma de intimidação [...]. Ele marca a sua cédula de papel em segredo, e então os representantes eleitos se encontram novamente e decidem qual governo, ou até mesmo, em termos difíceis, qual forma de governo ele deseja ter em seu país. Se isso é democracia, eu a saúdo. Eu a adoto. Eu trabalharia por ela¹²⁶.

A trajetória do primeiro-ministro, segundo ele próprio, seriam provas suficientes de que ele viria apoiando, ao longo da vida, “os fundamentos das eleições livres baseadas no sufrágio universal [...] que nós [o governo] consideramos a fundação para a democracia¹²⁷”. Mas sua posição seria muito diferente na lida com “uma democracia de araque, uma democracia que se autointitula democracia por ser de esquerda¹²⁸”. A democracia não seria representada, continua, pela “lei das turbas e pela tentativa de introduzir um regime totalitário¹²⁹ [...]”.

¹²⁵ Ibidem, p.9.

¹²⁶ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.916.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Ibidem, c.927.

O termo *totalitário* merece atenção especial, por ser revelador da forma como Churchill constrói sua linha argumentativa. Sabemos que o primeiro-ministro fez uso desse vocábulo anteriormente por pelo menos mais duas vezes — em 1938, quando era um *backbencher* no parlamento. Em cinco de outubro, ao se pronunciar na Câmara dos Comuns contrariamente ao Acordo de Munique, assinado por Grã-Bretanha, Alemanha Nazista, Itália e França reconhecendo aos alemães o direito de anexar os Sudetos então pertencentes à Tchecoslováquia, Churchill disse:

Nós, neste país, assim como em outros países liberais e democráticos, temos o perfeito direito a exaltar o princípio da auto determinação, mas [a palavra] não sai bem da boca daqueles em estados totalitários que negam até mesmo o menor elemento de tolerância a qualquer grupo e crença dentro de suas fronteiras. Mas, qualquer que seja o modo como vocês interpretem isto, este bloco de terra particular [os Sudetos Alemães], essa massa de seres humanos que em breve serão entregues [a Hitler], nunca expressou o desejo de ir para o domínio nazista. [...] [S]empre houve um enorme movimento popular na Polônia, Romênia, Bulgária e Iugoslávia que olhou para as democracias ocidentais e repudiou a ideia de ter esse jugo arbitrário do sistema totalitário imposto a eles, e esperou que uma atitude fosse tomada [por parte das democracias ocidentais]¹³⁰.

Totalitarismo, nesse contexto, seria diretamente relacionado à desconsideração pelas vontades populares e à intolerância à divergência política e ideológica. Onze dias depois, em um discurso radiofônico contra o nazismo, o termo foi explicado de maneira mais detalhada:

Assim como os comunistas, [os nazistas] se alimentam de ódio. Assim como os comunistas, eles precisam procurar, de tempos em tempos, e em intervalos cada vez mais curtos, um novo alvo, um novo prêmio, uma nova vítima. O ditador, em todo o seu orgulho, está preso na máquina de seu partido. Ele pode seguir em frente; ele não pode voltar. Ele deve dar sangue a seus cães e lhes fornecer caça, ou, como Acteon, ser devorado por eles. Todo poderoso fora [do partido], ele é muito fraco no interior [do partido]. [...] Ninguém deve, sem embargo, subestimar o poder e a eficiência de um estado totalitário. Nos lugares onde toda a população de um grande país, onde um povo amável, de bom coração e amante da paz é agarrado pelo pescoço e pelos cabelos por uma tirania nazista ou comunista — porque eles são as mesmas coisas soletradas de formas diferentes — os governantes [nazistas ou comunistas] podem exercer um poder para propósitos de guerra e dominação externa perante o qual as simples e livres sociedades parlamentares estão em séria desvantagem prática¹³¹.

¹³⁰ International Churchill Society. *The Munich Agreement, October 5, 1938, House of the Commons*. Disponível em: <https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1930-1938-the-wilderness/the-munich-agreement/>. Acesso em: 26/06/2020.

¹³¹ International Churchill Society. *The Defence of Freedom and Peace (The Lights are Going Out). Broadcast to the United States and to London. 16 October 1938*. Disponível em:

As mesmas coisas soletradas de formas diferentes: comunismo é explicitamente equiparado ao nazismo. Ambos os regimes seriam pautados pelo ódio e pela irracionalidade, tendo como finalidade última a expansão bélica e a destruição das sociedades livres. Ao caracterizar as supostas pretensões da EAM/ELAS como *totalitárias*, Churchill não dá sinais de haver reformulado significativamente o significado que atribui ao termo, e parece querer dar a entender que, se à organização grega for permitido seguir seu potencial — “se dirigir mais e mais em direção às mais extremas formas de revolução¹³²” —, em breve Atenas se veria sob o domínio de uma força qualitativamente idêntica ao nazismo. A EAM, “cada vez mais violenta na medida em que se torna menos numerosa¹³³”, estaria tentando apresentar como democracia o que na verdade seria a “lei da turba, com bandos de gangsters, portando armas mortais, adentrando à força as grandes cidades, tomando delegacias de polícia e [...] procurando introduzir um regime totalitário com uma mão de ferro¹³⁴ [...]”.

Democracia não é vagabunda que possa ser abordada na rua por um homem armado. Eu confio no povo, na massa do povo, em quase qualquer país, mas eu gosto de estar certo de que é o povo e não uma gangue de bandidos das montanhas ou do campo que acham que podem derrubar a autoridade constituída¹³⁵ [...].

Os riscos apresentados pelo ELAS — a *gangue de bandidos das montanhas* — teria imposto ao governo britânico o dever de “assumir o fardo de deveres os mais ingratos¹³⁶” e buscar cumpri-los a despeito de todas as críticas e reprovações recebidas; e, apesar de todo o criticismo e de toda a reprovação, o governo se manteria firme, por saber o objetivo último a ser alcançado: que os países libertados se vejam livres do poder alemão e adquiram condições de tranquilidade e normalidade, para que seu povo possa exercer “o voto livre universal para decidir qual será o governo de seu país — com exceção de um regime fascista — e se esse governo será de esquerda ou de direita¹³⁷”.

Esse é o nosso objetivo — e nos dizem que queremos desarmar os amigos da democracia. Dizem-nos que somos traidores da democracia, pelo fato de que não permitimos gangues de guerrilheiros fortemente armados descer das montanhas e se instalar nas grandes capitais e no

<https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1930-1938-the-wilderness/the-defence-of-freedom-and-peace/>. Acesso em: 26/06/2020.

¹³² Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.928.

¹³³ Ibidem, c.928.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ Ibidem, c.931.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ Ibidem.

poder, com todo o terror sangrento e vigor que possuem. Eu repudio essa afirmação [...] ¹³⁸.

Como contraposição à verve sanguinária e autoritária da EAM/ELAS, Papandreou aparece na intervenção de Churchill quase como um salvador messiânico, respaldado por um histórico impecável e pela equidistância aos elementos mais lamentáveis da política grega:

Durante o ano de 1944 [...] houve motins e desordens; houve repetidas renúncias de ministros [no governo grego em exílio] [...], nas disso tudo emergiu um homem, Papandreou, que viveu durante todo esse tempo [a ocupação] sem qualquer subserviência ao inimigo e sem perder sua reputação de forma alguma, e quando ele emergiu ele restaurou a ordem ao governo grego, que é o governo constitucional e que pode ser removido apenas por intermédio do livre voto do povo ¹³⁹.

Por sua vez, a Brigada da Montanha, enquanto divisão militar, seria merecedora de uma chance de redenção:

As tropas britânicas receberam boas-vindas entusiásticas quando adentraram Atenas e a Brigada Grega [a Brigada da Montanha] também foi bem recebida, [a Brigada] que havia se amotinado no início do ano, mas que foi livrada do elemento motinoso. Eu me esforcei muito para dar a chance dessa Brigada redimir sua reputação. Ela não apenas se redimiu como também conquistou renome para o Exército Grego, ao entrar em Rimini liderando as Forças Aliadas. Ao libertar Rimini dos alemães, essa Brigada agora voltou a Atenas, tendo lançado brasas vivas sobre as cabeças italianas que convidaram os alemães a arruinar a Grécia. Mas agora os gregos ajudaram os italianos [depois da rendição italiana] a expulsar os alemães da própria Itália, e essa Brigada foi recebida com grandes boas-vindas nas ruas de Atenas ¹⁴⁰.

Note-se que, no discurso de Churchill, se o elemento motinoso — declaradamente republicano — de boa parte dos membros da Brigada durante o motim a tornaria um agrupamento nocivo devido à sua politização, não é mencionado o fato de que, após o expurgo, a divisão continuaria fortemente politizada, desta vez pendendo para o monarquismo. Nesse caso, porém, a questão da neutralidade deixa de ser um problema para o primeiro-ministro britânico. Dificilmente trata-se de omissão causada por lapso honesto, ou um exemplo desimportante do uso de dois pesos e duas medidas, porque as forças armadas gregas eram conhecidas por sua tendência a intervir em assuntos civis desde muito antes da eclosão da guerra civil. Basta lembrar que o próprio George II havia sido instaurado no trono, antes da guerra, após o fim da Segunda República Helênica por conta de um golpe executado por oficiais monarquistas em 1924, e que até 1927 a Grécia

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ Ibidem, c.941.

¹⁴⁰ Ibidem, c.942.

seria governada *de facto* por um ditador militar, o general Theodoros Pangalos¹⁴¹. Recordemos outro episódio: em 1936, em meio à divisão parlamentar e à radicalização de alguns setores populares, um dos motivos que levaram o rei a nomear Metaxas primeiro-ministro foi uma ameaça proferida por Alexandros Papagos, general do Exército. Segundo Papagos, os homens sob seu comando não permitiriam um governo com efetiva participação do KKE¹⁴².

É muito improvável que Churchill não estivesse ciente do histórico das forças armadas gregas. Também é improvável que ele não se desse conta das preocupações que, por conta desse mesmo histórico, a presença de uma unidade militar fortemente monarquista gerava nas esquerdas quanto às condições para a realização das eleições previstas para breve. Supondo que o primeiro-ministro britânico estivesse de fato comprometido com as eleições gregas — e nada nos nossos registros indica o contrário — é razoável inferir que talvez ele considerasse a Brigada da Montanha como um elemento para contrabalançar as forças da EAM-ELAS e coibir atitudes antidemocráticas que os guerrilheiros pudessem tentar tomar durante o pleito.

O Governo de Unidade Nacional, continua Churchill, seria mais plural, democrático e representativo da população grega e suas diversas tendências políticas do que Seymour Cocks, Acland e seus demais apoiadores estariam dispostos a admitir:

O senhor Papandreou reuniu não menos do que seis representantes da EAM em seu governo, e o líder do Partido Liberal, senhor [Themistoklis] Sofoulis [...] já estava se queixando do fato de que muitos representantes da EAM e comunistas estavam instalados em lugares de poder. O senhor Papandreou, não obstante, é um homem da esquerda, um democrata, um socialista, não um liberal ou algo do tipo, [...] [e] o senhor Papandreou depositou sua confiança nesses homens.¹⁴³

Já o ELAS “é um corpo misto e seria injusto estigmatizar todos”¹⁴⁴, mas, durante os anos da ocupação, o braço armado da EAM teria devotado, segundo Churchill, mais esforço em sua luta contra o EDES do que no combate às tropas do Eixo. Desde 1943, assevera Churchill, os homens do ELAS teriam se devotado às aspirações de tomar o poder, causando, nas áreas controladas pela EAM, “muitas privações e crueldades nas populações das vilas”¹⁴⁵. Devido a esse “bem-organizado plano pelo qual o ELAS

¹⁴¹ Clogg, *op. cit.*

¹⁴² Vlavianos, *op. cit.*

¹⁴³ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.942.

¹⁴⁴ *Ibidem.*

¹⁴⁵ *Ibidem.*

pretende marchar em Atenas e toma-la pela força armada e estabelecer um reino de terror”¹⁴⁶, Churchill teria certeza absoluta da retidão da política do governo:

Eu tive contato com muitas vertentes de opiniões [de muitas pessoas em todos os lugares]. Elas disseram: “Por que se preocupar com a Grécia? Se eles passam fome, existem outros países em agruras semelhantes. Nós [os britânicos] não temos o bastante em nossas mãos sem precisarmos nos preocupar sem precisarmos lidar com este trabalho da Cruz Vermelha Internacional, a UNRRA e manter a ordem enquanto o processo de libertação e distribuição de alimentos estão em curso? Por que não deixar Atenas à própria sorte? O que nos importa se ela [a Grécia] cai sob outra tirania quando os alemães se forem, e se seu povo passa fome? Nós temos total ocupação para cada homem que podemos chamar a serviço para trabalhar contra o inimigo alemão.” Bem, senhor, esses são argumentos poderosos, especialmente quando colocados de maneira mais atrativa do que eu fiz, mas o governo de Sua Majestade sente que, por conta dos sacrifícios que eles [os soldados britânicos] fizeram quando da invasão alemã da Grécia, e por causa da longa afeição que cresceu entre os povos grego e britânico desde a libertação grega no último século, e também se levando em conta as decisões e acordos dos nossos Aliados principais, nós devemos fazer o que podemos para dar àquele infortunado povo uma chance justa de se desenredar de sua miséria e iniciar novamente, em uma estrada limpa.¹⁴⁷

E assevera:

Esse é o único desejo e a única ambição que nós tínhamos, ou que qualquer um no governo britânico tinha, para nossa entrada na Grécia e para a ação forçada a nós lá. Esse é nosso único desejo e, pessoalmente, eu não me envergonho disso.¹⁴⁸

Como ficou claro, Churchill utilizou a questão da democracia para inverter totalmente a análise apresentada por Seymour Cocks e reforçada por seus apoiadores. Ao destacar a complexidade do Governo de Unidade Nacional (o que não foi feito por seus adversários) e o fato de este comportar vários grupos distintos, inclusive a EAM (até a renúncia dos ministros), salientando que eleições gerais e um plebiscito estavam previstos, Churchill construiu um discurso no qual o governo grego seria quem mais corresponderia à pluralidade da sociedade grega, além de ser verdadeiramente democrático, como atestaria a previsão para a realização de eleições. Ao mesmo tempo, negou à EAM qualquer sintonia com as camadas mais carentes da população das montanhas, e, embora tenha feito ligeiro reconhecimento do fato de a EAM também se tratar de um grupo complexo — “*um corpo misto*”, sendo injusto “*estigmatizar a todos*”

¹⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁷ Ibidem, c.945.

¹⁴⁸ Ibidem.

—, tal reconhecimento não se faz presente no resto de seu discurso, uma vez que a organização tem sempre destacada a sua faceta mais autoritária.

Retrospectivamente, podemos ser levados a pensar que Churchill exagerava, de boa ou má fé, o potencial dos comunistas, mas um exame mais próximo matiza essa impressão. Além do fato de a EAM/ELAS contar, como já mencionado, com cerca de 750.000 membros, o equivalente a dez por cento da população grega da época¹⁴⁹, é necessário lembrar que, desse total, o ELAS contava, no início de 1944, com cerca de 25 mil soldados regulares e 40 mil reservistas¹⁵⁰. C. M. Woodhouse, que esteve na Grécia a serviço da SOE durante a ocupação e conheceu o ELAS de perto, descreveu-a como uma força presente em toda a Grécia continental, organizada com maestria a partir do histórico dos comunistas de clandestinidade. E uma força bem armada: em outubro de 1943, um mês após à rendição incondicional da Itália aos Aliados, o ELAS conseguira tomar aos soldados italianos em solo grego cerca de doze mil pequenas armas, além de artilharia para montanha, morteiros e metralhadoras, equipando-se com armamento moderno¹⁵¹. Em 1944, as capacidades do ELAS estavam muito mais próximas de um exército regular treinado do que de um grupo de guerrilha. Isso fazia parte de um processo maior, em que a EAM usava seu braço armado para criar nas regiões montanhosas da Grécia o que Woodhouse chamou de estado alternativo — a exemplo do que fizeram os partisans iugoslavos —, provido de todos os aparatos necessários para uma soberania concreta: forças armadas, polícia, um movimento de juventude, tribunais, sistema de arrecadação de impostos, seguridade social e comunicações. Tendo o ELAS como base e modelo organizacional, a EAM fundou, em março de 1944, na vila de Viniani, na Grécia Central, o Comitê Político de Libertação Nacional¹⁵² (PEEA: *Politiki Epitropi Ethnikis Apeleftherosis*¹⁵³), que funcionou como governo *de facto* nas áreas libertadas pelo ELAS. Segundo Woodhouse, o PEEA era uma tentativa de fundar não apenas um estado alternativo ao Estado Helênico estabelecido, mas também construir uma nova sociedade nas regiões remotas onde os governos oficiais nunca conseguiram consistentemente se fazer alcançar desde Atenas. Lançaram vários programas importantes, como obras

¹⁴⁹ Gerolymatos, *op.cit.*

¹⁵⁰ Woodhouse, *op. cit.*

¹⁵¹ *Ibidem.*

¹⁵² Skalidakis, *op. cit.*

¹⁵³ Πολιτική Επιτροπή Εθνικής Απελευθέρωσης.

públicas (estradas e pontes), reformas de igrejas e reformas e construções de novas escolas¹⁵⁴.

De maneira que, quando da libertação, a EAM era a mais poderosa da confusa multiplicidade de forças que sobraram depois que o Eixo se retirou. Somados regulares e reservistas, o ELAS contava com aproximadamente 70 mil homens. As forças britânicas comandadas por Scobie se aproximavam de 23 mil. A maioria das forças do EDES estava longe de Atenas¹⁵⁵. Dada a posição e a potência comparativa da EAM, com o que ela havia alcançado por intermédio do PEEA, e pela força representada pelo ELAS, pode-se constatar que, se alguém pretendesse tomar o poder em Atenas, naqueles momentos específicos, o único grupo capaz disso era a EAM, na qual o KKE era preeminente. Logo, diante da força e das conquistas da EAM, o receio de Churchill não era infundado, e ele não era o único a considerar essa possibilidade. O correspondente diplomático do *Times*, por exemplo, avaliou, em cinco de dezembro: “[há] alguma razão para acreditar que a EAM tinha a intenção de colocar suas forças na capital e tomá-la¹⁵⁶”. Se por um lado o primeiro-ministro tinha razões convincentes para suas preocupações, por outro lado, seus opositores também tinham acertavam em outro ponto: nenhuma organização angaria tantos membros e apoiadores por intermédio única e exclusivamente do uso da força bruta ou da ameaça do uso da força bruta. No entanto, é necessário salientar que o respaldo popular da EAM não a tornava necessariamente democrática, e nada garantia que ela realmente se submeteria a eleições livres, ou seja, com a presença de uma pluralidade de opções e liberdade garantida de manifestação.¹⁵⁷

Entre os defensores da posição do governo, foi o Conservador Quintin Hogg, representante do distrito de Oxford, quem trouxe os dados factuais mais contundentes para reforçar a tese do autoritarismo da EAM. Em sua intervenção, após deixar claro que dava “total apoio ao que o primeiro-ministro disse”¹⁵⁸, Hogg leu trechos de documentos que teria recebido recentemente, a respeito de cuja veracidade admitiu não poder certificar à Câmara, mas que “ilustram a complexidade da posição [do governo] e a dificuldade de

¹⁵⁴ Skalidakis, *op. cit.*

¹⁵⁵ Woodhouse, *op. cit.*

¹⁵⁶ The value of a firm attitude. *The Times*, Londres, 5 de dezembro de 1944, p.4.

¹⁵⁷ Reitere-se que, como já mencionado na introdução da tese, a historiografia recente defende que a EAM-ELAS muito provavelmente tentaria tomar o poder à força, caso houvesse a oportunidade. Cf. Gerolymatos (*op. cit.*) e Iatrides (2005).

¹⁵⁸ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.960.

se formar um julgamento de valor no estágio inicial de uma disputa na qual sentimentos e antagonismos profundos são atizados”¹⁵⁹. O primeiro documento seria uma carta escrita por “um oficial que deseja permanecer anônimo, mas que conheço pessoalmente como um homem de honra cujas opiniões políticas não coincidem com as minhas”¹⁶⁰. De acordo com a leitura do parlamentar, eis o conteúdo da carta:

Eu gostaria que você e seus amigos escutassem algumas informações precisas sobre os antecedentes [da situação]. Quase todos os oficiais de *liaison* britânicos estão cientes há pelo menos um ano de para onde nossa política de armar o ELAS (EAM) estava nos levando. Esses cavalheiros deixaram perfeitamente óbvio que pretendiam usar as armas que lhes entregamos [com o intuito de combater a ocupação] para tomar o poder político. Em várias ocasiões eles se recusaram a atacar os alemães quando lhes foi solicitado, e a razão para isso é o fato de que eles queriam economizar suas armas e munições. A EDES (coronel Zervas), por outro lado, nunca se recusou, e por isso a EAM os acusou de “subserviência aos britânicos”¹⁶¹.

Para melhor compreensão da referência à “nossa política de armar o ELAS”, é necessário suspender momentaneamente o debate e voltar a 22 de julho de 1940, quando Churchill ordenou a Hugh Dalton, então Ministro da Economia de Guerra: “Agora vá e coloque a Europa em chamas”¹⁶².

O primeiro-ministro se referia à Executiva de Operações Especiais (*Special Operations Executive*), criada naquele dia. Tratava-se de uma organização secreta com o objetivo de atuar nos territórios europeus ocupados pelo Eixo conduzindo atividades de reconhecimento, espionagem e sabotagem e prestando auxílio aos movimentos de resistência. Em setembro de 1942, uma equipe de agentes da SOE (incluindo um jovem C. M. Woodhouse, que anos mais tarde inauguraria a vertente ortodoxa da historiografia da guerra civil grega) se infiltrou na Grécia com o objetivo de estabelecer contato com grupos de guerrilha e destruir um viaduto da linha ferroviária entre Tessalônica e Atenas, que fazia parte da linha de suprimentos alemã que ligava a Europa Nórdica à África¹⁶³ — onde a Afrikakorps de Rommel estava em atividade e se aproximava cada vez mais do Egito, uma importante posição britânica no Oriente Médio. Segundo Woodhouse, embora o comando do SOE no Cairo fosse relativamente bem informado, havia uma

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² Dalton, Hugh. *The fateful years: memoirs, 1931-1945*. London: Frederick Muller, 1957, p.62.

¹⁶³ Brewer, David. *Greece, the decade at war: occupation and the fight against fascism*. Londres: I. B. Tauris, 2016.

falta de qualquer conhecimento compreensivo sobre as complexidades políticas da resistência e, em particular, sobre a existência da Frente de Libertação Nacional (EAM) que, após sua fundação em setembro de 1941, havia rapidamente emergido como o maior e mais bem organizado grupo de resistência, e de seu braço militar, o Exército de Libertação do Povo Grego (ELAS), ou do papel fundamental que o Partido Comunista da Grécia (KKE) desempenhava no estabelecimento e no controle de ambas as organizações. [...] Apenas após estar na Grécia por muitas semanas Woodhouse¹⁶⁴ soube a respeito da EAM, do ELAS e do KKE¹⁶⁵.

Woodhouse conta que, com a “indispensável cooperação de unidades do ELAS [...] e do EDES [...]”¹⁶⁶, os homens da SOE derrubaram a ponte de Gorgopotamos em 25 de novembro de 1942, interrompendo o tráfego ferroviário entre as regiões norte e sul da Grécia por seis semanas. Embora a operação não tenha sido executada a tempo de influenciar de forma significativa a segunda batalha de El Alamein no norte da África, seu sucesso entusiasmou as autoridades militares britânicas diante do que viam como um grande potencial da guerra de guerrilha. Por isso, os homens da SOE receberam ordens de permanecer na Grécia para trabalhar junto aos grupos de resistência. No verão de 1943, Woodhouse participou de negociações entre a EAM e o EDES que resultaram no estabelecimento do Quartel General Conjunto da Guerrilha, com o objetivo — jamais alcançado, segundo Woodhouse — de coordenar as atividades de guerrilha na Grécia e articulá-las aos planos estratégicos das autoridades militares britânicas no Oriente Médio¹⁶⁷. A SOE passou então a fornecer dinheiro, equipamentos e armas para a EAM-ELAS e para o EDES. O principal objetivo era militar, e consistia basicamente em destruir o maior número possível de soldados alemães, interditar as linhas de abastecimento para o norte da África e fazer preparativos para uma eventual invasão britânica da Grécia. Os oficiais britânicos do quartel general no Cairo passaram a ter os movimentos de resistência em alta conta, independentemente de suas afiliações políticas.¹⁶⁸

Essa atitude acabou gerando desconforto no Foreign Office, que já em fins de 1942 estava bem ciente da forte verve antimonarquista dos movimentos de resistência em geral e da EAM em particular. O FO, chefiado pelo secretário de relações exteriores Anthony Eden, tinha como diretriz defender a política oficial do governo britânico de

¹⁶⁴ Em seu livro, Woodhouse se refere a si mesmo na terceira pessoa.

¹⁶⁵ Woodhouse, *op. cit.* (Locais do Kindle 121-122.)

¹⁶⁶ *Ibidem.*

¹⁶⁷ *Ibidem.*

¹⁶⁸ Frazier, Robert. *Anglo-american relations with Greece: the coming of the Cold War, 1942-1947*. New York: St. Martin Press, 1991.

apoio à monarquia grega em exílio. Até a libertação, a atitude britânica em relação à Grécia seria marcada por essa relação de atrito entre o Foreign Office, que tentava emplacar uma estratégia política de longo prazo e garantir um governo grego aliado para o pós-guerra, e a SOE e o comando militar, que eram orientados por objetivos militares de curto prazo. Várias vezes membros do FO entraram em contato com a SOE e com o comando militar no Cairo solicitando o rompimento com as forças marcadamente antimonárquicas — *i.e.* a EAM —, argumentando que seria preferível priorizar o estabelecimento de um governo confiável na Grécia; as réplicas afirmavam que objetivos políticos longínquos não poderiam interferir em operações militares.¹⁶⁹

A título de ilustração, vale a pena mencionar como as partes envolvidas tentaram evitar que essa contradição saísse de controle a partir de outubro de 1943, quando eclodiu a chamada primeira fase da guerra civil — situação na qual as habilidades políticas de Woodhouse seriam “testadas ao máximo”,¹⁷⁰ segundo ele mesmo. Em fevereiro de 1944, ele participou das negociações que estabeleceram a trégua entre a EAM-ELAS e o EDES — o Acordo de Plaka. Alguns meses depois, “Churchill, que sempre teve um interesse particular na Grécia [...] se tornou obcecado em impedir uma tomada comunista do país”¹⁷¹ e, apoiado por Eden, começou a advogar o rompimento com a EAM-ELAS e a retirada dos homens da SOE. Woodhouse, temendo que um rompimento fortalecesse a hegemonia dos comunistas na organização, se encontrou com Churchill durante um breve retorno a Londres, em julho de 1944, e argumentou a favor da permanência da SOE na Grécia.

Com dificuldade em fazer Churchill se concentrar nas questões gregas, Woodhouse¹⁷² decidiu tentar um apelo direto às emoções de Churchill: “Eu disse que se nós seguissemos o curso que ele [Churchill] queria, eu duvidava que muitos [homens] de minha missão escapariam vivos da Grécia. Churchill refletiu sobre isso por um momento e então colocou a mão em meu ombro. ‘Sim, meu garoto’, ele disse: ‘Eu entendo’”. Essa foi a última vez que Woodhouse ouviu falar da proposta de romper com a EAM e retirar os membros de sua Missão.¹⁷³

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰ Woodhouse, *op. cit.* (Locais do Kindle 130-133.)

¹⁷¹ Ibidem. (Locais do Kindle 130-133.)

¹⁷² Lembremos que, mais uma vez, trata-se da forma peculiar de Woodhouse de se referir a si mesmo na terceira pessoa. Nessa citação, os trechos que ele coloca entre aspas são reproduções de anotações feitas por ele logo após o evento narrado.

¹⁷³ Woodhouse, *op. cit.* (Locais do Kindle 130-133.)

Voltemos ao debate de oito de dezembro de 1944. Hogg continua a ler a carta do oficial:

O ELAS é declaradamente anti-britânico, e um de seus líderes me disse, em um momento de raiva, que eles estavam determinados a que a Grã-Bretanha não deveria ter qualquer influência na Grécia se eles pudessem evitar. É fato que pelo menos um oficial britânico foi morto a tiros pelo ELAS em 1943 (eles alegaram se tratar de um acidente) e eu sei de outros três que foram presos, desarmados e humilhados — eu posso dar os nomes [...]. As torturas sofridas pelos camponeses que se recusaram a fornecer mulas e alimentos ao ELAS estão além de qualquer descrição, e havia um verdadeiro reino de terror nas montanhas, o que explica porque os alemães conseguiram formar seus batalhões de segurança.¹⁷⁴

É provável que Hogg tenha baseado sua caracterização da EAM-ELAS em grande medida nos relatos de episódios de violência atribuídos a seus integrantes que circulavam com certa frequência na imprensa britânica. Tais alegações também eram muito comuns entre a própria população grega — a partir do momento em que o ELAS se tornou o maior e mais poderoso exército de resistência da Grécia, é pouco surpreendente que passasse a ser visto com receio por boa parte de seus compatriotas, em especial os que temiam um suposto espectro bolchevista. Segundo Mark Mazower¹⁷⁵, o ELAS foi alvo de acusações fantásticas que beiravam a mitologia, especialmente nos salões da alta classe ateniense: circulava, por exemplo, uma insistente história segundo a qual os comunistas teriam predileção por cometer assassinatos literalmente mordendo suas vítimas até a morte. Napoleão Zervas, líder do EDES, se esforçava para transmitir uma imagem negativa da organização rival, e a imprensa colaboracionista, no início de 1944, denunciava a EAM e seu braço armado em termos muito semelhantes aos utilizados por Churchill na Câmara dos Comuns: *gangues de bandidos* possuídas por um espírito satânico estariam *levando a destruição* ao campo, encorajando *criminosos e gangsters* em cada vila.¹⁷⁶

Embora seja necessário matizar e problematizar tais representações negativas, estudos recentes destacam, embasados em documentação primária, episódios demenciais que empalidecem as alegações de Hogg. Segundo Gerolymatos,¹⁷⁷ o KKE premeditadamente orquestrou, antes e durante a *Dekemvriana*, prisões e execuções em

¹⁷⁴ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.961.

¹⁷⁵ Mazower, Mark. *Insider Hitler's Greece: the experience of occupation, 1941-1944*. New Haven: Yale University Press, 1993.

¹⁷⁶ Ibidem.

¹⁷⁷ *Op. cit.*

massa, o que acabou criando um ambiente propício para que jovens homens e mulheres, dessensibilizados pela guerra, cometessem atrocidades. Após o fim das hostilidades de dezembro, foram descobertos, nos arredores de Atenas, covas coletivas e centenas de corpos escondidos nos antigos poços e cisternas que abasteciam a cidade na Idade Antiga: policiais, colaboracionistas, membros de outros grupos de guerrilha e — na maioria das vezes — homens e mulheres comuns que pelos mais variados motivos foram acusados de reacionários.¹⁷⁸ Gerolymatos cita um bairro humilde na periferia de Atenas — casas decrépitas meio a colinas e pinheiros — que, antes da *Dekemvriana*, era usado como centro de execução por militantes do KKE. Os poucos sobreviventes relatam que novas vítimas — às vezes viam crianças entre elas — chegavam todos os dias, passavam por um breve interrogatório, em seguida eram torturadas e, finalmente, executadas — às vezes com pistolas e rifles, geralmente por decapitação e esquartejamento com machados e cutelos.¹⁷⁹

Encaminhando-se para o final de sua intervenção, Hogg sintetiza sua concepção dos valores que estariam entranhados no coração das nações britânicas:

Este país lutou e sofreu muito nos últimos cinco anos. Alguns de nós se perguntaram pelo que estamos lutando. Eu nunca tento definir pelo que outras pessoas lutam, mas eu sabia pelo que eu pensava que estava lutando quando eu estava no deserto. Eu estava lutando pela lei e decência nos assuntos humanos. Eu queria ver a força do direito dominar a raça humana em suas relações entre indivíduos e entre nações. Eu queria ver a lei administrada a partir de um código aberto, livremente publicado e justamente elaborado para determinar a conduta do homem em relação ao homem [...]. Eu não queria caprichos, metralhadoras e desordem. Eu contrastei esse reino da lei, pelo qual acredito que a Inglaterra e de fato toda a Grã-Bretanha e toda a nossa raça são guiados, com aquele sistema dos nazistas, que consistiam em prender homens sem julgamentos, com base em acusações indefinidas, em usar a força para agredir a oposição, para orientar a disrupção dos tribunais e dos princípios da lei sobre os quais a civilização se edifica. Eu não estou preocupado agora [...] com diferenças entre direita e esquerda, mas com diferenças entre certo e errado. Eu sinceramente acredito que este país luta por algo mais do que a direita ou a esquerda — [mas] por um sistema social humano ordenado que permita que a direita e a esquerda lidem com suas diferenças por intermédio do argumento e do voto, e não nas esquinas e nas barricadas com metralhadoras. Se esse sistema no qual eu acredito não prevalecer, muito sangue será derramado em vão, e alguns de nós poderíamos

¹⁷⁸ Gerolymatos, *op. cit.*

¹⁷⁹ *Ibidem.*

pensar que não teria feito diferença se deixássemos o tirano [nazista] dominar o mundo com toda a plenitude de seu poder.¹⁸⁰

Assim como Churchill, Hogg mobilizou o exemplo nazista de forma oposta à feita pelos defensores da emenda de Seymour Cocks, embora com a mesma lógica. O exemplo nazista foi utilizado para o contexto grego de modo que um dos grupos do conflito em curso fosse equiparado, ainda que sutilmente, aos valores bárbaros nazistas: a arbitrariedade, o poder sem limites e sem observação, sem nada que o mantivesse sob controle, e a violência como método de emplacar agendas políticas. Ao contrário, os britânicos deveriam lutar pelos valores civilizatórios do estado de direito, que seria uma das bases nas quais o Reino Unido teria se erguido.

Ademais, Hogg traz um elemento novo para a discussão. Foi ele quem deu mais destaque aos atos de violência cometidos pelo ELAS contra seus compatriotas e contra os britânicos, citando episódios específicos, tal como o massacre em Meligala. De acordo com sua interpretação, a capacidade física dos comunistas perpetrarem tais atrocidades era uma consequência direta do que ele chamou de *nossa política de armar o ELAS*. Ao imperativo moral de derrotar a EAM/ELAS para impedir a instauração de uma ditadura comunista na Grécia se somava outra questão moral: derrotar a EAM/ELAS porque os próprios britânicos teriam, em um passado recente, contribuído para gerar um monstro que teria saído de controle. De sorte que não se tratava apenas de preservar a democracia, mas também de *corrigir um erro*.

A última intervenção do dia foi a do secretário de relações exteriores Anthony Eden, também do Partido Conservador. Ao se propor “traçar em linhas gerais o como e o porquê desses acontecimentos e qual é a posição do governo de Sua Majestade”¹⁸¹, Eden defendeu o caráter democrático do Governo de Unidade Nacional, utilizando como indicativo disso discurso feito por Papandreou em 18 de outubro — o dia seguinte à chegada do governo e dos soldados britânicos a Atenas. Eden leu a transcrição de um trecho do pronunciamento do primeiro-ministro grego:

Primeiramente, ansiosos por restabelecer um estado grego livre, o governo assumirá a tarefa de reorganizar as forças armadas do país segundo critérios exclusivamente nacionais e militares, como determinado na Conferência Nacional do Líbano. Bandeiras serão entregues aos corajosos lutadores das nossas forças de guerrilha, e seus quadros encontrarão um lugar de valia no Exército Grego reorganizado.

¹⁸⁰ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.966.

¹⁸¹ *Ibidem*, c.998.

A base do nosso exército nacional, como sempre tem sido no passado [grego] e como o é para todos os povos livres, será o chamado para servir à pátria. Todo o povo grego clama pelo direito de defender o país. O conhecido espírito de *coup d'état* das nossas forças armadas será dissolvido. Haverá a regra e a prática segundo as quais o exército não poderá ser mestre, mas apenas o povo soberano cuja vontade é expressa pelo governo. O exército deverá se colocar sob ordem do governo. Haverá a regra e a prática segundo as quais o exército não pode pertencer a um partido ou a um indivíduo privado. O exército pertence apenas ao país e obedece apenas às ordens do governo.¹⁸²

Em seguida, assegurou aos colegas parlamentares que o propósito da política britânica seria assegurar as condições para que os gregos possam escolher seus governos livremente.

O povo na Grécia teria morrido de fome. Foi por isso que intervimos, conhecendo muito bem os riscos e as disputas políticas e paixões desta guerra, e também as paixões deixadas pelo regime Metaxas. Nós sabíamos que tudo isso explodiria em nossas faces, mas nós julgamos que o correto era assumir o risco e a responsabilidade. Repetimos, a ordem deve ser restaurada, e quando a ordem for restaurada, eleições livres devem ser realizadas. Desejamos auxiliar na realização de tais eleições, e convidamos nossos Aliados a nos ajudar.¹⁸³

Eden deixou claro que o governo britânico “não deseja impor à Grécia qual deve ser o seu governo”¹⁸⁴, e que acredita que a “grande massa [dos gregos] não está interessada na EAM, no ELAS ou no EDES”¹⁸⁵, mas sim na volta à normalidade, em acesso a alimentos e na possibilidade de empregos.

É isso o que estamos tentando fazer. No processo, nos envolvemos, contra nossa vontade, nesse conflito destrutivo. Imploramos e apelamos para aqueles que o conduzem [o conflito] baixem suas armas. Quando as armas forem depostas, caberá ao povo grego decidir seu governo, e eles o farão, com nossa ajuda e boa vontade, e, uma vez mais, espero, a democracia fará sua parte na terra em que nasceu.¹⁸⁶

Ao terminar sua fala, Eden recebeu numerosas exclamações de apoio e foi estrondosamente ovacionado.¹⁸⁷ E então os parlamentares se colocaram a votar a emenda.

Como esperamos ter ficado claro, a linha central pela qual a intervenção na Grécia foi defendida e criticada foi dada no próprio texto da emenda que desencadeou a discussão. A EAM foi caracterizada como uma *amiga da democracia* e um *movimento popular, valoroso* por ter auxiliado na derrota dos inimigos nazistas e fascistas. As forças

¹⁸² Ibidem, c.1003.

¹⁸³ Ibidem, c.1010.

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ British action in Greece. *The Times*, Londres, 9 de dezembro de 1944, p.4.

armadas britânicas estariam sendo utilizadas contra os inimigos da democracia, e, conseqüentemente, contra a própria democracia — o que seria um motivo para se lamentar tal atitude por parte do governo. Em seguida, no detalhamento de sua proposta, Seymour Cocks argumentou que o uso do poderio militar contra os grupos populares seria uma contradição em relação aos motivos profundos pelos quais os britânicos haviam entrado na guerra — para derrotar Hitler, protegendo a democracia e a liberdade em âmbito global. Mais do que isso: os próprios valores centrais, basilares da sociedade britânica estariam sendo aviltados. Por isso, seria necessário interromper o apoio ao Governo de Unidade Nacional — um sucessor e continuador direto do que foi considerado pelos defensores da emenda a versão helênica dos movimentos fascistas então em voga em algumas partes da Europa — e garantir a liberdade da EAM, vista como a organização que de fato tentava atender aos anseios do povo: ainda que não tenha sido sancionada por intermédio das urnas, seu histórico e sua relação com os camponeses das montanhas lhe confeririam a legitimidade que faltava do governo de Papandreou e George II.

Churchill e os defensores da continuidade da intervenção britânica na Grécia mantiveram a democracia como critério determinante para a política externa. Churchill deu uma definição mais restrita à noção de democracia, relacionando-a aos procedimentos formais da atividade eleitoral e sua garantia sem riscos de fraudes e coerções. Seus apoiadores também destacaram os aspectos formais do que seria a democracia. Feita essa definição mais delimitada, o primeiro-ministro pôde inverter a argumentação dos defensores da emenda. De amiga da democracia, a EAM/ELAS passou a ser uma caterva de bandidos armados prestes a descer das montanhas, inundar Atenas em sangue e instaurar uma ditadura comunista na Grécia. Totalitários, com um *modus operandi* muito semelhante ao dos nazistas. Em vez de um grupo reacionário cripto-fascista ilegítimo, o Governo de Unidade Nacional foi representado como uma coalizão plural, composta pelas principais vertentes políticas da Grécia, governada por Papandreou, um socialista moderado com histórico de oposição a Metaxas; mais importante, um governo que seria questionado e aderiria a eleições gerais e um plebiscito, ambos então previstos para ocorrer em breve.

O estabelecimento retórico de duas extremidades opostas e colidentes na política grega — uma democrática e outra autoritária, liderada pelo fascismo —, que constatamos várias vezes nas discussões, era muito própria dos materiais oficiais de propaganda que

na época circulavam nos países Aliados. Talvez o exemplo mais famoso seja a série documental *Why we fight*, produzida pelo cineasta americano Frank Capra sob encomenda do Departamento de Guerra dos EUA, com o intuito de ser exibida aos membros das forças armadas americanas. O primeiro episódio, de um total de sete, traz, em suas imagens iniciais, uma frase atribuída ao então vice-presidente de Roosevelt, Henry Agard Wallace: “Esta é uma luta entre um mundo livre e um mundo escravo”¹⁸⁸. Em oposição ao mundo livre dos Aliados, baseado na igualdade entre os homens e na liberdade, o documentário opunha o sombrio reinado do Eixo, onde estariam “se apagando os faróis [da liberdade]”¹⁸⁹ enquanto a “marcha da história se reverte”¹⁹⁰. O próprio Churchill parabenizou Capra pela produção da série, e gravou um prefácio para a exibição dos filmes para o público britânico, no qual declarou nunca ter visto, até então, uma defesa tão poderosa da causa aliada contra a tirania nazista.¹⁹¹

O historiador Richard Overy¹⁹² é feliz ao chamar atenção para o fato de que não é possível compreender completamente a vitória Aliada recorrendo apenas a explicações materiais tradicionais a respeito de recursos, tecnologias e das capacidades dos combatentes. Existe uma dimensão moral que deve ser levada em conta, e nesse sentido, argumenta Overy, os povos Aliados tinham a vantagem de encarar a guerra como um ato de defesa contra agressões não provocadas. Embora a guerra estivesse muito longe de ser uma simples disputa que teria colocado em polos opostos o bem e o mal, a civilização e as trevas, os meios de propaganda Aliados foram consideravelmente bem sucedidos em propagar essa interpretação que, segundo a análise de Overy, ajudou a fortalecer um consenso quanto à necessidade da guerra. Tal simplificação teve como cerne a elaboração de representações as mais negativas possíveis do nazismo. Lembremos do muito divulgado *Men of the lighthouse*, curta-metragem produzido pelo Ministério da Informação britânico em 1940, dramatizando o bombardeio de um farol na costa leste da Inglaterra pela Luftwaffe. Logo de início o narrador declara que os faróis até então haviam sido considerados a salvo de qualquer ataque militar, por conta de sua condição de

¹⁸⁸ Capra, Frank. *Why we fight: prelude to war*. Department of War, USA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mm3GsSWKyso>. Acesso em 26 de fevereiro de 2020.

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ Ibidem.

¹⁹¹ McBride, Joseph. *Frank Capra: the catastrophe of success*. Jackson: University Press of Mississippi, 2011.

¹⁹² Overy, Richard J. *Por qué ganaron los Aliados*. Barcelona: Tusquets, 2010.

“símbolo de humanidade”¹⁹³ e de “luz guia”¹⁹⁴. Porém, em 1940, um farol inglês foi atacado por “um novo tipo de inimigo”¹⁹⁵. Embora não mostre soldados nazistas, apenas seus aviões em ataque, o filme consegue expressar o caráter demencial dos adversários que atacaram os britânicos; nos últimos momentos, o narrador avisa: “essa história é apenas um episódio em uma guerra de horror sem paralelos”¹⁹⁶. Em suma, a guerra tendia a ser apresentada como uma cruzada moral cujo principal objetivo era livrar o mundo de Hitler.¹⁹⁷

Não é necessário nos alongarmos para frisar que não existem processos históricos passíveis de ser compreendidos satisfatoriamente por intermédio de reflexões binárias baseadas em julgamentos morais. Tomemos como único exemplo a Ofensiva de Bombardeio Estratégico empreendida em conjunto durante a guerra pela Força Aérea Real britânica (*Royal Air Force* — RAF) e pela Força Aérea dos Estados Unidos (*United States Air Force* — USAF). Segundo Norman Davies¹⁹⁸, uma das possibilidades do uso da aviação em combates era a promoção do terror em massa contra civis, e durante a Ofensiva de Bombardeio Estratégico isso estava implícito para o oficialato da RAF, por trás de objetivos caracterizados de forma neutra, tais como *bombardeio de área* e *quebrar o moral dos civis inimigos*. Sir Arthur Harris, chefe do Comando de Bombardeiros da RAF planejava explicitamente reduzir as cidades alemãs a cinzas: no primeiro dos chamados *reides de mil bombardeiros*, em 30 e 31 de maio de 1942, Colônia foi devastada; em junho de 1943, 43 mil pessoas morreram e um milhão ficaram desabrigadas após um bombardeio incendiário — mesmo que na Conferência de Casablanca, cinco meses antes, os Aliados tenham ordenado que se desse prioridade a bombardeios de precisão contra alvos estratégicos. A RAF persistiu com o procedimento mesmo após ficar claro que mulheres, crianças e homens inocentes estavam morrendo sem nenhum propósito militar. O exemplo mais emblemático dessa política que resultou na morte de aproximadamente de meio milhão de civis é o bombardeio de Dresden. Na noite de 13 de fevereiro de 1945, a RAF despejou 1500 toneladas de alto explosivo e 1200 de bombas incendiárias na cidade saxônica que não possuía, em seu centro, indústrias ligadas à

¹⁹³ Ministry of Information. *Men of the lightship*. 1940. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JYnknq7A0Xk&t=2s>. Acesso em 05 de setembro de 2020.

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ Overy, *op. cit.*

¹⁹⁸ Davies, Norman. *Europa na guerra 1939-1945: uma vitória nada simples*. Rio de Janeiro, Record, 2009.

guerra: estima-se que entre 30 mil e 120 mil pessoas tenham morrido na tempestade de fogo¹⁹⁹.

Casos como o da Ofensiva de Bombardeio Estratégico, no entanto, eram de justificativa menos complicada, uma vez que se tratava de ataques ao inimigo. A questão grega, por sua vez, causava particular desconforto entre seus críticos particularmente pelo fato de escapar em muito das narrativas que forneciam pretextos para a entrada da Grã-Bretanha na guerra: em questão de semanas, um aliado — a EAM/ELAS — que lutava para libertar sua nação da brutal ocupação do Eixo se tornou um inimigo a ser definitivamente eliminado. E o debate não buscou reconstituir a complexidade da situação e escapar da representação binária da guerra. Ao contrário, tanto críticos contra apoiadores da intervenção britânica mobilizam, de forma bastante instrumental, narrativas da história recente grega com o intuito de embasar seus argumentos, predominantemente dentro de balizas polarizantes.

Não é algo surpreendente: dado o contexto, uma forma óbvia de conferir impacto político a um discurso seria justamente comparar o grupo que se desejasse criticar aos nazistas, ao mesmo tempo em que se imputa a seus rivais todos os ideais pelos quais o Reino Unido, de acordo com a retórica oficial, havia adentrado a guerra. No dia oito de dezembro, quem resumiu de forma mais sucinta as preocupações majoritárias expressas no debate foi o trabalhista Arthur Greenwood: “A honra britânica está em jogo, a dignidade britânica está em jogo, o humanitarismo britânico está em jogo”²⁰⁰.

Ao mesmo tempo em que constatamos procedimentos retóricos coerentes com a propaganda de guerra Aliada, também percebemos, de forma mais sutil, a permanência da ideia de uma certa excepcionalidade britânica que muito nos remete às justificativas imperiais da Era Vitoriana (1837-1901). A questão dos valores basilares que os britânicos deveriam defender mundo afora predominou no Parlamento durante a *Dekemvriana* sempre que a intervenção era abordada. Não nos deteremos nas discussões seguintes da mesma forma que o fizemos com o debate de oito de dezembro para evitar reiteraões excessivas. Basta citar, por exemplo, o trabalhista Aneurin Bevan, que no dia 20 de dezembro, na Câmara dos Comuns, asseverou: “Onde desembarcamos como libertadores,

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.998.

[agora] parecemos permanecer como tiranos”.²⁰¹ Como outro exemplo, também vale citar um debate do dia seguinte — desta vez na Câmara dos Lordes —, no qual Herbert Louis Samuel, conhecido como Visconde Samuel, pertencente ao Partido Liberal, expressou ponto de vista semelhante ao tom geral que constatamos no debate de oito de dezembro:

Penso que as origens desse conflito infeliz, e certamente sua extensão, têm um efeito nocivo no prestígio britânico, porque nosso prestígio não reside meramente, como é o caso do prestígio alemão, na força militar, mas na nossa reputação como uma potência que busca a boa vontade e o bem-estar de outro país, [uma potência] que está se esforçando nesta guerra para promover liberdade e independência e não apenas impor nossos pontos de vista sobre outros povos. Agora nós parecemos estar na falsa posição de escolher lados em uma disputa doméstica [a da Grécia], e parece, aos olhos de muitos, que estamos lutando do lado errado.²⁰²

Por sua vez, os defensores da intervenção na Grécia elevaram a democracia ao único motivo pelos quais os soldados britânicos estariam se arriscando na nação helena. Defender a democracia na Grécia e no mundo seria um fardo ingrato, penoso. Nas palavras do primeiro-ministro: “Digo que marchamos por um caminho oneroso e dolorido. Pobre velha Inglaterra! Talvez eu deva dizer: ‘Pobre velha Grã-Bretanha’”²⁰³. Para Quintin Hoggs,

nós devemos pregar o evangelho político tal como o vemos, [de acordo com o qual] é a urna e não a metralhadora que deve determinar o destino das nações; que é o parlamento e não a greve geral, não a manifestação; que é a lei da corte e não a lei do linchamento. Não podemos, como fizeram os alemães, forçar outras nações a aceitar esse evangelho, mas eu creio profundamente que devemos fazer essa pregação.²⁰⁴

O discurso de Hoggs — destaque para a interjeição *pobre velha Grã-Bretanha!* — nos remete (assim como, em menor grau, a intervenção do próprio Churchill) a uma ideia muito difundida entre as elites intelectuais e políticas britânicas de uma outra época: a noção de missão civilizadora e evangelizadora que teria sido incumbida aos britânicos na época da expansão colonial de fins do século XIX. Embora haja uma diferença fundamental — os britânicos jamais se colocaram como defensores da democracia plena em suas colônias —, é digno de nota que o tom das falas dos defensores da intervenção na Grécia não raro se assemelha ao famoso poema *O fardo do homem branco*, de Rudyard Kipling, talvez o maior intérprete literário do Império Britânico. Em 1899, por ocasião da

²⁰¹ Hansard. House of Commons. *Greece (situation)*. 20 December 1944. Volume 406, c.1874.

²⁰² Hansard. House of the Lords. *Greece*. 21 December 1944. Volume 134, c.511.

²⁰³ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.929.

²⁰⁴ *Ibidem*, c.965.

Guerra Hispano-Americana, Kipling elaborou seus famosos versos como uma forma de exortar os EUA a tomar as Filipinas como posse colonial, a exemplo do que o poder imperial britânico vinha fazendo há tempos:

Tomai o fardo do Homem Branco,
Pacientes para persistir,
[...]
Tomai o fardo do Homem Branco,
As selvagens guerras pela paz,
[...]
Tomai o fardo do Homem Branco,
Sem a mão de ferro dos reis,
Mas o trabalho penoso de servos,
A história das coisas comuns,
As portas que não deveis entrar,
As estradas que não deveis passar,
Ide, construí com as suas vidas,
E marcai com seus mortos.
[...]²⁰⁵

Nosso fundo documental e nosso recorte de pesquisa não nos permitem o alongamento nessa questão, sob pena de nos perdermos em ilações sem fundamentação empírica. Sem embargo, não podemos deixar de mencionar que os homens que debatiam a Grécia em 1944 eram adultos nascidos entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX — eis as datas de nascimento dos debatedores citados até agora: Winston Churchill, 1874; Anthony Eden, 1897; Quintin Hogg, 1907; Richard Acland, 1906; Frederick Seymour Cocks, 1882. Era uma época em que a expansão britânica era normalmente interpretada (inclusive, de modo geral, na pesquisa historiográfica) de forma teleológica, como um processo que cumpriu um destino nacional de criação de um império de dimensões globais.²⁰⁶ C. A. Bayly chama atenção para o fato de que na Era Vitoriana (1837-1901) havia amplos debates, registrados em livros, jornais e memórias da época, que via de regra consideravam a preeminência britânica como resultado da expansão do industrialismo e da ilustração humana, uma força de superioridade moral —

²⁰⁵ Kipling, Rudyard. *O fardo do homem branco*. Disponível em: http://www.kiplingsociety.co.uk/poems_burden.htm. Acesso em 05 de setembro de 2020.

²⁰⁶ Marshall, P. J. The First British Empire. In: Winks, Robin W (org.). *The Oxford History of the British Empire: Historiography*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

não raro o Império era visto como parte das obras de Deus²⁰⁷. Não surpreende, uma vez que os anos da rainha Alexandrina Victoria foram marcados principalmente pela consolidação do Império e a relativa estabilidade da *Pax Britannica*. Ainda que tenham passado seus anos de formação entre o final da época vitoriana e o início do período posterior, os homens do parlamento cresceram em uma Grã-Bretanha que ainda se orgulhava de sua tradição imperial e a interpretava em chave positiva — não é necessário fazer um resgate da biografia de Churchill para aferir sua óbvia aprovação pelo Império.

Os gregos, é evidente, eram muito diferentes dos povos colonizados: eram brancos e cristãos, habitantes de um país que nunca havia sido colônia britânica. No entanto, julgamos razoável apontar que os debates analisados são vincados por um tom muito semelhante à noção de missão civilizatória. A saga para garantir ao povo grego o direito de exercer de fato seus direitos constitucionais, retratada como uma tarefa ingrata, uma questão de grandeza moral, um empreendimento no qual a Grã-Bretanha não teria nada a ganhar, a não ser, talvez, a preservação de seu senso de honra. Ao fazer isso, os britânicos estariam mantendo os laços históricos que os ligavam aos helenos desde a luta pela independência grega contra o Império Otomano na década de 1820. Resgataremos alguns detalhes dessa trajetória no terceiro capítulo.

Talvez seja na intervenção do trabalhista Harold Nicolson que possamos encontrar paralelos mais claros com o ideário da missão civilizatória britânica. Ao propor a ida de um ministro britânico para Atenas com o objetivo de mediar negociações entre as partes beligerantes, Nicolson afirmou:

Acredito que se o governo — e eu espero que ele o faça — mandar um ministro civil de alta estima [...] para bater em todas as suas cabeças [das partes beligerantes] e dizer, “Calem a boca, parem de brigar”, [...] [a paz poderá ser alcançada].²⁰⁸

A sugestão de Nicolson conota a ideia de uma Grã-Bretanha como agente moderador e conciliador — e dotado de autoridade e sabedoria superior. Mais interessante, porém, é o embasamento que o parlamentar dá à sua proposta:

Três vezes nós [britânicos] fomos forçados a intervir à força nos assuntos nacionais gregos, contra os desejos deste país e contra os desejos de seu governo. Quase aconteceu quatro vezes. Aconteceu pela

²⁰⁷ Bayly, C. A. *The Second British Empire*. In: Winks, Robin W (org.). *The Oxford History of the British Empire: Historiography*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

²⁰⁸ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.988.

primeira vez em Navarino [...], quase aconteceu pela segunda vez por conta de Don Pacifico, quando Lord Parmerston, o mais desastroso ministro do exterior que a Inglaterra já teve, desejou se exibir para a Europa e bloqueou o [porto de] Pireus e expôs a Grécia à humilhação para conseguir um triunfo barato para si mesmo. Aconteceu em um momento muito desafortunado na última guerra quando aportamos tropas [na Grécia] durante a disputa Venizelos-Constantino e quando nossos homens foram alvejados no Stadium e nos jardins de Zappeion, tal como agora.²⁰⁹

Das referências feitas por Nicolson, a mais importante é a primeira, à Batalha de Navarino, durante a guerra de independência grega contra o Império Otomano (1821-1830). Em 1827, o sultão Mahmut II levava vantagem sobre os rebeldes helênicos, graças à ocupação do território grego pelas tropas de Mohamed Ali, paxá do Egito (então uma província otomana autônoma). Porém, uma frota combinada de navios britânicos, franceses e russos chegou à Baía de Navarino, na costa ocidental do Peloponeso, e em 20 de outubro afundou e incendiou a maior parte dos navios otomanos e egípcios. Navarino foi o ponto de viragem da luta pela independência: a partir de então, os gregos tomaram a dianteira e em 1830 eram uma nação oficialmente soberana.²¹⁰ Ao citar Navarino, é como se Nicolson tentasse lembrar, de forma sutil, que a Grécia apenas se tornou viável enquanto país independente devido a uma intervenção armada na qual a Grã-Bretanha tomou parte. Essa impressão parece se intensificar mais adiante quando, como logo veremos, o parlamentar trabalhista cita o fato de que Lord Byron, poeta romântico britânico, viajou à Grécia e pegou em armas para lutar ao lado dos gregos pela independência, morrendo de febre reumática em Missolonghi, em 1824.

Nicolson segue, traçando um retrato simplista e idealizado dos gregos:

Eles não guardam muito ressentimento contra nós sobre o caso de Don Pacífico, e se esqueceram completamente de quando nós enviamos fuzileiros navais durante os problemas com Constantino. Os gregos têm imensas qualidades. Eles são talvez a mais charmosa raça no mundo. Eles têm uma qualidade que eu nunca vi em nenhum outro país. É a mais extraordinária — única. Eles têm gratidão. Por causa do mero fato de que 120 anos atrás Lord Byron foi para Missolonghi e lá morreu de febre reumática, o que quer que façamos, eles sempre nos perdoarão e estarão sempre ao nosso lado. Eles podem ser comunistas gregos, mas eu não ligo para o que eles são. Comunismo não é um traço grego. Se eles fossem comunistas roxos e o secretário de relações exteriores fosse para lá, o lugar inteiro estaria coberto de Union Jacks. Eles têm a atitude

²⁰⁹ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.987.

²¹⁰ Clayton, Gerald David. *Britain and the eastern question: Missolonghi to Gallipoli*. London: University of London Press, 1971.

hereditária de simpatia pelo povo britânico. Portanto, não nos preocupemos com isso.²¹¹

Um povo grego grato e, subliminarmente, quase infantil. As semelhanças com os selvagens retratados no clássico poema de Kipling são evidentes e quase dispensam menção. Nicolson conclui:

Várias e várias vezes na guerra grega pela independência nos demos tapas nas cabeças das pessoas e a forçamos a concordar; os príncipes de Maina, os políticos de Tripolis. Eles odiaram, mas concordaram. Eles estão acostumados com o povo inglês entrando. Eles esperam isso. Nossa intervenção é parte de sua história. Nós sempre fizemos isso e precisamos fazer desta vez. Nós devemos arranjar um armistício e deixar claro a eles e ao nosso próprio povo que [...] todos devem se desarmar.²¹²

Mesmo os críticos da intervenção exaltam, como já ressaltamos mais de uma vez, um suposto papel de referência de liberdade e democracia — papel que estaria sendo vilipendiado com as tropas de Sua Majestade se digladiando com guerrilheiros nas ruas de Atenas. Dessa forma, mantém-se, ainda que com outro conteúdo, a ideia de que o Reino Unido deveria se portar algo como um guia para as gentes do mundo.

4. “Um indigno ato de chantagem”

Terminada a fala de Eden, a Câmara entrou em processo de votação, e a emenda proposta por Seymour Cocks foi rejeitada. Os registros da *Hansard* mostram que a emenda recebeu apenas 30 votos favoráveis contra 279 votos contrários²¹³. À primeira vista, esse contraste nos faria concluir que a política de Churchill tinha amplo e consistente apoio. No entanto, outros registros do debate — as coberturas feitas pelo *Times*, pelo *Daily Mirror* e pelo *Daily Herald* — indicam que a situação era mais complexa. As próprias descrições da atmosfera do debate que coletamos do *Daily Mirror* e do *Times* e mencionamos anteriormente — embora Eden tenha sido aplaudido, Churchill teve de enfrentar várias interrupções e interjeições de reprovação — sugerem que talvez a política de intervenção não fosse tão popular quanto atestavam os 279 votos.

²¹¹ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.987.

²¹² *Ibidem*, c.988.

²¹³ *Ibidem*, c.1011.

O *Times*, em matéria de 11 de dezembro dedicada ao debate ocorrido três dias antes, traz um dado essencial que não foi apresentado na transcrição da *Hansard*: as abstenções. O correspondente do referido periódico registrou que havia 165 parlamentares trabalhistas presentes, dos quais apenas 47 votaram — 23 a favor do governo e 24 contra. Portanto, houve 118 abstenções trabalhistas. Os conservadores somavam 360, dos quais 228 votaram a favor do governo e 132 se abstiveram. Considerando parlamentares independentes e membros de partidos menores, pelos dados da matéria do *Times* calculamos que cerca de 553 parlamentares estavam na Câmara dos Comuns no dia oito de dezembro. O número de apoiadores da emenda trazido pela reportagem difere do registrado na *Hansard*: 281 contra 279 — ao que parece, os registros oficiais não registraram as posições dos parlamentares que ficaram encarregados de contar os votos. Considerando os dados do *Times*, teríamos 281 apoiadores do governo de um total de 553, o que deixa uma sobra de 272 parlamentares. Desses 272, 33 votaram a favor e o restante se absteve. Isso torna a vitória de Churchill bem menos impressionante: uma vantagem de apenas nove votos sobre os que não o apoiaram ou votaram contra.

O contexto exato em que se deu essa vitória nos permite considerar a vitória ainda mais problemática. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, as discussões a respeito da inclusão ou rejeição das emendas eram mais do que um procedimento retórico. De acordo com o parlamentarismo britânico, a Câmara dos Comuns é “a instituição democraticamente eleita do Reino Unido e o Governo deriva seu mandato democrático da confiança que os Comuns nele deposita²¹⁴”. *Confiança* é a palavra-chave, e um termo que tem implicações práticas sérias. A confiança é testada por intermédio dos chamados *votos de confiança* — uma moção que mencione explicitamente que o Parlamento tem confiança no governo. Quando essa moção é feita por um membro do governo, trata-se de um voto de confiança; quando é feita pela oposição, utilizam-se duas denominações sinônimas: *voto de não confiança* ou *voto de censura*.

Caso o resultado da votação de uma moção dessa espécie indique que o governo não tenha a confiança dos Comuns, é colocada em movimento uma intrincada série de procedimentos que em último caso deixam o primeiro-ministro em uma situação de

²¹⁴ United Kingdom Government. *The Cabinet Manual*, p.39. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/60641/cabinet-manual.pdf. Acesso em 28 de junho de 2020.

fragilidade. A partir do momento em que o governo perde a confiança, os membros de oposição podem tentar formar um governo alternativo que conte com a maioria na Câmara; se for esse o caso, o primeiro-ministro deve renunciar e dar lugar ao novo governo que, por sua vez, terá de vencer um voto de confiança em um prazo de 14 dias. Por outro lado, caso a oposição não consiga formar um governo alternativo apoiado pela maioria, o primeiro-ministro continua no cargo e tem 14 dias para reverter sua situação, passando por outro votação de confiança; caso perca novamente, é obrigado a renunciar.

Ressalte-se que, no período que estudamos, votos de confiança ou de censura/não-confiança não precisavam necessariamente ser explicitados enquanto tais. A votação de uma ementa a respeito de um tema polêmico — como o era a intervenção na Grécia — por si só poderia ser considerado uma questão de confiança, sem que o termo seja utilizado. Ao começar a expor sua versão do que ocorria em Atenas, Churchill invocou o procedimento das moções de censura: “A Câmara [dos Comuns] ficará feliz porque agora passo a lidar com a Grécia, que é o eixo principal do voto de censura com o qual temos que lidar hoje”²¹⁵. Com essa constatação, *explicitou* quais seriam as possíveis implicações da votação. Mais adiante, retomou:

Eu devo recorrer a essa Câmara em uma questão de confiança no governo de Sua Majestade e confiança no espírito com o qual nós marchamos de um perigo a outro até que a vitória estivesse à vista, para rejeitar tais afirmações [feitas por Seymour Cocks e seus apoiadores] com o desprezo que elas merecem.²¹⁶

Depois, como se não houvesse sido suficientemente claro, reiterou:

[Seria] muito melhor ter calma, paz e ordem em Atenas antes que qualquer questão acerca de mudança política [...] fosse abordada. É uma grande pena que tudo aconteça de uma vez, embora esse seja um dos bem conhecidos métodos subversivos para que se esfaçem Estados, grandes e pequenos. Se eu for considerado culpável por essa ação [a política britânica na Grécia], eu alegremente aceitarei minha dispensa nas mãos da Câmara; mas se eu não for removido [do cargo] — não se enganem quanto a isso — nós persistiremos nesta política de limpar a região de Atenas de todos que se rebelam contra a autoridade do governo constitucional da Grécia [...], de amotinados contra as ordens do supremo comandante do Mediterrâneo [...] sob o qual todas as organizações de guerrilha juraram servir. Eu espero ter deixado a posição clara [...].²¹⁷

²¹⁵ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.940.

²¹⁶ *Ibidem*, c.931.

²¹⁷ *Ibidem*, cc.946/947.

Ao afirmar que *alegremente aceitaria a dispensa pela Câmara dos Comuns*, Churchill deixou muito claro o desafio que fazia aos parlamentares que se opunham à intervenção na Grécia. É de se esperar que alguém com a experiência do primeiro-ministro apenas invocasse uma questão de confiança a respeito de uma emenda crítica à sua política se houvesse certeza de o resultado de uma votação lhe daria folgada vantagem. Embora o contraste entre votos favoráveis e votos contrários passe a impressão de tranquilidade para Churchill, vimos que o número de abstenções indica que quase metade de Câmara dos Comuns não aprovava a intervenção a ponto de defende-la por intermédio do voto — e pouco provável que Churchill não antecipasse isso. Surge então a pergunta: por que o primeiro-ministro lançaria mão de um movimento tão arriscado para o próprio governo?

As reações de alguns parlamentares críticos às ações na Grécia nos levam a outras perguntas que por sua vez trazem indícios de uma possível resposta. Em sua participação no debate, Driberg disse:

O primeiro-ministro desafiou a Câmara [dos Comuns]. Ele disse que, é claro, se nós quiséssemos e discordássemos dele sobre isso [a intervenção na Grécia], nós poderíamos dispensá-lo de seu cargo. É claro, ele não será dispensado por essa Câmara servil; foi de fato um indigno ato de chantagem da parte dele lançar esse tipo de desafio.²¹⁸

Onze dias depois, em 19 de dezembro, Churchill trouxe à tona novamente a questão do voto de confiança quando o trabalhista Greenwood lhe perguntou se, por conta da “profunda ansiedade dos membros desta Casa, bem como do público, quanto à situação que se desenrola na Grécia, não seria desejável [...] fazer alguma declaração sobre o assunto”²¹⁹. O primeiro-ministro então redarguiu:

Creio que se eu fosse fazer uma declaração, haveria pedidos para que houvesse um debate — naturalmente —, caso contrário as pessoas não iriam gostar, e diriam que apenas um lado estaria sendo ouvido. Portanto, o que nós temos de considerar não é uma declaração, mas um debate. Nós tivemos um debate, se minha memória está correta, e uma divisão há pouco tempo [*i.e.* a votação da ementa de Seymour Cocks em oito de dezembro], e realmente não conseguiríamos encontrar tempo nos próximos três dias restantes [*i.e.* antes do recesso de fim de ano] para outro debate. É claro que para um debate a respeito de um voto de censura nós poderíamos usar a [próxima] quarta-feira [...].²²⁰

²¹⁸ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.958.

²¹⁹ Hansard. House of Commons. *Greece (situation)*. 19 December 1944. Volume 406. c.1619.

²²⁰ *Ibidem*.

Ao que Greenwood treplicou: “essa não é uma questão de voto de censura, mas sim [...] uma demanda legítima pela elucidação de uma situação que está se deteriorando”²²¹. No dia seguinte, Greenwood retomou a questão: “Chegamos a uma situação na qual o primeiro-ministro aparece na Câmara [dos Comuns] e nos ameaça com um voto de censura”²²². Por que a atitude de Churchill foi considerada uma ameaça e um indigno ato de chantagem? E por que os parlamentares contrários à intervenção reagiam com desconforto quanto à possibilidade de se considerar uma discussão crítica sobre a intervenção um voto de censura?

Na busca de uma resposta satisfatória para a atitude de Churchill, é necessário lembrar o que foi mencionado no começo deste capítulo: em 1944, o Reino Unido era governado por uma *coalizão*. Uma das implicações práticas disso é que o governo não precisava enfrentar uma oposição *de facto* no Parlamento. Embora Arthur Greenwood ocupasse nominalmente o posto de líder da oposição na Câmara dos Comuns, tratava-se de uma nomeação estritamente burocrática para que alguns procedimentos parlamentares pudessem ocorrer sem grandes mudanças necessárias. Na prática, Greenwood não liderava oposição porque seu próprio partido, o Trabalhista, era o segundo em número de cargos ocupados no Gabinete de Guerra. Lembremos também que a emenda debatida em oito de dezembro, embora fosse assinada por alguns trabalhistas, não foi um texto protocolado oficialmente pelo Partido Trabalhista. A edição de oito de dezembro do *Times*, anunciando o debate que seria realizado naquele dia, registrou que o

Comitê Administrativo do Partido Trabalhista Parlamentar estava ansioso para evitar um debate a respeito de desafios diretos colocados em uma emenda [...], e ontem [sete de dezembro] elaborou e protocolou uma emenda alternativa, pensada para não se configurar como um desafio.²²³

O correspondente do *Daily Mirror* registrou o rebuliço causado entre os membros do trabalhismo momentos antes da votação: os parlamentares trabalhistas fizeram apressada e agitada reunião nos bancos dianteiros da Câmara,²²⁴ e tanto no *Mirror* quanto no *Times*²²⁵ lemos que nessa reunião Greenwood aconselhou os trabalhistas a não votarem a favor da emenda. Esse movimento faz sentido se levarmos em conta que, uma vez que o Partido Trabalhista integrava a coalizão, ao votar favoravelmente à emenda depois que

²²¹ Ibidem.

²²² Hansard. House of Commons. *Greece (situation)*. 20 December 1944. Volume 406, c.1860.

²²³ Today's debate in the Commons. *The Times*. Londres, 8 de dezembro de 1944, p.4.

²²⁴ Greece vote brings new trouble to the Labour Party. *The Daily Mirror*, Londres, 9 de dezembro de 1944, p.9.

²²⁵ British action in Greece. *The Times*, Londres, 9 de dezembro de 1944, p.4.

Churchill a considerou uma questão de confiança ou censura, os trabalhistas estariam, na prática, atacando um governo composto por seu próprio partido.

Encontramos mais informações na seção editorial do jornal *Daily Herald* de nove de dezembro. Segundo o editorial, a emenda lida por Seymour Cocks seria um desafio direto ao governo, e caso tivesse tido sucesso, “ou mesmo uma grande minoria de votos, o país seria empurrado para uma crise política”.²²⁶ O Partido Trabalhista teria tentado evitar isso, por acreditar que “a continuidade da coalizão é essencial para o interesse nacional - e para o interesse das Nações Unidas - enquanto a Alemanha permanece ainda sem ser derrotada”.²²⁷ Note-se que, embora não fosse um periódico oficial trabalhista e procurasse não perder o espírito crítico, à época o *Herald* era a publicação mais próxima e simpática ao Partido Trabalhista, buscando defender as posições do partido no debate público. Portanto, é razoável inferir que o conteúdo expresso no editorial se aproximasse consideravelmente dos cálculos da direção do partido.

Diante desse quadro, torna-se compreensível a razão pela qual Churchill foi enfático ao considerar o debate sobre a Grécia como uma questão de voto de confiança. Parece-nos muito provável que o primeiro-ministro, um político experiente, tinha ciência de que a sua política para a Grécia não possuía ampla maioria no Parlamento. Também é provável que ele imaginasse que a liderança trabalhista fosse despender esforços para impedir que seus correligionários fossem longe demais a ponto de causar uma situação que bloqueasse a continuidade de uma coalizão da qual o próprio Partido Trabalhista era partícipe. Dessa forma, considerar o debate uma questão de voto de confiança seria encurralar os líderes trabalhistas e forçá-la a escolher entre neutralizar a emenda ou aprová-la e colocar em risco o governo. Permitindo-nos fazer, com parcimônia, um pequeno exercício de história contrafactual, consideramos plausível que, caso a emenda não fosse considerada uma questão de censura e fosse aprovada, o governo se encontraria desprovido de apoio político para dar continuidade à intervenção militar na Grécia; de sorte que é possível considerar que Churchill fez um blefe bem sucedido que lhe deixou o caminho relativamente livre no Parlamento para as tentativas de supressão da EAM/ELAS pela força.

²²⁶ The debate. *The Daily Herald*. Londres, 9 de dezembro de 1944, p.2.

²²⁷ *Ibidem*.

Nossas fontes nos permitem ir mais longe. Como veremos em detalhe no capítulo seguinte, a questão grega foi um tema muito discutido em meio à opinião pública. Portanto, é digno de nota que, durante todo o mês de dezembro, o único debate sobre a Grécia transcrito no parlamento com extensão semelhante ao de oito de dezembro tenha sido o do dia 20. É certo que houve, entre oito e 31 de dezembro, onze discussões sobre o que ocorria na nação helênica, mas todos eles abordaram questões pontuais (*e.g.* a possível contribuição a ser feita pelos Domínios britânicos, a movimentação de tropas, trocas de prisioneiros), sem se deter de modo geral nas razões e implicações da intervenção. Notemos que, em 19 de dezembro, o primeiro-ministro pareceu aludir ao procedimento do voto de censura como uma forma de evitar um debate, e que, em 20 de dezembro, ao iniciar as conversas sobre a Grécia, Greenwood já deixou claro de antemão: “Esta não é uma ocasião para votos de censura. Não existe desafio ao governo enquanto governo nesta questão [*i.e.* não se pretende questionar a capacidade de continuidade do governo]”²²⁸. Diante desses indícios, não é um absurdo supor que a forma como Churchill conduziu o debate do dia oito tenha inibido, de alguma forma, que o tema aparecesse na Câmara dos Comuns de forma mais consistente ao longo do mês.

Neste capítulo, destacamos, a partir da análise das transcrições parlamentares de dezembro de 1944, dois elementos essenciais. Primeiramente, as discussões acerca da questão grega se deram principalmente alicerçadas por considerações políticas e morais. As linhas argumentativas em defesa do apoio ao Governo de Unidade Nacional ou da EAM/ELAS buscavam mostrar como este ou aquele grupo estava sintonizado às aspirações da maioria do povo grego. A legitimidade estaria diretamente ancorada na observância aos princípios democráticos, e as formas de aferir tais princípios variavam de forma instrumental na medida em que mudavam os objetos de defesa e crítica. O tom predominante na discussão coincidiu em muito com a narrativa maniqueísta estabelecida pela propaganda Aliada, segundo a qual a luta contra o Eixo seria um imperativo moral impulsionado pela necessidade de preservar valores absolutos que reforçavam a necessidade política de combater o totalitarismo. Para Churchill, isso seria alcançado ao evitar que a Grécia caísse em mãos comunistas. Para seus críticos, o caminho correto seria interromper o apoio à monarquia helena. Ao mesmo tempo, pudemos notar alguns

²²⁸ Hansard. House of Commons. *Greece (situation)*. 20 December 1944. Volume 406, c.1860.

paralelos com as justificativas para a expansão colonial britânica muito comuns na Era Vitoriana: a *pobre velha Grã-Bretanha* moralmente compelida a salvar a nação dos helenos do espectro do comunismo totalitário ecoa, à distância, a missão civilizatória do Império e o fardo do homem branco versificado por Kipling.

O cruzamento das transcrições parlamentares com a cobertura dos debates feitas pela imprensa indicou claramente a situação da relação de forças na Câmara dos Comuns. Por um lado, os defensores da intervenção, liderados por Churchill, saindo vitoriosos de uma votação de emenda apenas por — segundo nossa análise da documentação — um artifício de chantagem que deixou seus opositores encurralados. Por outro, parlamentares — a maioria deles trabalhista — contrários ao que ocorria em Atenas, mas aconselhados pela liderança de seu próprio partido a não se posicionarem de forma clara.

O conteúdo das discussões e o posicionamento explicitado entre os partícipes suscita outras questões que se imbricam. Tornou-se evidente que havia uma celeuma entre os membros do Partido Trabalhista a respeito da intervenção; uma vez que esse partido tinha relação próxima com muitos sindicatos e outras organizações do movimento trabalhista, essa celeuma seria indicativo de um descontentamento mais amplo, que se espalhava pela sociedade britânica? Evidentemente, sim: não foi por nada que Arthur Greenwood — dentre tantos outros — declarou, em 20 de dezembro: “Há uma grande perturbação nas mentes de milhões do nosso povo e nas [mentes] de nossos Aliados no exterior a respeito da situação que se desenhou na Grécia”²²⁹.

Mas esse descontentamento se devia especificamente a quê, e de que formas teria sido expresso? Isso implicou em uma reflexão acerca da natureza dos debates parlamentares. As discussões eram transcritas e publicadas em volumes conhecidos como *Hansard* — cuja versão *online* utilizamos como fonte. Essas compilações eram disponibilizadas para consulta, tanto pela comunidade exterior quanto pelos próprios parlamentares, que não raro utilizavam as transcrições nos próprios debates, seja para reafirmar uma ideia ou para resgatar pronunciamentos infames de seus oponentes. Ademais, os debates na Câmara dos Comuns recebiam ampla e detalhada cobertura na imprensa: constatamos que pelo menos três periódicos de grande circulação da época — *The Times*, *The Daily Herald* e *The Daily Mirror* — publicavam extensas reportagens acerca das discussões, lançando mão de longas citações diretas. Por conta disso, inferimos

²²⁹ *Ibidem*.

que tanto a condução geral dos debates quanto seus detalhes não eram tomados como uma atividade exclusivamente interna. Posto que os parlamentares sabiam que boa parte das minúcias do que ocorria nas seções seria de conhecimento geral, é razoável supor que eles procuravam se comportar de acordo com o que avaliavam ser aceitável ou inaceitável para seus constituintes em particular e para a sociedade britânica em geral. Os debates — *o que foi expresso tanto como as maneiras de expressão* — podem ser tomados, portanto como um indicativo do que os debatedores pensavam ser as preocupações políticas das populações dos distritos que representavam. Portanto, cabe a pergunta: os parlamentares teriam circulado o debate em torno de questões como legitimidade e democracia porque julgaram que assim estariam mais sintonizados com seus eleitores e, de modo geral, com o descontentamento que acreditavam estar captando nas ruas?

Para tratar dessas questões, no próximo capítulo, alargaremos o escopo de análise. Deixaremos de focar exclusivamente o Parlamento e procuraremos indícios também em outros lugares: as ruas das cidades britânicas e os salões de reuniões dos sindicatos e das organizações populares. E a agitação que a intervenção militar na Grécia causou na opinião pública.

CAPÍTULO SEGUNDO

“Por que a Grã-Bretanha deveria fazer todo o trabalho sujo do mundo?”

No capítulo anterior, argumentamos que, durante o debate parlamentar de oito de dezembro de 1944, o contraste entre os poucos votos favoráveis à emenda defendida por Frederick Seymour Cocks e o grande número de parlamentares que a rejeitaram se devia muito mais a um receio, por parte dos parlamentares trabalhistas, de causar uma situação na qual o governo de coalizão poderia se romper do que a um apoio de fato generalizado à política de Churchill na Câmara dos Comuns. Na semana seguinte ao debate, ocorreu, entre 11 e 15 de dezembro, a Conferência Anual do Partido Trabalhista, em que foi travada discussão a respeito da questão grega. Os registros do debate corroboram, como logo veremos, a tese de que um dos motivos — talvez o principal — pelos quais os trabalhistas evitaram uma posição mais assertiva na Grécia foi o cálculo pragmático no sentido de evitar a quebra da coalizão — o que poderia acarretar alto custo político. Além de reforçar a análise que fizemos no capítulo anterior, os colóquios trabalhistas de 1944 indicam algo frequentemente mencionado pelos parlamentares — trabalhistas, conservadores e de outros partidos — durante as discussões na Câmara dos Comuns: o descontentamento popular em relação à intervenção na Grécia era considerável e deveria ser levado em conta. Esse será o tema central do presente capítulo.

O itinerário será o seguinte: analisaremos a Conferência de 1944 do Partido Trabalhista e como seus partícipes se posicionaram a respeito da questão grega; em seguida, buscaremos na imprensa indícios mais amplos do descontentamento popular mencionado tanto no Parlamento quanto nos debates entre os trabalhistas; finalmente, discorreremos a respeito dos conteúdos específicos de tais manifestações e de seus possíveis significados.

1. “Massacrando nossos próprios camaradas em outras partes do mundo”

Antes de adentrarmos a conferência de 1944, é necessária uma breve retrospectiva. O Partido Trabalhista surgiu na Grã-Bretanha do início do século XX, como resultado da aglutinação de algumas organizações de esquerda que tinham atuação preeminente durante as últimas décadas do século XIX: a Federação Democrática Social

(*Social Democratic Federation — SDF*), de inspiração marxista; a Sociedade Fabiana, um grupo de debates socialista da classe média; e o Partido Trabalhista Independente (*Independent Labour Party — ILP*), de caráter socialista. Não obstante, esses grupos eram muito pequenos, e a principal força de representação dos trabalhadores era o movimento sindical, cuja potência era maior na Grã-Bretanha em comparação à Europa continental. Em 1898, todos os sindicatos britânicos se organizaram em uma federação conhecida como Trades Union Congress (TUC), e em 1900 mais de dois milhões de trabalhadores eram afiliados a sindicatos (dentro de uma população de 38 milhões)¹.

Em 1884, durante o governo do liberal Willian Gladstone, o Third Reform Act ampliou o sufrágio na Grã-Bretanha: a partir de então, todos os homens com renda anual mínima de 10 libras esterlinas podiam votar. Ainda que às mulheres e a cerca de 40% dos adultos masculinos continuasse a ser negado o direito ao voto, a reforma abriu espaço para que os sindicatos pudessem efetivamente apoiar parlamentares de origem operária, que costumavam trabalhar em conjunto com a ala esquerda do Partido Liberal para emplacar reformas consideradas relevantes para a população trabalhadora. Não obstante, essas forças ainda não dispunham de um partido específico. Isso começaria a mudar em 1899, quando durante a reunião anual do TUC, uma resolução da Sociedade Unida dos Servidores Ferroviários propôs a realização de um congresso especial de sindicatos, sociedades cooperativas e grupos socialistas com vistas a aumentar o número de membros da classe trabalhadora no Parlamento. Tal conferência ocorreu em Londres, em fins de fevereiro de 1900, e nela foi decidido o estabelecimento do Comitê de Representação Trabalhista (*Labour Representation Committee — LRC*) para coordenar os planos de representação parlamentar. Em 1906, o LRC foi renomeado como Partido Trabalhista².

Em suma, é importante destacar que o Partido Trabalhista emergiu em um contexto no qual o movimento sindical era a maior força organizativa da classe trabalhadora. No início, a esmagadora maioria de seus membros eram também membros de sindicatos, razão pela qual um dos objetivos das providências de reorganização partidária de 1918 era atrair indivíduos não sindicalizados para as fileiras da organização. No período em que estudamos a presença sindical ainda era forte, e é por isso que, nos

¹ Thorpe, Andrew. *A history of the british Labour Party*. Londres: MacMillan Press, 1997.

² *Ibidem*.

registros conferenciais, encontramos intervenções de membros do partido que falavam em nome de seus sindicatos³.

Por conta de suas tradições, a organização partidária buscava dar importância à democracia e à participação de seus membros — e isso era particularmente manifesto nas conferências anuais. Os membros tinham voz na conferência, e embora isso não significasse necessariamente poder de decidir políticas, sem dúvida era uma forma de se tentar coibir ou encorajar a adoção de diretrizes. Ainda que o poder da conferência tenha variado ao longo do tempo e sido objeto de controvérsia entre seus membros, Vickers⁴ considera, *grosso modo*, que durante o século XX a conferência anual teve mais poder e soberania em relação à direção executiva durante os períodos em que o Partido se encontrava na oposição ao governo. Porém, a força da anual conferência tem sido, ao longo da história do partido, uma questão de interpretação e prática.

As conferências procuravam estreitar as relações entre o chamado Partido Parlamentar (*Parliamentary Labour Party — PLP*) — ou seja, os membros do partido que tinham assentos no Parlamento — e o partido como um todo. Isso era feito por intermédio das resoluções, descritas como:

Resoluções instruindo o Partido Parlamentar para que suas ações na Câmara dos Comuns sejam consideradas como as opiniões da conferência, com base no entendimento que o tempo e o método para se dar efeito a essas instruções devem ser deixados para o partido na Câmara em conjunto com a Executiva Nacional [*i.e.* o Comitê Nacional Executivo].⁵

Em termos práticos, isso significava que em última instância a conferência não estava habilitada a dobrar o partido. Isso deu ao Partido Parlamentar considerável margem de manobra na elaboração da agenda partidária. Por sua vez, as relações entre o Comitê Nacional Executivo (*National Executive Committee — NEC*) e a conferência anual eram ambíguas: a constituição partidária de 1918 caracterizava como dever da conferência decidir que propostas seriam promovidas pelo partido, mas ao mesmo tempo, asseverava que “nenhuma proposta deve ser considerada definitivamente parte do Programa Geral do Partido a menos que tenha sido adotada pela Conferência por uma maioria de pelo menos dois terços dos votos registrados [...]”⁶, e era o dever da Executiva Nacional e do

³ Vickers, Rhiannon. *The Labour Party and the World, volume 1: the evolution of Labour's Foreign Policy 1900-51*. Manchester: Manchester University Press, 2004.

⁴ *Ibidem*.

⁵ *Ibidem*, p.23.

⁶ Citado em Vickers, *op. cit.*, p.24.

Partido Parlamentar, antes de todas as eleições gerais, “definir as questões principais para aquela Eleição, que segundo seu julgamento deveria integrar o Programa Especial do Partido”⁷. De qualquer modo, não havia instruções para o que deveria acontecer se houvesse conflitos entre o programa da conferência e o programa da Executiva Nacional.

A despeito dessa ambiguidade, a conferência anual era uma oportunidade para os ativistas ganharem, momentaneamente, o centro das discussões partidárias. Segundo Vickers⁸, uma vez que os ativistas tendiam a ser mais motivados por questões ideológicas do que os líderes do partido — que por sua vez tendiam ao pragmatismo —, essas discussões tinham um impacto na política externa trabalhista, tanto no tipo de questões que eram levantadas na conferência quanto nas propostas encaminhadas (em contraste, diga-se de passagem, com o Partido Conservador, cuja política externa era discutida quase exclusivamente pelas lideranças). Disso decorre que os grupos minoritários dentro do partido tinham potencial para exercer impacto na formulação de políticas. Ao contrário de seus rivais conservadores, os trabalhistas precisavam lutar contra facções dentro do próprio partido, algo que adivinha de sua estrutura organizacional, que, se comparada à do Partido Conservador, era mais democrática.

Ressalte-se também que o Partido Trabalhista foi criado a partir do movimento sindical para representar interesses alternativos aos dos parlamentares das elites, e, portanto, era um partido de caráter marcadamente oposicionista. Essa natureza se traduzia no fato de que a política externa do partido tendia a ser mais uma resposta às dinâmicas internas do partido do que uma resposta às condições concretas da situação internacional. Por conta da verve de oposição, não havia responsabilidade de ação e implementação, o que tendia a dar um ar de falta de realismo e de maior receptividade para pressões extremistas dentro do partido. Evidentemente, os membros do alto escalão tentavam dar direcionamentos mais pragmáticos quando o partido estava no governo ou participava de coalizão governista.⁹

É por conta dessas características que as transcrições das conferências são fonte propícia para pesquisarmos o que se pensava nas fileiras do partido. Alguns dias antes do caso grego ser discutido, a cobertura na imprensa destacara as tensões entre as bases e os dirigentes trabalhista, que poderiam sair de controle. A edição de 11 de dezembro do

⁷ Vickers, *op. cit.*

⁸ *Ibidem.*

⁹ *Ibidem.*

Daily Mirror trazia, logo na primeira página, o título: “Grandes sindicatos podem forçar os ministros trabalhistas a deixar o governo”¹⁰. Mesmo levando em conta possíveis exageros de um jornal na época claramente posicionado à esquerda, é possível captar a gravidade da situação. O lead da matéria diz:

Uma tentativa fortemente apoiada de desafiar a política do governo na Grécia deve ser feita na Conferência do Partido Trabalhista que se inicia hoje em Londres. Se bem sucedido, o desafio — que tem o apoio do poderoso Transport and General Worker's Union e do NUR [National Union of Railwaymen] — colocará os ministros trabalhistas no governo na mais delicada posição. Seria, de fato, difícil enxergar como eles poderiam permanecer em seus cargos com o apoio do partido depois de ter votado a favor da política do governo na sexta-feira [no debate de [oito de dezembro]]¹¹.

No sábado, nove de dezembro, os dois sindicatos, continua o jornal, protocolaram em conjunto uma resolução censurando o governo pela intervenção na Grécia. O correspondente Bill Creig registra que a resolução provavelmente teria apoio dos sindicatos de mineiros e engenheiros, o que garantiria a aprovação de um texto que, na prática, teria a força de um voto de censura contra o governo. O repórter conversou com muitos membros "influentes"¹² do partido que afirmaram acreditar na possibilidade de evitar uma crise se o governo "concordar com a exigência trabalhista de que um Ministro importante seja mandado à Grécia"¹³.

Infelizmente não conseguimos localizar as minutas da resolução protocolada pela Transport and General Worker's Union e pelo NUR, tampouco das negociações entre esses sindicatos e a Executiva Nacional. No entanto, como logo ficará claro, a Executiva foi bem sucedida em fazer com que essas organizações recuassem. A 13 de dezembro, na conferência, Arthur Greenwood deu início à discussão sobre a Grécia ao ler uma resolução de emergência:

Esta conferência lamenta profundamente a trágica situação que se desenvolve na Grécia e clama para que o governo britânico tome urgentemente todos os passos necessários para facilitar um armistício, sem demora, e para assegurar a retomada de negociações entre todos os setores do povo que resistiram aos invasores fascistas e nazistas, com vistas ao estabelecimento de um governo nacional provisório, que realizaria eleições gerais livres e justas assim que possível, para que a vontade do povo grego se expresse. Esta conferência deseja o estabelecimento de um forte sistema democrático que traga paz,

¹⁰ Big Unions may force Labour ministers to quit the Government. *The Daily Mirror*. Londres, 11 de dezembro de 1944, p.1.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem, p.8.

felicidade e reconciliação para os nossos generosos e heroicos aliados gregos.¹⁴

A proposta contida nessa resolução é a mesma que fora expressa na proposta de emenda protocolada oficialmente pelo Partido Trabalhista para o debate de oito de dezembro na Câmara dos Comuns, não tendo entrado em pauta porque todo o tempo da discussão foi dedicado à emenda lida por Frederick Seymour Cocks. Naquele dia, Greenwood deixara claro que ele e seu partido prezavam por uma discussão menos colidente com a política do governo:

O primeiro-ministro [...] tentou dar a impressão à Câmara de que aqueles pelos quais eu falo [os trabalhistas] consideram insurreições armadas como um instrumento [legítimo] de política. Eu o desafiaria a encontrar qualquer declaração desse tipo em qualquer discurso e em qualquer escrito de qualquer membro do meu partido.¹⁵

Os trabalhistas, prosseguiu Greenwood no debate de oito de dezembro, teriam repudiado consistentemente o uso da força como meio para chegar ao poder: “eu não me sinto feliz com a emenda que está em discussão agora, porque poderia parecer que desejamos manter armados certos grupos e desarmar outros”¹⁶. O real problema da situação grega, para o parlamentar, estaria exposto de forma mais clara na emenda trabalhista oficial (“a qual não teremos tempo de discutir”¹⁷) que diz:

Mas humildemente nos consterna a situação que surgiu na Grécia e, se opondo à ditadura de qualquer grupo, clama ao governo de Sua Majestade para que ele trabalhe no sentido de assegurar, o mais cedo possível, o estabelecimento de um governo nacional naquele país, que represente todos os grupos de pessoas que resistirem aos invasores fascistas e nazistas, até que seja possível a realização de uma eleição geral.¹⁸

Como podemos ver pelos conteúdos idênticos dos dois pronunciamentos, já no debate de oito de dezembro a Executiva Nacional pretendia manter uma posição mais equânime quanto à contenda na Grécia para evitar um confronto com o governo, e a resolução lida na conferência representava uma tentativa de emplacar essa postura dentro do próprio partido.

Greenwood, na conferência, asseverou que “muito do destino do futuro depende da linha tomada na lida com os povos recém liberados do jugo nazista”¹⁹, e

¹⁴ Labour Party. Labour Party 1944 Conference Report. London, 1945, p.143.

¹⁵ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.996.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Labour Party, *op. cit.*, p.143.

consequentemente os problemas surgidos quando do fim da ocupação deveriam ser abordados com sabedoria, de modo a “forjar laços inquebráveis de amizade no interesse da democracia com as nações que foram crucificada pelos nazistas e libertadas pelas Nações Unidas”²⁰. O tratamento dispensado aos povos libertados deveria ser generoso e humano e, “no espírito dos nobres motivos pelos quais entramos na guerra, creio que alcançaremos uma vitória espiritual final sobre as forças do Fascismo. Provaremos ser verdadeiros libertadores”²¹. No que tocava à Grécia, isso passaria pelo desarmamento de *todos* os grupos de guerrilha e a subsequente reorganização dos guerrilheiros em uma força armada oficial sob comando do governo provisório²².

Para além das especificidades do conflito na Grécia, Greenwood chama atenção para questões políticas dentro da própria Grã-Bretanha. O líder trabalhista vaticinou que seria imprudente e contraproducente utilizar o que ocorria na Grécia para criticar Churchill. Os delegados de sindicatos presentes na conferência deveriam levar em conta que o governo já teria tomado certas atitudes que seriam condizentes com a proposta da resolução, dada a complexidade da crise.

No meu ponto de vista, medidas militares jamais solucionarão o problema, [...] e a responsabilidade deve pousar sobre os ombros do governo britânico. Fico feliz em saber que o embaixador [Leeper] será, de certa forma substituído por um ministro do Gabinete, e que o general Scobie agora recebe suas ordens do Comandante em Chefe daquela área [Harold Alexander]. Haverá aqueles neste debate que preferirão criticar [o governo britânico] [...]. Acreditem, os gregos não se importam com isso. Vocês podem, se quiserem, reduzir este debate a tentativas de atacar Churchill, mas eu preferiria que este debate se mantenha ao nível de uma tentativa de defender a causa do povo grego.²³

Diante dos rumos que a situação parecia estar tomando, Greenwood encerrou seu discurso com um apelo:

Eu peço o apoio de vocês para a resolução, nos interesses do povo comum da Grécia e dos povos que ainda estão por serem resgatados do terrorismo nazista. Eu peço que vocês, em nome da nossa irmandade socialista em comum, com toda a rapidez e com grande determinação, aprovelem esta resolução por uma maioria esmagadora.²⁴

O apelo foi prontamente apoiado por Fred Marshall, parlamentar da Câmara dos Comuns e representante da National Union of General and Municipal Workers. Recapitulando os argumentos apresentados por Churchill e Eden no debate de oito de

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

²³ Ibidem, p.144.

²⁴ Ibidem.

dezembro, Marshall considerou a atitude do primeiro-ministro "desnecessariamente truculenta"²⁵, mas elogiou a fala de Eden, adjetivando-a como "muito razoável"²⁶, lembrando que "a nação grega estava faminta, e o fato de as autoridades militares britânicas estarem lá foi uma garantia de que a comida gradualmente chegaria à população grega"²⁷. A maioria dos gregos não teria interesse em nenhum tipo de conflito, mas sim em "comida, abrigo e trabalho"²⁸. Sua argumentação se assemelhou muito à posição de Churchill e Eden: o governo britânico não estaria na Grécia para forçar o povo grego a aceitar a monarquia, mas sim para entregar suprimentos e garantir a democracia.

Não me envergonho em confessar que a fala do Secretário de Relações Exteriores me convenceu, e eu creio que a maioria [acredita] — como foi provado pelo fato de que apenas trinta [parlamentares] se posicionaram [contrariamente ao governo] [...] — que, quem quer que seja responsável por essa situação, não são as autoridades militares britânicas na Grécia. De qualquer modo, independentemente de quais sejam nossas opiniões sobre isso, os britânicos estão lá [na Grécia]. Vocês vão dizer que eles não deveriam estar lá?²⁹

A partir da interpretação que fizemos no capítulo anterior acerca da votação da emenda de oito de dezembro, podemos constatar que a argumentação apresentada por Marshall — segundo a qual o contraste entre votos e a vantagem levada pelo governo seria um indicativo de que a maioria dos parlamentares concordaria com o governo — é, na melhor das hipóteses, simplista. Mais do que isso: parece apressada, urgente — como se sua posição precisasse ser defendida a qualquer custo. O apelo de Greenwood para que a resolução fosse aprovada por *esmagadora maioria* também denota urgência — urgência próxima ao desespero, poderíamos dizer. Podemos supor que tanto Greenwood como Marshall receavam que os membros fora do Parlamento e da Executiva Nacional criticassem o tom conciliador da resolução e pressionassem por um posicionamento mais radical.

Foi exatamente o que aconteceu. O primeiro a criticar a proposta, o delegado da National Union of Railwaymen, J. Benstead, fez menção a uma resolução alternativa que seu sindicato teria elaborado e lamenta que tal resolução não tenha entrado em pauta. Tal resolução

talvez fosse muito drástica, mas o Movimento Trabalhista não ficará sempre satisfeito com resoluções leite e água. Foi sugerido que nós [ao

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

propor a radicalização da posição do partido] pudéssemos constranger os Ministros Trabalhistas. Desde a grande conferência em Westminster em 1940, o Movimento Sindical apoiou lealmente o senhor Bevin. Nós continuaremos a fazer isso até o amargo fim.³⁰

Leite e água [*milk and water*] é uma expressão anglófona utilizada para descrever algo como débil, insípido e, no presente caso, pusilânime. Declarando que seu sindicato havia decidido votar pela aprovação da resolução não por concordância com os termos, mas por lealdade, Benstead adverte que “ao mesmo tempo, nós [os membros da base] não podemos ser coibidos permanentemente, isso é a negação da democracia dentro do nosso próprio movimento”³¹. E acrescenta:

Estou satisfeito por ecoar os sentimentos dos trabalhadores na fábrica, nas minas e nas ferrovias, [e] não há nada mais repugnante para eles do que o uso de nossos esplêndidos rapazes britânicos para atirar em guerrilheiros gregos.³²

Para o sindicalista, os britânicos não devem impedir a marcha das “grandes forças ressurgentes na Europa”³³. Seria uma atitude moralmente errada; contudo, “há um sentimento infeliz de que nós estamos rapidamente tomando a mesma posição do que no final da última guerra”³⁴. Benstead traz à tona o “incidente do Jolly George e o que o movimento sindical teve de fazer naquela conjuntura”³⁵.

Jolly George é uma referência ao episódio que a historiadora Kate Connelly³⁶ considera o mais emblemático ato de solidariedade pertencente a um amplo movimento da classe trabalhadora britânica que acabaria impedindo o governo britânico de participar, direta ou indiretamente, de intervenções militares com o objetivo de esmagar a Rússia revolucionária. Em 1920, estivadores da região Leste de Londres se recusaram a carregar munições em um navio chamado *Jolly George*, destinado à Polônia, de onde se despachavam armamentos destinados a atacar o governo bolchevique.

A revolução de outubro de 1917 deixara as classes dominantes britânicas temerosas diante a possibilidade de um destino similar ao dos Romanov de São Petersburgo. O governo do primeiro-ministro liberal Lloyd George, aliado do tsarismo na

³⁰ Ibidem, p.145.

³¹ Ibidem.

³² Ibidem.

³³ Ibidem.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Connelly, Kate. Jolly George, 1920: when British workers stood up for revolutionary Russia. *Counterfire*. Disponível em: https://www.counterfire.org/articles/history/21185-jolly-george-and-revolutionary-russia#_ednref1. Acesso em 23 de outubro de 2020.

guerra, estava determinado a impedir a continuidade do governo bolchevique, que prejudicava seus planos de guerra e oferecia alarmante exemplo aos trabalhadores do Reino Unido. Em 1918, soldados britânicos, ansiosos pelo fim da guerra, descobriram que estavam sendo remanejados para a Rússia, e isso deu origem aos motins de 1919. Nos primeiros meses de 1920, estava claro que politicamente seria impossível empreender uma guerra aberta contra a Rússia, e por isso o governo britânico procurou apoiar intervenções armadas de outros países: quando, na primavera de 1920, forças polonesas tomaram Kiev, abundavam rumores segundo os quais os poloneses estavam sendo armados pelo Reino Unido.

No dia 10 de maio de 1920, estivadores das Docas das Índias Orientais, em East London, estavam fazendo o carregamento do Jolly George quando se deram conta de que as caixas continham munições destinadas à Polônia, e cruzaram os braços, seguidos dos carregadores de carvão que abasteciam o navio, que também pararam. Os estivadores ganharam apoio de seus sindicatos e, no fim do mês, em conjunto com os sindicatos de trabalhadores ferroviários, transformaram em política sindical a recusa de carregar munições para a Rússia. Em cinco de agosto, os líderes do TUC e o Partido Trabalhista estabeleceram um Conselho de Ação de alcance nacional, com intuito de organizar uma greve geral caso o governo britânico empreendesse ações militares contra a Rússia. Três dias depois, o primeiro-ministro George se encontrou com representantes do governo francês que solicitaram que forças britânicas se unissem a um ataque conjunto contra a Rússia. George declarou que os britânicos não tomariam parte nisso devido ao forte sentimento anti-intervencionista na opinião pública.

Mobilizar a memória de Jolly George, portanto, é uma óbvia advertência. É constatar que parte considerável dos trabalhadores britânicos não ficaria de braços cruzados diante do que era considerado um massacre de heróis gregos pelos soldados de Sua Majestade, que teriam deixado de ser libertadores e assumido o infame papel de opressores.

Após lembrar o Jolly George, Benstead lançou provocativamente a pergunta retórica: por que “a Grã-Bretanha deveria fazer todo o trabalho sujo do mundo?”³⁷ Para a maioria dos membros de seu sindicato, o Governo de Unidade Nacional não seria um representante legítimo do povo grego — ao contrário, seria uma coalizão marcadamente

³⁷ Labour Party, *op. cit.*, p.145.

contrária aos interesses das classes trabalhadoras helênicas. Por isso, seu sindicato teria protocolado uma resolução própria pedindo ao governo britânico que não utilizasse armas “contra este grande movimento de resistência que fez tanto, em colaboração com as nossas forças britânicas, para libertar a Grécia”³⁸.

Em seguida à intervenção de Benstead, Ernest Bevin se pronunciou, segundo ele mesmo em nome dos trabalhistas que faziam parte da coalizão governante. Sua contribuição ao debate foi um chamado ao pragmatismo: “se nós vencermos as próximas eleições gerais, como eu espero que vençamos, perceberemos que não podemos governar este mundo por emocionalismo, porque serão demandados intenso pensamento e grandes decisões”.³⁹ O movimento trabalhista deveria aprender a “encarar as tempestades da vida na medida em que essas grandes questões aparecem”⁴⁰. A intervenção militar na Grécia, destaca Bevin, não foi uma decisão monocrática de Churchill, mas sim uma política decidida por todo o Gabinete de Guerra, da qual os trabalhistas faziam parte. A essa constatação, Raymond Blackburn, na ocasião candidato ao Parlamento pelo distrito de King’s Norton em Birmingham, respondeu:

Quero deixar claro que eu não sugiro, nem por um momento, que tomemos qualquer ação que provoque a quebra da Coalizão ou que dê a Winston Churchill uma desculpa razoável para realizar tal quebra e desencadear uma eleição geral. Isso seria um desastre neste estágio em que a guerra contra a Alemanha continua.⁴¹

Porém, a resolução em votação poderia se ancorar em “termos bem mais fortes”⁴² sem que isso concatenasse tensões arriscadas para a coalizão. “Por que a resolução não clama pela condenação da ação da polícia grega no dia daquele segundo Amritsar e pelo desarmamento da polícia grega?”⁴³.

Ao comparar o tiroteio na Praça Sintagma ao massacre de Amritsar, Blackburn equipara o caso grego a um dos episódios mais infames do processo de independência indiano. Em 13 de abril de 1919, cerca de 20 mil pessoas se reuniram no jardim Jallianwalla Bagh, em Amritsar, uma cidade do Punjab. Tratava-se de um desafio não violento às autoridades imperiais britânicas, que recentemente haviam proibido concentrações e reuniões, após uma série de ataques de rebeldes a alvos imperiais. O

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem, p.147.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

general-de-brigada Rex Dyer, responsável por manter a ordem na cidade, encaminhou dois carros blindados e cinquenta soldados gurca e balúchi para o jardim e deu ordem para abrir fogo. A multidão não teve chance de se dispersar no jardim totalmente cercado por muros. Após dez minutos de fogo contínuo, 379 pessoas foram mortas e mais de 1.500 ficaram feridos. Logo depois, Dyer ordenou que supostos manifestantes de casta elevada fossem açoitados⁴⁴. Embora a ação do general de brigada inicialmente tenha recebido considerável apoio na metrópole do Império, com o passar dos dias as manifestações de repúdio cresceram. O próprio Churchill considerou o massacre monstruoso, “sem precedentes ou paralelos na história moderna do Império Britânico”⁴⁵, e asseverou que atirar em civis desarmados “não era o modo britânico de fazer as coisas”⁴⁶. No final, Dyer foi afastado do exército.

Além de ser um fato relativamente recente — em 1944, apenas 25 anos haviam transcorrido do massacre dos ativistas indianos —, a memória de Amritsar incomoda pelo fato de o ato de violência ter sido concatenado a partir de uma ordem consciente de um agente britânico. Portanto, dizer que o que ocorreu na Praça Sintagma foi um segundo Amritsar é afirmar que os britânicos foram diretamente responsáveis pelo que acontecera.

Assim como Benstead, Blackburn levantou a questão da fidelidade partidária:

Nós, no movimento trabalhista, queremos apaixonadamente ser leais aos nossos líderes, e nós acreditamos em nossos líderes. Lealdade e liderança caminham juntas. Deixe Clem[ent] Attlee e Ernest Bevin levarem desta conferência uma mensagem que irá habilitá-los a fazer o governo mudar de ideia, [...].⁴⁷

L. Plover, delegado da Mineworkers' Federation of Great Britain, fez coro. “Ninguém nesta conferência irá se opor à presente resolução, mas nós pedimos um sinal da Executiva e sugerimos que a posição grega é tão séria que a resolução deveria ser reescrita e tornada mais firme e direta”⁴⁸, sugeriu. A federação dos mineiros apoiaria a decisão “por uma questão de lealdade”; não obstante, o representante sindical lamentou “a falência da presente liderança”. O governo estaria lidando com a situação grega de forma notoriamente inadequada, e por isso “devemos fazer uma campanha para mostrar

⁴⁴ Ferguson, Niall. *Império: como os britânicos fizeram o mundo moderno*. São Paulo: Planeta, 2011.

⁴⁵ Citado em Ferguson, *op. cit.*, p.344.

⁴⁶ *Ibidem*, p.345.

⁴⁷ Labour Party, *op. cit.*, p.147.

⁴⁸ *Ibidem*, p.148.

a expressão da opinião pública, de modo que a presente atitude seja revertida, e [devemos] exigir uma política diferente a respeito da Grécia”⁴⁹.

Para Plover, a cúpula partidária estaria agindo de má fé, manipulando os sentimentos de lealdade das fileiras do partido e operando de forma muito similar à atitude de Churchill no parlamento, quando este declarara que consideraria a emenda crítica à intervenção uma questão de voto de confiança:

A Executiva Nacional adotou a tática do Primeiro-Ministro em sua muito inglória exibição na última sexta-feira [oito de dezembro]. Eles estão exigindo um voto de confiança. Nós devemos aceitar esse desafio. Eu diria ao senhor Marshall que eu tenho mais clareza a respeito da posição grega do que alguns dos membros parlamentares do Partido Trabalhista parecem ter, e se a atual tática do Partido continuar, muitos de nós terão de abandoná-lo.⁵⁰

O major E. A. Bramall, que se pronunciou após L. Plover, expressou concordância com a proposta da resolução e reiterou a necessidade de um armistício seguido de eleições livres e democráticas, mas acrescentou que “o povo [britânico] pede do Partido Trabalhista [...] uma demonstração ao povo da Grécia de que o povo britânico não está por trás das ações que têm sido tomadas”⁵¹. O major lembrou que, em 1941, quando a invasão da Grécia pelo Eixo estava em curso, Churchill advertira aos alemães que o governo britânico não toleraria um bombardeio sobre Atenas, estando preparado para graves ações de represália; mais de três anos depois, acusa o major, os britânicos despejavam suas bombas sobre a capital helena (de fato, três dias antes, Wellingtons e Spitfires da RAF haviam atacado o Estádio Panateníaco, próximo à Acrópole, buscando atingir homens do ELAS⁵²). Bramall apelou à Executiva para fosse feito um gesto “para o povo britânico, para o povo grego, para o povo das Nações Unidas, voluntariamente retirando essa resolução e trazendo para esta conferência uma nova, melhor”⁵³.

O parlamentar Aneurin Bevan reiterou tanto o desagrado de seus colegas em relação ao tom da resolução quanto a infeliz necessidade de aprová-la, por questões de lealdade e praticidade. “Vocês ouviram do senhor Ernest Bevin uma emocionada defesa da ação do governo. Seria deplorável se a aprovação unânime dessa resolução fosse

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem, p.147.

⁵¹ Ibidem, p.148.

⁵² RAF bombers join in Greece battle. *The Daily Mirror*. Londres, 11 de dezembro de 1944, p.1.

⁵³ Labour Party, *op. cit.*, p.148.

interpretada pelo mundo como um endosso ao discurso do senhor Bevin”, advertiu o parlamentar.

Eu não quero quebrar o Governo Nacional com esta questão, mas lembrem-se, nós não podemos ser levados por essa estrada por muito mais tempo. Esta conferência deveria registrar uma condenação da ação do governo e insistir que nossos representantes dentro do governo exerçam uma influência socialista mais decisiva sobre a condução dos nossos assuntos, ou deixar que os Conservadores façam seu próprio trabalho sujo. Caso contrário, nós podemos nos comprometer de forma tão irremediável que esses mesmos líderes [os trabalhistas no governo] não estarão aptos a nos representar quando as eleições ocorrerem. Seria uma solução muito difícil se todo ataque que nós destinamos aos conservadores atingirem nossos líderes trabalhistas ao mesmo tempo. Portanto, chegou a hora desta conferência mostrar que nós, na Câmara dos Comuns, não estamos preparados para dar ao governo o poder de chamar jovens homens e mulheres e usá-los para massacrar nossos próprios camaradas em outras partes do mundo.⁵⁴

Bevan, do lado dos críticos à resolução, trouxe à discussão um novo elemento. Até então, havia-se levantado o erro moral que seria reprimir a EAM-ELAS e o descontentamento do povo britânico em relação à intervenção militar. Bevan também menciona que a falta de uma posição oficial mais firme poderia prejudicar gravemente o desempenho trabalhista nas eleições gerais de 1945. Da perspectiva dos defensores da resolução, vimos que essa questão já havia sido levantada por Ernest Bevin, quando mencionou que, se ganharem as eleições, os trabalhistas deverão agir com pragmatismo e realismo, sem se deixar empolgar por impulsos emocionais. A posição de Bevin está mais alinhada ao pronunciamento lido na abertura da conferência, dois dias antes, cujo conteúdo era um indicativo claro das preocupações que deveriam nortear seus membros durante os próximos meses:

[...] a participação no governo deve continuar apenas na medida em que, na opinião de uma conferência partidária, seja necessário do ponto de vista do interesse nacional e para cumprir os propósitos para os quais o [atual] governo foi estabelecido [vencer a guerra], e quando chegar a hora da renovação da Câmara dos Comuns, o Partido Trabalhista se colocará diante do país com uma política prática baseada em princípios socialistas nos quais acreditamos, e convidará os eleitores a dar uma maioria [de cadeiras na Câmara] para apoiar um governo trabalhista que implemente essas políticas⁵⁵.

O objetivo a médio prazo era vencer as próximas eleições e estabelecer um governo trabalhista; antes disso, todavia, era necessário continuar na coalizão até que a guerra fosse encerrada. Calculava-se, evidentemente, que a vitória elevaria a

⁵⁴ Ibidem, pp.148/149.

⁵⁵ Citado em matéria do Times. Labour Policy. *The Times*. Londres, 12 de dezembro, p.2.

popularidade do Partido Trabalhista e contribuiria para um bom desempenho no pleito de 1945. Isso ajuda a explicar por que tanto apoiadores quanto críticos da resolução faziam questão de frisar que não pretendiam causar um rompimento na coalizão. Na medida em que o debate avançava, os riscos de uma resolução mais radical eram salientados de forma mais explícita. J. W. Sunderland, delegado da United Textile Factory Workers Association, ao defender a posição oficial do Partido, reprovou o fato de que todos os críticos da resolução tenham proposto apenas a condenação do governo — “uma decisão que, em si mesma, iria sem dúvidas resultar na queda do governo de coalizão”⁵⁶ —, sem indicar caminho alternativo viável. O parlamentar James Griffiths concordou:

Tem havido criticismo quanto à linguagem da resolução executiva. [...] Porém, o importante em uma resolução desse tipo não é a linguagem, mas a política que ela enuncia, e embora tenha havido condenação da linguagem, houve pouca condenação da política enunciada, e muito poucas sugestões de uma política alternativa nessa situação séria. A maioria dentre os que se pronunciaram afirmaram claramente que não querem quebrar o governo nacional por conta dessa questão. Ao mesmo tempo, foi sugerido que a resolução deveria ter palavras que seriam uma condenação clara à ação do governo. Em um governo no qual o Partido Trabalhista participa, um voto de não confiança nesse governo seria um convite para que nossos colegas abandonem [o governo].⁵⁷

Griffiths chama atenção a um ponto que, intencionalmente ou não, foi deixado de lado pelos críticos da resolução: mesmo que sua proposta e linguagem fossem mais brandos do que muitos gostariam, não se tratava de uma adesão incondicional ao que Churchill vinha propondo.

Da forma como eu vejo, as alternativas são: ou a luta continua até o seu amargo fim ou nós lançamos uso de toda a nossa argumentação para assegurar um armistício e a cessão da luta. Se a luta continuar e o ELAS for derrotado, essa será uma derrota que se converterá em cinzas e poeira em nossas mãos. Causará um amargor entre o povo grego que durará gerações. Será uma vitória que em todos os lugares será representada como uma derrota dos povos da Europa no mundo. Nós devemos, portanto, utilizar nossa influência como um partido parlamentar, em associação e consulta com nossos colegas no governo, para assegurar um armistício e interromper a luta. Um armistício não é rendição incondicional. Um armistício é um acordo para baixar as armas e reabrir as negociações.⁵⁸

O historiador John Sakkas, em tese de doutoramento publicada em livro intitulado *Britain and the greek civil war*⁵⁹, com base nas mesmas transcrições da conferência que

⁵⁶ Labour Party, *op. cit.*, p.149.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Sakkas, John. *Britain and the greek civil war, 1944-1949: British imperialism, public opinion and the coming of the Cold War*. Berlim: Verlag, 2013.

abordamos aqui, oferece interpretação que se aproxima do que fora expresso pelos críticos internos do Partido Trabalhista, ao caracterizar a resolução oficial como “uma declaração anódina”⁶⁰ que “não comprometeu os líderes trabalhistas com nada”⁶¹, e que “até mesmo Churchill poderia ter assinado”⁶². Em avaliação diversa, consideramos que equiparar a posição oficial trabalhista à defesa da intervenção feita pelo primeiro-ministro é deixar de considerar as nuances em sua devida importância. Basta comparar a proposta da Executiva trabalhista às atitudes que Churchill vinha tomando até então. Como vimos no capítulo anterior, dois dias depois da manifestação na Praça Sintagma, o primeiro-ministro instruiu a Scobie buscar a neutralização total do ELAS e tratar Atenas como uma cidade conquistada. Nos debates de cinco e oito de dezembro na Câmara dos Comuns, reiterou a postura beligerante. Mesmo a fala de Anthony Eden no dia oito, tida por muitos como mais razoável em relação às argumentações de Churchill, não dava a entender que algo além da rendição incondicional estava em vista no horizonte.

Por isso, consideramos pertinentes as pontuações de Griffiths: clamar por um armistício é algo consideravelmente diverso de buscar a neutralização total de uma das partes do conflito. É verdade que a resolução trabalhista não faz uma condenação do Governo de Unidade Nacional, e tampouco declara apoio ao EAM-ELAS, como os trabalhistas mais radicais pareciam desejar. No entanto, o que Sakkas, em sua análise, e muitos conferencistas, no calor do momento, consideraram sinal de pusilanimidade, interpretamos como uma tentativa de redirecionar o governo britânico para uma atitude mais equânime — em contraste à explícita defesa da monarquia helena que vinha sendo empreendida até então. Considerando-se a complexidade da situação e as injunções e limitações advindas da posição do Partido Trabalhista enquanto parte de uma coalizão liderada pelo Partido Conservador, não se trata de algo desprezível.

Griffiths, o último a fazer intervenção, concluiu sua fala pedindo que a conferência aprovasse a resolução, “por mais que a linguagem seja mais amena e contida do que muitos gostariam”⁶³, e prometeu que, uma vez que a proposta for aprovada, “será totalmente implementada pela Executiva e pelo partido parlamentar e nós não mediremos esforços até que se torne a política do governo britânico e das Nações Unidas”⁶⁴.

⁶⁰ Ibidem, p.50.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem.

⁶³ Labour Party, *op. cit.*, p.150.

⁶⁴ Ibidem.

Terminado o debate, foi feita a votação. A transcrição da conferência registra 2.465.000 votos favoráveis à resolução contra 137.000 desfavoráveis. Note-se, evidentemente, que a discussão não contou com a presença de 2.602.000 pessoas: os votos dos delegados sindicais eram equivalentes ao número total de membros das organizações que representavam — um procedimento à época conhecido como *voto em bloco*. Com base nos registros, podemos constatar uma tensão entre os trabalhistas que ocupavam cargos no Parlamento ou na Executiva nacional, que tendiam a agir pragmaticamente de forma favorável à resolução, e o restante dos militantes, normalmente mais radicais. Dentre os debatedores que se manifestavam de forma crítica, apenas um, Aneurin Bevan, era parlamentar; Blackburn era então candidato a um assento e os demais eram representantes sindicais. Quanto aos defensores da proposta do partido, apenas Sunderland era delegado de sindicato, enquanto os outros integravam a Câmara dos Comuns — com destaque para Ernest Bevin, que era membro do governo.

O que aconteceu na conferência trabalhista se assemelha muito ao que ocorreu durante a votação da ementa na Câmara dos Comuns a oito de dezembro: a possibilidade de que críticas mais severas à intervenção britânica na Grécia pudessem engendrar o esfacelamento do governo de coalizão serviu como elemento dissuasivo de tomadas de posições mais radicais. Bill Greig, repórter do *Daily Mirror* que fez a cobertura da conferência, traz detalhes que indicam a tensão que perpassou o debate, caracterizando-o como “efervescente”⁶⁵, eivado de ânimos acirrados e gritos contínuos, empreendida — “um tumulto quase constante”⁶⁶. Um membro do alto escalão do partido (não identificado na matéria) afirmou ao jornal que a resolução foi aprovada apenas porque um voto contrário seria muito pior, devido à possibilidade de causar uma quebra no governo⁶⁷.

De fato, todos os críticos da resolução afirmaram explicitamente que a aprovariam apenas por uma questão de lealdade ao Partido Trabalhista, e a possibilidade do fim da coalizão foi reiterada diversas vezes. Indo mais longe na análise, sempre dentro do que as fontes permitem, é plausível inferir que tanto o curso do debate quanto seu resultado foram influenciados pela jogada de Churchill na semana anterior. Embora não seja possível dizer que a proposta da Executiva Nacional tenha resultado integralmente de uma reação às exigências de Churchill, podemos supor que, ao transformar as discussões

⁶⁵ Greece may cause Cabinet policy change. *The Daily Mirror*. Londres, 14 de dezembro de 1944, p.1.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibidem.

a respeito da Grécia em uma questão de confiança, o primeiro-ministro tenha constrangido seus críticos a se ater a certos limites não apenas no Parlamento, mas também no âmago das tomadas de decisão internas ao trabalhismo.

2. “Nós, pessoas trabalhadoras, estamos furiosas com o que está acontecendo na Grécia”

A discussão ocorrida na conferência do Partido Trabalhista oferece à reflexão um caminho que será tomado no restante deste capítulo. Atentemos para o fato de que dois dos militantes críticos à falta de radicalismo da resolução eram delegados sindicais: J. Benstead representava a Mineworkers' Federation of Great Britain e L. Plover falava em nome da National Union of Railwaymen. É muito provável que ambos os representantes expressassem não apenas opiniões pessoais, mas posições amplamente debatidas e definidas pelos membros de seus respectivos sindicatos — o próprio Benstead afirmou ecoar os sentimentos dos trabalhadores, para os quais não haveria nada mais repugnante que a repressão de guerrilheiros gregos por soldados britânicos. Embora seja problemático tomar as falas de dois líderes sindicais (ou mesmo a conferência trabalhista como um todo) como exemplos de sentimentos mais amplos, seus pronunciamentos e suas posições oficiais são indícios da possibilidade de considerável tendência anti-intervencionista em meio à opinião pública britânica. Afinal, as organizações de Plover e Benstead eram relevantes. A Mineworkers' Federation of Great Britain — que coordenava as operações de sindicatos locais e regionais de trabalhadores de minas em Inglaterra, País de Gales e Escócia — tinha, em 1944, aproximadamente 565 mil filiados. A National Union of Railwaymen, registrou meio milhão de membros em 1945, sendo possível inferir que nos últimos dias de 1944 contava com número semelhante de adeptos.

Outro sinal claro de descontentamento popular transparece na Câmara dos Comuns, a 14 de dezembro de 1944, durante uma discussão acerca das posições dos governos dos Domínios do Império a respeito da intervenção na Grécia. David Kirkwood, pertencente ao Partido Socialista Escocês, perguntou a Churchill, retoricamente, se ele estaria ciente de que ele, Kirkwood, estava “sendo inundado de telegramas de engenheiros de toda a Inglaterra, ameaçando uma política de baixar as ferramentas [*i.e.* fazer

paralisação] contra o papel que está sendo desempenhado pelo governo na Grécia no momento”⁶⁸. O primeiro-ministro não colocou em dúvida tal afirmação:

Eu posso acreditar perfeitamente que ele [Kirkwood] esteja recebendo muitos telegramas de muitas partes do país a respeito de um tema que faz com que tenhamos que pensar profundamente. [Mas] eu já falei longamente sobre esse assunto [a intervenção] na Grécia no outro dia [oito de dezembro] [...].⁶⁹

Se tomarmos a fala de Kirkwood como verídica, as mensagens que recebia expressavam não apenas desaprovação à política britânica para a Grécia, mas uma vontade de agir para alterá-la. Como veremos no decorrer deste capítulo, foram várias as tentativas de pressionar o governo em dezembro de 1944.

Abordar o que o público britânico pensava a respeito da intervenção de seu governo na Grécia implica em uma mudança de escopo. Até então, nossos objetos tinham demarcações evidentes: as discussões no Parlamento e o debate na conferência do Partido Trabalhista. Agora a atenção se dirige a algo muito mais amplo e de difícil configuração, o que traz problemas com os quais até então não havíamos nos deparado.

A primeira questão é a das definições. Estudar as expressões de pessoas que não se encontram em instituições políticas, mas sim relativamente dispersas pela sociedade britânica, implica em pensar a respeito daquilo que se costuma chamar de *opinião pública* e do que seriam as *pessoas comuns* para uma pesquisa de reconstituição histórica.

Sakkas, em sua já mencionada tese⁷⁰, faz uma reflexão pertinente. Segundo o autor, os fenômenos normalmente designados como opinião pública começaram a ser tomados como objeto de estudos acadêmicos a partir de meados do século XIX — uma época demarcada, principalmente na Europa Ocidental e nos EUA, pela presença cada vez maior de grupos de pessoas que se organizavam para expressar suas demandas e posicionamentos sobre questões específicas. Diante dessa novidade que se tornava cada vez mais comum, as classes dominantes e os governos foram obrigados a admitir que os posicionamentos dessas pessoas eram uma força a ser levada a sério e um elemento a ser considerado na formulação de políticas. De sorte que a muito comum utilização do termo *massa* (ou do plural *massas*) em discussões que abordam essas questões é, a nosso ver, inconveniente, posto que traz o risco de elidir as complexidades, contradições e nuances

⁶⁸ Hansard. House of Commons. *Greece*. 14 December 1944. Volume 406, c.1342.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Sakkas, *op. cit.*

tão caras à disciplina histórica. Se levamos a sério a clássica definição de Marc Bloch — estudar história é estudar os *homens* no tempo⁷¹ — e rememorarmos sua tão citada analogia — o historiador é como o ogro das lendas, atraído pelo cheiro de carne humana⁷² —, não há lugar para a metáfora da *massa*. Esse termo nos dá a ideia de uma entidade amorfa, indefinida e indiferenciada, disposta a ser modelada *ad infinitum* por forças externas.

Diversas vertentes de reflexão histórica têm procurado destacar a agência das pessoas comuns. Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano*⁷³, ressalta um elemento fundamental a respeito das operações feitas pelos usuários nos processos de consumo, que podemos utilizar como guia para as reflexões acerca de nosso objeto específico: dominação não é sinônimo de passividade e docilidade. Ou seja: ainda que os indivíduos não possam escapar aos “processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica”⁷⁴, não assimilam esses processos de forma inerte, posto que sempre utilizam as condições disponíveis para atos de criatividade, ressignificação e até mesmo refração da ordem imposta.

Alf Lüdtke⁷⁵, em sua explanação da *Alltagsgeschichte*⁷⁶ alemã, segue vereda semelhante ao problematizar as abordagens macroscópicas dos grandes temas tradicionais, tais como a formação dos estados nacionais, os processos de industrialização, a generalização das relações sociais capitalistas, os processos de burocratização no Ocidente, a expansão colonial e a dominação mundial europeia. Tais recortes, para o historiador alemão, teriam a tendência a adotar, explícita ou implicitamente, concepções de história que a colocam como o resultado, em última instância, do poder demiúrgico de forças supraindividuais. A implicação seria a neutralização da agência e da criatividade dos seres humanos concretos e seu aprisionamento total em estruturas societárias que se desenvolvem de forma quase metafísica.

O questionamento das grandes abordagens teve como objetivo justamente trazer a ação humana concreta para o centro da reflexão histórica — não a ação dos grandes

⁷¹ Bloch, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

⁷⁴ *Ibid*, p.40.

⁷⁵ Lüdtke, Alf. What is the History of Everyday Life and who are its practioners? In: Lüdtke, Alf. (org.). *The History of everyday life*. Princeton: Priceton University Press, 1995.

⁷⁶ História do cotidiano.

líderes da chamada “história política tradicional”, mas as *peçoas comuns*, anônimas, em seus afazeres diários. De forma sintética, a grande questão da *alltagsgeschichte* pode ser colocada da seguinte forma: em que medida nossas interpretações dos grandes contornos que são normalmente abordados nos estudos históricos (a formação do capitalismo, a expansão colonial, as lutas de classes, etc.) estão realmente de acordo com a vida concreta desses grandes contingentes anônimos? Lüdtke ressalta a necessidade de estudar como as pessoas comuns se apropriam e transformam o seu mundo, examinar como as imposições e os estímulos sociais são percebidos e processados. Dessa forma, as condições para a ação aparecem de forma ambivalente em sua complexidade. São dadas aos homens comuns, mas são também produtos da ação dos homens comuns, que delas se apropriam engendram transformações. Ou, como coloca Andrew Bergerson: “Na medida em que todos os seres humanos por definição empreendem ações significativas em seu próprio ambiente vivido, homens e mulheres comuns ainda ajudam a moldar a história”⁷⁷.

Cumpramos destacar que não pretendemos fazer aqui nada aproximado do que Lüdtke e Certeau propõem em seus estudos a respeito da vida cotidiana e de sua história. O que tentamos é tomar suas reflexões gerais como referência para pensar o descontentamento público na Grã-Bretanha de modo a não perder de vista a influência política que tal descontentamento possa ter tido. Buscando essa postura, utilizaremos a definição de opinião pública proposta por Sakkas⁷⁸. Em primeiro lugar, é necessário verificar se há uma questão específica a ser abordada (no nosso caso, a intervenção na Grécia). Em continuidade, deve haver um número significativo de indivíduos que expressam suas opiniões sobre tal questão. Em terceiro lugar, deve haver algum tipo de consenso verificável — e considerável — entre essas opiniões. Finalmente, tal consenso deve exercer alguma influência política, seja de forma direta ou indireta. Se todas essas questões estiverem presentes, podemos afirmar que estamos lidando com a *opinião pública* não apenas em si mesma, mas enquanto força política com potencial transformador.

Ainda no campo conceitual, é necessário definir o que são as *peçoas comuns*. Na introdução de sua pesquisa a respeito da vida cotidiana dos espanhóis durante a era

⁷⁷ Bergerson, Andrew Stuart. *Ordinary Germans in extraordinary times: the Nazi revolution in Hildesheim*. Bloomington: Indiana University Press, 2004, p.6.

⁷⁸ *Op. cit.*

franquista, Antonio Cazorla Sánchez⁷⁹ afirma que, quando o nome de uma pessoa aparece em um livro de história e não é reconhecido, costuma-se considerar que a vida desse indivíduo foi comum, desprovida de elementos dignos de nota. Todavia,

Pessoas comuns não apenas fazem história, mas também a enxergam diferentemente em relação àqueles [que estavam] no poder na época e em relação àqueles que têm a vantagem de julgar os eventos depois que estes já transcorreram. Quando olhamos para as vidas e os tempos [das pessoas comuns], nós sabemos para onde eles estavam indo, enquanto eles [as pessoas comuns] não sabiam. Mais difícil para nós é saber o que eles estavam pensando e esperando do futuro.⁸⁰

Posteriormente, Cazorla Sánchez aprofundou suas reflexões⁸¹, ressaltando que não é possível definir o que seriam pessoas comuns senão por termos vagos e poucos precisos, uma vez que todas as categorizações sociais são ambíguas e desprovidas de corte claro, formuladas a partir de necessidades intelectivas e/ou políticas conjunturais. Nesse sentido, *peçoas comuns* é menos uma categoria fechada do que resultado da intenção do historiador de abordar pessoas distantes do poder (seja ele político, econômico ou cultural). Assumir e destacar essa intenção é, para Cazorla Sánchez, uma atitude mais produtiva do que se apegar a categorias analíticas elegantes e precisas, mas distantes daquilo que as pessoas pensam e vivem cotidianamente.

Bergerson, em seu já citado livro *Ordinary Germans in Extraordinary Times*⁸², no qual faz uma história do cotidiano da cidade alemã de Hildesheim durante a era nazista, trabalha com uma ideia de *comum (ordinary)* que transcende a noção de “conjunto particular de pessoas que permaneciam fora dos círculos de poder público e responsabilidade histórica”⁸³. Ser comum, no contexto estudado pelo autor, também era se engajar em artimanhas culturais específicas para a sobrevivência e para a busca de alguma normalidade durante o III Reich. Em suas atitudes cotidianas, “pessoas comuns fizeram com que a Alemanha se tornasse mais fascista e mais racista durante o curso da década de 1930”⁸⁴, agindo como força facilitadora do estabelecimento e desenvolvimento

⁷⁹ Cazorla Sánchez, Antonio. *Fear and progress: ordinary lives in Franco's Spain, 1939-1975*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

⁸⁰ *Ibidem*, p.1.

⁸¹ Em entrevista a Janaina Martins Cordeiro. Cordeiro, Janaina Martins. A experiência histórica das gentes – uma entrevista sobre o franquismo, com Antonio Cazorla Sánchez. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 490-496, maio-ago. 2017.

⁸² Bergerson, *op. cit.*

⁸³ *Ibidem*, p.6.

⁸⁴ *Ibidem*.

do regime nazista — ou seja, o afastamento dos círculos de poder não implica em ausência de responsabilidade histórica.

As circunstâncias que abordamos aqui são diferentes das que foram estudadas por Bergerson e por Cazorla Sánchez: evidentemente, as condições em que viviam os cidadãos britânicos na própria Grã-Bretanha em muito divergiam das com que os cidadãos alemães lidavam durante o III Reich e da vida opressiva da Espanha de Franco. Não obstante, a definição provisória que podemos depreender das pesquisas desses dois autores é útil para nossa proposta. Consideremos, portanto, pessoas comuns aquelas fora das esferas de governo e apartadas dos círculos de poder econômico e cultural, estando, portanto, desprovidas da capacidade direta de tomar grandes decisões políticas. Tais condições, no entanto, não anulam a essas pessoas a capacidade de agência, e por isso não as eximem de responsabilidade histórica.

Definidas as questões de perspectiva, restam as considerações empíricas. Em que fontes seria possível encontrar expressões de descontentamento, por parte de cidadãos britânicos comuns, a respeito da intervenção militar na Grécia? Uma vez encontradas essas fontes, até que ponto seria pertinente utilizá-las para fazer generalizações? Este é um dos problemas com os quais se deparam as pesquisas acerca desses temas: *grosso modo*, é possível dizer que quem mais se expressa em uma sociedade costumam ser aqueles que fazem militância política — normalmente organizados em partidos políticos, grupos de pressão, sindicatos e outros agrupamentos do gênero. No entanto, a maioria da população tem o que podemos chamar de “opinião silenciosa”, algo de constatação mais difícil, cuja coincidência com o que é proferido pelos cidadãos mais ativistas pode ter graus variados. Embora o objetivo específico aqui seja a *desaprovação* do público em relação à intervenção na Grécia, é necessário algum tipo de referência que nos indique, ainda que de forma aproximativa, o quanto o material empírico que expressa essa desaprovação pode ser tomado como indício de tendências mais gerais.

Em tese de doutoramento acerca da atuação da imprensa britânica durante a guerra civil grega, Panagioula Koutsopanagou⁸⁵ utiliza como referência uma pesquisa de opinião

⁸⁵ Koutsopanagou, Panagioula. The british press and greek politics, 1943-1949. 1996. Tese (Doutorado em História Internacional) – London School of Economics and Political Science, University of London, London.

publicada pela Gallup Poll em janeiro de 1945. Na tabela abaixo, sistematizamos as perguntas e resultados tais como foram reproduzidos por Koutsopanagou:

	Aprova	Desaprova	Sem opinião
Qual sua opinião sobre o desempenho de Churchill enquanto Primeiro Ministro?	81%	16%	3%
De modo geral, qual sua opinião sobre a forma como o governo vem conduzindo a guerra?	43%	38%	19%
Qual sua opinião sobre a atitude de Churchill frente à questão grega?	43%	38%	19%

Gallup, citado por Koutsopanagou, 1996.

As porcentagens sugerem que, nos últimos momentos de 1944 e no início de 1945, a população britânica conferia apoio massivo a Churchill no tocante ao seu desempenho geral. Todavia, quando indagados a respeito das ações do primeiro-ministro no conflito da Grécia, apenas 43% dos entrevistados as consideraram positivas. Trinta e oito por cento desaprovavam a intervenção e 19% não expressaram opinião. Esses números indicam, no mínimo, que não havia consenso quanto à Grécia.

De acordo com Sakkas⁸⁶, que também aborda a pesquisa Gallup referenciada por Koutsopanagou, a crise de dezembro de 1944 revelou que boa parte da sociedade britânica era simpática à EAM-ELAS, cuja imagem era a de um movimento popular genuíno cujo apoio entre o povo grego seria resultado de seu combate à ocupação do Eixo. Tal simpatia estava relacionada, ainda segundo Sakkas, a um processo de radicalização política pelo qual o Reino Unido passara durante a Segunda Guerra Mundial: a luta contra o fascismo contribuiu para que o público em geral se deslocasse para a esquerda, e os movimentos de resistência europeus eram considerados os mais aptos a fazer frente ao que restava dos

⁸⁶ Sakkas, *op. cit.*

regimes autoritários que vigoravam antes de 1939, para estabelecer uma nova ordem social baseada nos princípios da liberdade, democracia e igualdade social.

Tendo estabelecido que havia de fato sinais consistentes de que uma parte considerável da população britânica não aprovava a conduta do governo, e que tal desaprovação era levada em conta politicamente — caso contrário, não seria mencionada no parlamento —, resta acessar fontes que mostrem como essas opiniões eram expressas. Se os estudos históricos são, em maior ou menor medida, necessariamente lacunares e provisórios, a perspectiva que buscamos aqui apresenta uma dificuldade adicional destacada por Lüdtke⁸⁷: os registros deixados pelas chamadas pessoas comuns que podem ser utilizados como fonte de pesquisa são escassos e devem ser tratados com cautela. Um caminho possível é indicado pelas falas de J. Benstead e L. Plover na conferência do Partido Trabalhista: procurar posicionamentos de outros sindicatos e organizações de trabalhadores.

É necessário ressaltar a força do sindicalismo na época que estudamos. Depois de grandes baixas no total de sindicalizados durante a década de 1920, houve uma considerável recuperação nos anos 1930 que persistiu durante a guerra: em 1939, os trabalhadores sindicalizados eram cerca de 6,2 milhões em comparação aos 4,3 milhões de 1933; em 1945 o número girava em torno dos 7,6 milhões⁸⁸. Não houve apenas aumento quantitativo, mas também na força e na relevância política. Segundo Wrigley⁸⁹, os sindicatos tiveram importante papel no esforço de guerra, especialmente a partir do início do governo de Churchill em 1940. O próprio primeiro-ministro reconheceu mais de uma vez que o apoio sindical foi essencial para a viabilidade política da coalizão, mas Gluckstein⁹⁰ nos alerta para a necessidade de problematizar a memória de uma Grã-Bretanha monoliticamente unida em torno da luta contra um inimigo em comum: entre 1939 e 1944, houve cerca de duas mil greves no Reino Unido, totalizando aproximadamente 3,7 milhões de dias de produção perdidos. Uma vez que cerca de 30% da força de trabalho masculina fora convocada para o combate ao Eixo ao mesmo tempo em que a guerra fazia crescer a demanda de produção industrial, os trabalhadores organizados encontravam mais espaço para manobras e reivindicações perante o

⁸⁷ *Op. cit.*

⁸⁸ Wrigley, Chris. *British trade unions since 1933*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

⁸⁹ *Ibidem.*

⁹⁰ Gluckstein, Donny. *La otra historia de la Segunda Guerra Mundial: resistencia contra imperio*. Barcelona: Ariel, 2013.

patronato, e sem dúvida eram uma força política em potencial que deveria ser levada a sério. Diante desse quadro, é evidente a importância de se buscar no contexto das organizações sindicais manifestações críticas à intervenção na Grécia.

Fazer buscas nos acervos de cada sindicato tornaria este ponto da pesquisa virtualmente impossível, dada a previsível dispersão desses registros e a possibilidade de que eles não tenham resistido ao tempo. Não obstante, nosso avanço foi possibilitado graças a outras fontes: os jornais da época, que noticiaram, em várias ocasiões, o descontentamento expresso por organizações trabalhistas. A verificação dos periódicos nos levou à constatação de que houve um conjunto significativo de opiniões expressas, com grande semelhança e coerência entre si, e que seus emissores pretendiam contribuir para mudanças políticas concretas — o que permite afirmar que, em dezembro de 1944, havia considerável *opinião pública* contrária às ações das forças armadas britânicas contra a EAM-ELAS. O que nos interessa, à semelhança das discussões parlamentares analisadas no capítulo anterior, é destacar as especificidades desse descontentamento: por que razões específicas os cidadãos britânicos criticavam seu governo.

Utilizamos como fontes principais as edições de três jornais: Daily Herald, Daily Mirror e Daily Worker. A escolha não é fortuita e parte do princípio explanado por Robert Darnton: notícias não são o que aconteceu no passado imediato, mas sim relatos escritos por alguém a respeito do que aconteceu⁹¹. No mesmo sentido, Heloísa Cruz e Maria Peixoto lembram que todos os documentos possuem uma dimensão subjetiva, posto que elas mesmo são produtos históricos — e por isso é necessário localizar o lugar de onde falam os autores dos documentos, seus interesses, estratégias, intenções e técnicas. Quando utilizamos jornais como fonte de pesquisa, não podemos tomá-los como objetos estáticos desprendidos das tramas históricas em que se constituíram⁹². A imprensa é uma força ativa na vida moderna, atuando na constituição dos nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica, muito além de ser mero depositário de acontecimentos. Os jornais devem ser considerados em suas articulações com os campos de luta mais amplos nos quais os homens da imprensa atuam⁹³.

⁹¹ Darnton, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁹² Cruz, Heloísa de Farias; Peixoto, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

⁹³ *Ibidem*.

A partir dessas considerações, consideramos os três jornais supracitados como as fontes mais pertinentes para nossas intenções. Esses periódicos eram conhecidos, durante os primeiros anos da década de 1940, pela postura crítica em relação ao Partido Conservador. Uma vez que Churchill era o maior defensor da intervenção na Grécia, era de se esperar que as condutas editoriais desses diários procurassem destacar manifestações de dissenso em relação ao que ocorria em Atenas nos últimos dias de 1944.

O Daily Worker foi estabelecido em 1930 pelo comitê central do Partido Comunista da Grã-Bretanha (GBPC) com o intuito de noticiar e analisar questões relacionadas à política, aos movimentos e demais questões das classes trabalhadoras britânicas. O público-alvo eram essas mesmas classes trabalhadoras, e não apenas membros do Partido, como pode atestar uma breve comparação numérica. Os filiados ao GBPC atingiram seu número máximo justamente nos últimos momentos da Segunda Guerra Mundial: cerca de 60 mil membros⁹⁴. Não há consenso quanto às tiragens do Daily Worker para a mesma época, mas as estimativas variam entre um mínimo de 100 mil exemplares⁹⁵ e um máximo de 500 mil cópias diárias — lembrando que a Grã-Bretanha possuía então cerca de 48 milhões de habitantes⁹⁶. Sua proposta editorial se alinhava à estratégia do Partido de alcançar o socialismo nas ilhas britânicas por intermédio da liderança dos trabalhadores e suas organizações (sindicatos, conselhos etc.) que exerceriam democraticamente a luta contra os monopólios capitalistas. É razoável supor que a maioria (ou, ao menos, parte considerável) de seus leitores fosse favorável às causas e aos movimentos de esquerda britânicos e da Europa Continental. O jornal apoiava o esforço de guerra do governo desde junho de 1941, quando a Alemanha deu início à Operação Barbarossa contra a União Soviética, e participou das campanhas pela abertura da Segunda Frente na guerra em 1942. Contudo, quando as forças armadas britânicas entraram em choque com os guerrilheiros comunistas gregos, o Daily Worker adotou linha editorial veementemente contrária a essas ações.

⁹⁴ Wheller, Brian. What happened to the Communist Party of Great Britain's millions? *BBC News*. Londres, Jun 13, 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-18351323>. Acesso em: 19 mar. 2019.

⁹⁵ Haylet, Jonh. Still flying the red flag. *The Independent*. Londres, May 23, 2005. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/media/still-flying-the-red-flag-491723.html>. Acesso em: 19 mar. 2019.

⁹⁶ Platt, Edward. Inside the Morning Star, Britain's last communist newspaper. *New Statesman*. Nova York, Aug 4, 2015. Disponível em: <https://www.newstatesman.com/2015/07/red-all-over-article>. Acesso em: 19 mar. 2019.

O Daily Mirror foi fundado em 1903 pelo magnata da imprensa Alfred Harmsworth, pensado como um jornal produzido e editado por mulheres e direcionado ao público leitor feminino da classe média. Depois de um longo período de baixas vendas nos anos 1920, Cecil Harmsworth King (sobrinho de Alfred) e o diretor editorial Harry Guy Bartholomew identificaram uma saturação de tabloides⁹⁷ conservadores no mercado de jornais populares e trabalharam para transformar o Mirror em um periódico de esquerda destinado às classes trabalhadoras⁹⁸. A equipe jornalística e editorial, a partir de então, tentava refletir em suas matérias a experiência vivida de seus leitores — especialmente as dificuldades e conquistas dos soldados e dos civis comuns durante a Segunda Guerra Mundial. Embora o Mirror não fosse vinculado oficialmente a partidos políticos, em 1944 a direção do jornal foi assumida por Guy Bartholomew, um homem simpático ao trabalhismo, que em 1945 apoiaria o Partido Trabalhista nas eleições gerais⁹⁹.

O Daily Herald surgiu em dezembro de 1910, quando os trabalhadores das gráficas de Londres, em luta pela semana laboral de 48 horas, começaram a produzir, periodicamente, um panfleto informativo, chamado The World, para divulgar suas ideias. No mês seguinte o nome mudou para Daily Herald. O jornal foi descontinuado com o fim da greve, mas os impressores perceberam um potencial mercado para um periódico de esquerda, e, em abril de 1912, após os esforços de vários líderes do movimento trabalhista para levantamento de recursos, o Herald ressurgiu, ligado ao Partido Trabalhista, ainda que de forma crítica. Em 1922, diante das dificuldades em conseguir verba publicitária, o Trades Union Congress assumiu a gerência e financiamento do jornal. Como era de se esperar, uma publicação com tal histórico e administrada em tais condições se destacava por sempre apoiar e incentivar as ações tomadas pelas organizações trabalhistas, sendo a greve a mais comum delas.¹⁰⁰

Os três jornais, além de críticos à intervenção na Grécia, eram abertamente simpáticos às lutas das classes trabalhadoras e procuravam dar destaque às suas ações e

⁹⁷ Não utilizamos o termo *tabloide* para descrever pejorativamente periódicos considerados sensacionalistas e de qualidade duvidosa. Nesta tese, a palavra é empregada em seu termo técnico, designando um formato específico muito comum em publicações do Reino Unido (aproximadamente 43cm x 28cm).

⁹⁸ Bingham, Adrian e Conboy, Martin. The Daily Mirror and the creation of commercial popular language. *Journalism Studies*, Vol. 10, No 5, 2009, p.639-654.

⁹⁹ Reid, Alanah. A history of the Daily Mirror. *Historic Newspapers*. Disponível em: <https://www.historic-newspapers.co.uk/blog/daily-mirror-history/>. Acesso em 31 de outubro de 2020.

¹⁰⁰ Simkin, John. The Daily Herald. *Spartacus Educational*. Disponível em: <https://spartacus-educational.com/Jherald.htm>. Acesso em 1º de novembro de 2020.

manifestações. Encontramos, em suas edições de dezembro de 1944, uma profusão de registros de descontentamento popular a respeito da participação das forças armadas britânicas no conflito grego — se não fossem os dados da já citada pesquisa Gallup, poderíamos inferir, a partir das páginas desses periódicos, que virtualmente todos os cidadãos do Reino Unido eram contrários à conduta do governo. *Grosso modo*, podemos dividir os registros encontrados nos jornais em dois tipos: as *manifestações coletivas* de crítica — pronunciamentos de organizações e atos de rua — e as *manifestações privadas*, materializadas nas cartas publicadas nas seções de correspondência dos leitores. Começamos pelas ações coletivas.

Em sete de dezembro — dois dias após Churchill fazer sua primeira defesa pública das ações na Grécia —, membros do comitê executivo do Westminster Trade Council aprovaram por unanimidade uma resolução a ser entregue ao representante de Westminster na Câmara dos Comuns, o conservador Harold Webbe, para o parlamentar trabalhista John Parker, e para todos os membros do Gabinete de Guerra. O Daily Herald reproduziu o texto da resolução:

O [comitê] executivo considera que o uso de tropas britânicas contra a organização ELAS, que lutou ao lado dos nossos exércitos para expulsar os alemães da Grécia irá abalar a confiança do povo da Europa na integridade do nosso propósito de restaurar a liberdade a eles, e dissipar o prestígio que nossa nação conquistou a partir de nossa guerra industrial e militar contra o fascismo. Exigimos, portanto, que nosso governo retire seu apoio ao governo de Papandreou, cuja imposição é o motivo dos protestos do povo grego; e clama para que [o governo britânico] apoie a formação de um governo popular na Grécia, que vai liberar as tropas britânicas e as forças progressistas do movimento grego de resistência para sua tarefa apropriada de lutar contra o inimigo alemão e seus colaboradores¹⁰¹.

A mesma edição do Herald noticiou que o comitê executivo do Conselho Nacional pelas Liberdades Civis também emitiu um pronunciamento condenando "a política que levou à intervenção britânica nos assuntos internos dos povos italiano, belga e grego, culminando no uso de tropas britânicas contra o movimento de resistência grega"¹⁰². Ainda na mesma edição, encontramos a divulgação de um pronunciamento do sindicato de mineiros da região de Forest of Dean, Inglaterra:

A executiva dos mineiros de Forest of Dean expressa seu desapontamento em relação à continuidade das operações militares britânicas contra os patriotas gregos. A situação é sombria, com graves consequências, uma das quais será o prolongamento da guerra na

¹⁰¹ *The Daily Herald*. Londres, 8 de dezembro de 1944, p.5.

¹⁰² *Ibidem*.

Europa. A executiva entende que soldados britânicos e equipamentos britânicos não devem ser utilizados contra as pessoas dos países libertados, e que a situação grega constitui uma violação da Carta do Atlântico. Além disso, entende que uma conciliação pode ser alcançada apenas depois do desarmamento da Brigada da Montanha realista e do quase fascista Batalhão Sagrado, e que um novo governo provisório pode ser formado compreendendo todos os partidos anti-fascistas gregos nos quais pode se confiar que buscarão [realizar eleições para estabelecer] um novo governo representativo e livremente eleito pelo povo da Grécia.¹⁰³

Não será a primeira vez que críticos do governo farão referência à Carta Atlântica, assinada em 14 de agosto de 1941 por Churchill e o presidente americano Franklin Roosevelt a bordo do couraçado britânico HMS Prince of Wales nos arredores da província canadense de Terra Nova e Labrador. Por intermédio desse documento, Roosevelt e Churchill pretendiam tornar conhecidos “certos princípios comuns nas políticas nacionais de seus respectivos países, nos quais eles baseiam suas esperanças em um futuro melhor para o mundo”¹⁰⁴. Ao mencionar uma violação à Carta, os elaboradores do texto provavelmente tinham em mente o terceiro tópico desse documento, que propõe que todos os povos tenham direito de escolher o governo sob o qual desejam viver, e garante o desejo britânico e americano de “ver restaurados os direitos soberanos de autodeterminação para aqueles que tiveram esses direitos retirados à força”¹⁰⁵. A política britânica deveria ser mudada por violar seus próprios princípios e o direito de autodeterminação do povo grego.

A edição de 11 de dezembro de 1944 do *Daily Worker*¹⁰⁶ informou que no final de semana anterior (dias 9 e 10) ocorreram duas manifestações contra a intervenção: cerca de 2300 pessoas no Albert Hall da cidade de Nottingham no sábado e aproximadamente 600 pessoas no teatro Hackney Empire, em Londres. O Trades Council de Londres exigiu uma resolução de emergência clamando pelo fim da intervenção, enquanto os trabalhadores dos estaleiros da conurbação de Tyneside, no nordeste da Inglaterra, realizaram duas conferências durante o final de semana, depois das quais emitiram uma resolução protestando contra o fato de que os navios por eles construídos transportavam tropas e armamentos que seriam usados contra o povo grego — um eco muito claro do incidente do *Jolly George* em 1920.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Atlantic Charter. *Nato-Otan*, s.p. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_16912.htm. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Correspondance. *The Daily Worker*. London, 11 de dezembro de 1944, p.2.

Dois dias depois, o jornal noticiou¹⁰⁷ que fora enviado ao governo um telegrama de protesto por parte dos trabalhadores e da gerência da Standard Motor Company, fábrica automobilística instalada em Coventry que participava do esforço de guerra produzindo aeronaves de combate, veículos militares e motores e fuselagem para aviões. “Enquanto continuamos a cooperar na produção de armas para a derrota da Alemanha Nazista, deploramos seu uso contra o povo grego”¹⁰⁸, registrou o telegrama, evocando a Carta do Atlântico e o direito de autodeterminação dos povos libertos do nazismo.

As duas menções à Carta do Atlântico, em dois pronunciamentos contrários à intervenção, destacam uma tendência já deixada clara pelos dados que expomos até aqui. Sempre considerada em relação à luta contra o fascismo e ao princípio de autodeterminação dos povos, a política britânica para a Grécia era considerada principalmente em suas implicações morais. A manifestação da Standard Motor Company deixa claro que, na perspectiva de seus signatários, o governo britânico teria abandonado os valores expressos na Carta, indo de encontro ao inalienável direito das gentes decidirem seu próprio destino. O governo britânico, portanto, estaria em contradição com os motivos pelos quais os Aliados entraram em choque contra o Eixo. A mesma inferência pode ser depreendida das declarações do sindicato dos mineradores de Forest of Dean, que menciona a violação da Carta, e do Conselho Nacional pelas Liberdades Civis, que refere explicitamente à intromissão britânica nos processos internos de outros povos e caracteriza a EAM/ELAS como um movimento legítimo. No mesmo sentido, o Westminster Trade Council considera o Governo de Unidade Nacional de Papandreou e George II desprovido de legitimidade popular e avalia que a posicionamento de Londres seria prejudicial à integridade e ao prestígio da Grã-Bretanha.

Essa tendência interpretativa se confirma no restante das informações disponíveis em nossas fontes. A 12 de dezembro, o conselho executivo da Sociedade dos Trabalhadores em Construção e Construtores Nacionais emitiu uma resolução solicitando que o governo britânico se dissociasse das ações do governo grego de Papandreou e deixasse de interferir nos assuntos internos dos povos libertados do nazismo¹⁰⁹. A Federação Liberal de Mulheres, organização ligada ao Partido Liberal, tradicional opositor do Partido Conservador, também tornou públicas suas críticas em uma resolução,

¹⁰⁷ Protests on Greece. *The Daily Worker*. Londres 13 de dezembro de 1944, p.3.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Ibidem.

“deplorando amargamente”¹¹⁰ a conduta do governo, que teria resultado no “derramamento de sangue entre as nossas tropas e o ELAS”¹¹¹, e fazendo um apelo para que a coalizão tomasse todas as providências necessárias para a realização de um armistício.

A 10 de dezembro, noticiou a West London Press, aproximadamente 1660 pessoas se reuniram no Chelsea Palace, Londres, para discutir o que se passava em Atenas. O emigrado grego Michael Archomenedes leu uma proposta de resolução que foi aprovada “com um retumbante *aye!*”¹¹²:

Esta reunião de cidadãos londrinos condena a ação do governo britânico que [trabalha para] manter em existência forças armadas reacionárias na Grécia ao mesmo tempo em que tenta desarmar a força de libertação e utiliza as tropas britânicas para alvejá-los. Exigimos que o governo pare de usar tropas britânicas contra o povo grego e pare de apoiar os reacionários, e que chame todos os partidos para que se trabalhe no sentido de uma trégua, e permita a formação de um governo representativo.¹¹³

Na reunião, J. Haldane, um cientista filiado ao GBCP afirmou que se a Grã-Bretanha continuasse naquele caminho, logo seria quase tão odiada quanto os nazistas, e William Rust — editor do Daily Worker —, também presente, declarou que as notícias da questão grega foram recebidas pelo povo britânico com grande indignação e sentimento de tragédia. A defesa de Churchill da política externa para a Grécia na Câmara dos Comuns seria uma violação indireta dos princípios que o próprio ministro havia pregado em outros momentos. “É fácil dizer que democracia não é a ‘força das turbas’, mas [a democracia] também não é o mando da *old school tie* e do Carlton Club”¹¹⁴.

Rust continua:

Talvez a mais perturbadora parte do discurso do senhor Churchill na Câmara dos Comuns [no dia 8 de dezembro] tenha sido seu uso deliberado [da retórica] antiquada do “Medo Vermelho”, porque seus argumentos tentaram colocar a influência do movimento de resistência na Grécia como sendo exclusivamente comunista, quando na verdade [esse movimento] é representativo do desenvolvimento de uma unidade democrática que todos os democratas verdadeiros deveriam aplaudir.

¹¹⁰ *The Daily Worker*. Londres, 11 de dezembro de 1944, p.3.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² “Hands off Greece”. *West London Press*, 15 12 1944, p.3.

¹¹³ *Ibidem*.

¹¹⁴ *Ibidem*. *Old school tie* era um termo utilizado para fazer referência às elites econômicas britânicas, que costumavam frequentar os colégios internos públicos tradicionais da Inglaterra e do País de Gales (nos quais a gravata fazia parte dos uniformes). Embora tivessem o nome de “públicos”, eram colégios pagos e altamente elitistas. Carlton Club é um clube privado de cavalheiros fundado em 1832 por membros do Partido Conservador.

A declaração de Willian Rust e as demais que apresentamos até aqui em muito se assemelham, como nosso leitor há de ter percebido, às críticas feitas nas câmaras do Parlamento. Como vimos no primeiro capítulo: estabelece-se uma oposição binária entre o Governo de Unidade Nacional dito autoritário e a EAM/ELAS supostamente consagrada pela legitimidade popular; considera-se então o apoio britânico à monarquia helênica uma mácula na trajetória de heroísmo demonstrada pelo Reino Unido no decorrer da guerra. Essa lógica dual esteve presente na maior manifestação ocorrida em dezembro — a *Hands Off Greece*, organizada pela secretaria geral do Sindicato das Brigadas de Bombeiros e realizada no dia 17, na Trafalgar Square, região central de Londres. O correspondente do Daily Mirror, cobrindo o ato, descreveu uma multidão que carregava faixas com dizeres como "deixe os gregos escolherem"¹¹⁵, enquanto em um pódio ocupado por membros do Partido Trabalhista e do Common Wealth Party, ornado com a Union Jack e uma bandeira vermelha, lorde Strabolgi, membro trabalhista da Câmara dos Lordes, declarou que a situação na Grécia estaria prolongando desnecessariamente a guerra contra a Alemanha, e, mesmo diante de uma situação cada vez mais insustentável do ponto de vista militar, Churchill não estaria dando sinais de buscar nenhum tipo de conciliação. O Mirror estimou em 20 mil o número de participantes¹¹⁶ e o enviado do Daily Worker, Frank Pitcairn, observou que todo o espaço da Trafalgar Square fora ocupado por manifestantes — caracterizando o evento como o maior ato público ocorrido em Londres desde a época das manifestações clamando pela abertura da Segunda Frente. Os organizadores fizeram circular cópias de um texto apelando para que se "pare de utilizar tropas contra as forças de resistência democráticas na Grécia"¹¹⁷:

Esta reunião de cidadãos londrinos condena a política desastrosa do governo britânico em relação à Grécia. Essa política está sacrificando vidas britânicas em ações não contra os fascistas, mas contra aqueles que têm sido os mais firmes combatentes contra o fascismo. Esta política deve ser revertida. [...] Nós juramos ao povo da Grécia que trabalharemos incessantemente para que isso [a reversão da política] seja alcançado.¹¹⁸

Ressalte-se que um texto de opinião não assinado (e cuja autoria não conseguimos decifrar) publicado no tabloide conservador Daily Express, traz uma estimativa de público muito menor do que a oferecida pelo Mirror, e, assim como o Daily Worker,

¹¹⁵ Hands off Greece protest. *The Daily Mirror*. Londres, 18 de dezembro de 1944, p.4.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ *The Daily Worker*. Londres, 16 de dezembro de 1944, p.1.

compara o Hands off Greece às manifestações pela Segunda Frente, mas chega a uma conclusão diversa, relativizando a magnitude do descontentamento para com a intervenção:

Quantas pessoas compareceram ontem à manifestação na Trafalgar Square para protestar contra a política do governo britânico na Grécia? A estimativa da polícia é de cerca de cinco mil pessoas. Quantas pessoas compareceram à manifestação pedindo pela abertura da segunda frente em 1942? Entre trinta e quarenta mil. Em Manchester, apenas duas mil pessoas se manifestaram [contra as ações britânicas na Grécia], em comparação com as cerca de seis mil na questão da segunda frente. [...] [Isso] não significa que o povo de Londres e Manchester não tenha simpatia pelo povo grego. Mas significa que ainda há fé nas intenções do governo britânico em relação aos gregos. Isso significa também que as tentativas das minorias da esquerda em transformar essa questão em uma grande crise falharam. Todos querem trazer um fim para a trágica luta na Grécia o mais rapidamente possível. Seria tolice acreditar que o governo britânico tem qualquer outro desejo.¹¹⁹

Por uma questão de cautela, aceitemos como mais próxima da realidade os números trazidos pelo Daily Express: cinco mil pessoas. Ainda assim se trata, como o próprio tabloide admite, de um público considerável. Ademais, o ato na Trafalgar Square não foi o único a ocorrer naquele dia. Além da manifestação de aproximadamente duas mil pessoas em Manchester mencionada pelo Express, o Daily Worker registrou que em Coventry, cidade inglesa de West Midlands, o prefeito George Hodgkinson planejava um ato público de protesto, esperando contar com o auxílio dos moradores da cidade na organização, e declarou ao jornal: “Eu aqui registro, como prefeito, o profundo sentimento de repulsa que existe entre os cidadãos da área quanto à situação na Grécia”.¹²⁰

Ainda a 17 de dezembro, os trabalhadores das cidades de Glasgow e Dumbarton, na Escócia, realizavam várias reuniões e manifestações em suas cidades para protestar contra as políticas do governo. No mesmo dia, o subcomitê executivo regional do sindicato dos bombeiros de Londres publicou a seguinte resolução:

A Executiva vê com grave consternação os recentes desenvolvimentos na Itália, Bélgica e Grécia. Nós condenamos a atitude hostil do governo britânico em relação às forças de resistência e a proteção armada dada aos grupos reacionários e colaboracionistas. Nós exigimos um fim para a intervenção do lado da reação, uma retratação da fala do primeiro-ministro rotulando a resistência grega como comunista [...] [e ditatorial], o desarmamento das assim chamadas brigadas de segurança e da polícia de Atenas, a prisão e punição de todos os colaboracionistas, e a demissão do general Scobie. Nós fazemos um apelo a todas as seções do movimento trabalhista para que apoiem a luta dos povos liberados

¹¹⁹ Editorial. *The Daily Express*. Londres, 18 de dezembro de 1944, p.2.

¹²⁰ *The Daily Worker*. Londres, 18 de dezembro de 1944, p.2.

por independência e [...] [assegurem] o direito de escolher sua própria liderança e seu próprio governo¹²¹.

Também ocorreram protestos na área metropolitana de Manchester e em várias regiões do País de Gales, organizado por sindicatos. No dia seguinte, segundo o *Daily Mirror*, a região oeste da Escócia foi palco de vários atos de protesto por parte de trabalhadores das docas e das fábricas. O cálculo do jornal, que nos parece consideravelmente exagerado, é de um total aproximado de 150 mil pessoas nessas manifestações¹²². No dia 22 de dezembro, foi a vez da Sociedade Associada de Engenheiros de Locomotiva e Bombeiros emitir nota, destinada a Churchill, ao conselho geral do Trades Union Council e ao Partido Trabalhista, apelando para o estabelecimento de um governo grego que represente “os inimigos do fascismo, que com sua luta heroica contra o inimigo comum, estabeleceram seu direito de participar do controle de seu país”¹²³.

Além das manifestações coletivas, o *Herald* e o *Worker* também publicaram mensagens individuais de protesto vindas de seus leitores. O texto de introdução à seção de cartas da edição de 17 de dezembro do *Herald* afirma que a publicação estava recebendo, no decorrer de dezembro, “um grande número de correspondência criticando a política britânica na Grécia”.¹²⁴ Seis dias antes, foi publicada no jornal uma carta assinada pela Senhora N. Harridon, de Enfeld, escrita para expressar “meu desgosto pela forma como nossas tropas estão lutando contra os gregos. Se é isso que eles devem fazer, deixe-os voltar para casa. Se os gregos não querem o seu governo, não é da nossa conta”¹²⁵. Para Harridon, o embate entre os soldados britânicos e o ELAS traria benefícios apenas aos alemães:

É para isso que estamos lutando — para ajudar as classes altas, como sempre? Deixe nossos homens lutar contra os alemães e não perder suas vidas lutando contra seus aliados. Que presente para a propaganda alemã — eles mesmos não poderiam ter feito melhor.¹²⁶

O texto de N. Harridon parece deixar transparecer uma concepção de mundo que dá especial importância às diferenças e aos conflitos entre classes sociais — o que não é de forma alguma surpreendente, levando-se em conta que se trata de uma leitura do pró-

¹²¹ Hands off Greece. *The Daily Mirror*. Londres, 18 de dezembro de 1944, p4.

¹²² Protests by 150,000 workers. *The Daily Mirror*. Londres, 19 de dezembro de 1944, p.8

¹²³ Union condemns policy in Greece. *The Daily Herald*. Londres, 23 de dezembro de 1944, p3.

¹²⁴ Editorial. *The Daily Herald*. Londres, 17 de dezembro de 1944, p.2.

¹²⁵ *The Daily Herald*. Londres, 11 de dezembro de 1944, p.2.

¹²⁶ *The Daily Herald*. Londres, 17 de dezembro de 1944, p.2.

trabalhista Herald, em uma época de considerável radicalização política da população. Para Harridon, o Governo de Unidade Nacional, implicitamente identificado às classes dominantes, não seria desejado pelo povo grego, e os britânicos, ao se imiscuírem nesse imbróglio, acabaram entrando em choque contra seus próprios aliados. A contenda entre forças que até há pouco tempo lutavam do mesmo lado da trincheira parece causar desconforto na leitora do Herald, talvez por perturbar a narrativa dominante, caracterizada pelas demarcações claras entre certo e errado. O incômodo diante daquilo que se propagava como motivo para a luta — liberdade, autodeterminação — também se deixa entrever na carta de L. Burfield:

Posso perguntar que diabos Churchill pensa que está fazendo? Que direito ele tem de ordenar a tropas britânicas que atirem contra manifestações políticas em solo estrangeiro, sendo que tropas britânicas não [devem] ser mobilizadas para tal propósito? Tendo libertado os gregos, quando eles receberão sua tão aguardada liberdade?¹²⁷

Na mensagem de Kaye Ford, moradora de Acton, esse incômodo é mais explícito. Os bons sentimentos em relação a uma luta considerada justa — porquanto empreendida por nobres motivos — são contrastados à vergonha e à fúria suscitadas pelo sofrimento que armas e punhos britânicos estariam infligindo sobre o martirizado povo grego:

Eu tenho um marido, irmãos, e mais de 50 parentes nas forças armadas. Nós, pessoas trabalhadoras, estamos furiosas com o que está acontecendo na Grécia. Esses homens [os soldados britânicos na Grécia] foram recebidos de braços abertos pelas mesmas pessoas em relação às quais eles receberam ordens de matar. Nós estamos orgulhosas de ter nossos homens lutando contra a escória imunda fascista. [Mas] hoje nós estamos furiosos e envergonhados em saber que eles estão matando um povo que sofreu e lutou ao nosso lado por tanto tempo.¹²⁸

Na edição de cinco de dezembro do Daily Worker, a carta do leitor D. M. Collar, de Chichester, condenando as ações das tropas britânicas nos países recém-libertados, traz o mesmo tom de condenação moral diante do apoio de Londres a um governo tido como reacionário — e lembremos que, em fins de 1944, para pessoas simpáticas à esquerda, o termo *reacionário* provavelmente era usado como sinônimo aproximado para *fascistas e nazistas*. Para Collar,

O mundo aprendeu, com horror, que as tropas britânicas têm sido usadas para manter “a lei e a ordem” na Bélgica — em outras palavras, para apoiar um governo reacionário contra os desejos do povo. A situação na Grécia e na Itália também dá base para consternação. Não seria agora o momento para o movimento Trabalhista protestar de todas

¹²⁷ *The Daily Herald*. Londres, 18 de dezembro de 1944, p. 4.

¹²⁸ *The Daily Worker*. Londres, 18 de dezembro de 1944, p.2.

as formas possíveis contra esse uso de poder militar que faz chacota da palavra “liberação”?¹²⁹

A Grécia também foi comparada à Bélgica por J. Shanley, para quem os eventos nesses dois países mostravam que, com a perspectiva de uma vitória sobre o nazismo no campo militar, “as forças da reação estão se aglutinando, determinadas a parar qualquer tentativa por parte dos trabalhadores de fazer mudanças democráticas fundamentais”¹³⁰. Em outra mensagem, um antigo membro das Forças Expedicionárias Britânicas que lutaram na Primeira Guerra Mundial, identificado como “*Tobruk defender*” (defensor de Tobruk), se diz “enojado”¹³¹ pelos assassinatos de aliados gregos cometidos por britânicos, e alerta: “nossos garotos que estão lá [os soldados] não vão gostar do trabalho que estão sendo obrigados a fazer na Grécia”¹³². Outro leitor do *Worker*, A. T. D’Eye, de Canterbury, reiterou o problema das violações ao direito de autogoverno:

Que direito nós temos de decidir que tipo de governo a Grécia deve ter? Por quanto tempo a Grécia tem sido uma colônia britânica? É esse o significado das Quatro Liberdades, ou da Carta do Atlântico? Que escárnio! Nossos mortos devem se levantar de seus túmulos perante essa traição de tudo pelo que eles lutaram e sofreram.¹³³

A partir do conteúdo da carta, podemos inferir que D’Eye, ao mencionar a Carta do Atlântico, assim como os trabalhadores da Standard Motor Company já mencionados, tinha em mente o terceiro ponto da Carta, acerca do direito de autodeterminação das gentes. Quanto às Quatro Liberdades, é por essa expressão que ficou conhecido o discurso proferido pelo presidente Franklin Roosevelt perante o Congresso americano no dia seis de janeiro de 1941, com o intuito de quebrar a política de neutralidade então mantida pelos EUA: todos os homens deveriam ter asseguradas as liberdades de expressão, de adorar a Deus segundo seus próprios modos, bem como assegurar a liberdade em relação ao medo e à carência.

A consternação diante das ameaças à democracia na Grécia se mostra de forma mais contundente na mensagem de uma residente de Londres, Eva Melnick, que chega a ponto de equiparar o que as tropas britânicas faziam na Grécia às ações do III Reich. Ela dizia ter um amigo que fez parte das forças britânicas que aportaram na Grécia quando da

¹²⁹ Correspondence. *The Daily Worker*. Londres, 5 de dezembro de 1944, p.2.

¹³⁰ Correspondence. *The Daily Worker*. Londres, 6 de dezembro de 1944, p.2.

¹³¹ Correspondence. *The Daily Worker*. Londres, 11 de dezembro de 1944, p.2.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ *Ibidem*.

libertação dos nazistas. Os britânicos teriam sido recebidos por “braços abertos, saudações e flores”¹³⁴, — recepção calorosa que torna ainda mais odioso o fato de que

agora, esse povo [grego] [...] esteja sendo submetido a horrores que se esperaria [apenas] da ocupação nazista. Movimentos da esquerda são perseguidos e movimentos da direita são encorajados e permitidos a seguir em frente com todas as possibilidades de se estabelecer uma ditadura. Teremos perdido de vista [o motivo] pelo [qual] estamos lutando? E quanto aos outros países que ainda estão por serem libertados? O senhor Churchill disse que qualquer homem que lute contra os nazistas teria a nossa ajuda. Terá ele se esquecido disso em tão pouco tempo?¹³⁵

H. G. Day, de Dartford, assim como Melnick e Burfield, responsabilizam nominalmente o primeiro-ministro pelo que ocorria. A política “do senhor Churchill”¹³⁶ era “arbitrária”¹³⁷, e por causa dela “soldados britânicos estão sendo mortos e seus filhos estão se tornando órfãos”¹³⁸. Se tal “situação intolerável”¹³⁹ persistir, “o Partido Trabalhista deverá pressionar por uma eleição geral”¹⁴⁰ — ou seja, abandonar o governo e provocar o rompimento da coalizão. Podemos perceber, nessas menções, um fenômeno semelhante ao que foi constatado nas manifestações coletivas: as críticas feitas à intervenção na Grécia tendem a imputar a responsabilidade pelo que ocorria ao governo britânico de modo geral; contudo, nos pronunciamentos mais detalhados, o político mencionado é sempre Churchill, considerado pessoalmente culpado pela situação. Em si mesmo, esse fato não surpreende, posto que, além de ocupar o cargo máximo do executivo, o que lhe conferia mais visibilidade, o primeiro-ministro dispunha então do que poderíamos chamar de uma certa evidência adicional por conta de sua conduta geral ao longo da guerra. O próprio Churchill, em suas memórias, faz menção ao que percebeu como uma onda de ataques direcionados a si:

Agora que o mundo livre aprendeu muito mais do que o que se sabia então a respeito do movimento comunista na Grécia e em outros lugares, muitos leitores ficarão atônitos diante dos ataques veementes aos quais o Governo de Sua Majestade e eu em particular nos sujeitamos [devido à intervenção em Atenas].¹⁴¹

¹³⁴ Correspondence. *The Daily Worker*. Londres, 11 de dezembro de 1944, p.2.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Churchill, Winston. *The Second World War, volume VI: Triumph and Tragedy*. Londres, Rosetta Books, 2009.

No entanto, é digno de nota que as outras forças que compunham a coalizão — especialmente o Partido Trabalhista — não tenham sido citadas como coautoras do envolvimento britânico, ainda que indiretamente e em menor grau. Grande parte das nossas fontes consiste em edições do Daily Herald, o jornal ligado ao Partido Trabalhista, e do Daily Mirror, cujo editor em 1944 era declaradamente simpático ao Partido. Talvez as linhas editoriais de ambos os periódicos evitassem veicular e reportar expressões que censurassem os trabalhistas de forma mais enfática. No entanto, se é razoável supor um filtro desse tipo no Herald e no Mirror, fazer ilação de mesmo tipo para o Daily Worker é bem menos verossímil. Durante a primeira metade da década de 1940, o Partido Trabalhista buscou, de forma incessante, construir hegemonia sobre as esquerdas britânicas, o que não raro lhe rendia atritos e hostilidades nas relações com outras organizações progressistas. Em dezembro de 1942, o Partido Comunista pleiteou filiação ao Partido Trabalhista, mas a Executiva Nacional sequer considerou discutir a proposta com os comunistas¹⁴². Não há, portanto, motivos para pensar que a editoria do Daily Worker seria consideravelmente mais branda com o Trabalhismo do que com os conservadores liderados por Churchill — e ainda assim não há, nas cartas publicadas, menção de responsabilidade, direta ou indireta, que devesse ser cobrada dos trabalhistas.

Nas fontes que consultamos, o Partido Trabalhista é citado diretamente apenas uma vez, na carta de H. G. Day, publicada no Herald em 18 de dezembro, na qual ele afirma que se a situação na Grécia persistisse, o Partido Trabalhista deveria trabalhar para que fossem realizadas eleições gerais na Grã-Bretanha. Já no Daily Worker de cinco de dezembro, em sua carta, D. M. Collar faz um apelo ao movimento trabalhista de modo geral — no qual o Partido Trabalhista tinha inequívoco protagonismo — para que se tomem todas as medidas necessárias para encerrar a participação britânica no combate. Não parece que os escritores da carta tentassem imputar ao trabalhismo alguma culpa ativa — o tom empregado dá a ideia de censura decorrente de uma percepção de atividade insuficiente: o partido representante dos trabalhadores não estaria cumprindo seu papel de tentar frear a intervenção empreendida por Churchill. Há algo em comum com os participantes da conferência do Partido que criticaram a falta de firmeza da Executiva Nacional e do Partido Parlamentar, e é verossímil supor que os trabalhistas no Parlamento e no governo fossem vistos por seus simpatizantes como uma força política capaz de

¹⁴² McCulloch, Gary. Labour, the Left, and the British General Election of 1945. *Journal of British Studies*, Vol. 24, No. 4 (Oct., 1985), pp. 465-489.

impedir que o primeiro-ministro continuasse a utilizar soldados britânicos para neutralizar o ELAS.

Na busca de uma síntese para o fundo documental analisado, podemos considerar que os protestos se baseiam primordialmente em uma questão de valores — e não em elementos mais pragmáticos, referentes, por exemplo, a gastos econômicos ou a estratégias militares. A intervenção britânica na Grécia era considerada não apenas injusta, mas um abandono completo dos valores nos quais se baseariam a política da Grã-Bretanha — a liberdade, a democracia e a defesa do direito à autodeterminação para todos os povos do planeta. Tais valores, como mencionamos no primeiro capítulo, foram amplamente difundidos entre os britânicos, em parte por conta do esforço de guerra, como um movimento de demarcação da oposição ideológica entre os britânicos e seus aliados e o autoritarismo nazifascista.

Os guerrilheiros do ELAS, até poucos dias antes do início do conflito em Atenas, eram vistos como aliados dos britânicos contra o fascismo — esse vínculo fica claro nas cartas examinadas e nas declarações feitas nas manifestações e pelos sindicatos. Durante os eventos de dezembro de 1944, de acordo com a percepção das pessoas que — individualmente ou em grupo — expressaram suas críticas ao governo, as tropas britânicas não apenas entraram em conflito com um grupo até há pouco tempo considerado aliado, como passaram a defender um governo considerado autoritário. Logo, essas ações seriam uma traição aos valores basilares da sociedade britânica, aproximando-a assim, do nazismo e do fascismo que haviam sido combatidos a duras penas. É significativa a expressão de A. T. D'Eye em sua carta: nossos mortos, que sofreram e lutaram por um mundo mais livre e justo, deveriam estar perturbados em seus túmulos, perante tamanha traição dos princípios pelos quais tantas pessoas se sacrificaram. Fica implícita uma percepção que colocava a Grã-Bretanha como portadora do dever de assegurar a liberdade e a autodeterminação dos povos ao redor do mundo — ideia fortalecida principalmente pela luta contra o fascismo. De sorte que a incursão na Grécia teria pervertido a sociedade britânica, desviando-a de sua verdadeira essência.

Neste ponto, é necessário abordar a seguinte questão: até que ponto essas conclusões podem ser generalizadas? Ou, colocando em outras palavras: o quão comuns eram, na sociedade britânica, as percepções que julgamos estarem explícita e/ou implicitamente nos registros?

Iniciamos este tópico com considerações gerais sobre a opinião pública enquanto força política e sobre as pessoas comuns e sua capacidade de agência histórica. As páginas do Daily Worker e do Daily Herald nos forneceram indícios de tentativas de expressão por parte de pessoas comuns, tais como a definimos a partir da mobilização livre das reflexões de Certeau, Lüdtke, Cazorla Sánchez e Bergerson: indivíduos sem acesso aos níveis superiores do poder público e sem recursos econômicos vultosos. Evidentemente, trata-se de uma conceituação entre muitas possíveis, aberta e problemática, mas — como proposto por Cazorla Sánchez — serviu como referência a partir da qual buscar homens e mulheres que não tinham capacidade direta de tomar grandes decisões políticas ou de movimentar grande cabedal de modo a tentar influenciar os acontecimentos. Mas tentavam agir a seu modo: sentiam necessidade de expressar suas opiniões e fazer exigências ao governo — e para isso escreviam cartas aos jornais, elaboravam notas públicas com seus companheiros de fábrica, participavam de reuniões e compareciam às manifestações nas ruas.

Acessamos um tipo muito específico de cidadãos comuns: o público leitor do Herald e do Worker, simpáticos às posições de esquerda (quer fossem ou não membros de organizações políticas e/ou sindicatos) e provenientes principalmente das classes trabalhadoras. Infelizmente, não tivemos acesso a registros que pudessem indicar expressões mais amplas, de sorte que diante de conceito propositadamente tão abrangente como o de pessoas comuns, nosso fundo documental chama atenção, em contraste, pelo seu caráter circunscrito: jornais próximos aos movimentos operários, destinados do público operário e cujas pautas refletem os interesses e propósitos desse universo.

Mesmo a pesquisa Gallup mencionada por Koutsopanagou não permite ilações mais taxativas. Recapitulemos. Trinta e oito por cento dos entrevistados afirmaram desaprovam a conduta de Churchill acerca da questão grega. Ainda que não majoritário, o número não é desprezível, ainda mais se levarmos em conta que, considerando-se os 19% que não tinham opinião formada, menos da metade dos entrevistados — 43% — de fato apoiava a intervenção. Não conseguimos obter detalhes a respeito dos procedimentos dessa pesquisa específica, mas algumas considerações gerais serão úteis. Adam Berinsky¹⁴³ afirma que as empresas de pesquisas de massa — incluindo a Gallup —

¹⁴³ Berinsky, Adam J. American public opinion in the 1930s and 1940s: the analysis of quota-controlled sample survey data. *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 70, No. 4 (Winter, 2006), pp. 499-529. Como o título do artigo deixa claro, o estudo de Berinsky aborda pesquisas de opinião feita nos EUA. Porém, como foi a Gallup, uma empresa americana — que é largamente citada no artigo —, a conduzir a pesquisa que

utilizavam, nas décadas de 1930 e 1940, métodos que, ainda que considerados menos precisos em comparação aos recursos modernos, seguiam um rigor que tornam os dados coletados valiosos. Em geral, as instituições utilizavam a mesma estratégia básica, denominada *quota-controlled sample*. Os pesquisadores buscavam entrevistar porções predeterminadas de pessoas que representassem segmentos particulares da população; para isso, estratificavam a população em que ocorria a pesquisa, dividindo-a em subpopulações, e o número de entrevistados em cada subpopulação era determinada pela sua proporção em relação à totalidade. Tal estratificação buscava refletir as diferenças entre regiões do país, ambientes urbanos e rurais, gênero, idade e classe econômica, normalmente dividida em ricos, médio-ricos, médios, médios-pobres e pobres. No entanto, embora os pesquisadores buscassem uma variedade de participantes, é impossível saber, uma vez que a pesquisa não traz mais detalhes, como se compõem os 38% que afirmaram desaprovar a intervenção na Grécia — seja em termos de gênero, distribuição regional ou níveis de renda.

Não seria mais pertinente e rigoroso, portanto, falarmos não do descontentamento das pessoas comuns e sim do descontentamento das classes trabalhadoras — com destaque para os membros organizados em sindicatos?

Talvez. Sem embargo, alguns detalhes fornecidos pelas nossas fontes indicam que tal escolha pode ser indevidamente redutora. Começemos pelos alertas feitos nos debates parlamentares em fins de 1944 e no início de 1945. A cinco de dezembro, o trabalhista Frederick Pethick-Lawrence fez referência à “grave ansiedade sentida em todas as seções deste país [o Reino Unido] em relação ao que tem se passado [na Grécia]”¹⁴⁴. Alguns momentos depois, Leslie Haden-Guest, outro membro do Partido Trabalhista, propôs, sem sucesso, que o encerramento das atividades diárias fosse adiado para que se discutisse a “situação grave que surgiu na Grécia, [...] como um assunto de importância pública urgente”¹⁴⁵. Apenas dois dias após o tiroteio na Praça Sintagma, as ações britânicas na Grécia foram consideradas um assunto urgente, de interesse público, gerador de apreensão popular. Mais de um mês depois, no dia 19 de janeiro de 1945, Percy Harris, do Partido Liberal, declarou:

utilizamos, julgamos apropriado utilizar as informações de Berinsky, supondo que a americana Gallup não alteraria significativamente sua metodologia ao empreender uma pesquisa de opinião na Grã-Bretanha.

¹⁴⁴ Hansard. House of Commons. *Greece (situation)*. 5 December 1944. Volume 406, c.359.

¹⁴⁵ *Ibidem*, c.361.

O país [Reino Unido] está indubitável e profundamente comovido. É um erro crasso pensar que [essa comoção] [...] é uma agitação organizada engendrada por algum grupo político. Sem dúvida houve políticos preparados para lucrar nas emoções do público, mas eu encontro tanto na direita quanto na esquerda um sentimento de tristeza e tragédia quanto ao fato de que, antes que a [segunda] guerra [mundial] tenha terminado, nós vemos guerra civil e nossas tropas nela engajadas tentando restaurar a ordem.¹⁴⁶

É natural que críticos da intervenção pudessem exagerar sinais de desaprovação advindos de diferentes dimensões da sociedade, mas o próprio Churchill, em suas memórias, ao recordar — no tom triunfal de quem se julga absolvido pela História — o debate de oito de dezembro no Parlamento, reconhece o que seria um sentimento generalizado de descontentamento em meio ao público: “Havia uma forte corrente de opinião vaga, e até mesmo apaixonada, da qual [...] [os opositores à intervenção] se sentiam como expoentes”.¹⁴⁷

Percebe-se que tanto o primeiro-ministro quanto seus opositores tratavam a desaprovação pública menos como algo setorial, redutível e rastreável a grupos específicos, e mais como algo difuso, espreado. Isso sugere uma generalização — ideia que se torna verossímil diante dos números de alguns eventos registrados nos jornais que analisamos. Como já mencionamos, a 10 de dezembro cerca de 1660 pessoas se reuniram no Chelsea Palace de Londres, e o *Hands Off Greece* realizado na Trafalgar Square a 17 de dezembro atraiu cinco mil pessoas — segundo a estimativa mais conservadora do Daily Express. No mesmo dia, Manchester foi palco de manifestação com aproximadamente dois mil partícipes. São públicos importantes, que parecem corroborar o tratamento, por parte de Churchill e de alguns parlamentares, da desaprovação como um sentimento forte. Talvez seja significativo que o comunicado lido no Chelsea Place caracterizou o evento não como uma ação sindical, mas sim como uma *reunião de cidadãos londrinos*, assim como o pronunciamento da *Hands Off Greece* foi feito em nome do *povo londrino* (ainda que o ato tenha sido liderado por um sindicato de bombeiros). De modo semelhante, o prefeito Hodgkinson, de West Midlands, afirmou captar forte sentimento de repulsa *entre os cidadãos da área*. Essas expressões sugerem algo amplo, indeterminado — e não existem indícios de que se tratasse de meros artifícios retóricos.

¹⁴⁶ Hansard. House of Commons. *War situation and foreign policy*. 19 January 1945. Volume 407, c.516.

¹⁴⁷ Churchill, *op. cit.*, p.352.

É necessário lembrar, ainda, que aqueles eram tempos em que os sindicatos tinham grande adesão e por isso eram fortes, em que largos contingentes da sociedade britânica se radicalizaram em direção à esquerda no decorrer da guerra, em que os ideais socialistas tinham capilaridade — não à toa, o Reino Unido não levaria muito mais do que um semestre para assistir à vitória do Partido Trabalhista nas eleições gerais. Por isso, no período tratado, podemos considerar os grupos trabalhistas organizados como uma parcela expressiva do universo daquilo que chamamos de *pessoas comuns*. Diante desse quadro, temos relativa segurança para — sem pretensões de exatidão — tomar as manifestações de descontentamento em relação à questão grega como sinal de um sentimento forte de parcela significativa da sociedade britânica.

3. “O Império Britânico não pode abandonar sua posição no Mediterrâneo”

Afirmamos no tópico anterior que as críticas à intervenção britânica na Grécia registradas nas manifestações de rua, nas resoluções sindicais e nas cartas enviadas aos jornais tinham conteúdo muito semelhante à oposição que Churchill e seus apoiadores encontraram no Parlamento. Tanto nas câmaras parlamentares quanto fora delas, eram destacadas as implicações morais causadas pelo combate ao fascismo e a luta contra a EAM/ELAS. Já mostramos, neste capítulo e no anterior, que essas questões aparecem de forma constante nas fontes, e não é necessário fazer novas reiteraões. Agora é necessário outro ângulo de análise, deixando o que se mostra repetidas vezes na documentação e focando no que *raramente aparece*.

Voltemos à conferência do Partido Trabalhista para trazer um detalhe até agora não mencionado. Quando, perante seus correligionários, Ernest Bevin explanou a política de intervenção na Grécia, falando “do ponto de vista não apenas do Governo, mas dos membros trabalhistas dentro do governo”¹⁴⁸, asseverou:

O Império Britânico não pode abandonar sua posição no Mediterrâneo. Muito da paz do futuro depende da forma como esses países [do Mediterrâneo] se arranjarão. Desta vez nós devemos encontrar um modo de resolver as dificuldades nessa região, para o bem da paz das futuras gerações.¹⁴⁹

Fosse para concordar ou contestar, essa colocação não foi retomada no restante do debate. Algo semelhante ocorreu nas discussões parlamentares. Na Câmara dos Comuns,

¹⁴⁸ Labour Party. Labour Party 1944 Conference Report. London, 1945, p.143.

¹⁴⁹ Ibidem, p.147.

a oito de dezembro, em meio às argumentações e contra argumentações acerca das bases morais que justificariam o apoio ao Governo de Unidade Nacional ou ao ELAS, John McGovern, representante do distrito de Shettleston em Glasgow pelo Partido Trabalhista Independente, condenou “o uso de soldados britânicos na Grécia”¹⁵⁰ e classificou como um disparate o fato de que “homens que foram convocados para lutar contra a gangue nazista em Berlin agora sejam utilizados para matar trabalhadores e camponeses nas ruas de Atenas”.¹⁵¹ Essa situação deplorável teria a ver com tensões entre as grandes potências:

Se o presidente Roosevelt, o primeiro-ministro [Churchill] e o Marechal Stalin dessem aos povos do mundo um sinal de que eles abdicariam de suas ambições ideológicas em cada país [onde eles marcam presença militar] e permitissem a esses países [...] encontrar cada um o seu caminho sem auxílio, estou certo de que essas lutas [tais como a que ocorre em Atenas] acabariam, e a prosperidade chegaria. Eu não separo as lutas na Iugoslávia e na Polônia da luta na Grécia. Ambos os lados estão jogando o mesmo jogo. Nós nos movemos para a Itália e para a Grécia por conta da invasão do Exército Vermelho [na Europa Oriental] e pelo estabelecimento de centros de influência por Stalin. Stalin, assim como o presidente Roosevelt e o primeiro-ministro [Churchill], está engajado nessa luta por interesses que não são os interesses das pessoas comuns [...]. Se esses três signatários abandonassem as enganações, as mentiras e os jogos duplos, e fossem transparentes, e permitissem que os povos do mundo escolhessem seus próprios líderes, então não haveria necessidade de guerrilhas nem de movimentos subterrâneos. As gentes do mundo cometem erros, mas, se forem deixadas em paz, serão capazes de estabelecer governos decentes em todos os cantos do mundo.¹⁵²

Estabelecimento de centros de influência e uma disputa tomando forma entre Roosevelt, Churchill e Stálin — uma disputa de *interesses* que não seriam os interesses das pessoas comuns dos países libertados. Essa questão não é retomada no debate do dia oito, mas reaparece na Câmara dos Comuns a 15 de dezembro, em debate acerca da situação da Polônia. O Conservador Robert Boothby, representante de Aberdeen e Kincardine, declarou:

Nós caminhamos em direção a esferas de influência; e essa, eu creio, é uma rota perigosa, que pode facilmente culminar no desastre final de uma terceira guerra mundial, a menos que tomemos cuidado. O que, de fato, acontece? Nós dizemos aos russos: “a Grécia é estrategicamente importante para nós no Mediterrâneo Oriental. Portanto, ficaremos muito agradecidos se vocês forem bondosos o bastante para deixar a Grécia livre e não se interessarem pelo futuro da Grécia”; e ficamos felizes quando os russos atendem aos nossos desejos. Qual é a implicação óbvia quando essa política é empreendida? Polônia, Romênia e Bulgária são todas de importância estratégica para a Rússia.

¹⁵⁰ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.972.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² *Ibidem*.

A implicação é que a União Soviética deve colocá-las dentro de seu âmbito e esfera de influência; e que nós não devemos nos interessar por esses três países, conseguindo a Grécia em um *quid pro quo*, ou Grécia e Iugoslávia, ou o que quer que seja, em nossa condição de potência mediterrânea. É dessa forma que se dá a barganha por esferas de influência entre as grandes potências. Acredito que isso é perigoso; e quero protestar.¹⁵³

Novamente esse ponto não foi desenvolvido: nenhum dos demais parlamentares o retomou. Todavia, no debate de 20 de dezembro — a segunda e última discussão extensa a respeito da Grécia travada nos Comuns durante aquele mês —, há uma maior atenção a essa questão, quando Sir Percy Harris, representante do bairro londrino Bethnal Green pelo Partido Liberal, sutilmente coloca em dúvida a existência do que ele chama de *política do poder* no caso grego:

Tenho certeza de que existe uma impressão, que talvez não seja justificada pelos fatos — uma suspeita, de qualquer modo —, de que o governo está jogando o jogo da política de poder, buscando estabelecer uma esfera de influência. O Ministro do Trabalho [Bevin] deu corda a essa impressão em um discurso que fez [na conferência do Partido Trabalhista], ao apontar que o Mediterrâneo era de interesse especial para este país. [...] Do modo como entendi, ele quis dizer que o Mediterrâneo é de estratégia vital para nosso país. Essa foi a minha interpretação. Mas muitas pessoas pensam que se trata de uma tentativa de estabelecer uma esfera de influência.¹⁵⁴

O tema retornou mais adiante, quando Anthony Eden apresentou — de forma mais clara do que em sua intervenção de oito de dezembro — sua interpretação da ausência de interesses escusos na Grécia:

Nós não queremos absolutamente nada para nós mesmos na Grécia. Nós não buscamos vantagens estratégicas, nem vantagens econômicas ou qualquer outro tipo de vantagem. [...] A ação que estamos empreendendo não tem qualquer motivo ulterior [*i.e.* de vantagens futuras]. Nós realmente não temos [interesses escusos]. Eu não entendo por que os honoráveis membros estão tão inclinados a pensar que temos algum propósito sinistro.¹⁵⁵

Nesse ponto, Eden foi interrompido pelo trabalhista Manny Shinwell, que chamou atenção ao fato de que “o Ministro do Trabalho [Bevin], na Conferência do Partido Trabalhista, fez referência à posição do Mediterrâneo”¹⁵⁶. Eden redarguiu:

É claro, é verdade que temos um interesse no Mediterrâneo. Isso nunca foi negado por ninguém, mas eu digo que nós tomamos essa atitude [de desembarcar tropas na Grécia após a libertação] acima de tudo e somente para tentar levar comida e suprimentos para a Grécia, porque

¹⁵³ Hansard. House of Commons. *Poland*. 15 December 1944. Volume 406, c.1553.

¹⁵⁴ Hansard. House of Commons. *Greece (situation)*. 20 December 1944. Volume 406, c.1868.

¹⁵⁵ *Ibidem*, c.1901.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

nós sabíamos as condições nas quais encontraríamos a Grécia. Não tivemos motivos ulteriores.¹⁵⁷

São exceções em meio a debates que, como procuramos demonstrar no primeiro capítulo, se desenvolveram principalmente em torno dos caminhos pelos quais a democracia deveria ser defendida e das implicações morais advindas da atuação britânica na Grécia. As tentativas de desenvolver uma discussão a respeito dos interesses concretos da Grã-Bretanha na Grécia foram ignoradas ou, como vimos na intervenção de Eden logo acima, encerradas após breve réplica.

É possível notar algo semelhante nas críticas à intervenção expressas nas manifestações de rua, sindicatos e cartas aos jornais. Isso fica ainda mais claro se as compararmos, para efeitos de contraste, a três fontes ainda não mencionadas. Primeiramente, consideremos o artigo intitulado “Esquerda trabalhista se vende”¹⁵⁸, publicado em dezembro de 1944 no *Socialist Appeal*, jornal do Partido Comunista Revolucionário (*Revolutionary Communist Party — RCP*). O RCP, de cariz trotskista (era a seção britânica oficial da Quarta Internacional), agia como uma facção entrista dentro do Partido Trabalhista, e o texto referido, escrito pelo militante Ted Grant, condena os resultados da discussão sobre a Grécia. “A conferência do Partido Trabalhista deste ano foi uma das mais fatídicas da história do movimento trabalhista”¹⁵⁹, inicia Grant, dramático. “Todas as deliberações da conferência foram ofuscadas pelos trágicos eventos na Grécia. A Grécia foi um teste, e os líderes trabalhistas traíram a classe trabalhadora da Grécia, da Grã-Bretanha e de todo o mundo”¹⁶⁰. O que ocorria em Atenas não seria uma guerra civil, mas sim “uma guerra não declarada de intervenção imperialista britânica, para impor ao povo grego seus próprios fantoches reacionários, contra os desejos das massas gregas”¹⁶¹. Apesar disso, “a resolução elaborada pela Executiva e aprovada pela Conferência falha em condenar abertamente as ações contra-revolucionárias e antidemocráticas do imperialismo britânico”¹⁶².

O texto faz uma extensa condenação de Bevin, que “defendeu a política do imperialismo de forma mais aberta e flagrante do que Churchill jamais ousou fazer”. Para

¹⁵⁷ Ibidem.

¹⁵⁸ Grant, Ted. *Labour Party Conference: Labour left sells out*. Transcrito em: <https://www.marxists.org/archive/grant/1944/12/sell-out.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² Ibidem.

Grant, a fala de Bevin a respeito do Império Britânico e a necessidade de manter as posições no Mediterrâneo é reveladora “das ansiedades do imperialismo britânico”¹⁶³, e denota que “os líderes trabalhistas estão preparando, em conluio com a classe capitalista, a intervenção contra qualquer revolução na Europa”¹⁶⁴.

Esta é a razão para a intervenção britânica na Grécia e na Itália, e em outros países amanhã. O Mediterrâneo é “Mare Nostrum” (nosso mar). Entre outras coisas, este é um dos objetivos principais pelos quais o imperialismo britânico tem lutado na guerra: dominação do Mediterrâneo por mercados, matérias primas e, acima de tudo, pela rota para a Índia e para o Oriente Médio. E esse homem, Bevin, vai a uma conferência que supostamente representa os interesses da classe trabalhadora, para defender nada menos do que um programa imperialista contra revolucionário completo.¹⁶⁵

O texto é concluído com a proposta radical de romper a coalizão, na qual os líderes trabalhistas estariam trabalhando “em colaboração com a classe dominante”¹⁶⁶.

Hoje nossos irmãos e filhos estão morrendo na Grécia para preservar um grupo reacionário de fascistas realistas, para preservar os lucros e interesses dos capitalistas britânicos. [...] Já é tempo de acabar com essa coalizão vergonhosa! Não há desculpa para esperas. A massa do povo na Grã-Bretanha está horrorizada diante dos crimes de Churchill e do governo. Agora é a hora de expor os Tories [Conservadores] aos olhos do eleitorado. [...] Agora é a hora para forçar uma Eleição Geral. Churchill diz que os gregos não têm mandato democrático. Teria ele mandato democrático para seus crimes? Deixe o povo da Grã-Bretanha decidir. Com uma política combativa, o Trabalho encolheria os Tories em uma eleição [...]. Trabalhadores! Exijam que seus líderes encerrem essa coalizão. A Grécia é uma amostra do que os Tories reservam para os trabalhadores de toda a Europa e para a Grã-Bretanha se a eles for permitido manter o controle e ditar as políticas.¹⁶⁷

No panfleto intitulado *Hands off Greece! Down with Churchill!*¹⁶⁸, sem data, mas reproduzido no periódico radical nova iorquino *The militant* em seis de janeiro de 1945, o RCP, com maior riqueza de detalhes, reitera sua linha interpretativa:

Churchill se prepara com antecedência para afogar as revoluções [europeias] em sangue. Primeiramente a Itália, depois a Bélgica, e agora a Grécia. Homem que tentou afogar a Revolução Russa em sangue, que utilizou os Black and Tans na Irlanda, que massacrou indianos desarmados e famintos, que teve papel de liderança no enfrentamento à greve geral — Churchill é uma escolha apta para a classe dominante britânica.¹⁶⁹

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ Ibidem.

¹⁶⁵ Ibidem.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ “Tire as mãos da Grécia! Abaixo Churchill!”

¹⁶⁹ *Hands off Greece! Down with Churchill! The Militant*. Nova York, 6 de janeiro de 1945, p. 3.

Sem a presença de baionetas britânicas, continua o texto, a violência teria sido mínima e a “ditadura de Papandreou”¹⁷⁰ teria sido derrubada sem demora. Porém, “o imperialismo britânico interveio com tanques, metralhadoras e aviões contra a vontade democrática do povo”¹⁷¹, e assim a guerra contra o Eixo teria revelado sua verdadeira natureza: uma “disputa de gângsteres”¹⁷² entre britânicos, americanos e alemães pela dominação da Europa e do mundo.

Não se trata de democracia e liberdade, mas da dominação econômica, política e militar de povos submissos na luta por mercados, matérias primas, colônias, esferas de influência e bases terrestres, marítimas e aéreas. Esses são os objetivos pelos quais Churchill está usando tropas britânicas contra os gregos.¹⁷³

Encontramos concepção semelhante em uma brochura de 12 páginas intitulada “Churchill’s ‘new order’ in Greece”, publicada pelo Comitê para Assuntos do Chipre (Committee for Cyprus Affairs) em Londres e vendida provavelmente nas ruas, como dá a entender o caráter panfletário do livreto. A simplicidade e o preço da publicação — três pence¹⁷⁴ (se considerarmos o valor impresso na página) ou um penny (se levarmos em conta, no exemplar a que tivemos acesso, ao preço rabiscado a lápis por cima do valor originalmente impresso) — indicam que possivelmente o material foi elaborado com o intuito de atingir grande público. Não há registro de data, mas as informações contidas no texto nos permitem estimar que a escrita foi feita entre a segunda quinzena de dezembro e o início de janeiro de 1945. O Comitê para Assuntos do Chipre era representante oficial na Grã-Bretanha do Partido Progressista do Povo Trabalhador (Anorthotikó Kómma Ergazómenou Laoú - AKEL), cujo objetivo principal em 1944 era defender a *Enosis* (a incorporação do Chipre — então uma colônia britânica — ao estado nacional grego)¹⁷⁵. Ressalte-se que o AKEL era uma organização autoproclamada marxista-leninista, pertencente, como o RCP, ao campo da esquerda radical.

A “nova ordem” de Churchill, indicada no título, seria o coroamento de estratégias geopolíticas anteriores à Segunda Guerra Mundial. O “drama grego”¹⁷⁶ é colocado como um sinal claro de que a Grã-Bretanha estaria substituindo os “altos ideais de 1940-

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² Ibidem.

¹⁷³ Ibidem.

¹⁷⁴ *Pence* é o plural de *penny*, que por sua vez é o centavo da libra esterlina.

¹⁷⁵ Yangou, Anastasia. *Cyprus in World War II: Politics and Conflict in the Eastern Mediterranean*. London: I. B. Tauris, 2020.

¹⁷⁶ Committee for Cyprus affairs. *Churchill’s “new order” in Greece*. Londres: Hermes Press, sd, p.2.

1942”¹⁷⁷ por “manobras sórdidas relacionadas ao equilíbrio de poder e ao imperialismo, envolvendo o apoio a elementos reacionários e sem representatividade [...]”¹⁷⁸. A questão deveria ser pensada dentro de um projeto de longa duração, no qual o Foreign Office britânico estaria

considerando a linha Ancara-Atenas como necessidade suprema para a segurança britânica no Mediterrâneo. Trata-se da cristalização da antiga e informal política do século XIX para os Balcãs e o Oriente Médio. A Turquia foi a primeira a assinar um acordo com a Grã-Bretanha nesta guerra — um apoio que permaneceu inoperante. Quando a Grécia entrou em guerra contra a Itália em outubro de 1940, os britânicos ocuparam Creta. Era uma base essencial. Agora que a política reacionária britânica olha [...] para os ascendentes movimentos populares nos Balcãs, ela quer se estabelecer firmemente na Grécia, custe o que custar, para salvaguardar seus interesses imperiais supostamente ameaçados.¹⁷⁹

Consequentemente:

Churchill está lutando uma guerra de intervenção, uma guerra de conquista. Os gregos a veem como uma guerra de libertação nacional. Se o ELAS decidir continuar com a luta, a Grã-Bretanha será envolvida em uma delongada guerra de guerrilha que não trará compensação alguma. E no final, se a política britânica for bem sucedida, o resultado será uma ditadura tirânica imposta ao povo grego e apoiada pelas forças armadas britânicas. É isso que o senhor Churchill deseja? Ele quer ver execrado o belo nome da Grã-Bretanha e ele mesmo equiparado a Hitler e Mussolini como uma imitação de César, impondo, ou tentando impor a Nova Ordem na Grécia?¹⁸⁰

Nesse sentido, a configuração de arquipélago da geografia grega — com portos naturais abundantes — chamava atenção para aqueles que trabalhavam em nome do poder britânico¹⁸¹. Os interesses estratégicos do Reino Unido desde o início foram discutidos na historiografia da guerra civil grega. Mesmo Woodhouse, inaugurador da vertente interpretativa ortodoxa, que lê as interferências britânica e americana na Grécia em chave positiva, assevera que Churchill incorporava a doutrina da supremacia britânica no Mediterrâneo¹⁸². Para esse autor, durante a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1942, o governo britânico tomou a maioria de suas decisões políticas levando em conta a necessidade de assegurar o Mediterrâneo oriental. Leften Stavrianos¹⁸³, precursor da historiografia revisionista, também destaca, de forma mais detalhada, os interesses

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ Ibidem, p.3.

¹⁸⁰ Ibidem, p.10.

¹⁸¹ Holland, Robert; Markides, Diana. *The British and the Hellenes: Struggles for Mastery in the Eastern Mediterranean, 1850-1960*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

¹⁸² Woodhouse, C. M. *The Struggle for Greece* (Locais do Kindle 3484). Hurst. Edição do Kindle.

¹⁸³ Stavrianos, Leften. *Greece: american dilemma and opportunity*. Chicago: H. Regnery, 1952.

estratégicos no Mediterrâneo, que ligava as ilhas britânicas ao Canal de Suez — a “veia jugular do Império”¹⁸⁴ — e, por conseguinte, às rotas marítimas mais eficientes para as colônias do subcontinente indiano.

A Grécia está no Mediterrâneo Oriental. As ilhas gregas são mais valiosas [...] pela sua localização do que por sua beleza. As Ilhas Iônicas guardam a entrada para o Adriático. As Ilhas do Egeu guardam os Estreitos vitais de Dardanelos e Bósforo. Creta está a meio do caminho entre o sul da Grécia continental e as costas setentrionais da África. Os portos e bases aéreas das ilhas e da península grega são vitais para a estratégia do Mediterrâneo, especialmente do Mediterrâneo Oriental.¹⁸⁵

A questão que se coloca é: por que, nas expressões críticas da opinião pública a respeito da intervenção na Grécia, a importância do território grego para a estratégia de preeminência do Império Britânico no Mediterrâneo aparece apenas nas manifestações ligadas à esquerda radical — o RCP e o Comitê para Assuntos Cipriotas? Ressaltemos que, no restante dos registros coligidos, as condenações se dirigem ao apoio britânico a um governo considerado reacionário e impopular, em detrimento de um movimento de libertação considerado legítimo; todavia, a necessidade britânica de presença na Grécia não é questionada — não há menção a respeito disso, seja de contrariedade ou apoio. Nessa esteira, também perguntamos: teria algum significado o fato de que, na conferência do Partido Trabalhista, a afirmação de Ernest Bevin — *o Império Britânico não pode abandonar sua posição no Mediterrâneo* — não foi contestada, em meio a uma discussão onde vários partícipes se colocavam energicamente contra a ação das tropas britânicas na Grécia? O *Daily Mirror*, em detalhada matéria de cobertura à conferência, cita verbatim esse trecho do discurso de Bevin, mas não há qualquer destaque ou problematização por parte do repórter ou dos editores. Quanto ao restante das fontes de imprensa que analisamos (com destaque para *The Times* e *The Daily Herald*, além do próprio *Mirror*), embora haja profusão de textos críticos, não há, nas reportagens e tampouco nos editoriais, considerações a respeito do contexto mais amplo que conectava o problema grego às necessidades imperiais britânicas. De maneira semelhante, no Parlamento, tentativas de se discutir essa questão não foram levadas adiante.

Por que, em diferentes esferas de discussão, a importância da Grécia para o Império Britânico ou não foi debatida ou — como foi o caso da Câmara dos Comuns — foi tratada de modo periférico em comparação a outras temáticas? Nosso fundo documental é evidentemente limitado; todavia, diferentes tipos de fontes — os debates

¹⁸⁴ Ibidem, p.93.

¹⁸⁵ Ibidem, p.93.

parlamentares, a transcrição da conferência do Partido Trabalhista e a imprensa (tanto nos sinais de descontentamento público que percebemos em suas páginas quanto o próprio tratamento conferido à crise grega) — têm em comum a exiguidade de referências acerca da questão estratégica. Isso nos habilita a supor que essa (quase) ausência não é fortuita. Como interpretá-la?

E. P. Thompson considera o conhecimento histórico necessariamente provisório, incompleto, seletivo e limitado às indagações feitas às evidências — que por sua vez são sempre incompletas e imperfeitas.¹⁸⁶ Carlo Ginzburg, no mesmo sentido, pontua que a História é conhecida de maneira indireta, indiciária, conjectural, a partir de resíduos e dados marginais que consideramos reveladores¹⁸⁷. Ao fim e ao cabo, esses dois historiadores alertam para a necessidade de se trabalhar com *lacunas*. No caso específico com o qual lidamos neste ponto da tese, levantamos a hipótese de que a escassez de referências acerca das conexões entre a Grécia e o Império Britânico pode constituir, em si mesma, informação relevante. Em comparação a análises baseadas no está de fato registrado na documentação, interpretar ausências é uma operação mais arriscada. Nesses casos, somos impelidos a nos apoiar mais em conjecturas e na nossa própria criatividade do que em lastro empírico, o que alarga as chances de chegarmos a inferências pouco rigorosas. Sem embargo, consideramos válida uma reflexão mais intuitiva, desde que se respeite as fontes e que haja cuidado para não distorcê-las.

Um indício para melhor pensarmos a escassez de menções e considerações a respeito da importância da Grécia para o Império Britânico está no panfleto *Let us face the future*¹⁸⁸, publicado pelo Partido Trabalhista em abril de 1945, nas preparações para as eleições gerais contra o Partido Conservador. A brochura explana todas as áreas da plataforma política proposta pelos Trabalhistas, e na seção dedicada aos assuntos exteriores, é proposto “um mundo de progresso e paz”¹⁸⁹, no qual o partido buscaria “a cooperação cordial entre os Domínios da Commonwealth Britânica, o avanço da Índia rumo ao auto governo responsável e o progresso planejado de nossas Dependências

¹⁸⁶ Thompson, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁸⁷ Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁸⁸ “Vamos encarar o futuro”.

¹⁸⁹ Labour Party. *Let us face the future: a declaration of Labour policy for the consideration of the nation*. Labour Party: London, 1945, p.11.

Coloniais”¹⁹⁰. Como atesta artigo acadêmico publicado em 1946¹⁹¹, *auto governo* [*self government*] significava, na época da fonte em questão, autonomia *de facto*, o que não implicava necessariamente um processo de independência e de rompimento de laços administrativos formais entre metrópole e colônias. Note-se também que a cooperação e entendimento mútuo seriam alcançadas por intermédio de *iniciativa britânica* — Londres reteria seu papel de liderança.

Não há dúvida de que o documento trabalhista apontava para a construção de uma nova ordem mundial, mais justa e igualitária. O bem-estar de cada nação dependeria, segundo o programa, de uma prosperidade em âmbito global — o que significaria, na prática, "alta produção e eficiência progressiva unidas a uma constante melhora nas condições de vida"¹⁹². O Reino Unido teria protagonismo na promoção desse mundo redimido:

os britânicos, ao mesmo tempo em colocam sua própria casa em ordem, devem desempenhar o papel de bravos e construtivos líderes nas questões internacionais. O Movimento Trabalhista Britânico aborda as tarefas de organização internacional com uma grande vantagem: o laço comum com as pessoas trabalhadoras de todos os países, que conquistaram nova dignidade e influência por intermédio de suas longas lutas contra a tirania nazista.¹⁹³

A preeminência em escala planetária seria mantida — ainda que baseada em novos princípios. Uma vez que os formuladores de política trabalhistas não eram ingênuos, o texto do panfleto reconhecia tacitamente que a Segunda Guerra Mundial havia legado ao mundo novas correlações de força: para assegurar que Alemanha e Japão continuassem desprovidos dos meios de fazer guerra, seria necessário "consolidar, em tempos de paz, a grande associação de guerra da Commonwealth britânica com os EUA e a URSS"¹⁹⁴. Estava implícito que, se era necessário aceitar parcerias com Washington e Moscou, isso não implicava de forma alguma que Londres deveria ser relegada a segundo plano. A pretendida continuidade do protagonismo britânico é reiterada no último parágrafo do panfleto:

¹⁹⁰ Ibidem.

¹⁹¹ Kamm, Josephine. Self-government in British dependent empire. *World Affairs*, Vol. 109, No. 4 (December, 1946), pp. 280-285. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20664367>. Acesso em 05 de setembro de 2020.

¹⁹² The Labour Party. *Let us face the future: a declaration of Labour policy for the consideration of the nation*. The Labour Party: London, 1945, p.11.

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ Ibidem.

Nos interesses da nação e do mundo, fazemos um apelo a todos os progressistas para que contribuam — como certamente podem — para que o próximo Governo não seja um Governo Conservador, mas sim um Governo Trabalhista que agirá com base nos princípios expostos na presente Declaração.¹⁹⁵

Ambiguidade seria uma definição pertinente para o que se depreende do texto. Advogar pelo auto governo dos povos implicaria, evidentemente, em realizar profundas mudanças no Império. Apegar-se à noção de liderança, por outro lado, era atitude tipicamente imperial. Vickers¹⁹⁶, em suas considerações a respeito das propostas de política exterior do Partido Trabalhista, ajuda a situar a contradição que detectamos na fonte. O autor lembra que o Partido Trabalhista buscava representar os trabalhadores daquela que costumava ser a potência mais poderosa do mundo — a primeira a se industrializar, a dona de leviatânico império. Ao mesmo tempo em que o trabalhismo se considerava internacionalista ao propor a solidariedade global entre as classes trabalhadoras, também viam a Grã-Bretanha e a si mesmos como líderes planetários. Ainda que muitos em suas fileiras pudessem considerar o império imoral, violento e opressivo, a economia britânica era baseada em exportações, o que fazia com que muitos trabalhadores tivessem interesse pragmático na manutenção do império e de seus mercados. Além disso, o Partido não era estranho à concepção dos britânicos como portadores de uma missão civilizatória a ser exercida em escala mundial.

A brochura foi publicada em abril de 1945. A 26 de julho daquele ano, o Partido Trabalhista foi consagrado vitorioso na eleição geral, tendo conquistado 393 assentos na Câmara dos Comuns contra 213 postos do Partido Conservador¹⁹⁷. O que nos interessa é o fato de que o eleitorado britânico conferiu vitória por larga margem a um programa que pregava a continuidade da preeminência mundial britânica (sobre bases renovadas, é verdade) e *não incluía* propostas inequívocas de desmantelamento do Império. Evidentemente, eleições são muito complexas, especialmente as relações entre os eleitores e seus candidatos e suas propostas. Os trabalhistas conquistaram 393 cadeiras nos Comuns; isso significa que candidatos do Partido Trabalhista foram os mais votados em 393 distritos, cada um com problemas, demandas e dinâmicas específicas. Portanto, qualquer generalização sem uma grande massa de informações específicas — das quais

¹⁹⁵ Ibidem, p.12.

¹⁹⁶ Vickers, Rhiannon. *The Labour Party and the World, volume 1: the evolution of Labour's Foreign Policy 1900-51*. Manchester: Manchester University Press, 2004.

¹⁹⁷ McCulloch, Gary. Labour, the Left, and the British General Election of 1945. *Journal of British Studies*, Vol. 24, No. 4 (Oct., 1985), pp. 465-489.

não dispomos — seria problemática. No entanto, devemos considerar que a eleição de 1945 foi o ponto culminante de um processo de crescimento do Partido, que vinha se desenhando, segundo análise de alguns historiadores¹⁹⁸, pelo menos desde início dos anos 1930. A vitória do Partido, portanto, longe de ser um ponto fora da curva, indica que os trabalhistas dispunham, cada vez mais, de apoio consistente. Tal ascenso não se constrói apenas por intermédio de estratégias e táticas eficientes — é necessário que parte considerável do eleitorado tenha identificação e aderência às propostas.

Se em julho de 1945 venceu um partido que não colocava o desmonte do Império em seu programa, isso pode significar que seus eleitores partilhavam da ambiguidade da organização, ou, no mínimo, que a falta dessa pauta não incomodou o suficiente para impedir a vitória. Nossos leitores não se surpreenderão com o fato de que a agenda do Partido Conservador para 1945 também não previa o fim do Império. Nesse sentido, o manifesto conservador assinado por Churchill é muito semelhante às diretrizes trabalhistas. “Nossa aliança com a Rússia e nossa íntima amizade com os EUA podem ser mantidas apenas se mostrarmos que nosso candor é equiparado por nossa força”¹⁹⁹, escreve o primeiro-ministro, exaltando a política externa de seu governo, em razão da qual “não existe país pequeno que não dê boas-vindas à nossa força”²⁰⁰. Na política internacional a ação seria feita “da forma mais próxima possível com todas as outras partes da Commonwealth Britânica e do Império”²⁰¹, e a responsabilidade do Partido Conservador para com as colônias seria “liderá-las rumo às instituições do auto governo”²⁰². O que diferencia o programa conservador ao trabalhista é a ausência, naquele, de compromissos para com a promoção da igualdade de direitos sociais.

A fim de melhor apreciar a sutileza dessas fontes, devemos fazer o esforço de colocar em suspenso nosso conhecimento retrospectivo do progressivo desmonte dos impérios coloniais europeus após a Segunda Guerra Mundial e do encolhimento das potências europeias diante da consolidação internacional dos EUA e da URSS. Por saber o desenrolar da História durante o restante do século XX, podemos ser levados a superlativizar os acenos ao auto governo e a uma relação mais equitativa, interpretando-

¹⁹⁸ McCulloch (*op. cit.*) oferece uma síntese dessas discussões.

¹⁹⁹ Conservative Party. *1945 Conservative Party General Election Manifesto: Winston Churchill's Declaration of Policy to the Electors*. Sp. Disponível em: <http://www.conservativemanifesto.com/1945/1945-conservative-manifesto.shtml>. Acesso em 20/12/2020.

²⁰⁰ *Ibidem*.

²⁰¹ *Ibidem*.

²⁰² *Ibidem*.

os como sinais claros de uma vontade de levar o princípio de autodeterminação dos povos às últimas consequências, de forma imediata. Tudo indica que não era esse o caso. É conhecida a declaração de Churchill segundo a qual ele não se tornara primeiro-ministro para administrar o desmonte do Império de Sua Majestade²⁰³; muito menos lembrada é a Carta de Liberdade para os Povos Coloniais elaborada pelo Partido Trabalhista em 1942: embora o documento clamasse por democracia nos territórios coloniais, no ano seguinte foi acrescentado um trecho pontuando que “por um tempo considerável no futuro esses povos não estarão prontos para o autogoverno”²⁰⁴. O historiador John Saville²⁰⁵ foi feliz ao considerar a percepção em relação ao Império e ao lugar que a Grã-Bretanha deveria ocupar no mundo um elemento de continuidade entre o governo trabalhista eleito em 1945 e seu antecessor conservador.

Voltaremos a essas questões em detalhe em outros momentos. O que importa agora é considerar o tom das propostas trabalhistas, publicadas em abril de 1945: se essa agenda — e reiteremos que o Partido Trabalhista estava em profundo contato com os movimentos populares organizados — fora capaz de vencer as eleições sem se comprometer propriamente com o fim do Império, é verossímil supor que se tratasse de uma posição aceitável para a maioria da população. Voltando às emissões da opinião pública de dezembro de 1944 com essa possibilidade em mente, podemos inferir o seguinte: as expressões de descontentamento que salientaram negativamente a condição subordinada da Grécia às necessidades do Império Britânico ficaram restritas às manifestações das esquerdas mais radicais porque o público, de maneira geral, ou não parecia enxergar o Império e a preponderância mundial do Reino Unido como algo intrinsecamente errado, ou era ambíguo diante dessa questão. Mesmo diante da notável radicalização da população rumo à esquerda, mesmo após a titânica luta contra os expansionismos de Alemanha, Itália e Japão, não há, na nossa documentação, sinais robustos de contestações radicais ao Império como um todo.

As fontes coligidas indicam que no Parlamento, nas ruas e nas organizações sindicais o governo britânico era criticado por macular seus valores basilares, por entrar em contradição com os princípios pelos quais entrou em choque com o Eixo, pela

²⁰³ Citado em: Smith, T. O. *Churchill, America and Vietnam, 1941-1945*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

²⁰⁴ Citado em: Wagg, Stephen. Calypso kings, dark destroyers: England–West Indies Test cricket and the English press, 1950–1984. In: Wagg, Stephen (org.). *Cricket and national identity in the Post Colonial age*. New York: Routledge, 2005, p.182.

²⁰⁵ Saville, John. *The politics of continuity*. London: Verso, 1993.

interferência nos assuntos internos de um país aliado, por apoiar um governo dito autoritário contra um movimento popular considerado legítimo. Nada disso é sinônimo de contestar a permanência de Atenas nas grandes estratégias de Londres. Mesmo o radical texto do Comitê para Assuntos Cipriotas, que explicita essa questão, não chega a propor a desconsideração das necessidades estratégicas britânicas, tampouco as qualifica como fundamentalmente deletérias ou moralmente malignas:

[...] assumindo que esses interesses [estratégicos] estivessem ameaçados, eles seriam melhor defendidos por uma Grécia ditatorialmente governada — uma ditadura baseada no poder britânico — ou por uma Grécia democrática, amigável e aliada. Esse é um ponto sobre o qual o governo britânico deveria ter ponderado.²⁰⁶

No debate de oito de dezembro na Câmara dos Comuns, o próprio Frederick Seymour-Cocks, defendendo sua proposta de emenda, menciona brevemente as necessidades estratégicas britânicas e se posiciona de forma muito semelhante ao Comitê para Assuntos Cipriotas:

[...] eu preferiria queimar esta minha mão direita até o pulso, deixando um toco escurecido e retorcido, a assinar uma ordem para o Exército Britânico atirar nos trabalhadores da Grécia. Às vezes escutamos algumas conversas a respeito da possibilidade de certas bases navais ou aéreas serem garantidas a nós pelo rei grego, ou pelo governo grego. Para a organização da [nossa] segurança futura, pode haver alguns arranjos desse tipo entre as Nações Unidas. Esses arranjos terão valor muito maior se forem não o presente ou o suborno de um ditador, mas um acordo com um povo livre. Eles certamente não valem o preço de derrubar patriotas gregos na cidade de Péricles.²⁰⁷

Reitere-se que a escassez de referências à inserção da Grécia no Império Britânico não implica necessariamente em apoio entusiástico ao Império. Talvez seja mais próximo da realidade inferir que a percepção de uma Grã-Bretanha proeminente, à frente de posses seculares, tão vastas que era sempre dia em algum lugar no Império, guiando gentes de todas as cores e crenças nos sendeiros da civilização, estivesse tão entranhada nas mentalidades dos homens e mulheres britânicos que era simplesmente aceita como um fato dado, perene — e, por isso mesmo, algo acerca de que não se dispensassem muitas energias reflexivas fora de quadrantes muitos específicos (*e.g.* algumas organizações de esquerda radical como as que citamos).

²⁰⁶ Committee for Cyprus affairs. *Churchill's "new order" in Greece*. Londres: Hermes Press, sd, p.3.

²⁰⁷ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.917.

As fontes também permitem levantar uma possibilidade suplementar: a de que a trajetória das relações entre Grã-Bretanha e Grécia e a participação desta na preservação dos interesses estratégicos daquela não fossem amplamente conhecidas pelo público para que constasse de maneira significativa nas fontes. Chegamos a essa inferência a partir da comparação entre as falas dos parlamentares em seus debates e a maneira como os cidadãos e suas organizações expressavam sua contrariedade à atuação das tropas britânicas. Nas discussões parlamentares, especialmente a de oito de dezembro, várias menções (ainda que breves) foram feitas à história da preeminência de Londres sobre Atenas. Na esmagadora maioria das vezes essas relações foram interpretadas como ligações de “amizade”, dando assim a impressão de equanimidade. Isso ficou claro no primeiro capítulo — basta lembrar a declaração de Frederick Seymour Cocks (a amizade histórica entre Inglaterra e Grécia estaria sob risco de rompimento porque a espada da liberdade teria se voltado contra seus próprios filhos) e a menção de Harold Nicolson à participação de Lord Byron na guerra de independência grega contra o Império Otomano durante os anos 1820. Por outro lado, não encontramos referências desse tipo nos registros de crítica que coligimos a partir dos jornais. Nas cartas de leitores, manifestações de rua e pronunciamentos sindicais, as recapitulações eram restritas à Segunda Guerra Mundial, ainda em curso, destacando-se que a Grécia fora ocupada pelo Eixo e que a EAM-ELAS havia sido aliada dos britânicos. Junto à aceitação tácita da verve imperial britânica e de sua preeminência global como algo praticamente naturalizado, o desconhecimento histórico, se de fato houve, poderia ter contribuído para que as críticas à intervenção não tenham feito problematizações de forma mais ampla.

Se a história da presença britânica na Grécia era pouco conhecida do público geral no Reino Unido, como as fontes parecem indicar, isso pode ter relação, em parte, com as próprias condições da Grécia perante o Império Britânico. Os homens dos círculos diplomáticos britânicos tinham como clara a influência britânica sobre o país helênico e a necessidade de manutenção dessa influência. Em seu livro, Woodhouse menciona uma conversa privada que travara com o Ministro de Estado Hector McNeil, na qual este teria descrito a Grécia como “um Egito sem um Cromer”²⁰⁸, em alusão a Lord Cromer, que governou *de facto* o Egito em 1879 — quando este não era uma colônia britânica, e sim, oficialmente, uma província do Império Otomano. Na minissérie documental em três partes produzidas por Jane Gabriel para o canal britânico Channel Four Television em

²⁰⁸ Woodhouse, *op. cit.* (Locais do Kindle 3486-3488).

1986, *Greece: the hidden war*, sir Edward Warner, que fora funcionário de alto escalão da embaixada do Reino Unido em Atenas em 1944, declara:

Eles [a EAM-ELAS] tinham interesse em se estabelecer de modo a ter a capacidade de conquistar o poder quando os alemães saíssem. O problema principal era que nós [britânicos] tínhamos um antigo interesse na Grécia como parte das linhas de comunicação do Mediterrâneo até a Índia, passando pelo Canal de Suez no Egito. Nós não queríamos ver a Grécia entregue numa bandeja para Stálin junto ao restante dos Bálcãs.²⁰⁹

Ao contrário da questão estratégica, fundamentalmente relacionada à posição e às características estratégicas na Grécia, os interesses econômicos no país eram muito menos importantes do ponto de vista britânico. É verdade que havia considerável investimento britânico na economia grega (as companhias que forneciam energia elétrica e administravam o transporte público de bondes em Atenas eram de propriedade britânica, por exemplo²¹⁰) e que a Grã-Bretanha era o maior credor do estado grego — situação que se originara durante a luta pela independência contra Constantinopla, e que não raro gerava preocupações em Londres, devido aos frequentes calotes por parte de sucessivos governos helênicos. Todavia, a Grécia não estava entre os maiores mercados para os produtos industrializados britânicos, e tampouco era fonte importante de matérias primas, sendo relegada à condição de parceira comercial de menor grandeza para o Reino Unido²¹¹. Ressalte-se também o fato de que a Grécia jamais fizera parte do Império Britânico oficial.

No início do capítulo seguinte voltaremos a esses pontos, recapitulando a história das relações entre Grã-Bretanha e Grécia e discutindo os problemas de conceituação da condição grega perante o Império Britânico. As breves informações adiantadas aqui dão verossimilhança à nossa inferência de que o histórico entre Londres e Atenas era pouco conhecido, e por isso foi raramente trazido à tona pela opinião pública. Sakkas²¹² traz algumas considerações que corroboram nossa hipótese depreendida das fontes. Segundo o autor, até meados de 1943 o processo da ocupação da Grécia chamou pouca atenção na Grã-Bretanha. Havia escassez de informações confiáveis, em grande parte provenientes

²⁰⁹ *Greece, the hidden war*. Direção de Jane Gabriel. Londres: Channel 4, 1986. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yehd3tVkJNI&t=202s>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

²¹⁰ McNeill, William H. *The greek dilemma*. New York: J. B. Lippincott, 1947.

²¹¹ Lykogiannis, Athanasios. *Britain and the greek economic crisis, 1944-1947: from Liberation to the Truman Doctrine*. Tese doutoral. London School of Economics and Political Science. University of London. 1999, 268pp.

²¹² Sakkas, John. *Britain and the greek civil war, 1944-1949: British imperialism, public opinion and the coming of the Cold War*. Berlim: Verlag, 2013.

de oficiais britânicos em campo, funcionários da Cruz Vermelha Internacional, alguns poucos jornalistas e refugiados. Além disso, o público britânico estava imerso em suas próprias agruras e em operações militares que se desenrolavam em vários fronts, e por isso a pequena nação helênica dos confins austrais da Europa foi relegada à periferia dos corações e mentes britânicos — mesmo no Parlamento a Grécia raramente fora mencionada antes de dezembro de 1944. Isso começou a mudar apenas a partir do segundo semestre de 1943, quando dos choques entre o ELAS e seus rivais e, no ano seguinte, do amotinamento das forças armadas gregas no Oriente Médio. Levando-se em consideração a entrada recente da Grécia nos debates públicos do Reino Unido, faz sentido supor que a maioria dos cidadãos dispunha de conhecimentos precários sobre as relações daquele país com o Império Britânico. Isso também explicaria, junto à aceitação da ideia do Império, a natureza mais imediata das manifestações de descontentamento quanto às ações das tropas de Sua Majestade contra a EAM-ELAS.

No início deste capítulo, destacamos a importância de se aferir possíveis efeitos políticos concretos desencadeados pela força da opinião pública. Esse será o tema do capítulo seguinte: como Churchill reagiu, na prática, às injunções da Câmara dos Comuns e das manifestações dos cidadãos britânicos à intervenção na Grécia.

CAPÍTULO TERCEIRO

“Não renunciaremos ao que nossas tropas conquistaram e podem conquistar”

Até aqui, temos visto como a intervenção na Grécia engendrou debates e manifestações de protesto — nas câmaras parlamentares, nas ruas, nos sindicatos e nas seções de correspondência dos jornais. As críticas às ações do governo de Sua Majestade no país dos helenos tinham evidente tenção de colocar a política britânica em rota alternativa. Este capítulo trata dos momentos finais da *Dekemvriana*, utilizando como ponto de partida a reação de Churchill a seus críticos na Câmara dos Comuns — reação que consideramos uma *concessão* — e a visita do primeiro-ministro a Atenas, no Natal de 1944, com o intuito de promover um possível armistício entre o Governo de Unidade Nacional e a EAM-ELAS.

As evidências mobilizadas neste capítulo sugerem que, diante das injunções sofridas na Câmara dos Comuns e dos claros sinais de descontentamento que surgiam dispersos pelo Reino Unido, Churchill abriu uma pequena brecha em sua posição beligerante e enviou à Grécia o ministro conservador Harold Macmillan, incumbindo-o de verificar se a diretriz de hostilidade total ao ELAS era de fato pertinente ou se outra vereda seria necessária. A partir dos relatos de Macmillan, que pouquíssimo tempo depois seriam corroborados pelas avaliações do marechal de campo Harold Alexander, o

primeiro-ministro acabou por aceitar o fato de que uma solução baseada exclusivamente no emprego de força militar não seria possível. Daí se decorre a viagem à Atenas e a busca por um acordo político com o intuito de abreviar o conflito.

Encerrando o capítulo, traremos a hipótese de que, em sua promoção da presença militar na Grécia, Churchill também teve de lidar com um medo, presente em outros membros do governo, diante do que era percebido como a possibilidade de amotinamento por parte dos soldados britânicos que receberam ordens de combater o ELAS.

Dessa forma, se o fio condutor do primeiro capítulo foram os debates parlamentares e se o segundo se organizou em torno das manifestações de descontentamento da opinião pública em relação à política britânica, esta seção da tese será guiada pela narrativa geral de como Churchill buscou assegurar alguma vantagem militar na Grécia¹. Dentre as injunções exercidas direta ou indiretamente sobre o primeiro-ministro, uma delas parece ter se sobreposto às outras e sido fundamental em sua decisão de revisar a postura demonstrada no começo de dezembro de 1944: as próprias dificuldades que emergiam do conflito travado em Atenas, indicando, como afirmavam Macmillan e Alexander, que mesmo assegurando controle da capital, a luta se espraiaria por toda a Grécia — situação com a qual os britânicos não conseguiriam lidar.

¹A figura de Churchill tem sido uma constante nestas páginas, e sua presença será acentuada neste capítulo. Por um lado, isso se deve ao fato de que o primeiro-ministro — dada a sua óbvia importância — é o indivíduo mais mencionado em nosso fundo documental. Por outro lado, a despeito de seu protagonismo quando da participação britânica na *Dekemvriana*, provavelmente estamos cometendo uma super-representação de sua pessoa e simplificando — mais do que o aceitável — processos muito intrincados. Até aqui procuramos mostrar como partes da sociedade britânica, os membros do Parlamento e o governo procuraram agir diante da questão grega, colocando em disputa propostas e concepções diversas. No entanto, nossa narrativa pode dar margem à impressão de que Churchill era o único membro do governo que tomava as decisões acerca da atuação das tropas britânicas contra o ELAS. A própria documentação que utilizamos para fundamentar a tese traz um alerta quanto a isso: Ernest Bevin declarou, como já mencionamos no capítulo anterior, que a intervenção na Grécia não foi uma decisão unilateral do primeiro-ministro, mas sim uma política elaborada a partir de debates no interior do Gabinete de Guerra — *i.e.* a cúpula executiva que então governava o Reino Unido. Os registros das discussões do Gabinete de Guerra podem fornecer nuances que nos permitam matizar as ações de Churchill, considerando-as dentro das discussões travadas com os demais ministros do governo. No entanto, essa documentação está disponível apenas em microfilme no acervo do Liddell Hart Military Archives da King's College London. O autor desta tese planejava se deslocar a Londres em 2020 para consultar os arquivos da King's College e apresentar outros ângulos de análise no texto do exame de qualificação, mas essa atividade teve de ser adiada diante da pandemia de COVID-19. Se a situação sanitária geral permitir a volta de viagens internacionais com alguma facilidade, pretendemos acessar esse material e estudá-lo a tempo de incluir os resultados no texto de defesa. Caso isso seja possível, nossa aposta é que a tese passará por algumas mudanças significativas — em especial o presente capítulo. Por ora, fazemos um apelo para que os leitores tomem o protagonismo de Winston Churchill com um grão de sal.

2. “Uma Grécia realmente independente é um absurdo”

Antes de adentrarmos a análise documental, é necessário, para maior compreensão das questões abordadas neste capítulo, fazer um resgate diacrônico das relações entre Grécia e Grã-Bretanha, a fim de entender em maior profundidade a postura de Churchill. Até aqui abordamos os motivos expressos pelo próprio primeiro-ministro nos debates parlamentares — motivos que podemos chamar de *conjunturais*: a necessidade de proteger o Governo de Unidade Nacional para defender a democracia e impedir que a Grécia caísse diante de um golpe comunista. No entanto, os motivos conjunturais estavam relacionados a uma necessidade de *longa duração*: assegurar a preeminência no Mediterrâneo Oriental para assegurar as posições estratégicas do Império Britânico. Isso fica evidente nas memórias de Churchill, ainda que ele não procure destacar essa questão.

Como visto no capítulo anterior, a Grécia jamais fizera parte do Império Britânico formal. Nunca fora colônia, domínio ou protetorado. Todavia, pontua Bernard Porter², embora o Império fosse a manifestação mais evidente do poder britânico, as colônias não eram os únicos espaços de predominância, uma vez que outros lugares, além dos limites imperiais oficiais, também podiam sofrer influência por parte dos mais poderosos grupos políticos, econômicos e militares britânicos. O Irã, por exemplo, nunca foi colônia, mas sofria mais injunções por parte de agentes britânicos do que a Nigéria, que integrava formalmente o Império. A fim de pensar a amplitude do alcance do leão, Porter opera com a pertinente ideia de *imperialismo/império informal*.

William Roger Louis³ trabalha de forma semelhante, definindo o império informal pela presença de comércio e de influência política, que se espraiaria do Vale do Nilo para o Rio Yangtzé (China) e para o Rio Prata, extrapolando em muito a representação formal clássica dos mapas-mundi imperiais que exibiam pintada em vermelho cerca de quarta parte da superfície terrestre. Ao contrário de “império”, “colônia”, “domínio” e outras definições para unidades administrativas oficiais, presentes na documentação do Império Britânico, o termo *império informal* não advém dos registros, mas sim de reflexões acadêmicas. Nesse sentido, Louis⁴ pontua que a ideia de império informal é uma questão

² Porter, Bernard. *The lion's share: a short history of British imperialism 1850-1995*. London: Longman, 1996.

³ Louis, William Roger. Introduction. In: Brown, Judith M.; Louis, William Roger. *The Oxford history of the British Empire: the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

⁴ Louis, William Roger. Foreword. In: Brown, Judith M.; Louis, William Roger. *The Oxford history of the British Empire: the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

interpretativa que varia, em termos de foco e nuances, de acordo com diferentes pesquisadores e perspectivas. No entanto, de modo geral, as questões essenciais permanecem as mesmas: poderia um país como o Irã ser incluído em uma análise do sistema britânico imperial devido à exploração de petróleo por companhias britânicas e por conta das gradações de controle político britânico? A ideia de império informal facilitaria a compreensão da complexidade do Império como um sistema mundial?

Dos trabalhos de Porter e Louis depreendem-se respostas positivas para essas questões, assim como para John Darwin⁵, que explica *império informal* como uma categoria utilizada para pensar áreas nas quais não tivesse havido anexação, por ela ser desnecessária ou impraticável, mas onde interesses comerciais e estratégicos fossem apoiados pela iniciativa privada britânica ou por uma errática combinação de diplomacia e força provenientes dos governos britânicos. Glen Balfour-Paul⁶ utiliza o termo ao analisar a influência do Reino Unido no Oriente Médio ao longo do século XX, afirmando que a ideia, embora pareça contraditória (uma vez que fazer parte do Império envolvia, oficialmente, anexação e total subordinação à Coroa de Londres), é útil para pensar de forma mais ampla os diversos modos e graus de influência impostos em diferentes territórios ao longo do tempo.

A nosso ver, o conceito de *império informal* útil para designar as relações estabelecidas entre Grã-Bretanha e Grécia entre os anos 1830 e a década de 1940. No entanto, é necessário cuidar para que a conceituação não leve a leituras mecanicistas. Ao considerarmos a Grécia parte do *império britânico informal*, não devemos enxergar nos gregos apenas as vítimas do imperialismo onipotente de Londres, aos quais se abririam apenas duas alternativas — submissão total ou total revolta, sem qualquer meio termo. Considerando as relações da Grã-Bretanha com suas colônias atlânticas durante o século XVIII, P. J. Marshall⁷, faz observações também válidas para nossa temática: embora a vantagem normalmente estivesse — de maneira muito explícita — do lado britânico, o sistema imperial não podia ser entendido simplesmente como uma correia de comando

⁵ Darwin, John. A third British Empire? The Dominion idea in imperial politics. In: Brown, Judith M.; Louis, William Roger. *The Oxford history of the British Empire: the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

⁶ Balfour-Paul, Glen. Britain's informal empire in the Middle East. In: Brown, Judith M.; Louis, William Roger. *The Oxford history of the British Empire: the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

⁷ Marshall, P. J. The First British Empire. In: Winks, Robin W (org.). *The Oxford History of the British Empire: Historiography*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

entre o lado britânico dirigente e o lado colonial que simplesmente obedecia ou desobedecia de forma claramente demarcada. Havia tentativas de influência, manipulação e concessões de ambos os “lados”. Isso é verdade também no caso grego, como tentaremos demonstrar. A maneira como os britânicos se envolveram na guerra de independência grega, durante os anos 1820, é um indicativo de como, ainda que a relação de forças pendesse para a Grã-Bretanha, o estabelecimento das relações entre britânicos e gregos foi de iniciativa desses últimos.

A maior parte dos territórios do que hoje é a Grécia moderna foi conquistada alguns anos após a tomada de Constantinopla em 1453 pelo sultão otomano Mehmet II, o Conquistador. Atenas foi capturada em 1458 e dois anos depois todo o Peloponeso estava sob o domínio da Sublime Porta. *Grosso modo*, de acordo com Stavrianos⁸, podemos dizer que existiam dois mundos gregos díspares no Império Otomano. Em Constantinopla⁹ se baseavam grupos minoritários — as ricas famílias mercantes conhecidas como fanariotas e o alto prelado da Igreja Ortodoxa — que comandavam a maior parte das atividades comerciais da península balcânica e ocupavam alguns dos mais altos postos da administração e da diplomacia otomana. Em contraste, havia o mundo camponês da grande maioria que vivia nas províncias gregas do Império, sob um sistema administrativo caótico que, se pouco fazia para tirar os camponeses gregos da miséria e do analfabetismo, não era centralizado o bastante para controlar seus súditos com afinco e consistência.

Foi desse mundo periférico, distante da suntuosidade dos patriarcas e negociantes constantinopolitanos, que viriam as primeiras iniciativas que resultariam na guerra de independência grega. Quem mais conseguia tirar proveito dessa relativa frouxidão administrativa não eram os camponeses, mas sim os comerciantes de Salônica, Patras e outros portos. Quando as guerras franco-britânicas (1756-1802) prejudicaram as operações dos mercadores ocidentais estabelecidos nessas regiões portuárias, os gregos nativos aproveitaram a oportunidade para ingressar paulatinamente nas atividades de exportações e importações entre o Império Otomano e os países da Europa Central. A economia grega também foi recebeu estímulo suplementar com os tratados russo-turcos de Kuchuk Kainarkji (1774) e Jassy (1792), estipulando que o Mar Negro e os estreitos

⁸ Stavrianos, Leften. *The Balkans since 1453*. New York: Reinhart & Company, 1958.

⁹ Constantinopla passou a se chamar oficialmente Istambul apenas em 1930, já na República Turca de Mustafá Kemal (Atatürk).

de Bósforo e Dardanelos deveriam ser abertos aos comércios russo e austríaco. Pelos termos dos acordos, os súditos gregos da Porta teriam a permissão para hastear a bandeira russa em seus navios, o que abriu novos campos para o comércio grego, cujos produtos (*e.g.* frutas, vinho, sabão, azeite de oliva) encontraram mercado receptivo nas províncias do sul da Rússia. Os helenos também lucravam fazendo serviços de frete para o comércio russo de trigo, e quando franceses e britânicos, beligerantes, acabaram por destruir suas respectivas marinhas mercantes no Mediterrâneo, os fretistas gregos ocuparam o vácuo e aumentaram exponencialmente sua frota naval.¹⁰

O renascimento comercial grego contribuiu para a criação de uma nova atmosfera intelectual que facilitou o surgimento das forças políticas que levariam ao levante de 1821¹¹. As novas relações comerciais levaram os mercadores e intelectuais gregos a entrar em contato com outros povos e culturas. O arejamento e a pluralização das perspectivas tornaram mais difícil aceitar um mundo povoado por oficiais otomanos, prelados ortodoxos e ineficientes e corruptos governantes locais. Paulatinamente, o jugo otomano deixou de ser visto como uma força inarredável e — não à toa — os mercadores seriam uma força fundamental na luta contra a Porta Otomana¹².

Enquanto os mercadores gregos se fortaleciam, tornava-se cada vez mais evidente o declínio do império de Constantinopla. Desse processo longo, não linear e multifacetado, cumpre destacar que a coesão dos domínios do sultanato era fundamentada em grande medida na aquisição militarista contínua de novos territórios, de sorte que o fim da expansão, no século XVII¹³, impactaria severamente as dinâmicas internas do império nos séculos seguintes.¹⁴ Parte dos exércitos foi desmobilizada e transformada em um grande contingente de desempregados. A disponibilidade fundiária encolhia e a população crescia, resultando no aumento do número de camponeses sem terra e conseqüentemente na eclosão de conflitos e das práticas de banditismo. Sucessivos sultões, providos de recursos cada vez menores, se viam às voltas com o agravamento da instabilidade social. As tentativas de recuperar a arrecadação por intermédio do aumento dos impostos e da intensificação da exploração do trabalho tornavam os conflitos mais

¹⁰ Stavrianos, *op. cit.*

¹¹ *Ibidem.*

¹² Clogg, Richard. *História concisa da Grécia*. São Paulo: Edipro, 2017.

¹³ O fracasso do cerco de Viena pelos otomanos, em 1683, é considerado um marco da decadência imperial. Cf. Alan Palmer (2013).

¹⁴ Lewis, Bernard. *A descoberta da Europa pelo Islã*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

intensos, gerando um ciclo vicioso¹⁵. Nas regiões gregas não foi diferente: os camponeses sofreram tanto com as novas taxas quanto com os métodos mais violentos utilizados pelos funcionários imperiais para arrecadá-las¹⁶. Os *klefts*¹⁷, bandidos das montanhas e das estradas longínquas que atacavam símbolos visíveis da autoridade otomana, como coletores de impostos (embora também agredissem súditos gregos), eram vistos na imaginação popular como defensores dos helenos oprimidos contra a *Tourkokratia*¹⁸.

Os governos centrais, incapazes de administrar satisfatoriamente esses conflitos, dispendo de tecnologia militar defasada, encontravam sua autoridade progressivamente minada pelos sucessivos episódios de indisciplina dos janízaros (a força combatente otomana de elite) e pelos governantes locais cada vez mais autônomos (alguns dos quais conseguiram instalar potentados relativamente independentes, agindo como senhores da guerra regionais)¹⁹. Vários desses governantes²⁰ procuraram estabelecer alianças com diversos governos e grupos privados europeus, buscando uma correlação de forças favorável para defender seus interesses frente ao sultanato. A degradação chegou a tal ponto que, no início do século XIX, embora o território imperial oficialmente se estendesse do Iêmen à Argélia, da Bósnia ao Cáucaso e da Eritreia²¹ a Basra²², Constantinopla conseguia se impor efetivamente apenas sobre as províncias centrais de Anatólia²³ e Rumélia²⁴. O restante dos domínios formais estava nas mãos de líderes locais e de seus exércitos privados²⁵.

Em meio a essa teia de processos, surgiam os dois primeiros movimentos nacionalistas nas terras do sultanato — protagonizados pelos sérvios e pelos gregos. Liderada em parte por uma elite inspirada pelo 1789 francês, a Revolução Sérvia eclodiu

¹⁵ Anderson, Perry. *Linhas do estado absolutista*. São Paulo: Editora da Unesp, 2016.

¹⁶ Stavrianos, *op. cit.*

¹⁷ *Klefts* (κλέφτες/kléftes) significa “ladrão”. Assim como os termos “cleptomania” e “cleptocracia”, advêm da raiz κλέπτειν/kléptein (“roubar”).

¹⁸ *Tourkokratia*/Τουρκοκρατία (turcocracia, ou domínio turco) é como os gregos costumam intitular o mando otomano sobre a Grécia. O termo também serve para referir ao período no qual a Grécia esteve sob domínio do Império Otomano.

¹⁹ Clogg, *op. cit.*

²⁰ *E.g.* Ali Paxá de Janina (1740-1822) e Mohamed Ali Paxá do Egito (1769-1849), considerado o fundador do Egito moderno.

²¹ No Chifre da África.

²² No atual Iraque.

²³ Anatólia (do grego antigo Ανατολή/Anatolḗ, que significa “leste”), ou Ásia Menor, compreende hoje a maior parte do território da Turquia moderna.

²⁴ Do turco otomano *Rûm-êli*, significa “terra dos romanos”. Era a porção do Império Otomano localizada nos Balcãs. Os territórios da Grécia moderna se localizam na antiga Rumélia otomana.

²⁵ Hanioglu, M. *Şükrü. A brief history of the late Ottoman Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

em 1804 na província otomana setentrional que fazia fronteira com o Império Habsburgo²⁶. O levante grego seria desencadeado cerca de dezessete anos depois. Segundo Clogg²⁷, as primeiras agitações começaram a se manifestar em fins do século XVIII, o que faria o movimento helênico o primeiro de seu gênero a se desenvolver na Europa do leste e pioneiro em um contexto não cristão.

O senso de nacionalidade que permitiria que a luta pela independência se espraiasse emanava principalmente de noções de pertencimento linguístico e religioso. Os gregos partilhavam de uma linguagem falada²⁸ marcadamente uniforme e de uma crença não acometida por disputas litúrgicas e doutrinárias graves. Também tinham em comum a consciência de seu status inferior em relação aos turcos muçulmanos dominantes. Enquanto não-islamitas, os gregos precisavam pagar o imposto conhecido como *harac*, recebendo em troca cartões de identidade que os discriminavam como infieis, além de taxas mais pesadas sobre rendas, uso de terras, empreendimentos comerciais e outras atividades profissionais. Ademais, a própria autonomia relativa conferida pelo sistema otomano contribuiu para o desenvolvimento do sentimento de nacionalidade sob a égide do Cristianismo Ortodoxo. Em termos administrativos, o domínio sobre os gregos era exercido por intermédio do Patriarcado ortodoxo de Constantinopla e dos bispos locais que eram essenciais na administração das vilas e cidades. A Igreja não apenas organizava casamentos, batismos, funerais, festas religiosas e feriados, como também mediava questões legais: em vez de comparecer perante as cortes turcas, os cristãos ortodoxos submetiam seus imbróglis ao arbítrio dos padres. A educação formal, ainda que muito rudimentar, era fornecida pelo clero. Lecionando os ritos, passagens da Bíblia, as vidas dos santos e os valores cristãos, os religiosos acabaram por ensinar que os gregos pertenciam a uma nação, uma nação escolhida, que um dia, pela vontade de Deus, superaria suas atribulações e recuperaria a santa Constantinopla. Quando o levante eclodiu, os líderes — mercadores e intelectuais — tomavam como

²⁶ Bataković, Dušan T. A Balkan-Style French Revolution? The 1804 Serbian Uprising in European Perspective. *Balkanica XXXVI: Annual of the Institute for Balkan Studies*. Belgrado, 2006, pp.113-129. Disponível em: http://www.balkaninstitut.com/pdf/izdanja/balkanica/Balkanica_XXXVI_2005.pdf.

²⁷ Clogg, *op. cit.*

²⁸ Essa linguagem — conhecida como *grego demótico* ou *moderno* — era bastante diferente do grego clássico.

inspiração o Iluminismo e imagens idealizadas da Antiguidade, mas os camponeses que aderiram à luta a interpretavam como uma guerra sagrada contra os muçulmanos²⁹.

A guerra pela independência foi liderada pela Philike Hetairia³⁰ (*Sociedade Amistosa*), uma organização fundada em 1814, em Odessa, por mercadores gregos inspirados pelo processo revolucionário francês. Em 1821, a Hetairia (encorajada pela revolta do governador albanês Ali Paxá contra a Sublime Porta) declarou a independência dos helenos. As campanhas iniciais foram isoladas e não coordenadas, devido ao pouco treinamento e falta de unidade entre os gregos e ao terreno montanhoso que compartimentalizava a região — o que foi desvantajoso também para as forças do sultão. Durante o primeiro ano, os gregos — perpetrando massacres em larga escala contra turcos não combatentes — ganharam o controle do Peloponeso e de numerosas ilhas no Egeu, incluindo centros navais importantes. Os otomanos se deram conta de que, por conta da geografia montanhosa, seria difícil planejar uma campanha para a reconquista dessas áreas. A aproximação marítima também estava fora de questão, já que a potente marinha mercante grega, armada com canhões, facilmente se sobreporia às defasadas embarcações do poder central.³¹

No verão de 1822, os revolucionários estenderam seu domínio ao norte do istmo de Corinto, capturando Missolonghi, Atenas e Tebas, além de consolidar sua posição no Peloponeso. Sem embargo, mais ao norte, os soldados do sultão Mahmut II conseguiram esmagar levantes em Tessália, Macedônia e Monte Atos. Os próximos três anos foram marcados pela falta de avanços significativos, tanto de um lado quando de outro. Os otomanos, ainda que decadentes, contavam com extensivo império de recursos consideráveis, mas não conseguiam aproveitá-los de forma efetiva. Os gregos, por conta de seus parques fundos e disputas internas, não conseguiam tirar maiores vantagens da ineficiência otomana.³² A reviravolta viria em 1825, quando Mahmut II convenceu o governador do Egito Muhammad Ali³³ a mandar soldados para solo grego, sob as

²⁹ Dakin, Douglas. The formation of the greek state, 1821-33. In: Clogg, Richard (org.). *The struggle for greek independence*. London: Palgrave Macmillan, 1973.

³⁰ Φιλική Εταιρεία.

³¹ Stavrianos, *op. cit.*

³² *Ibidem*.

³³ O Egito era província otomana desde a queda do sultanato mameluco perante os soldados de Constantinopla em 1517. No entanto, embora Muhammad Ali fosse formalmente subordinado ao sultão Mahmut II, na prática procurava exercer conduta autônoma, muitas vezes se aproximando mais das potências europeias (principalmente a França) do que do próprio governo otomano central (embora não fosse sua intenção romper definitivamente com o Império). Por isso, à época da independência grega, as relações entre Mahmut II e Muhammad Ali eram frágeis e tensas.

condições de que ele, Ali, recebesse o governo de Creta e seu filho Ibrahim se tornasse governador do Peloponeso. Dezesete mil soldados egípcios desembarcaram na Grécia e logo impuseram graves recuos aos mal treinados rebeldes gregos. Ao longo de dois anos, o Peloponeso foi reconquistado em nome de Constantinopla. Em junho de 1827, Atenas foi ocupada pelos egípcios³⁴.

Desde o início do levante, parcelas significativas do público europeu tomavam ciência e começavam a simpatizar com a causa grega, interpretada geralmente em termos binários como a luta de um povo cristão para libertar o berço da civilização europeia da opressão asiática dos bárbaros turcos muçulmanos. Todavia, boa parte dessa preocupação advinha de cidadãos e grupos privados. Grande expressão da atenção europeia durante os momentos iniciais da revolução helênica é a pintura a óleo do francês Delacroix representando o massacre de milhares de gregos (incluindo mulheres e crianças) por tropas otomanas na ilha de Quios em 1822. Quanto aos homens das letras que se engajaram na causa, os mais notáveis foram dois britânicos: Lord Byron e Percy Shelley. Filo-helenista declarado, Byron fora da Inglaterra até a Grécia e, armado, cerrou fileiras com os gregos para combater a *Tourkokratia*, morrendo de febre reumática em 1824 após participar da Batalha de Missolonghi. Em um de seus poemas, Byron brada:

As montanhas olham para Maratona —
E Maratona olha para o mar;
E lá meditando por um momento só,
Eu sonhei que a Grécia ainda poderia ser livre;
Porque, pisando no túmulo dos persas,
Não pude me considerar um escravo.³⁵

Os versos invocam uma mítica Grécia antiga que deveria ser redescoberta por intermédio de sua libertação do jugo de Constantinopla. Byron foi o mais famoso de muitos filo-helênicos britânicos e de outros países, idealistas e aventureiros, que buscavam prestar auxílio ao povo que consideravam fundador da civilização ocidental. Shelley, amigo de Byron e outro filo-heleno ilustre, versifica sentimentos semelhantes, eivados de idealismo, em seu *Hellas*³⁶, publicado em 1822 com o intuito de arrecadar recursos para a causa grega:

³⁴ Fahmy, Khaled. The era of Muhammad ‘Ali Pasha, 1805-1848. In: Daly, M. W. (org.): *The Cambridge history of Egypt, volume 2: from 1517 to the end of the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

³⁵ Byron, George Gordon Noel (Lord Byron). *The isles of Greece*. Disponível em <https://sites.udel.edu/britlitwiki/lord-byron/>. Acesso em 5 de janeiro de 2021.

³⁶ Interessante notar que *Hellas*, ou *Hélada*, o nome antigo para a Grécia, é muito próximo da forma como os gregos atualmente chamam a si mesmos (helenos) e sua nação (Ellada/Ελλάδα ou Hellas/Ελλάς), bem como do nome oficial do país: República Helênica (Helliniki Dimokratia/Ελληνική Δημοκρατία). Os

A grande era do mundo começa novamente,
Os anos dourados retornam,
A terra se renova como serpente
Suas gastas ervas invernais:
O Paraíso sorri, e fês e impérios reluzem
Tal qual destroços de um sonho que se desfaz.

Uma Hellas mais brilhante levanta suas montanhas
Das ondas serenas ao longe;
Um novo Peneus desagua suas fontes
Contra a estrela da manhã.³⁷

Além das iniciativas individuais de destaque, comitês de auxílio se estabeleceram em países como Rússia, Suíça, Espanha, França e vários estados germânicos, com o intuito de fornecer ajuda direta aos gregos — enviando dinheiro e suprimentos, organizando formas de socorro a refugiados e pressionando seus respectivos governos a intervir. Na Grã-Bretanha, formou-se em 1823 o Comitê Grego de Londres, composto por 85 membros, dos quais cerca de quarenta eram parlamentares pertencentes aos Whigs ou aos Radicais — partidos de oposição ao governo Tory de Robert Baking Jenkinson³⁸. Uma consideração detalhada da atuação desse grupo tornará claro um dos pontos iniciais das teias de relações que se estabeleceriam entre Reino Unido e Grécia.

Durante os primeiros momentos do levante de 1821, governos regionais foram estabelecidos em diversas áreas da Grécia Otomana e a situação assim se manteve até o estabelecimento, no início de 1822, de um governo central (não reconhecido por Constantinopla). Uma das primeiras preocupações do novo governo³⁹ era arrecadar fundos para a continuidade da guerra. Uma vez que doações individuais e contribuições feitas pelos comitês europeus ficavam muito aquém do necessário, a saída encontrada foi pleitear grandes empréstimos comerciais. Andreas Louriotis, agente governamental enviado à Europa em busca de recursos, percebeu, depois de visitas infrutíferas à Espanha e a Portugal, que a Grã-Bretanha seria o melhor lugar possível para procurar os recursos necessários. Devido a seu desenvolvimento industrial, os britânicos dispunham de capital excedente, de modo que havia, em Londres, grupos de comerciantes e negociantes em busca de novos alvos de investimento. Um dos destinos mais atrativos era o empréstimo

exônimos (tais como o português *Grécia* ou o inglês *Greece*) vem do latim *Graecia*, termo utilizado pelos antigos romanos para a região da atual Grécia (por motivos desconhecidos).

³⁷ Shelley, Percy. *Hellas*. Disponível em <https://www.poetryfoundation.org/poems/45121/hellas-chorus>. Acesso em 5 de janeiro de 2021.

³⁸ Brewer, David. *The greek war of Independence: the struggle for freedom from ottoman oppression*. New York: Overlook Press, 2011.

³⁹ Posteriormente, esse governo provisório passaria a ser conhecido como a Primeira República Helênica.

para governos estrangeiros, como os países recém independentes da América do Sul. Em março de 1822, o escritor filoelênico irlandês Edward Blaquiere entrou em contato com Louriótis e o apresentou aos membros do Comitê Grego de Londres, que decidiram enviar Blaquiere à Grécia, junto com Louriótis, para que eles avaliassem detalhadamente as necessidades do país e as capacidades de pagar eventuais empréstimos. O relatório emitido por Blaquiere no final do ano e dois livros publicados por ele em 1823 traziam descrições que mais tarde se provariam grossamente equivocadas: a Grécia, segundo ele, seria uma ótima oportunidade de investimentos, devido a um grande dinamismo comercial e a um manancial de recursos maior do que toda a América do Sul.⁴⁰

A 19 fevereiro de 1824, Louriotis e outro agente do governo grego, Iannis Orlandos, com a mediação do Comitê Grego de Londres, assinaram um acordo de empréstimo com o banco privado londrino Loughman, O'Brien, Ellis & Co. No dia seguinte, as ações do empréstimo foram colocadas à venda ao público. Nominalmente, tratava-se de um empréstimo de 800.000 libras esterlinas — tendo como garantia a soma dos recursos do nascente estado grego —, mas o banco ofereceu as ações com desconto de 41%. O governo grego, portanto, inicialmente teria acesso a 472.000 libras, o que ainda assim era uma soma gigantesca para os padrões gregos. Sobre essas 472.000 libras, o banco reteve, a título de taxas, 88.000 libras, e em seguida foram pagas aproximadamente 38.000 libras em comissões — incluindo 11.000 libras para John Bowring, secretário do Comitê Grego de Londres.⁴¹

Ao fim e ao cabo, o governo grego acessou menos de 350.000 libras, comprometendo-se a pagar o valor nominal total de 800.000 libras, sob o qual incidiriam juros de cinco por cento ao ano. Esse foi o começo das relações financeiras entre Grã-Bretanha e Grécia.

Do ponto de vista da diplomacia oficial e dos governos da Europa, o levante grego era pensado dentro do contexto do declínio do Império Otomano — o que gerava uma série de impasses estratégicos à época conhecidos em seu conjunto como *Questão Oriental*⁴². A degradação da Sublime Porta abria diversas possibilidades para as principais potências europeias, e britânicos, franceses, russos e austríacos tinham

⁴⁰ Brewer, *op. cit.*

⁴¹ Ibidem.

⁴² Clayton, Gerald David. *Britain and the eastern question: Missolonghi to Gallipoli*. London: University of London Press, 1971.

interesses colidentes nos domínios do sultanato. O problema pode ser sintetizado na seguinte questão: seria mais vantajoso o esfacelamento total do Império, estabelecendo-se condições para que as potências pudessem lançar empreendimentos de acordo com seus interesses, sob risco de custosos e destrutivos choques bélicos entre si, ou seria preferível que a autoridade otomana fosse mantida, para que os europeus continuassem a explorar suas fraquezas com mais vagar, lucrando menos, porém com menores riscos de uma guerra generalizada?

Predominavam nos cálculos das grandes potências os interesses estratégicos de explorar militarmente das rotas marítimas e terrestres do Mediterrâneo e do Oriente Próximo. No que concerne à Grã-Bretanha, sua presença no Mediterrâneo vinha emergindo desde o final do século XVIII, ainda que de forma tênue até os anos 1830⁴³. Na medida em França e Rússia se consolidavam como forças terrestres, deixavam pouco espaço para concorrentes. Durante a era napoleônica (1799-1815), o Reino Unido perdeu qualquer condição de estabelecer presença significativa no continente — é significativo que, dentre os aliados anti-napoleônicos, as forças britânicas não estivessem presentes quando o imperador russo Alexandre I e o rei da Prússia Frederico Guilherme III ocuparam Paris a 31 de março de 1814. Não obstante, as capacidades militares britânicas começavam a se destacar ao longo do Mediterrâneo, de sorte que os insucessos em assegurar preeminência em terra firme aos poucos eram compensados pela transformação gradativa do Mediterrâneo em um lago britânico, do qual a região oriental era particularmente importante por fornecer acesso rápido às colônias da Ásia⁴⁴.

Enquanto emergia o nacionalismo grego e se desenrolava a guerra pela independência, Londres tratava de assegurar, entre 1798 e 1833, o controle naval do Mediterrâneo Oriental, por intermédio principalmente da posse de Malta e das Ilhas Jônicas. Embora o status de potência marítima estivesse assegurado, interessava aos formuladores de estratégia britânicos evitar que qualquer outro país conquistasse demasiada influência no Império Otomano. Se França e Rússia, em busca do controle das rotas terrestres do Oriente Próximo, se tornassem efetivos mestres de Constantinopla, poderiam ocorrer drásticas alterações nas correlações de força do concerto europeu, desfavorecendo os britânicos, e o esfacelamento do sultanato facilitaria o caminho para

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Holland, Robert; Markides, Diana. *The British and the Hellenes: struggles for mastery in the Eastern Mediterranean 1850-1960*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

eventuais ataques às colônias na Ásia⁴⁵. Ademais, o Império Russo teria melhores condições de alcançar o Mediterrâneo, ameaçando a posição britânica.⁴⁶

A degeneração do Império Otomano era evidente em 1821, mas nenhum dos líderes das potências europeias podia propor uma solução satisfatória para o que se sucederia após a queda do sultanato. Mesmo uma eventual partilha do império entre as potências poderia levar a severas perturbações na balança de poder e desencadear uma guerra, de modo que a solução provisória aceita como razoável era manter a existência debilitada do Império. O levante grego, visto como processo passível de fazer a Questão Oriental sair de controle, foi inicialmente encarado com hostilidade nos meios diplomáticos europeus, e a Grã-Bretanha adotou a política oficial de neutralidade⁴⁷.

Em setembro de 1825, diante das sucessivas derrotas impostas pela invasão egípcia, uma delegação grega foi a Londres e entrou em contato com George Canning, ministro de relações exteriores do governo primeiro-ministro Tory Robert Jenkinson, e apresentou um Ato de Submissão que, segundo Brewer⁴⁸, era mais do que um pedido de ajuda. O documento — que fora apoiado por todas as lideranças da guerra e endossado pelo senado provisório — declarava: “Em virtude do presente ato, a nação grega coloca sua liberdade, independência e existência política sob a absoluta proteção da Grã-Bretanha”⁴⁹. Canning rejeitou a proposta, que entraria em contradição com a neutralidade oficial, mas se ofereceu para mediar quaisquer tentativas de entendimento entre a Grécia e o Império Otomano.⁵⁰

Assim como o pedido de auxílio financeiro feito junto ao Comitê Grego de Londres, o Ato de Submissão foi uma iniciativa grega, não britânica. Brewer destaca que a oferta de submissão aos britânicos não foi feita de forma leviana, mas sim com pesar. Adamantios Koraís, proeminente agitador nacionalista, alertava que a interferência de uma potência estrangeira na luta grega poderia levar a uma nova forma de dependência.⁵¹

Canning se preocupava com as possíveis reações da Rússia. Em si, uma eventual independência da Grécia não era vista como passível de destruir o Império Otomano;

⁴⁵ Ressalte-se que Napoleão invadiria o Egito em 1798 em parte com o intuito de acessar a Índia.

⁴⁶ Clayton, *op. cit.*

⁴⁷ *Ibidem.*

⁴⁸ Brewer, David. *The greek war of Independence: the struggle for freedom from ottoman oppression*. New York: Overlook Press, 2011.

⁴⁹ Citado em Brewer, *op. cit.*, sp (edição digital e-pub).

⁵⁰ Brewer, *op. cit.*

⁵¹ *Ibidem.*

porém, se os russos invadissem unilateralmente o Império Otomano para socorrer seus correligionários ortodoxos — e devido às aspirações de controlar as rotas marítimas do Mediterrâneo Oriental —, o esfacelamento da Sublime Porta se tornaria uma possibilidade.⁵² Todavia, o tsar Alexandre I, que procurava fazer da política externa russa um instrumento de poder pessoal, decidiu priorizar a preservação da estabilidade, e adotou uma política de exercer injunções constantes sobre Constantinopla, mas não a ponto de causar uma guerra.⁵³ Isso permitiu que britânicos e russos assinassem em 1826 o Protocolo de São Petersburgo determinando que os signatários buscariam agir como mediadores. No ano seguinte, em Londres, a França aderiu ao acordo; caso o sultão rejeitasse a mediação, as potências usariam a força para cessar as hostilidades⁵⁴.

Foi devido a esse acordo que, quando os militares egípcios tomaram Atenas, uma frota combinada de navios britânicos, franceses e russos chegou à Baía de Navarino, no Peloponeso. O sultão Mahmud II interpretou o movimento como mero blefe e não deu importância às tentativas europeias de mediação. O egípcio Muhammad Ali, por sua vez, sabia que seu exército não teria chances em um embate contra a frota europeia e mandou emissários do Cairo a Constantinopla para tentar convencer o sultão a aceitar negociar a independência grega. Irredutível, Mahmud ordenou a manutenção das operações. A 20 de outubro de 1827, as forças armadas europeias afundaram e incendiaram a maior parte dos navios otomanos e egípcios em Navarino. Como nem mesmo esse golpe demoveu o sultão de sua rota, Ali tomou a decisão de se render separadamente⁵⁵.

Navarino foi o ponto de viragem na revolução, a partir do qual os gregos tomaram a dianteira. Os debates diplomáticos deixaram de girar em torno da possibilidade da liberdade grega e passaram a se debruçar sobre uma nova pergunta: qual deveria ser a extensão dessa liberdade? Depois de numerosas discussões, o ajuste dessa questão foi resolvido em 1830 em uma conferência em Londres, envolvendo gregos, embaixadores otomanos e, no papel de mediadores, representantes britânicos, russos e franceses. Foi determinado que o moderno estado helênico seria estabelecido como monarquia constitucional independente sob a proteção de França, Grã-Bretanha e Rússia. O escolhido para assumir o título de Rei dos Helenos foi o príncipe Oto, da família

⁵² Clayton, *op. cit.*

⁵³ Brewer, *op. cit.*

⁵⁴ Clogg, *op. cit.*

⁵⁵ Fahmy, Khaled. The era of Muhammad ‘Ali Pasha, 1805-1848. In: Daly, M. W. (org.): *The Cambridge history of Egypt, volume 2: from 1517 to the end of the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Wittelsbach, filho mais jovem do rei da Bavária⁵⁶, considerado neutro por não estar diretamente relacionado às casas monárquicas que então governavam as potências⁵⁷.

Na conferência também foram discutidas as fronteiras do novo estado. Os britânicos, buscando evitar danos excessivos ao Império Otomano, tentaram restringir a Grécia ao Peloponeso e às Ilhas Cíclades, o que foi rejeitado pelos gregos. Em maio de 1832, termos satisfatórios foram estabelecidos, incluindo a extensão da fronteira ligeiramente para cima da linha Volos-Arta, ao norte — demarcação que compreendia menos de um terço da população helênica do Império Otomano. Em julho de 1832 a independência foi reconhecida pelo sultão, e a seis de fevereiro de 1833 Oto chegou a Atenas, inaugurando a existência da Grécia independente.⁵⁸ O nobre bávaro aceitou o trono e se comprometeu a colocar seu novo reino sob garantia das potências protetoras⁵⁹ em tratado que teve participação de Grã-Bretanha, França, Rússia e Bavária, mas nenhum representante grego — o que, para Clogg,⁶⁰ era sintomático na natureza frágil e dependente da moderna Grécia.

Fizemos essa breve narração da guerra de independência grega para mostrar que o processo de constituição do estado helênico também foi o processo de estabelecimento de relações de caráter muito desfavorável com a Grã-Bretanha — sem que isso signifique passividade por parte dos gregos. Foram estes, enfrentando grandes dificuldades no enfrentamento da força otomana, que tomaram a iniciativa de buscar auxílio financeiro e político britânico. Embora Rússia e França também comparecessem nos últimos três anos da guerra, ao longo do restante do século XIX o Reino Unido paulatinamente firmaria sua preeminência até se tornar a principal fonte de influência externa, como é sintomático na expressão do ministro britânico para a Grécia, *sir* Edmund Lyons, ao discutir as tensões entre a Grã-Bretanha e a Rússia em relação ao controle do Mediterrâneo, em 1841: “Uma Grécia realmente independente é um absurdo. A Grécia pode ser inglesa ou russa, e uma vez que ela não deve ser russa, é necessário que ela seja inglesa”⁶¹. C. M. Woodhouse caracterizou o poder britânico — considerado por ele “normalmente benevolente, embora

⁵⁶ Koliopoulos, John; Veremis, Thanos. *Modern Greece: a history since 1821*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

⁵⁷ Clogg, *op. cit.*

⁵⁸ Koliopoulos, Veremis, *op. cit.*

⁵⁹ Essa cláusula de garantia seria abolida apenas em 1923 (Clogg, *op. cit.*).

⁶⁰ *Op. cit.*

⁶¹ Citado em Clogg, *op. cit.*, p.65.

nem sempre sábio”⁶² — como multidimensional, abarcando diversas áreas da vida pública:

Até 1947 o governo britânico apontava e dispensava primeiros-ministros gregos com a mínima atenção a formalidades constitucionais. Experts britânicos ditavam a política econômica e financeira, a defesa e a política externa, a segurança e a política legal, a política de empregos e a política sindical.⁶³

Embora a síntese de Woodhouse seja claramente desprovida de nuance e tenha um tom quase caricatural, a documentação por ele apresentada indica que a liberdade de intromissão nos assuntos internos da Grécia era considerada pelos britânicos algo quase natural e esperado. O embaixador americano em Atenas durante a *Dekemvriana*, Lincoln MacVeagh, confirma essa mentalidade em carta pessoal enviada ao presidente Roosevelt, na qual comentou que os oficiais britânicos tratavam os gregos como se estes fossem "nativos sob o Raj"⁶⁴.

Ressalte-se também a dependência financeira iniciada com o empréstimo contraído junto ao Comitê Grego de Londres no início de 1824. Um segundo empréstimo teve de ser firmado no ano seguinte, junto ao banco Jacob and Samson Ricardo, dessa vez sem mediação do comitê. Do valor nominal de dois milhões de libras, os gregos acessaram, após descontos, comissões e taxas, apenas 566 mil. Em 1878, devido aos juros, a Grécia devia mais de dez milhões de libras⁶⁵ a instituições financeiras britânicas. Os empréstimos e o baixo desempenho da economia no decorrer do século XIX transformou a Grécia em um país cronicamente deficitário e dependente de capital estrangeiro. Quando algum débito precisava ser pago, a resposta costumeira de sucessivos governos era contrair novos empréstimos ou dar calote⁶⁶. Em 1893, o primeiro-ministro Charilaos Trikoupis declarou falência e a situação se agravou quatro anos depois, com a vitória otomana na Guerra Greco-Turca de 1897. Pelos termos do Tratado de Constantinopla, que oficialmente encerrou a guerra, o Império Otomano exigiu da Grécia uma reparação imediata de quatro milhões de liras otomanas. O governo de Alexandros Zaimis foi obrigado a pleitear novos empréstimos perante seus credores, que impuseram uma

⁶² Woodhouse, C. M. *The Struggle for Greece* (Locais do Kindle 3491-3492). Hurst. Edição do Kindle.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Citado em Iatrides, John. *The United States and Greece in the Twentieth Century*. In: Couloumbis, Theodore A.; Kariotis, Theodore; Bellou, Fotini (orgs.). *Greece in the Twentieth Century*. London: Frank Cass, 2004, p.73.

⁶⁵ Brewer, *op. cit.*

⁶⁶ Lykogiannis, Athanasios. *Britain and the greek economic crisis, 1944-1947: from Liberation to the Truman Doctrine*. Tese doutoral. London School of Economics and Political Science. University of London. 1999, 268pp.

comissão financeira internacional visando a supervisão das finanças gregas, oficialmente nomeada *Commission Internationale Financière de la Grèce* e composta por representantes de Grã-Bretanha — a protagonista dessa iniciativa⁶⁷ —, França, Áustria-Hungria, Alemanha, Rússia e Itália⁶⁸. Em fins de 1944 a Comissão ainda estava em atividade⁶⁹.

Assim como era a maior influência diplomática sobre a Grécia, o Reino Unido também era seu maior credor, de sorte que a preeminência sobre o pequeno estado helênico era fundamentalmente política e financeira. No entanto, é necessário destacar que, uma vez que a Grécia não era um mercado importante para manufaturados britânicos e tampouco manancial significativo de matérias primas, o país normalmente se tornava uma preocupação significativa em Londres apenas em ocasiões em que a correlação de forças no Mediterrâneo Oriental esteve ameaçada⁷⁰. As intervenções ostensivas do século XIX ocorreram com o intuito de manter o *status quo*: forças britânicas e francesas ocuparam o porto de Pireu entre 1854 e 1857 para dissuadir tentativas gregas de tirar proveito da situação delicada dos otomanos durante a Guerra da Crimeia; em 1886 foi imposto um bloqueio naval para impedir que a Grécia aproveitasse a anexação búlgara da Rumélia oriental para avançar sobre a Macedônia⁷¹. É significativo que durante as décadas de 1920 e 1930 os britânicos tenham expressado pouco interesse no pequeno país balcânico. Isso em grande medida se deve ao ocaso do Império Otomano e o advento da república turca moderna, que os estrategistas britânicos tenderam a priorizar com o intuito de manter o acesso aos estreitos de Bósforo e Dardanelos. A Grécia voltaria de forma significativa no planejamento de Londres apenas na Segunda Guerra Mundial, quando a invasão do Eixo evidenciou o risco de perda das rotas mediterrâneas⁷².

As relações estabelecidas entre Reino Unido e Grécia entre a década de 1820 e os anos 1940 podem ser sintetizadas pelo conceito de império informal proposto pelos autores que citamos no início deste tópico. Atenas jamais fora colônia, domínio ou protetorado britânico. Sequer foi um parceiro comercial digno de nota. No entanto,

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Sakkas, John. *Britain and the greek civil war, 1944-1949: British imperialism, public opinion and the coming of the Cold War*. Berlim: Verlag, 2013.

⁶⁹ Stavrianos, Leften. *Greece: american dilemma and opportunity*. Chicago: H. Regnery, 1952.

⁷⁰ Lykogiannis, *op. cit.*

⁷¹ Sakkas, *op. cit.*

⁷² Gerolymatos, André. *An international civil war: Greece, 1943-1949*. New Haven: Yale University Press, 2016.

sucessivos governos britânicos agiram para que a Grécia se conformasse às necessidades estratégicas de Londres no Mediterrâneo, intervindo diretamente quando a política externa grega era considerada passível de criar inconveniências para o Império Britânico. Ademais, a Grã-Bretanha foi uma fonte de empréstimos essencial para a manutenção mínima do estado grego. Quer geopoliticamente, quer financeiramente, a Grécia tinha pouca autonomia *de facto*. Na prática, estava sob a preeminência informal da Grã-Bretanha.

Winston Churchill defendeu a intervenção na Grécia como um procedimento para defender a democracia e derrotar o projeto de tomada de poder da EAM-ELAS. Não nos constam indícios de que essa argumentação tenha sido meramente retórica. Não obstante, é necessário pensar sua política também levando em conta o histórico do Império Britânico na Grécia e no Mediterrâneo. C. M. Woodhouse⁷³, como já mencionamos, considera o primeiro-ministro conservador um partidário da doutrina de supremacia britânica no Mediterrâneo e coloca essa questão como elemento motivador de seu afã de garantir preeminência na Grécia. As memórias de Churchill a respeito da Segunda Guerra Mundial corroboram a afirmação de Woodhouse, porquanto encontramos, nessa fonte, tanto a narrativa da defesa da democracia contra o comunismo quanto — ainda que de forma menos evidente — considerações estratégicas mais amplas.

Churchill reproduz documentos da época relatada, de modo a corroborar as teses apresentadas no texto memorialístico. Por isso, podemos constatar que a diplomacia britânica acompanhava com apreensão o motim das forças armadas gregas no Oriente Médio em abril de 1944, considerando a possibilidade de uma eventual radicalização que pudesse tirar o país da órbita britânica. Ao sétimo dia daquele mês o embaixador Leeper relatou ao Foreign Office: “O que está acontecendo aqui entre os gregos não é nada menos do que uma revolução”⁷⁴. No dia seguinte, quando a tripulação de um navio de guerra grego se recusou a acatar ordens de navegação, exigindo a formação de um governo incluindo representantes da EAM, Churchill telegrafou ao general Bernard Paget, que comandava as forças britânicas no Egito: “Não podemos tolerar revoluções políticas em formações militares estrangeiras pelas quais somos em última instância responsáveis”⁷⁵.

⁷³ Woodhouse, C. M. *The Struggle for Greece*. Hurst. Edição do Kindle.

⁷⁴ Churchill, Winston. *The Second World War, volume V: closing the ring*. Londres: Rosetta Books, 2009, p.656.

⁷⁵ *Ibidem*, p.658.

A quatro de maio, em mensagem a Anthony Eden, o primeiro-ministro asseverou que seria necessário lidar com questões que estariam surgindo “entre nós e o governo soviético”⁷⁶ em Itália, Iugoslávia, Bulgária, Romênia e “acima de tudo na Grécia”⁷⁷. Em nota subsequente, acrescentou: “[...] é evidente que estamos nos aproximando de um conflito com os russos a respeito de suas intrigas comunistas em Itália, Iugoslávia e Grécia [...]”⁷⁸. O governo soviético fora devidamente informado a respeito do motim e, lembra Churchill, criticou as ações britânicas. A cinco de maio o governo britânico emitiu um pedido formal por cooperação soviética na lida com o motim. Em resposta, ainda segundo o líder britânico, Moscou teria considerado “impróprio participar de pronunciamentos públicos a respeito de assuntos políticos na Grécia”⁷⁹. Na medida em que o Exército Vermelho colecionava vitórias ao longo de seu avanço pela Europa Oriental e Central, Churchill se convencia da urgência de “se chegar a um acordo político com os russos sobre essas regiões”⁸⁰.

A 18 de maio, o embaixador soviético em Londres entrou em contato com o Foreign Office para discutir uma sugestão geral feita pelo senhor Eden para que a URSS considerasse temporariamente as questões romenas como principalmente um assunto seu dentro das condições de guerra e deixasse a Grécia para nós. Os russos estavam preparados para aceitar isso, mas desejavam saber se nós tínhamos consultado os Estados Unidos. Se houvesse sido o caso, eles concordariam.⁸¹

Esses contatos iniciais culminaram no *acordo das porcentagens* firmado durante a chamada Conferência Tolstói entre Churchill e Stalin a nove de outubro de 1944. De acordo com seu próprio relato, o primeiro-ministro sabia que, diante dos avanços alcançados pelo Exército Vermelho na Romênia e na Bulgária nas semanas anteriores, as ambições soviéticas cresceriam no leste europeu e nos Balcãs, e esperava, no diálogo com Stalin, encontrar soluções satisfatórias para os interesses britânicos na região⁸². Na reunião, realizada em Moscou com a presença dos ministros de relações exteriores Anthony Eden e Viatcheslav Molotov, o líder britânico teria dito a Stalin:

Entremos em um acordo a respeito de nossos assuntos nos Balcãs. Seus exércitos estão na Romênia e na Bulgária. Nós temos interesses, missões e agentes lá. [...] No que diz respeito à Grã-Bretanha e à Rússia, como seria se você tivesse noventa por cento de predominância na

⁷⁶ Ibidem, p.668.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Ibidem, p657.

⁸⁰ Churchill, Winston. *The Second World War, volume VI: triumph and tragedy*. Londres: Rosetta Books, 2009, p.95.

⁸¹ Ibidem, p.96.

⁸² Ibidem, p.251.

Romênia, nós tivéssemos noventa por cento na Grécia, e partilhássemos meio a meio a Iugoslávia?⁸³

Churchill teria, em seguida, rascunhado em uma folha de papel a lista com as porcentagens de influências que Londres e Moscou exerceriam em cada país assim que a guerra terminasse:

	Grã-Bretanha	União Soviética
Romênia	10% (em conjunto aos demais Aliados)	90%
Grécia	90% (em concordância com os EUA)	10%
Iugoslávia	50%	50%
Hungria	50%	50%
Bulgária	25% (em conjunto aos demais Aliados)	75%

Com um lápis azul, Stalin teria rabiscado um visto de aprovação sobre a lista⁸⁴.

Não é possível, a partir dos escritos de Churchill e da documentação que ele escolheu reproduzir em suas memórias, aferir uma ideia clara do que realmente se esperava com as porcentagens. Em mensagem destinada a Stalin, datada de 11 de outubro e não enviada — mas reproduzida nas memórias “como um registro autêntico de meu pensamento”⁸⁵ —, o primeiro-ministro foi mais pormenorizado, mas a inexatidão permanece:

As porcentagens que eu escrevi não são mais do que um método pelo qual possamos aferir o quanto nossos pensamentos [de Churchill e Stalin] se aproximam, e então decidir quais são os passos necessários para um acordo completo. Como eu disse, elas [as porcentagens] seriam consideradas grosseiras, e até mesmo insensíveis, se expostas ao escrutínio das secretarias de relações exteriores e diplomatas do mundo. Não devem, portanto, ser a base para qualquer documento público, certamente não no presente momento. Elas podem ser, todavia, um bom guia para a condução dos nossos assuntos. Se formos bem sucedidos, talvez consigamos evitar várias guerras civis e muito derramamento de sangue e conflitos nos pequenos países envolvidos.⁸⁶

No dia seguinte, em telegrama aos ministros do Gabinete de Guerra, Churchill afirmou que o acordo de porcentagens não tinha “a intenção de prescrever números para

⁸³ Ibidem, p.273.

⁸⁴ Ibidem, p.274.

⁸⁵ Ibidem, p.278.

⁸⁶ Ibidem, pp.278/9.

diferentes países balcânicos”⁸⁷, mas sim servir de “guia”⁸⁸ para que os governos britânico e soviéticos possam “expressar seus interesses e sentimentos”⁸⁹ em relação àquela região do mundo. A julgar por essas missivas, o próprio primeiro-ministro não tinha noção muito elaborada de como poderiam ser feitas as divisões de acordo com as proporções acordadas. Ademais, a narração dá a impressão de que o caráter do acordo seria provisório. Churchill teria dito a Stalin, logo em seguida: “Isso [o acordo] não seria considerado bastante cínico, se ficasse a impressão de que lidamos com essas questões, tão decisivas para milhões de pessoas, de maneira tão improvisada? Vamos queimar esse papel”⁹⁰. O líder soviético teria respondido: “Não, guarde-o”⁹¹. Em seguida o primeiro-ministro teria dito: “É claro que [...] estávamos apenas lidando com arranjos para o imediato pós guerra”⁹². No entanto, outros documentos reproduzidos nas memórias deixam entrever algo oposto a um combinado de curta duração. A 11 de junho de 1944 Churchill comunicou o presidente Roosevelt a respeito das conversas travadas com Stalin sobre a Grécia: “perdemos 40 mil homens [...] ajudando a Grécia, [...] [e] também uma vasta massa de carregamentos marítimos e navios de guerra. [...] Esses foram duros golpes para nós na época”⁹³. Trazer à tona perdas anteriores não constitui argumento de caráter militar. Essas considerações se assemelham mais a algo que poderíamos chamar de *reivindicação de direito* — ou de *merecimento* — de acompanhar a política grega de perto e intervir quando considerado necessário. Questões extramilitares também ficam subentendidas em mensagem enviada por Churchill aos ministros do Gabinete de Guerra a 12 de outubro de 1944:

a Grã-Bretanha tem uma longa tradição de amizade com a Grécia, e um interesse direto, como potência no Mediterrâneo, em seu futuro. Nesta guerra, a Grã-Bretanha perdeu 30 mil homens ao tentar resistir à invasão alemã-italiana da Grécia, e deseja desempenhar um papel de liderança em guiar a Grécia para fora de seus presentes problemas, mantendo esse acordo próximo com os Estados Unidos que tem até agora caracterizado a política anglo-americana [...]. Aqui é entendido que a Grã-Bretanha tentará liderar no sentido militar e tentar ajudar o Governo Grego Real a se estabelecer em Atenas sobre uma base a mais ampla e unida possível.⁹⁴

⁸⁷ Ibidem, p.280.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem, p.274.

⁹¹ Ibidem.

⁹² Ibidem.

⁹³ Ibidem, p.100.

⁹⁴ Ibidem, p.281.

Desse trecho depreende-se que Churchill considerava haver na Grécia interesses que extrapolariam as necessidades mais imediatas da guerra que estava em curso. Tais interesses estariam diretamente relacionados à posição britânica no Mediterrâneo, que a menção a uma *longa tradição de amizade* recupera de forma idealizada. E o registro de um interesse direto da Grã-Bretanha — *enquanto potência mediterrânea* — no futuro grego entra em contradição com o caráter temporário que o primeiro-ministro tentara passar a respeito do acordo de porcentagens.

Se contrapormos a narrativa de Churchill a respeito de sua conversa com Stalin à minuta da conferência produzida para registro e arquivamento no Foreign Office, constatamos notável diferença de tom entre os dois relatos. Como visto, nas memórias do ex-primeiro-ministro consta apenas que ele teria proposto ao líder soviético que se dividissem alguns países dos Bálcãs segundo porcentagens que expressariam os interesses de Londres e Moscou naquela região. Os registros do Foreign Office trazem outros detalhes. O diálogo teria sido iniciado por Churchill, abordando a necessidade e a possibilidade de uma política em comum para a estabilização da Polônia e destacando que “havia dois países nos quais os britânicos tinham particular interesse, e um deles era a Grécia”⁹⁵. Ele não estaria muito preocupado com a Romênia, que considerava uma questão predominantemente russa — mas o mesmo não ocorria com a Grécia.

“A Grã-Bretanha deve ser a potência mediterrânea predominante”⁹⁶ — asseverou Churchill. Por conta disso, o primeiro-ministro esperava que Stalin concordasse em dar aos britânicos “primazia sobre a Grécia da mesma forma que o Marechal Stalin [teria primazia] sobre a Romênia”⁹⁷. Em resposta, Stalin disse compreender que os britânicos sofreram muito quando as comunicações do Mediterrâneo foram interrompidas pelos alemães e que a Grécia era importante para que a rota do Mediterrâneo permanecesse sob controle britânico⁹⁸.

É significativo que, em relação à Grécia, o relatório não menciona nada além da necessidade britânica de manter a preeminência no Mediterrâneo. É evidente que estratégias militares a curto prazo estavam em jogo — afinal, o teatro do Mediterrâneo na Segunda Guerra fora de particular importância para o Império Britânico. Mas o tom geral

⁹⁵ Record of Meeting at the Kremlin, Moscow, 9th October, 1944, at 10 P.M. In: Sircusa, Joseph M. The meaning of Tolstoty. *Diplomatic History* Vol. 3, No. 4 (FALL 1979), p.446.

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ Ibidem.

⁹⁸ Ibidem.

da conversa indica que os negociantes tinham em mente um escopo temporal mais amplo. Isso fica claro quando o diálogo deixa a Grécia para focar na Turquia: são discutidas novas rotas de navegação e a revisão de tratados comerciais considerados obsoletos. Portanto, a Conferência Tolstói era também um encontro de homens de estado que discutiam o futuro das potências que lideravam.

Tendo em mente a longa duração das relações estabelecidas entre Grã-Bretanha e Grécia desde a década de 1820, suas implicações para as necessidades estratégicas do Império Britânico e a forma como Churchill encarava essa questão, podemos entender de forma mais consistente porque o primeiro-ministro tanto insistia em conquistar vantagens militares sobre a EAM-ELAS, como veremos a seguir.

2. “Não há solução militar para o problema grego”

Já mencionamos que a cinco de dezembro de 1944 Churchill instruiu o general Scobie a agir “como se estivesse em uma cidade conquistada na qual houvesse uma rebelião local em andamento”⁹⁹ e “dominar Atenas [...] com derramamento de sangue, se necessário”¹⁰⁰. Não há, nessas ordens emitidas por telegrama, qualquer ambiguidade a respeito do que o primeiro-ministro pretendia: defender o Governo de Unidade Nacional e derrotar a EAM-ELAS de forma definitiva — sem espaço para qualquer tipo de conciliação. Uma vez que se trata de uma mensagem de caráter privado, podemos considerar a possibilidade de que seu conteúdo seja uma expressão mais fidedigna das intenções de Churchill do que seus pronunciamentos públicos, que, por sua própria natureza, certamente eram ponderados levando em conta a conjuntura política e as possíveis reações de seus ouvintes e interlocutores. Porém, devemos destacar que, no mesmo dia em que enviou o comunicado a Scobie, Churchill participou das discussões na Câmara dos Comuns, defendendo sua linha da seguinte maneira:

Nossa posição [...] é extremamente clara. Quer o povo grego estabeleça uma monarquia ou uma república, tal decisão cabe a eles; quer eles tenham um governo de esquerda ou de direita é uma decisão que cabe a eles. Porém, até que eles estejam em posição de decidir, nós não hesitaremos em usar o [...] exército britânico [...] para que a lei e a ordem sejam mantidas. Acreditamos que, deste modo, o Governo de Sua Majestade tem o apoio da esmagadora maioria do povo grego. Sua necessidade clara é a de receber auxílio para suas carências imediatas, e condições que lhes permitam a chance de ganhar a vida. Pretendemos

⁹⁹ Foreign Office. *From Foreign Office to Athens, 5th December 1944*. FO 954-11B, p.329.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

ajudá-los nessas duas questões [...]; mas nós não podemos fazer isso [prestar auxílio] se as metralhadoras que foram fornecidas [pelos britânicos] para uso contra os alemães agora estão sendo usadas em uma tentativa de impor uma ditadura comunista sem que o povo consiga expressar seus desejos.¹⁰¹

Em seguida, o trabalhista Frederick Pethick-Lawrence indagou a Churchill se ele daria garantias de que, “no que diz respeito ao governo britânico, qualquer apoio que forneçamos ao governo da Grécia seja acompanhado por recomendações para que o governo grego adote, no futuro, uma atitude conciliatória”¹⁰². O primeiro-ministro respondeu: “sim, certamente, uma política conciliatória, mas isso não deve incluir fugir ou abaixar a cabeça diante da ameaça de revolução armada e violência”¹⁰³.

Ou seja: Churchill deixou muito claro — tanto em privado quanto nos debates públicos — que qualquer negociação entre as partes em conflito seria possível apenas quando a suposta ameaça de tomada revolucionária do poder estivesse devidamente extinta. Embora o tom da participação nos Comuns seja bem menos agressivo do que o telegrama enviado para Scobie, ao fim e ao cabo a proposta é a mesma: neutralizar o ELAS antes de qualquer outra medida. No debate de oito de dezembro, como sabemos, Churchill manteve sua posição; naquele mesmo dia, ao comentar, em nova mensagem a Scobie, rumores de que a cúpula da EAM estaria disposta a uma trégua, reiterou seus objetivos de forma muito clara:

Esta noite, na imprensa, há muitos comentários a respeito de uma oferta de paz do ELAS. Naturalmente ficaríamos felizes em resolver esse assunto, mas você deve deixar claro que [...] nós não renunciaremos, por bondade, do que nossas tropas conquistaram e podem conquistar. Parece-me que qualquer coisa menos satisfatória do que os termos acordados antes da revolta [i.e. o Acordo de Caserta] não deve ser aceita. Também é difícil conceber como os líderes da EAM, com suas mãos úmidas de sangue grego e britânico, retomariam seus postos no Gabinete. [...] O objetivo claro é derrotar a EAM. O encerramento da luta deve ser condicionado a isso. Estou ordenando grandes reforços para Atenas [...]. Agora precisamos de firmeza e sobriedade, e não de abraços afoitos enquanto o verdadeiro conflito ainda não acabou.¹⁰⁴

Não obstante, alguns dias depois — na véspera de Natal —, o primeiro-ministro e o Secretário de Relações Exteriores Eden viajaram até Atenas com o intuito de participar de uma conferência que seria realizada entre representantes do Governo de Unidade Nacional e da EAM-ELAS. Churchill e Eden pretendiam argumentar a favor da

¹⁰¹ Hansard. House of Commons. *Greece (Disturbances, Athens)*. 05 December 1944, Volume 406, c.358.

¹⁰² *Ibidem*, c.360.

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ Foreign Office. *From Foreign Office to Athens, n°401, 9th December 1944*. FO-954-11B, p.336.

substituição do rei George II por um regente escolhido devido ao bom trânsito entre as direitas e as esquerdas: o popular arcebispo ortodoxo Damaskinos Papandreou. Esperava-se, com esse movimento, fazer com que o governo grego e os guerrilheiros comunistas cessassem as hostilidades. Fica claro, portanto, que em um espaço de poucos dias houve uma alteração considerável no posicionamento de Churchill. Se no começo do mês seu objetivo era a neutralização da EAM-ELAS — quase a qualquer custo —, menos de vinte dias depois, buscava um resultado menos radical. Um acordo.

O que teria mudado no decorrer desse curto período?

No debate de oito de dezembro, os trabalhistas, em contraste à beligerância do primeiro-ministro e seus apoiadores, faziam proposições conciliatórias, antecipando a política oficial que seria sintetizada na conferência do Partido Trabalhista na semana seguinte. Harold Nicolson, representante do distrito de West Leiceister, Inglaterra, afirmou:

A importância do Mediterrâneo para o Império Britânico, considerada incontornável por Ernest Bevin e destacada nos textos de militância do RCP e do Comitê para Assuntos Cipriotas como a motivação para as práticas imperialistas da Grã-Bretanha na Grécia, está relacionada ao que P. J. Marshall¹⁰⁵ considera a característica definidora do chamado Segundo Império Britânico¹⁰⁶: seu caráter fundamentalmente asiático, devido à importância conferida por mercadores e políticos britânicos às potencialidades das posses na África e na Ásia. O foco nas colônias a Leste trouxe a primeiro plano, a partir do início do século XIX, a necessidade de rotas de comunicação e defesa eficientes e

¹⁰⁵ Marshall, P. J. The First British Empire. In: Winks, Robin W (org.). *The Oxford History of the British Empire: Historiography*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

¹⁰⁶ O termo *Segundo Império Britânico* é uma conceituação historiográfica. Segundo Marshall (*op. cit.*), já no início do século XIX começou a se desenvolver, entre os historiadores, a tradição de dividir a história imperial britânica em duas fases: um *Primeiro/Velho Império* teria sido sucedido por um *Segundo/Novo Império*. O primeiro Império Britânico seria fundamentalmente um sistema Atlântico, constituído principalmente em torno das relações entre a Grã-Bretanha e suas colônias na América do Norte e nas Índias Ocidentais, e baseado em regulações e intercâmbios comerciais. Nessa perspectiva, a trajetória do velho império tendia a ser identificada *grosso modo* com o período entre o Ato de Navegação de 1651 e a perda das Treze Colônias em 1783. A partir de então, mercadores e políticos britânicos teriam passado a dar prioridade cada vez maior às potencialidades da África e da Ásia, constituindo, ao longo do século XIX, um *novo/segundo império*.

seguras entre as ilhas britânicas e a Índia, para o que o antigo *Mare Nostrum* romano era essencial¹⁰⁷ — especialmente suas regiões orientais¹⁰⁸.

Acredito que se o governo — e eu espero que ele o faça — mandar um ministro civil de alta estima [...] para bater em todas as suas cabeças [das partes beligerantes] e dizer, “Calem a boca, parem de brigar”, [...] [a paz poderá ser alcançada].¹⁰⁹

Mais adiante, Arthur Greenwood retomou a ideia:

Não me parece praticável [...] deixar as coisas como estão. Há uma responsabilidade por parte do Governo de Sua Majestade em reunir todos esses setores de opinião [na Grécia] com o intuito de honrar um entendimento em direção ao desarmamento de todas as partes. [...] Esse é um trabalho para ser executado lá; obviamente não pode ser manejado desde Whitehall.¹¹⁰

Não houve, no debate, resposta à proposta feita por Nicolson e Greenwood. Entretanto, a edição de 11 de dezembro do *Times* noticiou que o governo estaria “agindo rapidamente”¹¹¹ para enviar um ministro do gabinete a Atenas, a partir da sugestão “feita por vários membros do parlamento durante o debate de sexta-feira”¹¹². O registro da discussão mostra apenas Nicolson e Greenwood pedindo para que um membro do governo verifique o conflito grego *in loco*, o que nos leva a crer que o correspondente tenha ou exagerado sua descrição ou presenciado, na Câmara, conversas paralelas que não foram transcritas; de qualquer modo, o que interessa é a afirmação de que o Gabinete de Guerra se sentiu compelido a atacar a solicitação feita nos Comuns. O conservador Harold Macmillan foi o homem escolhido para a tarefa. Então atuando como Ministro Residente no Quartel-General do Mediterrâneo em Roma, Macmillan estivera na Grã-Bretanha nos dias anteriores à publicação da reportagem, e seria enviado a Atenas tão logo fosse possível. Segundo o jornalista do *Times*, sua tarefa seria “buscar colocar um fim à trágica luta e ajudar, da forma que puder, a unir todos os partidos em um governo que possa administrar o país até que as eleições possam ocorrer”¹¹³. Ao destacar os motivos para a escolha de MacMillan, o correspondente sugere que o governo estaria, de fato, procurando demonstrar atitude mais conciliatória:

¹⁰⁷ Burroughs, Peter. Defence and imperial disunity. In: Porter, Andrew (org.). *The Oxford History of the British Empire: the nineteenth century*. New York: Oxford University Press, 2009.

¹⁰⁸ Holland, Robert. *Blue-water empire: the British and the Mediterranean since 1800*. Londres: Penguin, 2013.

¹⁰⁹ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.988.

¹¹⁰ *Ibidem*, c.997.

¹¹¹ Cabinet Minister for Athens. *The Times*. Londres, 11 de dezembro de 1944, p.4.

¹¹² *Ibidem*.

¹¹³ *Ibidem*.

Outros ministros foram considerados para a tarefa, mas o Governo escolheu o senhor Macmillan, um homem de energia e imaginação, cujas habilidades de negociação foram provadas em inúmeros casos espinhosos em Argel e Roma; outra vantagem é a sua longa experiência trabalhando com autoridades militares.¹¹⁴

Levando-se em conta o fato de que apenas cinco dias antes da reportagem ser redigida o general Scobie recebia orientações para dominar Atenas por todos os meios necessários (tomando os devidos cuidados para que civis não fossem feridos), é plausível a interpretação do jornal segundo a qual o envio de um homem do governo para a capital grega estaria relacionado à pressão exercida no Parlamento. Com base no que foi discutido até aqui, consideramos provável que o descontentamento público — cujos sinais foram mencionados no debate de oito de dezembro — e o grande número de abstenções quando da votação da emenda crítica à intervenção (*i.e.*, não havia apoio acachapante às ações das tropas britânicas) tenham influenciado Churchill a fazer um aceno à Câmara dos Comuns e acatar a sugestão dos parlamentares trabalhistas. Nas memórias do primeiro-ministro a respeito dos últimos dias de 1944, lemos simplesmente que Harold Macmillan havia desembarcado em Atenas a 10 de dezembro¹¹⁵. Não há qualquer menção às injunções que levantamos como possíveis causas para a missão atribuída a Macmillan. Tal laconismo não surpreende, levando-se em conta que as memórias são eivadas de um tom autocongratatório de quem julgava estar no lado vencedor — e correto — da História, de sorte que dificilmente o primeiro-ministro admitiria, em documento dessa natureza, que teria feito algo por se sentir acuado. Portanto, não consideramos a ausência de referências nesse sentido nos escritos de Churchill um elemento que enfraqueça nossa hipótese.

Por outro lado, se nossa suposição estiver correta e o descontentamento popular de fato foi uma causa para a mudança de atitude por parte do governo, certamente não foi a única, ou mesmo a mais importante. Prost¹¹⁶ assevera que os acontecimentos históricos não se desenrolam por motivos isolados; por isso, a explicação histórica deve, tanto quando possível, desenredar os emaranhados de motivos múltiplos. As fontes que mobilizaremos a seguir trazem fortes indícios de que a situação se complicava do ponto de vista militar, e permitem levantar a hipótese de que isso também teria levado Churchill a incumbir Macmillan de averiguar a situação. No mesmo dia em que o *Times* anunciou

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ Churchill, Winston. *The Second World War, volume VI: triumph and tragedy*. Londres: Rosetta Books, 2009.

¹¹⁶ Prost, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

a missão do ministro, o embaixador americano em Atenas, Lincoln MacVeagh, enviou mensagem ao Secretário de Estado Edward Stettinius, em Washington. Sua avaliação da posição das tropas britânicas não era boa:

A cada dia fica mais claro que as forças sob o comando de Scobie aqui são insuficientes para assegurar a defesa de uma cidade deste tamanho em conjunto com o Pireu, o campo aéreo de Kalamaki e as estradas entre esses três lugares contra forças de guerrilha cujo total estimado pelos próprios britânicos está na casa dos 25.000. Batalhas selvagens continuam em muitas partes de Atenas e seus subúrbios hoje. Enquanto isso, o ELAS, que até agora tem dependido em grande parte de suas reservas civis de aproximadamente 10.000 [homens] na cidade agora recebe reforços de tropas bem equipadas de fora [de Atenas] [...].¹¹⁷

A edição de 12 de dezembro do *Times*, noticiando que as tropas britânicas receberiam reforços, traz uma descrição igualmente desanimadora para o governo em Londres:

Morteiros caíam nas ruas, dando início a sérios tiroteios. Barricadas de arame farpado foram erguidas em várias ruas, e hoje o tráfego civil foi reduzido. Homens e mulheres continuavam suas atividades diárias, no entanto, meio a todos os tipos de destruição. Chegam relatos de que forças do ELAS estão demolindo edifícios para formar pontos de defesa. Sua força dentro da cidade é estimada em algo entre 10 mil e 15 mil [homens]. Aproximadamente o mesmo número se encontra nos entornos de Atenas, em vantagem.¹¹⁸

No mesmo dia, o *Daily Herald* noticiou que o Marechal de Campo Harold Alexander, Supremo Comandante Aliado no Mediterrâneo, instruído por Churchill a empreender esforços para encerrar a luta tão logo fosse possível, acompanharia Macmillan em sua viagem a Atenas. Ambos iriam "se reportar o mais rápido possível ao Gabinete de Guerra quanto aos meios de colocar um fim à crise"¹¹⁹. No dia anterior, o general Scobie emitira comunicado declarando que

algum progresso havia sido feito em Pireu, mas, de maneira geral, a situação não se alterou. Cada vez mais forças rebeldes estão se infiltrando naquelas partes de Atenas e seus subúrbios nas quais nossas tropas ainda não conseguiram alcançar.¹²⁰

Além disso, continua o *Herald*, informes vindos de Salônica afirmavam que a EAM detinha a cidade sob seu completo controle, "e que os britânicos estavam lidando

¹¹⁷ Diplomatic Papers. 868.00/12-1144: Telegram [Document 153]. *The Ambassador in Greece (MacVeagh) to the Secretary of State Athens, December 11, 1944—3 p.m.* [Received 9:15 p.m.]. In: Foreign Relation of the United States, volume V. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1944v05>.

¹¹⁸ More troops for Athens. *The Times*. Londres, 12 de dezembro de 1944, p.4.

¹¹⁹ Alexander sent to end Athens Battle quickly. *The Daily Herald*. Londres, 12 de dezembro de 1944, p.1.

¹²⁰ Ibidem.

com o fato de ela [a EAM] ser a única autoridade, [enquanto] representantes do governo de Atenas [o Governo de Unidade Nacional] não têm poder efetivo”¹²¹. Tais notícias são indícios de que a subjugação da EAM-ELAS pretendida por Churchill se mostrava, no mínimo, difícil. O *Times* de 12 de dezembro, sob a chamada "Feroz luta nas ruas"¹²², reporta que, no dia anterior, o combate em Atenas "atingira o auge"¹²³ e "reforços foram chamados de ambos os lados"¹²⁴. A situação na capital foi descrita como "nem agradável nem fácil"¹²⁵, enquanto os ataques empreendidos pelos homens do ELAS estariam se tornando "mais concentrados e muito mais bem organizados"¹²⁶. Naquela manhã, “mais de uma dúzia de explosivos foram lançados nas proximidades do QG britânico. Aparentemente o ELAS teve acesso a mais armamentos pesados [...]” No nordeste de Atenas, a Brigada da Montanha conquistara algum território, e as tropas britânicas conseguiram avançar no controle do Pireu; nas outras regiões da área metropolitana, todavia, "nós recuamos ou mantivemos nossas posições diante de ataques fortes e determinados, nos quais uma ampla variedade de armas foi usada"¹²⁷.

Enquanto a violência continuava a dominar as ruas, Miltiades Porfirogenis — um dos ministros da EAM que abdicaram de seus cargos no governo de Papandreou¹²⁸ — foi até o general Scobie, na condição de emissário da organização, e perguntou se um acordo era possível. O encontro, na opinião do correspondente do jornal, podia ser interpretado como "um lembrete de que a trágica luta entre aliados — e entre aliados que são amigos, como o são britânicos e gregos — é repudiado pelos gregos tanto quanto pelos britânicos"¹²⁹.

Com a aprovação do governo em Londres e supervisão do Marechal de Campo Alexander e do ministro Macmillan (que já se encontravam na Grécia), Scobie apresentou um texto com as exigências e propostas britânicas:

A pedido do senhor Porfirogenis, ele foi recebido pelo General Scobie em seu quartel general esta manhã. O senhor Porfirogenis registrou que representava o comitê da EAM, que estava dirigindo o ELAS. O General Scobie deixou claro o que se segue:

¹²¹ Ibidem.

¹²² Ibidem.

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Tendo ocupado a pasta do Trabalho.

¹²⁹ Ibidem.

(1) As forças do ELAS devem acatar suas ordens [de Scobie] como tropas colocadas sob seu comando pelo acordo de Caserta. Tais ordens eram, e continuam sendo, de evacuar a Ática.

(2) Adicionalmente, ordens devem ser dadas a todos os apoiadores do ELAS em Atenas e no Pireu para que eles encerrem a resistência e entreguem suas armas. Ordens específicas serão emitidas a respeito de como isso será feito. O número de apoiadores é conhecido, e a menos que eles deponham suas armas em escala satisfatória, não será considerado que essa condição tenha sido cumprida.

(3) Tão logo esses requerimentos tenham sido atendidos, o general Scobie comunicará ao Marechal de Campo Alexander, Supremo Comandante Aliado no Mediterrâneo, que iniciará os passos necessários para colocar um fim no presente caos na Grécia e restaurar, para todos os gregos, quaisquer que sejam suas opiniões, a paz e o pleno aproveitamento de suas liberdades democráticas, para o qual o primeiro passo será a desmobilização de todos os exércitos privados.¹³⁰

Note-se que os termos expostos por Scobie são, de modo geral, uma repetição do acordo de Caserta, abordados no primeiro capítulo. Mesmo a terceira condição — que, ao pontuar a possibilidade da desmobilização de todos os grupos privados, parece acenar para uma conciliação — se assemelha ao sexto ponto de Caserta, determinando que todas as organizações de guerrilha formem “uma união nacional com vistas a coordenar suas atividades nos melhores interesses de [sua] luta em comum”¹³¹. O problema continua o mesmo: o tom vago, que não deixa claro se a Brigada da Montanha e o Esquadrão Sagrado seriam considerados grupos privados (na interpretação da EAM) ou parte do exército grego regular (na interpretação britânica). O documento demonstra, em última instância, que não havia gestos claros, por parte do governo britânico, de intenções de abrir um canal de diálogo.

A primeira página do Daily Mirror de 14 de dezembro traz, abaixo da manchete intitulada "Explodir toda Atenas"¹³², uma reportagem a respeito das exigências feitas pela EAM para que um cessar-fogo fosse possível. O correspondente relata que, enquanto membros da EAM andavam pela capital gritando em megafones que o ELAS "destruiria Atenas, casa por casa, mas não se renderia"¹³³, a rádio *EAM Grécia Livre*, pertencente à organização, divulgava as condições para o armistício. Era exigido "um fim imediato da intervenção"¹³⁴ britânica — em especial das atividades do general Scobie e do embaixador Leeper —, “o encerramento do bombardeio que está massacrando pessoas e

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Caserta Agreement published. *The Times*. Londres, 18 de dezembro de 1944, p.4.

¹³² Blow up all Athens. *The Daily Mirror*. Londres, 14 de dezembro de 1944, p.1.

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ Ibidem.

a formação, sem interferência estrangeira, de um governo realmente democrático"¹³⁵. Além disso, a EAM exigia a punição de "todos os traidores e daqueles responsáveis pela guerra civil"¹³⁶, bem como o expurgo de elementos considerados fascistas que estivessem ocupando cargos estatais e o estabelecimento de um exército nacional "para preservar a liberdade interna e externa"¹³⁷. Encerrando a transmissão, o locutor teria declarado: "Esta é a única solução"¹³⁸.

No mesmo dia em que a matéria do Daily Mirror foi publicada, o comitê central do ELAS enviou ao general Scobie um documento, assinado por E. Mantakas, M. Hadjimihalis e Giorgios Siantos, imputando a responsabilidade pela violência à "inflexível insistência da Direita reacionária na desmobilização [...] das forças do ELAS, sendo o propósito subsequente da reação impor uma ditadura fascista"¹³⁹. Os acordos de Caserta e os objetivos da causa Aliada teriam sido violados quando o general Scobie "apoiou com armas essas tentativas da direita, intervindo nos assuntos internos de um país aliado"¹⁴⁰. Essas "ações deploráveis"¹⁴¹ teriam resultado em um "lamentável espetáculo"¹⁴² de agressão entre "dois povos aliados [...]"¹⁴³.

A despeito desses eventos doloridos, insistimos, como sempre, em um desenvolvimento normal e democrático para nosso país, e propomos o seguinte, em resposta às condições que o general Scobie apresentou:

- 1) Até que se chegue a uma solução final da questão militar em pauta [...], concordamos em retirar os contingentes do ELAS das cidades de Atenas e Pireu temporariamente, transferindo-os para a Linha Geral definida na mensagem do Terceiro Batalhão do Exército Britânico de 3 de outubro de 1944;
- 2) Simultaneamente, a Brigada da Montanha e o Batalhão Sagrado devem se retirar de Atenas e do Pireu, com realocação para uma área a ser determinada por acordo mútuo;
- 3) Toda a força da Gendarmerie deve ser desarmada e dispensada do serviço. Seus homens devem ser mandados para suas casas. Os homens e oficiais dos antigos batalhões [colaboracionistas] de Ralis devem ser desarmados e de fato aprisionados para julgamento;
- 4) As forças britânicas estacionadas na Grécia devem limitar suas atividades exclusivamente ao cumprimento das missões definidas nos

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ National Liberation Front (E.A.M.) *White book: May 1944 — March 1945*. Nova York: Greek American Council, 1945, p.57.

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ Ibidem.

acordos de Caserta, que não preveem o uso desses exércitos nas questões internas da Grécia;

5) Os círculos políticos do país não devem ser influenciados na formação de um verdadeiro Governo de Unidade Nacional, que adaptará, de maneira democrática, todo o problema político e militar do país, incluindo a questão de desarmar aqueles que não merecem portar armas.

Embora a EAM, assim como os britânicos, não tenha sinalizado mudanças significativas de posicionamento, o primeiro ponto do documento indica maior flexibilidade por parte dos comunistas, como o próprio Scobie reconheceu em sua resposta datada de 16 de dezembro. “Nós devemos destacar, porém”¹⁴⁴, continua o general, “que todos os apoiadores do ELAS em Atenas e no Pireu devem cessar toda a resistência e render suas armas. Nós devemos continuar insistindo em um cumprimento satisfatório dessa condição”¹⁴⁵. Em seguida, Scobie afirma que o Batalhão Sagrado não se encontrava mais na região da Ática e que os batalhões de Ralis já haviam sido desarmados, e continua:

O general Scobie¹⁴⁶ está feliz pelo ponto 4 do memorando fazer referência ao acordo de Caserta. [...] Ele está publicando separadamente o texto integral do acordo, a partir do qual ficará claro que as tropas britânicas na Grécia o aplicaram literalmente. Em relação a seu pronunciamento de 12 de dezembro [em resposta à indagação de Miltiades Porfirogenis acerca da possibilidade de um acordo], o general Scobie repete que quando as duas primeiras condições forem satisfatoriamente cumpridas [aceite do comando de Scobie e rendição por parte do ELAS], ele se reportará imediatamente ao Alto Comandante Militar no Mediterrâneo, o general Alexander, e ele não acredita que haverá obstáculo algum para que o general empreenda os passos necessários para trazer um fim a essa desordem e restaurar as liberdades democráticas para todos os gregos, independentemente de suas convicções políticas. [...] Uma das primeiras medidas necessárias será a desmobilização das forças irregulares de todas as convicções políticas, com o prospecto de reorganização das Forças Nacionais regulares. A reorganização da Gendarmerie será incluída aqui. Quanto à Brigada da Montanha, o general Scobie estará pronto a ordenar essa brigada a retornar para o quartel onde ela estava antes do início das hostilidades [...].¹⁴⁷

Na tréplica, emitida dois dias depois, o comitê central do ELAS rebateu:

Não acreditamos que os acordos de Caserta possam mudar as coisas e que eles justifiquem, de qualquer maneira que seja, a sangrenta interferência das forças britânicas na Grécia contra o povo grego. Devemos lembrar que, a partir da sugestão da esquerda e dos delegados do ELAS em Caserta, foi acordado que seria excluído do rascunho do

¹⁴⁴ Ibidem, p.60.

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ O documento está escrito na terceira pessoa.

¹⁴⁷ National Liberation Front, op. cit., p.60.

acordo a cláusula que dava às forças britânicas o direito de restaurar a lei e a ordem na Grécia, e que a cláusula em questão foi excluída. Consequentemente, os tristes eventos que levaram ao banho de sangue do povo de Atenas-Pireu não encontram base no acordo de Caserta, nem nos objetivos declarados das Nações Unidas, nem na lei moral.¹⁴⁸

Além disso, prossegue o memorando, delegar a restauração da normalidade democrática na Grécia ao marechal-do-campo Alexander seria contrário a Caserta, por constituir intervenção nos assuntos internos da Grécia.

Não é aceitável que as liberdades do povo grego, pelas quais ele derramou e está derramando tanto sangue devam ser administradas de fora, por intermédio da intervenção de terceiros. O povo grego é soberano em seu país e é indispensável que seu governo seja o de um país verdadeiramente livre e independente, um governo que, expressando a vontade manifesta de seu povo, garantiria o respeito das liberdades democráticas por todos. Esse governo deve, o mais cedo possível, livrar a maquinaria estatal de todos os elementos que colaboraram com o inimigo, assegurar a punição legal de todos aqueles que se provaram indignos do país, organizar um Exército Nacional regular depois da desmobilização de todas as forças voluntárias, Brigada da Montanha e Batalhão Sagrado incluídos, e liderar o país rumo a eleições livres, o mais cedo possível, para que o povo possa declarar qual regime político e qual governo ele deseja ter. Tudo isso deve ser tarefa do governo grego.¹⁴⁹

O comitê do ELAS ainda contestou a proposta de recolher a Brigada da Montanha no quartel, uma vez que isso não faria com que ela se retirasse da região metropolitana de Atenas, e reiterou que o desarmamento do ELAS e de seus apoiadores seria realizado apenas se os grupos de direita fizessem o mesmo. A desmobilização deveria ser realizada “pelo governo de confiança mútua que será formado. É também uma questão de princípios, o desarmamento de cidadãos gregos deve ser feito apenas por um governo grego”.¹⁵⁰

A comunicação entre os comandantes do ELAS e o general Scobie deixa claro que havia um impasse. Interpretações colidentes dos acordos de Caserta entravavam qualquer avanço nas negociações e as mensagens acabaram tomando caráter meramente reiterativo. Porém, as questões imediatamente militares — os termos em que deveria ser realizado o desarmamento e que territórios seriam desocupados por grupos específicos — não eram o único imbróglio. Também havia, como abordamos no primeiro capítulo, o problema político relacionado ao Rei dos Helenos: George II era considerado pela EAM uma figura abjeta por ter sido conivente com a ditadura de Metaxas, e seus críticos não o

¹⁴⁸ Ibidem, p.63.

¹⁴⁹ Ibidem, p.63.

¹⁵⁰ Ibidem, p.63.

queriam presente na Grécia até que fosse realizado o plebiscito decidindo que tipo de regime a nação adotaria. A lida com essa questão parecia mais promissora. Na edição de 15 de dezembro do *Times*, o correspondente diplomático afirma ter acessado relatos não oficiais — mas que se confirmariam em breve, como veremos — sinalizando que

cada um dos lados [em disputa] procurava líderes que possam formar um governo grego provisório e — embora entre todos os relatos confusos seja difícil ter certeza — um ou dois nomes aparecem em ambas as listas. Os dois lados sugerem que o arcebispo de Atenas, Damaskinos, seja designado Regente.¹⁵¹

As propostas implicavam na substituição do rei George II por Damaskinos, em uma tentativa de eliminar ao menos uma controvérsia: a questão da monarquia. O arcebispo — nascido Dimitrius Papandreou em 1891 — era conhecido em toda a Grécia, e em 1944 podia ser considerado um herói nacional. Embora originário de uma família pobre da zona rural, Papandreou conseguiu frequentar, simultaneamente, as escolas de direito e teologia antes de ser convocado para lutar nas Guerras Balcânicas (1912-1913). Em 1917, foi ordenado padre da Igreja Ortodoxa Grega, adotando o nome Damaskinos. Cinco anos depois ascendeu ao cargo de bispo de Corinto, onde, quando de um destruidor terremoto em abril de 1928, liderou a organização dos esforços de auxílio às vítimas. Em 1928, foi eleito pelo clero Arcebispo de Atenas e de Toda a Grécia — o posto mais alto da ortodoxia grega. Sem embargo, sua aberta defesa das liberdades democráticas fez com que as cortes da ditadura de Metaxas revogassem a decisão eclesiástica e encarcerassem Damaskinos na prisão de Salamina até 1941. Quando o gabinete de George II foi retirado da Grécia pelos britânicos, a cúpula ortodoxa conseguiu libertar Damaskinos e lhe devolver o cargo máximo. Durante a ocupação, o arcebispo usou sua influência para solicitar, com sucesso que os governos britânico e turco enviassem alimentos para distribuição entre os pobres. Quando os nazistas decretaram que cidadãos gregos seriam recrutados para as batalhas do front soviético ou para o trabalho forçado das fábricas alemãs, Damaskinos trabalhou na organização de uma ampla greve operária¹⁵².

Porém, ele viria a ser mais lembrado por sua atuação quando as forças de ocupação começaram, em 1943, a deportar os judeus gregos de Salônica para os campos de

¹⁵¹ Shelling resumed in Athens. *The Times*. Londres, 15 de dezembro de 1944, p.4.

¹⁵² Iakovidis, Michael. Archbishop Damaskinos, the Greek Clergyman Who Stared Down the Nazis. *Foundation for economic education*. Disponível em: <https://fee.org/articles/archbishop-damaskinos-the-greek-clergyman-who-stared-down-the-nazis/>. Acesso em 17/11/2020.

concentração do leste europeu. No dia 23 de março daquele ano, o clérigo adentrou o escritório do general das SS, Jürgen Stroop, e lhe entregou uma carta clamando pela libertação dos judeus helenos. Uma vez que o pedido, como era de se esperar, não surtiu efeito, Damaskinos firmou parceria clandestina com o chefe de polícia de Atenas Angelos Evert: o arcebispo faria com que a Igreja emitisse certificados de batismo falsos enquanto Evert falsificaria carteiras de identidade. Cerca de 27 mil judeus foram salvos por intermédio dessa artimanha.¹⁵³ Atualmente, uma estátua de Damaskinos, braços abertos, segurando o cetro na mão esquerda, olha para a Catedral Metropolitana da Anunciação na Praça Mitropoleos, no centro de Atenas. A inscrição do pedestal faz referência ao ato de heroísmo realizado pelos judeus. A única outra estátua da praça é a de Constantino XI Paleologo, o último imperador de Constantinopla — o que nos dá uma ideia do quão importante é Damaskinos na memória da nação grega.

O *Times* de 16 de dezembro¹⁵⁴ faz outra menção ao possível estabelecimento de uma regência liderada por Damaskinos e o recuo temporário do Rei. O *Daily Herald* do mesmo dia traz mais detalhes:

Notícias de Atenas no início do dia indicam que a guerra civil grega e a crise política podem ser encerradas pela criação de uma Regência e um novo governo. Após uma longa conferência, o senhor Harold Macmillan, ministro britânico agora em Atenas, o senhor Rex Leeper, embaixador britânico, e o senhor Sophoulis, líder veterano Liberal, concordaram em princípio que uma regência possa resolver o problema.¹⁵⁵

O Arcebispo Damaskinos, continua o jornal, teria aceitado o convite para servir como regente até que ocorresse um plebiscito para decidir entre a monarquia e a república. “Macmillan já teve conversas com o Arcebispo. Isso foi anunciado pela Embaixada Britânica, segundo a qual o ministro teria encontrado outras personalidades gregas de liderança e permaneceria em Atenas por enquanto.”¹⁵⁶ A EAM-ELAS também favorecia o estabelecimento de uma regência: a 13 de dezembro, o comitê central do ELAS adotara como diretriz uma resolução da EAM propondo uma conciliação baseada, em parte, na “formação de uma regência para que a crise governamental possa ser resolvida de forma pacífica e sem sobressaltos”¹⁵⁷.

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ Both sides reinforced in Athens. *The Times*. Londres, 16 de dezembro de 1944, p.4.

¹⁵⁵ Greek peace plan: “Primate to be Regent”. *The Daily Herald*. Londres, 16 de dezembro de 1944, p.1.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ National Liberation Front, *op. cit.*, Document n°74, p.59.

A 17 de dezembro, Churchill enviou telegrama a Macmillan confirmando a possibilidade, aventada pelo *Times*, de que a figura de Damaskinos seria considerada como elemento facilitador para o possível arrefecimento do conflito. Segundo o primeiro-ministro, o Gabinete de Guerra decidira não abordar o rei George II acerca de sua possível substituição pelo Arcebispo antes que fosse verificada a possibilidade de as forças britânicas obterem “predominância militar nos próximos dias”¹⁵⁸. Macmillan respondeu:

Estou convencido de que a predominância militar em Atenas, que certamente obteremos, é apenas o primeiro passo na resolução desses problemas. Depois da vitória haverá um vácuo que deve ser preenchido. Nenhum governo de políticos gregos servirá a menos que seja apoiado pela autoridade de uma figura maior que garanta uma política consistente por um período razoável. É por isso que todos favorecemos a regência do Arcebispo.¹⁵⁹

A tréplica de Churchill, emitida em 19 de dezembro, evidencia que o primeiro-ministro seguia focado principalmente na derrota bélica da EAM-ELAS, relegando possíveis movimentos conciliatórios ao segundo plano: “Você diz que a predominância militar é apenas o primeiro passo. Então alcancemos esse primeiro passo e os outros serão mais fáceis.”¹⁶⁰

Em sua missiva de 17 de dezembro para Churchill, Macmillan considerava uma certeza o eventual sucesso das tropas britânicas. Quatro dias depois, em mensagem para Eden, se fazia claramente menos otimista. “Nós estamos gradualmente obtendo um avanço militar em Atenas e no Pireu”¹⁶¹, constatou, “mas até mesmo esse avanço será, na minha opinião, um pouco mais demorado e mais difícil do que algumas pessoas parecem pensar.”¹⁶² Diante da complexidade da situação, o governo deveria buscar uma solução alternativa:

Alex [Hamilton] e eu concordamos que não há (repito: não há) solução militar para o problema grego. Isso pode ser solucionado apenas por um acordo político. É por isso que nós batalhamos tanto, e por tantos meios, para a Regência Arcebispal [*i.e.* instalar Damaskinos como regente]. Eu sei que o primeiro-ministro pensou que eu estava demasiadamente ansioso para isso, mas eu asseguro a você que Rex Leeper e eu sentimos que essa é a única forma de desembaraçar as coisas.¹⁶³

A avaliação de Macmillan e Hamilton é corroborada pela observação feita pelo embaixador americano para a Itália, Alexander Comstock Kirk, que se encontrava em

¹⁵⁸ Foreign Office. *From Foreign Office to Athens. N°490, 17th December 1944.* FO-954-11B, p.372.

¹⁵⁹ Foreign Office. *From Athens to Foreign Office, n°636, 17th December 1944.* FO-954-11B, p.373.

¹⁶⁰ Foreign Office. *From Foreign Office to Athens, n°507, 19th December 1944.* FO-954-11B, p.374.

¹⁶¹ Foreign Office. *Personal & Secret, 21st December, 1944.* FO 954/11B/376, p.376.

¹⁶² *Ibidem.*

¹⁶³ *Ibidem.*

Caserta (Itália) em 18 de dezembro. Comentando a respeito das notícias sobre a Grécia que circulavam na região do Mediterrâneo, Kirk registrou, em mensagem ao Secretário de Estado Stettinius:

Chega da Grécia a notícia que quatro quintos do território grego continental está sob controle do ELAS. O fornecimento de água de Atenas está interrompido e há o risco iminente de alastramento de febre tifoide e tifo. Em Creta, o governador militar [grego] afirma estar no controle, mas há rumores de um possível golpe de estado por parte do ELAS.¹⁶⁴

Um empecilho para a realização de um acordo político era a resistência do próprio monarca dos helenos, George II, a abdicar do trono. Ainda em sua mensagem de 17 de dezembro para Churchill, Macmillan assevera:

O Rei é obstinado e agora, pelo que percebi, se apoia em amenidades constitucionais [para manter sua posição]. Tudo o que posso dizer é "dane-se a constituição". Ele não deu a mínima para a constituição quando transformou Metaxas em ditador. [...] De qualquer forma, se nós não conseguirmos o Regente, teremos que pensar em algum outro método. Nós estamos moralmente impelidos a tentar chegar a um acordo; seria inútil tentar impor algo militarmente. Nós devemos, portanto, propor outros meios. No fim, nós mesmos precisaremos convocar a conferência [para negociações].¹⁶⁵

Para Macmillan, a adesão popular à EAM estaria sendo subestimada pelo governo britânico. “Eu não estou certo de que haja tanta oposição à EAM/ELAS quanto muitas pessoas [no governo] supõem”¹⁶⁶. Pelo contrário, “tenho certeza de que existe ampla simpatia à EAM na Grécia”¹⁶⁷, de sorte que apostar em Damaskinos seria útil: “uma política moderada, razoável e progressiva”¹⁶⁸, que era o esperado de uma eventual liderança do Arcebispo, poderia atrair os apoiadores mais moderados da EAM e drenar a organização, reduzindo-a ao “núcleo comunista radical”¹⁶⁹ que ficaria isolado. Por outro lado, concluía, as ações empreendidas pelo Governo de Unidade Nacional — de choque frontal com as forças de esquerda — “resultarão na consolidação, e não na liquidação, das forças da EAM/ELAS”¹⁷⁰.

¹⁶⁴ Diplomatic Papers. 868.00/12-1844: Telegram [Document 171]. *The Ambassador in Italy (Kirk) to the Secretary of State, Caserta, December 18, 1944—10 a.m.* [Received 10:06 a.m.]. In: Foreign Relations of the United States, volume V. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1944v05>.

¹⁶⁵ Foreign Office. *Personal & Secret, 21st December, 1944*. FO 954/11B/376, p.376.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p.377.

Em suas memórias, o primeiro-ministro assevera ter sido alertado também por Alexander. “Em Atenas, a luta nas ruas oscilava em escala crescente. A 15 de dezembro, o Marechal de Campo Alexander me avisou que o mais importante seria chegar rapidamente a um acordo, e a melhor chance era o Arcebispo.”¹⁷¹ Churchill reproduz um telegrama enviado ao marechal de campo a 17 de dezembro, no qual ressaltou que não havia “intenção de subjugar ou ocupar a Grécia”¹⁷², mas seria mais conveniente estabelecer plenamente “nossa predominância militar [...] antes de fazermos compromissos, e de qualquer forma, eu não gostaria de fazer compromissos em uma posição de fraqueza”¹⁷³. A mensagem indicava, ainda, relutância em aceitar a solução da regência — vista como último recurso, a ser utilizado apenas diante do esgotamento de outras possibilidades:

O Rei da Grécia tem se recusado categoricamente, em uma longa e bem argumentada carta, a indicar o Arcebispo, em relação ao qual ele tem uma desconfiança pessoal. Eu ouvi relatos contraditórios acerca do Arcebispo, que parece ser conhecido por ter contato próximo com a EAM e por ter ambições pessoais. Nós ainda não decidimos como vencer a resistência do Rei. Se não conseguirmos, não haverá fundamentação constitucional fora um ato de violência do qual nos tornaremos parte. O assunto ficaria ainda mais complicado se, como diz o Rei, ele for aconselhado pelo seu primeiro-ministro e pelo governo a não indicar uma regência. Nesse caso, [se pressionarmos por uma regência], puniremos o rei por obedecer ao seu juramento constitucional, e estabeleceremos um ditador. O Gabinete [de guerra], portanto, optou por esperar por um maior desenvolvimento da situação militar antes de tomar decisões finais.¹⁷⁴

Alexander rebateu. Segundo sua avaliação, seria possível controlar e assegurar Atenas e Pireu, mas isso não implicaria na derrota do ELAS e não seria o bastante para que a guerrilha se rendesse, uma vez que isso exigiria empreender operações em toda a Grécia continental — algo além da capacidade das forças britânicas no momento. O marechal-de-campo lembrou que os alemães, durante a ocupação, mantiveram entre seis e sete divisões em território grego continental e quatro divisões nas ilhas, e ainda assim, por conta da atuação da guerrilha, não foram capazes de manter suas comunicações abertas o tempo todo: “eu duvido que encontraremos menos força e menos determinação do que eles [alemães] encontraram”¹⁷⁵. O final da mensagem é claro: “é minha opinião

¹⁷¹ Churchill, Winston. *The Second World War, volume VI: triumph and tragedy*. Londres: Rosetta Books, 2009, p.368.

¹⁷² Ibidem.

¹⁷³ Ibidem, p.369.

¹⁷⁴ Ibidem, p.368.

¹⁷⁵ Ibidem, p.371.

que o problema grego não pode ser resolvido por intermédio militar. A resposta deve ser encontrada no campo político”¹⁷⁶.

A tréplica de Churchill, de 22 de dezembro, retoma sua desconfiança em relação ao Arcebispo Damaskinos e sua preferência por alcançar posição militar de maior vantagem antes de propor negociações. Na véspera de Natal, o primeiro-ministro decidiu aferir a questão *in loco*, especialmente para “conhecer o Arcebispo, ao redor de quem muita coisa estava girando”¹⁷⁷. Ele e o ministro de relações exteriores Eden embarcaram rumo a Atenas.

É necessário destacar que a situação era consideravelmente mais complexa do que a nossa narrativa faz parecer. Um dos grandes problemas que encontramos ao longo da pesquisa que embasa este capítulo foi a falta de acesso às conversações empreendidas entre membros do governo grego. Ainda que o objetivo geral da tese seja reconstituir a participação britânica na guerra civil grega desde a perspectiva dos próprios britânicos, a ausência de fontes gregas a respeito das negociações em torno da possibilidade do afastamento constitucional de George II e do estabelecimento de uma regência simplifica demasiadamente um processo político intrincado — além de deixar a impressão que os gregos, desprovidos de intrigas próprias, apenas aceitavam ou reagiam às injunções britânicas. No entanto, encontramos alguns indícios, em nosso fundo documental, que podem ajudar a dissipar essa imagem, ao sugerir conflitos no âmago do Governo de Unidade Nacional. A 15 de dezembro, o embaixador americano em MacVeagh emitiu um comunicado ao Secretário de Estado Stettinius comentando o que sabia sobre os acordos internos ao Governo de Unidade Nacional grego:

De acordo com o embaixador britânico [Leeper], com quem acabei de falar, o rei respondeu, de Londres, que ele precisa escutar o conselho de seus ministros antes de concordar com a proposta de Regência. Papandreou já está de acordo com a proposta e os britânicos esperam que o consentimento dos outros possa ser obtido hoje. Eles [os ministros gregos] sentem que a solução proposta traz muita esperança de encerrar a guerra civil, uma vez que o Arcebispo está confiante de poder negociar com o ELAS. Seu programa, caso seja nomeado Regente, é proclamar de uma vez que, se as armas forem baixadas (1) haverá anistia geral (2) o exército britânico procurará garantir que não ocorram represálias contra o ELAS e (3) ele [Damaskinos] constituirá um novo

¹⁷⁶ Ibidem.

¹⁷⁷ Ibidem, p.373.

governo com todos os partidos e movimentos de resistência representados na recente coalizão.¹⁷⁸

No dia seguinte, porém, em outra mensagem a Sttetinius, MacVeagh diz ter sido informado por Leeper que Sofoulis, na condição de líder do Partido Liberal, telegrafara ao Rei aconselhando-o a aceitar a indicação do Arcebispo, mas Papandreou, inesperadamente, não fez o mesmo, e persuadiu o Gabinete a apoiar um concílio regente composto pelo Arcebispo, Plastiras e Dragoumis, subministro de relações exteriores. Segundo o embaixador americano, Papandreou tentava uma manobra óbvia para tentar assegurar o cargo de primeiro-ministro: ocupando um cargo no concílio, Plastiras, seu rival mais forte, não poderia concorrer ao posto em breve, enquanto a nomeação de Dragoumis, um conhecido realista, asseguraria que o rei aceitasse o proposto governo tripartite. De qualquer modo, continua MacVeagh,

Leeper e Macmillan estão muito alarmados e enojados diante dessa recrudescência de manobras políticas em um momento crítico, e acreditam — a meu ver com razão — que agora as paixões podem ser acalmadas apenas pela indicação de um único chefe de estado que disponha da confiança do povo, e por um ato que remova, clara e completamente, a questão monárquica do presente quadro. Por isso, eles telegrafaram a Churchill solicitando que ele, a todos os custos e ainda hoje, se possível persuada o Rei a indicar o Arcebispo como único Regente. Enquanto isso, a batalha de Atenas continua, com as forças britânicas consolidando seus reforços em Pireu e Kalamai e se preparando para avançar em Atenas, onde no presente momento elas permanecem na defensiva.¹⁷⁹

De fato, o já citado telegrama enviado a Churchill por Macmillan a 17 de dezembro confirma o relato de MacVeagh: Papandreou e outros ministros do gabinete helênico são citados de forma pouco lisonjeira. “Quanto aos políticos, Papandreou, Sofoulis, e todo o resto deles, eles superam qualquer coisa que eu já vi no Mediterrâneo”¹⁸⁰, diz Macmillan. O sentido da expressão “*superam qualquer coisa*” é claramente pejorativo.

Na medida em que eu fui me movendo em direção ao leste nos últimos dois anos, tive contato com franceses, italianos e agora com os gregos. Os gregos modernos deixam Ulisses muito para trás em matéria de vigarice e falsidade. Para Rex [Leeper] e eu, cujas mentes trabalham

¹⁷⁸ Diplomatic Papers. 868.00/12–1544: Telegram [Document 165]: *The Ambassador in Greece (MacVeagh) to the Secretary of State*. Foreign Relations of the United States, volume V. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1944v05>.

¹⁷⁹ Diplomatic Papers. 868.00/12–1644: Telegram [Document 168]: *The Ambassador in Greece (MacVeagh) to the Secretary of State*. Foreign Relations of the United States, volume V. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1944v05>.

¹⁸⁰ Ibidem.

apenas na velocidade normal, tentar lidar com eles [gregos] é como uma criança tentar pintar um camaleão.¹⁸¹

É quase certo que essa avaliação é enviesada pelo preconceito típico de um alto funcionário do governo britânico lidando com uma cultura política diferente, em um país então considerado a retaguarda da Europa. Um pouco mais de um ano depois do período aqui abordado, um alto funcionário do Foreign Office britânico descreveria a Grécia como “atrasada, extravagante e irresponsável”¹⁸². Mas dificilmente poderíamos rejeitar totalmente a conclusão: “Eles não dão a mínima para o rei. Eles se importam apenas com suas ambições e suas próprias políticas, que sempre mudam”¹⁸³. Ressalte-se que o Governo de Unidade Nacional grego foi uma coalizão constituída em curto período, sob as injunções de uma situação adversa, procurando unir forças em uma nação marcada por décadas de falta de transparência, autoritarismo, golpes de estado e violência política. Alianças forjadas nesse tipo de ambiente e tributárias dessas tradições provavelmente seriam voláteis e caracterizadas por traições e acordos escusos, de sorte que é possível conjecturar que a avaliação de Macmillan se aproxima da realidade.

Levando tudo isso em consideração, podemos fazer, *grosso modo*, a síntese a seguir: Churchill e o restante do Gabinete de Guerra eram reticentes quanto à saída regencial e desejosos de arriscar prolongar o conflito para tentar alcançar uma posição de vantagem militar clara e indisputável; seus funcionários *in loco* (Macmillan, Leeper e Alexander), certos de que uma solução política seria a única possível, advogavam a ideia de regência; os dirigentes da EAM-ELAS deixaram clara a disposição a considerar seriamente aceitar a regência; o rei George II relutava em abdicar de sua posição; e Papandreou e outros ministros do Governo de Unidade Nacional, por sua vez, pretendiam aproveitar a presença militar britânica na Grécia para aniquilar a guerrilha, ao mesmo tempo em que se digladiavam entre si para alterar a correlação interna de forças.

No dia de Natal, já na capital grega, Churchill, Eden, Macmillan, Alexander e Leeper tiveram uma reunião a bordo do avião aterrissado no aeródromo de Kalamaki. Se a documentação exposta evidencia que o primeiro-ministro não demonstrava entusiasmo pela solução regencial e depositava sua esperança em um avanço militar significativo, nos registros da reunião percebe-se um tom diferente, muito mais próximo da resignação.

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² Citado em Lykogiannis, *op. cit.*, p.63.

¹⁸³ Ibidem.

Embora tenha afirmado que a situação britânica no conflito havia melhorado, o marechal de campo Alexander constatou que

por trás das unidades do ELAS havia um forte núcleo de resistência; este núcleo era comunista, mais forte do que havíamos pensado, e sua erradicação seria muito difícil. Se formos bem-sucedidos em empurrar as forças do ELAS para fora dos limites de Atenas, nos depararemos com uma tarefa muito pesada se tentarmos eliminá-los definitivamente.¹⁸⁴

A réplica de Churchill denota sua mudança de opinião: “quando foram emitidas as instruções de cinco de dezembro ao general Scobie, o cálculo era que uma saraivada de balas das tropas britânicas seria [todo] o necessário para restabelecer a ordem. Esse cálculo se provou errôneo”.¹⁸⁵ O governo britânico não pretendia ficar indefinidamente na Grécia, mas seria necessário sair de forma honrada, “garantindo a proteção dos gregos que nos ajudaram. Isso quer dizer que deveria haver um Exército Nacional Grego subordinado ao Governo Grego”¹⁸⁶. Macmillan, Leeper e Alexander, diante da situação, e considerando a resistência do Rei George II em recuar e estabelecer uma regência, propuseram que os britânicos tomassem a frente no estabelecimento de uma conferência entre membros do Governo de Unidade Nacional e a liderança da EAM-ELAS. Em telegrama enviado ao Foreign Office e ao Chiefs Staff Committee, Churchill expressou sua expectativa de que realizar tal conferência “com o objetivo declarado de colocar um fim à luta fratricida na Grécia”¹⁸⁷ seria um movimento político de grande utilidade, “porque mesmo se o ELAS se recusar [a participar da conferência], a honestidade de nossas intenções seria deixada clara para o mundo”¹⁸⁸.

No final do dia, os britânicos, a bordo do navio HSM Ajax, ancorado no porto de Pireu, receberam o primeiro-ministro Papandreou e, posteriormente, Damaskinos, a quem foi solicitada a presidência da conferência. Curiosamente, os registros oficiais das reuniões em Atenas não detalham a conversa com Papandreou, a não ser por uma breve menção em um comunicado destinado à imprensa, segundo o qual Churchill e Eden “entrevistaram o primeiro-ministro grego e o informaram a respeito da proposta de reunir uma conferência que represente tanto quanto possível a diversidade das opiniões políticas gregas”¹⁸⁹. O diálogo com Damaskinos, por outro lado, foi relatado de maneira mais

¹⁸⁴ Foreign Office. *Discussions at Athens, 25th-28th December, 1944*. FO-954-11B, p.394.

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ Ibidem, p.395.

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ Ibidem, p.396.

extensa. No telegrama enviado ao Foreign Office, Churchill indica considerável arrefecimento de sua desconfiança pessoal em relação ao Arcebispo. A partir do texto da mensagem, podemos conjecturar a possibilidade de que o clérigo deliberadamente tenha dito o que Churchill queria ouvir — algo que um homem bem informado como ele poderia deduzir com certa facilidade, uma vez que era conhecida a ojeriza do primeiro-ministro em relação à EAM-ELAS:

Quando ele [Damaskinos] veio nos ver, falou com grande amargor contra as atrocidades do ELAS e contra a sombria e sinistra mão por trás da EAM [*i.e.* o KKE]. Ouvindo-o é impossível duvidar que ele temia muito a combinação comunista [...] nos assuntos gregos. Ele nos disse que havia emitido uma encíclica hoje condenando o ELAS por tomar 8 mil reféns, pessoas de classe média, muitas mulheres entre elas, e executar algumas delas todos os dias, [também disse] que reportaria essas questões para a imprensa mundial se as mulheres não fossem libertadas. Depois de alguns atritos [presumidamente entre Damaskinos e a liderança do ELAS], ele ficou sabendo que as mulheres seriam libertadas.¹⁹⁰

De fato, o arcebispo conseguiu causar uma impressão positiva em Churchill: “De modo geral, ele me impressionou por ser muito confiante. Ele é uma figura esplêndida, e aceitou imediatamente a proposta de ser o presidente da conferência”¹⁹¹. Ressalte-se que, se nossa conjectura — de que a atuação de Damaskinos tenha sido deliberada de modo a convencer Churchill a apoiá-lo — estiver próxima à realidade, isso não implica de forma alguma que as palavras do arcebispo tenham sido insinceras. Ao contrário, seu histórico de vida torna verossímil uma condenação genuína dos métodos da EAM-ELAS, por mais que o clérigo fosse conhecido como alguém moderado e insuspeito de simpatia às direitas. A descrição feita por Damaskinos de atrocidades que estariam sido cometidas pelos guerrilheiros contra reféns não era inédita: a imprensa britânica já noticiava o que ocorria¹⁹² e o embaixador americano MacVeagh, em comunicado emitido ao secretário de estado a 26 de dezembro, fez uma síntese semelhante ao relato do arcebispo. Segundo o embaixador, parte considerável dos homens do ELAS possuía de fato pendores democráticos, mas os acontecimentos recentes estariam mostrando como a liderança comunista de fato dominava a totalidade da organização e dava liberdade de ação aos elementos “mais baixos e irresponsáveis”¹⁹³ da população grega.

¹⁹⁰ Ibidem, pp.395/396.

¹⁹¹ Ibidem, p.396.

¹⁹² A título de exemplo, cf. Hostages seized. *The Times*. Londres, 15 de dezembro de 1944, p.4.

¹⁹³ Diplomatic Papers. 868.00/12-2644: Telegram [Document 178]: *The Ambassador in Greece (MacVeagh) to the Secretary of State*. Foreign Relations of the United States, volume V. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1944v05>.

Duplicando um terrorismo já conhecido nas províncias, grupos do ELAS, compostos por jovens marginais armados de ambos os sexos, tomaram nas últimas semanas milhares de reféns em Atenas e arredores e marcharam para as colinas. Entre esses reféns incluem-se muitas pessoas idosas e crianças, cujos únicos crimes são ter propriedades ou expressas opiniões direitistas ou ter parentesco com outras pessoas estigmatizadas de maneira semelhante. As casas de conservadores ricos, no centro e nos subúrbios, têm sido sistematicamente saqueadas. Evidências confiáveis indicam que o sofrimento dos reféns é intenso e que o número [de reféns] cresce diariamente. A seção de prisioneiros de guerra da Cruz Vermelha Internacional ainda não conseguiu obter da ELAS a garantia de que os reféns sejam tratados de acordo com as convenções de prisioneiros de guerra nem a permissão para que os reféns sejam visitados por representantes da Cruz Vermelha, e eu fui informado que o Arcebispo ameaçou [o ELAS] com a condenação pública por parte da Igreja se pelo menos as mulheres e crianças não forem libertadas.¹⁹⁴

A 26 de dezembro, houve outro encontro entre Churchill e Damaskinos, no qual o primeiro-ministro frisou que

quaisquer que sejam os arranjos feitos [na conferência], não seria aconselhável estabelecer uma associação muito próxima aos comunistas. O Arcebispo expressou total concordância e disse que, de fato, qualquer forma de colaboração com os comunistas seria fatal para o bem-estar do país e alienaria a maioria do povo grego.¹⁹⁵

A historiografia recente, especialmente a de caráter pós-revisionista, discutiu em detalhe a questão dos reféns, tida como parte dos métodos de terror e violência empreendidos pela EAM-ELAS — o chamado *terror vermelho*. De acordo com Gerolymatos¹⁹⁶, a cúpula do KKE decidira por ações de sequestro em meados de dezembro de 1944, como uma forma de garantir que, em caso de derrota militar do ELAS, as direitas se sentissem dissuadidas de empreender atos de revide. Apenas alguns membros do partido se opuseram à proposta, mas devido aos princípios do centralismo democrático próprios dos partidos marxistas-leninistas, foram obrigados a aderir à maioria. O historiador traz relatos que traçam um quadro aterrador do que foi cometido pelos membros do ELAS. O primeiro deles é de Kaiti Zevgou, uma das comunistas favoráveis aos sequestros, que, mais tarde arrependida, escreveu sobre o assunto em suas memórias, no início dos anos 1970:

Um dia eu estava na estrada, a caminho da sede do partido em Chasia [uma área montanhosa no norte da região da Tessália] e Chrysa (um membro do Comitê Central do KKE) estava de carona comigo. Eu

¹⁹⁴ 868.00/12–2644: Telegram [Document 178]: *The Ambassador in Greece (MacVeagh) to the Secretary of State*. Foreign Relations of the United States, volume V. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1944v05>.

¹⁹⁵ Foreign Office. *Discussions at Athens, 25th–28th December, 1944*. FO-954-11B, p.396.

¹⁹⁶ *Op. cit.*

podia ver alguma coisa à distância se movendo como uma cobra no solo. Alguns momentos mais tarde eu percebi que era uma coluna de reféns vindo em nossa direção. Chrysa e eu ficamos chocadas. Viremos nossas cabeças para o outro lado e permanecemos em silêncio. O espetáculo era perturbador. Uma coluna de pessoas exaustas e desgastadas pela fadiga, com desespero em suas faces, aglomeradas por guardas armados no outro lado da coluna. Eu ainda me lembro que à cabeça da coluna estava um homem muito velho que mal conseguia arrastar os pés.¹⁹⁷

O segundo relato pertence a Despina Makka-Photiadi, nascida em uma família de profissionais liberais prósperos de Atenas e antimonarquista declarada, o que não a deixava muito distante, politicamente, dos objetivos gerais da EAM — uma de suas filhas participara da organização durante um ano. Isso não a impediu de ser sequestrada pelo KKE. Em 1990, já no fim da vida, Makka-Photiadi escreveu que, nos últimos dias de dezembro de 1944, homens do ELAS foram até sua casa e ordenaram que ela e suas duas filhas recolhessem dois cobertores, suprimentos alimentares e os seguissem.

Eles nos organizaram em uma coluna com latitude de três pessoas, os homens eram colocados à frente das mulheres, e nós marchamos pela avenida Kifisias. O céu escureceu e uma chuva leve começou a cair. Quando nos dirigimos às montanhas, um forte vento soprou contra nossas faces, mas os guardas gritavam para que nos movêssemos mais rapidamente. Passamos pelos subúrbios de Galatsi e Kipseli, e quando chegamos a uma pequena cidade no final da noite, eles [os homens do ELAS] pararam e nos permitiram sentar-nos nas calçadas [...]. Ali ficamos na noite fria de dezembro.¹⁹⁸

Nicoloidis Fortis, arquiteto da prefeitura de Atenas que foi tomado como refém, registrou: “Éramos obrigados a marchar trinta milhas por dia. Crianças eram tiradas de suas mães porque não conseguiam acompanhar o ritmo”¹⁹⁹. Gerolymatos traz, ainda, depoimentos de um grupo de pilotos da RAF britânica que caíram prisioneiros do ELAS e testemunharam as colunas de civis sequestrados:

Em sua maioria velhos, homens e crianças, todos usavam poucas roupas e a maioria estava descalça. Alguns deixavam pegadas ensanguentadas na neve. Como vaqueiros bêbados tocando o gado, os guardas repetidamente atiravam para cima. Quando um velho caiu no chão, gemendo, foi morto e jogado em uma vala.²⁰⁰

É possível supor que o ato desesperado por parte da direção do KKE demonstre, além de atroz fanatismo, que os líderes da guerrilha calculavam que as chances de uma vitória militar eram ínfimas. Talvez tenha sido por isso que a EAM tenha aceitado

¹⁹⁷ Citado em Gerolymatos, *op. cit.*, p.170.

¹⁹⁸ Citado em Gerolymatos, *op. cit.*, pp.171/172.

¹⁹⁹ Citado em Gerolymatos, *op. cit.*, p.172.

²⁰⁰ Citado em Gerolymatos, *op. cit.*, p.172.

participar da conferência de negociações, ao mesmo tempo em que, segundo a avaliação britânica, a derrota do ELAS em Atenas não seria o fim da guerra e obrigaria as forças britânicas a empreender a ocupação de toda a Grécia. Isso tornaria semelhantes os motivos do governo britânico e da EAM-ELAS para buscar uma saída política.

Seja como for, veremos logo a seguir que a participação dos representantes da guerrilha nas tentativas de negociações se caracterizou — a julgar pelos registros que acessamos — fundamentalmente pela recusa a qualquer revisão de suas demandas. Isso acabou abrindo a possibilidade clara para o governo britânico manter suas operações militares ao mesmo tempo em que empreendia esforços políticos a favor do estabelecimento da regência.

A conferência se realizou em duas reuniões; a primeira a 26 de dezembro, no Ministério de Relações Exteriores de Atenas, e a segunda no dia seguinte, na embaixada britânica. Churchill, em pronunciamento que abriu as negociações, reiterou o que considerava a missão de seu governo. Caso o colóquio fracassasse, "a nós britânicos será dada uma grande parte do dever de resgatar a cidade de Atenas da anarquia e das miseráveis condições que prevalecem agora"²⁰¹. Sua conclusão, em tom altruísta e positivo, foi um apelo à manutenção das tradicionais relações entre Grécia e Grã-Bretanha:

o que quer que tenha acontecido no calor da luta, independentemente de mal entendidos que possam ter acontecido, nós devemos preservar aquelas velhas amizades entre Grécia e Grã-Bretanha, que foram tão notáveis no estabelecimento da independência grega²⁰².

O marechal de campo Alexander, o primeiro-ministro Papandreou e o representante da EAM Pitsalides também fizeram pronunciamentos a título de prólogo, após os quais todos os britânicos deixaram o recinto. A partir daí, devido à ausência de testemunhas britânicas, os registros do Foreign Office se tornam indiretos, limitando-se a dois relatos feitos por Damaskinos a Churchill, Eden, Macmillan e Leeper após o fim de cada sessão²⁰³. Trata-se de um depoimento sintético, pouco detalhado, que cotejaremos com outra fonte: as minutas da conferência feitas pela própria EAM.

²⁰¹ Foreign Office. *Discussions at Athens, 25th-28th December, 1944*. FO-954-11B, p.394.

²⁰² Ibidem.

²⁰³ O embaixador americano McVeagh esteve presente na abertura da conferência, mas se retirou com os britânicos. Em dois telegramas enviados ao Secretário de Estado (868.00/12-2644 e 868.00/12-2645, *Foreign Relations of the United States: Diplomatic Papers, 1944, Volume V*), faz menções à conferência,

São necessárias algumas observações. Em sua narrativa, Damaskinos apresenta a si mesmo como um homem moderado e dotado de notável capacidade de análise política. O arcebispo era de fato conhecido por essas características, das quais adivinha grande parte de sua boa fama; sem embargo, devemos reiterar a possibilidade de que tenha em alguma medida apresentado uma versão distorcida dos ocorridos na conferência, talvez com o intuito de encorajar os britânicos a adotar a estratégia política da regência, na qual o líder religioso teria papel central — veremos adiante que, segundo o registro do Foreign Office, ao ser perguntado se aceitaria a posição de regente, Damaskinos aceita prontamente. Ademais, seu relato deixa clara uma notável antipatia em relação aos comunistas, e evidencia que, assim como os britânicos, neutralizar a EAM-ELAS estava entre seus objetivos principais.

Por outro lado, a documentação da EAM que utilizamos se trata de uma compilação intitulada *White Book*, traduzida para o inglês e publicada na cidade de Nova York em agosto de 1945 pelo Conselho Greco-Americano²⁰⁴. A introdução da coletânea responsabiliza “a intervenção britânica e seu apoio à reação”²⁰⁵ pelo “terror e violência”²⁰⁶ na Grécia. Trata-se, portanto de uma publicação realizada por um grupo claramente favorável à EAM-ELAS. Segundo Sue Olivier, o conselho, fundado por imigrantes gregos e americanos de origem helênica, “era a mais ativa agência americana de apoio às forças de esquerda e liberais na Grécia”²⁰⁷. Quanto ao *White Book*, fora publicado pela primeira vez em Trikkala, Grécia, presumivelmente com apoio da EAM. Trata-se, portanto, de uma coleta documental feita com o intuito de promover a causa da guerrilha. Não temos motivos para levantar a possibilidade de falsificação ou distorção dos registros por parte do Conselho, mas talvez a própria EAM tenha fornecido documentação tendenciosa a fim de fortalecer sua versão dos fatos — no próprio *White Book* consta que as transcrições da conferência de dezembro não reproduzem integralmente os diálogos transcorridos, constituindo, portanto, um resumo²⁰⁸. É

mas suas informações também são baseadas no relato feito por Damaskinos aos britânicos, de sorte que, nesse caso, trata-se de fonte meramente reiterativa.

²⁰⁴ The Greek American Council.

²⁰⁵ National Liberation Front, op. cit. p.6.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ Olivier, Sue Willard. American reaction to events within Greece, 1944-1947. (1975). Dissertação de mestrado. University of Nebraska, Omaha.

²⁰⁸ National Liberation Front, op. cit., p.68.

pertinente supor que os critérios para a condensação do conteúdo das reuniões tenham levado em conta as melhores maneiras de posicionar os homens da EAM sob luz positiva.

Temos, então, dois conjuntos documentais — a narração de Damaskinos e as minutas da EAM publicadas por simpatizantes nos EUA — produzidos por homens explicitamente motivados por agendas políticas. Como veremos, essas fontes narram os mesmos eventos em tons colidentes.

Segundo o arcebispo, a sessão de 26 de dezembro teria se iniciado com Giorgis Siantos, secretário geral do KKE, proferindo “violento ataque ao Governo [grego], considerado responsável pelo derramamento de sangue”²⁰⁹. O ELAS, continua Siantos, “representaria a totalidade do povo, e eles [os comunistas] estariam preparados para lutar pelas suas liberdades pelos próximos quarenta anos”²¹⁰. Essa postura, se acreditarmos em Damaskinos, se manterá no dia seguinte. Na minuta da EAM, por outro lado, não consta referência a quarenta anos de lutas, mas há detalhes que invertem o significado da atitude de Siantos — retratado não como um desbussolado lançando assertivas gratuitas, mas como alguém que teve de se impor diante da atmosfera agressiva da conferência. Ao ser perguntado pelo líder do KKE qual seria o propósito da reunião, o arcebispo teria respondido: “[O propósito é] Vocês entregarem as armas”²¹¹. “Se vocês nos chamaram para isso”, respondeu Siantos, “venham e peguem elas [as armas]. Nós não pretendemos ter um novo Líbano. Se você acha que nós viemos aqui para sermos insultados, então diga de forma clara, e nos retiraremos”²¹².

Em seguida a esse atrito, os representantes dos partidos políticos que compunham o Governo de Unidade Nacional — Temistoklis Sofoulis pelo Partido Liberal, Georgios Kafantaris pelo Partido Progressista Liberal, Dimitrios Maximos pelo Partido Popular — discutiram a questão da regência. Segundo Damaskinos, houve concordância em torno desse ponto, mas a reunião teria deixado claro que, enquanto os grupos partícipes da EAM estavam de fato organizados de forma sólida, os demais partidos não exibiam nível semelhante de articulação, resultando no fortalecimento da frente liderada pelos comunistas. O arcebispo não entra nos detalhes que poderiam ter embasado essa percepção de falta de entrosamento entre os não comunistas, mas o documento da EAM

²⁰⁹ Foreign Office. *Discussions at Athens, 25th-28th December, 1944*. FO-954-11B, p.394.

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ National Liberation Front, op. cit., p.68.

²¹² Ibidem, p.69.

confirma sua avaliação, ainda que matize em muito a referência a um consenso em torno da regência:

O camarada combatente Siantos respondeu imediatamente que o lado por ele representado concorda com o estabelecimento de uma regência. O senhor Sofoulis se recusou a expressar sua opinião porque ele não podia decidir sozinho. O senhor Maximos, após muitas reservas, aceitou [a regência] como um “mal necessário”. Por fim, esse assunto foi deixado pendente.²¹³

“Ademais, o senhor Kafantaris acusou amargamente o senhor Papandreou, caracterizando-o como um líder político sem valor e o principal responsável pela trágica situação presente [...]”.²¹⁴ Em seguida, Kafantaris, na mesma linha argumentativa muito utilizada tanto no Câmara dos Comuns em Londres quanto pela própria EAM, teria comparado a monarquia em vigor ao regime de Metaxas: “Um rei para a Grécia [...] significa um [novo] Quatro de Agosto [...] e fascismo”²¹⁵. Note-se que o Partido Progressista Liberal, representado por Kafarantis, integrava o Governo de Unidade Nacional. Trata-se de um indício incontrovertível do enfraquecimento do governo de Papandreou. Em sua versão dos acontecimentos, Damaskinos ressalta esse ponto, citando que outras forças políticas partilhavam com os comunistas o medo de um golpe de estado realista seguido de uma ditadura. Para o arcebispo, a reunião teria evidenciado que a coalizão grega perdera qualquer viabilidade política — “restaria apenas enterrá-la”²¹⁶. A implicação disso para os britânicos era clara: continuar a deprender energias apoiando o Governo de Unidade Nacional já não tinha sentido.

A partir dessa interpretação dos diálogos, o líder religioso avaliou que a linha de ação mais razoável seria de fato desmontar o Governo de Unidade Nacional e instalar um regente, que por sua vez empreenderia a formação de um pequeno governo, composto não por representantes de cada partido,

mas do sentimento público grego de forma geral. Ele [o regente] escolheria homens confiáveis e responsáveis da direita, do centro e da esquerda. [...] A única tendência de opinião a ser excluída seria a [posição] regular oficial do Partido Comunista. Tal governo mitigaria os medos de represálias e conseqüentemente não daria margem a propagandas maliciosas.²¹⁷

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ Ibidem.

²¹⁶ Foreign Office. *Discussions at Athens, 25th-28th December, 1944*. FO-954-11B, p.394.

²¹⁷ Ibidem.

A lógica da defesa da exclusão do KKE se deve à avaliação feita por Damaskinos do desempenho dos homens do partido. Para o arcebispo, “a despeito de suas bravas palavras”²¹⁸ — que podemos confirmar nas minutas da EAM —, os comunistas desejavam o fim do conflito. No entanto, empreenderiam tentativas de criar uma vantagem política — provavelmente advogando a formação de uma nova coalizão, da qual participariam para tentar aumentar paulatinamente sua influência.

Nessa segunda seção da conferência, a 27 de dezembro, todos os representantes de partidos reiteraram — dessa vez de forma mais enfática — seu apoio à ideia da regência, com exceção do Partido Popular, para o qual o regente deveria ser estabelecido apenas quando a EAM-ELAS acatasse integralmente as condições explicitadas pelo general Scobie. Isso deu ensejo para que os representantes da guerrilha fossem questionados quanto às suas demandas. Siantos expôs a agenda da EAM, em grande parte já conhecida: punição dos colaboradores, expurgos no funcionalismo público, na polícia e nas forças armadas, dissolução da gendarmeria. Outros requisitos, porém, causaram furor — e seriam responsáveis pelo fracasso da conferência:

Quanto à composição do [novo] governo [que seria formado sob a regência], nós pedimos: o primeiro-ministro deve ser uma pessoa que tenha a confiança de todos. Nós reivindicamos uma participação entre 40 e 50% [dos postos governamentais]. Quanto aos ministérios do Interior e da Justiça e as subsecretarias de Guerra e Relações Exteriores [...], esses ministérios devem ser entregues à Esquerda. [...] Um plebiscito [a respeito da questão monárquica] deve ser realizado no primeiro domingo de fevereiro [de 1945] e eleições devem acontecer em abril.²¹⁹

O arcebispo alertou aos presentes a respeito de como seria arriscado realizar um plebiscito em um contexto no qual o ELAS dominava a maioria das regiões rurais e poderia utilizar a força para assegurar um resultado desejável, e muitos dos presentes consideraram os termos da EAM-ELAS inaceitáveis. O próprio Damaskinos teria declarado na reunião que aceitá-los seria um ato criminoso, posto que "entregaria a Grécia ao controle da EAM-ELAS a despeito do fato de que eles representavam apenas uma porcentagem pequena do povo grego"²²⁰. Segundo a minuta da EAM, “os senhores P. Rallis, Theotokis e Tsaldaris se retiraram [do recinto], P. Rallis declarando que essas propostas significariam a comunização do país”²²¹. O arcebispo suspendeu a reunião, que

²¹⁸ Ibidem.

²¹⁹ National Liberation Front, op. cit., p.71.

²²⁰ Foreign Office. *Discussions at Athens, 25th-28th December, 1944*. FO-954-11B, p.394.

²²¹ National Liberation Front, op. cit., p.71.

deveria ser retomada, em data a definir, após os partidos discutirem as exigências da EAM. Esse seria o fim da conferência de dezembro de 1944.

A situação, portanto, era a seguinte: por um lado, evidenciaram-se discórdias dentro do Governo de Unidade Nacional, discórdias que, na leitura de Damaskinos, inviabilizavam a continuidade da coalizão — o Partido Progressista Liberal, tal como os guerrilheiros, responsabilizava Papandreou pelo conflito e alertava para a possibilidade de um golpe de direita —; por outro lado, as reivindicações da guerrilha, consideradas excessivas pela maioria das outras forças políticas, bloqueava a realização de um armistício. Era esse o quadro informado ao governo britânico — que teria de tomar uma decisão a partir desse contexto.

Após relatar os ocorridos do último dia da conferência, o arcebispo propôs a Churchill, Eden, Alexander, Macmillan e Leeper duas linhas de ação, contemplando a questão política e a situação militar. Uma vez que o Governo de Unidade Nacional se encontrava incapacitado, o melhor que os britânicos poderiam fazer seria pressionar o rei dos helenos George II a aceitar o estabelecimento da regência. O regente formaria um novo governo que excluísse a participação da esquerda comunista. Ao menos tempo, as tropas britânicas *não seriam retiradas*; continuariam a operar na Ática a fim de neutralizar o ELAS na capital. O cálculo de Damaskinos, evidentemente, previa que as mudanças políticas exercessem injunções fortes o bastante para alterar o campo bélico. De acordo com a avaliação do arcebispo, um governo no qual as esquerdas com exceção do KKE fossem representadas incentivaria os membros e apoiadores mais moderados da EAM a debandar; sentindo o encolhimento de sua base política, talvez a cúpula da EAM reconsiderasse os custos de um combate prolongado, bem como a redução das possibilidades de um resultado favorável, conseqüentemente aceitando das condições do general Scobie e finalmente desmobilizando o ELAS²²².

Churchill aceitou a proposta. Os britânicos indagaram se Damaskinos aceitaria o posto de regente, caso lhe fosse oferecido, ao que o arcebispo respondeu afirmativamente, acrescentando que “o Rei poderia ser informado de que ninguém exerceria esse encargo com mais respeito à pessoa do Rei e à monarquia do que ele”²²³. Churchill e Eden retornariam a Londres com vistas a pressionar o rei George II a aceitar o estabelecimento

²²² Foreign Office. *Discussions at Athens, 25th-28th December, 1944*. FO-954-11B, p.400.

²²³ *Ibidem*, p.401.

da regência. Nesse ínterim, o arcebispo começaria a ponderar e sondar possíveis membros para o novo governo. O clérigo deixou claro que a nova coalizão necessitaria de suprimentos alimentares e de equipamento militar para a formação de um exército nacional. Os britânicos se comprometeram com o fornecimento e garantiram que

as operações britânicas continuariam em total vigor, até que o ELAS aceitasse os termos do general Scobie ou até que a área de Atenas fosse liberada. O primeiro-ministro deixou claro que nós [britânicos] não poderíamos nos comprometer com operações militares depois que a Ática fosse assegurada, embora ele tenha dito que tentaria manter as forças britânicas na Grécia até que o Exército Nacional grego fosse formado.²²⁴

Ato contínuo à aterrissagem em Londres, Churchill e Eden se reportaram ao Gabinete de Guerra, cujos membros concordaram tanto com a continuidade das tropas em Atenas quanto com a pressão pela regência²²⁵. A 30 de dezembro, já circulava na Grã-Bretanha a renúncia eminente de Papandreou. O *Times* noticiou que o primeiro-ministro grego “virtualmente abdicou do cargo e espera-se que ele encaminhe sua renúncia formal tão logo um Regente seja indicado”²²⁶. Entrementes, as tropas britânicas, com tanques Sherman e canhões Ordnance, tomavam a Colina Arditos, um dos últimos bastiões do ELAS na região central de Atenas²²⁷. No mesmo dia, Churchill enviou ao presidente Roosevelt telegrama relatando a conversa que ele e Eden tiveram com George II. O primeiro-ministro descreveu a tarefa como “muito dolorosa”²²⁸, uma vez que foi necessário “dizer ao Rei que, se ele não concordasse, o assunto seria decidido sem ele e que nós [britânicos] reconheceríamos o novo governo em vez dele”²²⁹. Depois de uma longa reunião, George II finalmente cedeu. Seu anúncio foi enviado para a embaixada britânica em Atenas com o propósito de ser divulgado e assim liberar o início da regência do Arcebispo Damaskinos. Em suas memórias, Churchill cita o texto:

Nós²³⁰, George II, Rei dos Helenos, tendo considerado profundamente a terrível situação na qual nosso amado povo caiu, por intermédio de circunstâncias tão sem precedentes quanto incontroláveis, e resolvendo não retornarmos à Grécia a menos que convocados por uma livre e justa expressão da vontade nacional, e tendo total confiança na sua lealdade e devoção, agora por intermédio desta declaração apontamos você, Arcebispo Damaskinos, para ser nosso Regente durante esse período de

²²⁴ Ibidem.

²²⁵ Churchill, Winston. *The Second World War*, volume VI: triumph and tragedy. Londres: Rosetta Books, 2009.

²²⁶ M. Papandreou to resign. *The Times*. Londres, 30 de dezembro de 1944, p.4.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Churchill, *op. cit.*, p.383.

²²⁹ Ibidem.

²³⁰ No referido pronunciamento, George II se refere a si mesmo na primeira pessoa do plural. Trata-se do *plural majestático*, comumente utilizado por monarcas e autoridades religiosas.

emergência; e autorizamos e requeremos que você tome todos os passos necessários para restaurar a ordem e a tranquilidade no nosso reino. Ademais, declaramos nosso desejo que seja aferida, por processos de governo democrático, os desejos do povo grego, expressos livremente, assim que essas tempestades tenham passado, e que assim se reduzam as misérias de nosso amado país, pelo qual nosso coração se despedaça.²³¹

No último dia de 1944, meio a notícias do avanço britânico na capital grega, Papandreou renunciou oficialmente ao cargo de primeiro-ministro e o arcebispo Damaskinos fez o juramento cerimonial que inaugurou a Regência²³².

A EAM-ELAS e as tropas britânicas continuariam em combate até 11 de janeiro de 1945, quando da derrota da guerrilha. Quatro dias depois, o general Scobie e o ELAS acordaram um cessar-fogo. A 12 de fevereiro, em Varkiza, o secretário geral do KKE Siantos e o ministro de relações exteriores grego Ioannis Sofianopoulos assinaram o acordo que levaria o nome da cidade. Além de oficializar a derrota da EAM-ELAS, o Tratado de Varkiza determinou que um plebiscito seria realizado em 1945, com propósito de criar uma assembleia constituinte. Determinou também que, assim que o ELAS fosse totalmente desmobilizado, os membros da EAM poderiam participar da vida política do país em igualdade de direitos em relação aos membros de outros grupos. Nas próximas semanas os guerrilheiros entregariam suas armas, mas logo ficaria claro que as condições do tratado não seriam colocadas em prática, na medida em que uma onda retaliativa de elementos de direita — com anuência e por vezes apoio governamental — passou a atingir os comunistas. No início do capítulo seguinte, trataremos a transição entre a *Dekemvriana* e o *terror branco* anticomunista.

Por ora, cumpre retomar e sintetizar o itinerário de Churchill. Vimos que o primeiro-ministro, ainda que certo da pertinência de uma conduta desprovida de concessões em relação à EAM-ELAS, aceitou os pedidos feitos na Câmara dos Comuns, por parlamentares contrários à intervenção, de enviar um ministro a Atenas para averiguar a situação em detalhe. Levantamos a possibilidade de que ele tenha feito isso por reconhecer que as críticas feitas no Parlamento à intervenção à Grécia tinham significativo respaldo popular.

No entanto, antes do encerramento da segunda semana de dezembro, já existiam relatos — na imprensa britânica e nas missivas do embaixador americano MacVeagh,

²³¹ Citado em Churchill, *op. cit.*, p.383.

²³² Archbishop begins task as greek regent. *The Times*. Londres, 1º de janeiro de 1945, p.4.

como mostramos — de que a situação militar na Grécia era mais complexa do que Churchill poderia ter pensado quando ordenou ao general Scobie que tratasse Atenas como uma cidade ocupada. Alguns dias depois, o próprio primeiro-ministro admitiria esse equívoco de análise, como visto. A tomada da capital levaria mais tempo do que o inicialmente esperado e os britânicos não teriam condições de ocupar as regiões rurais dominadas pelo ELAS. Tal empreendimento exigiria, necessariamente, o remanejamento de contingentes militares utilizados em outras frentes da guerra, como podemos constatar no telegrama de 28 de dezembro de 1944 enviado pelo primeiro-ministro ao Comitê dos Chefes de Estado Maior²³³ — a cúpula das Forças Armadas Britânicas, cuja função é aconselhar em questões militares e planejar e conduzir operações:

É claro para mim que grandes males acontecerão aqui em Atenas, afetando nossa posição no mundo todo, se não conseguirmos resolver a situação rapidamente — *i.e.* em duas ou três semanas. Isso acarretaria, de acordo com [o marechal de campo] Alexander, realocar para cá as duas brigadas da 46ª Divisão, que já estão aguardando ordens. Por outro lado, a situação militar nos Apeninos Ocidentais é [de tal seriedade] que qualquer enfraquecimento das reservas do Décimo Quinto Grupo de Exército [do qual a 46ª Divisão faz parte] deve ser encarado como perigo.²³⁴

Na avaliação dos processos históricos, hierarquizar causas é sempre um exercício delicado, que flerta com a reflexão contrafactual: no limite, eleger um elemento como o mais importante para o desencadeamento de uma série de acontecimentos é considerar, de forma implícita, que sem o elemento em questão o processo em análise seria radicalmente diferente²³⁵. Não obstante, as evidências que mobilizamos neste capítulo permitem supor, com bastante segurança, que as dificuldades militares imprevistas foram um ponto determinante na mudança de atitude de Churchill e seu aceite da necessidade de uma resolução política para o conflito grego. Ainda que o primeiro-ministro talvez tenha incumbido Macmillan de verificar a situação em Atenas para fazer uma concessão aos parlamentares que, em consonância com parte da opinião pública britânica, criticavam a intervenção — e nossas fontes dão margem a essa suposição —, essas injunções domésticas parecem ter pesado menos do que os desdobramentos militares na capital helênica.

²³³ Chiefs of Staff Committee.

²³⁴ Churchill, *op. cit.*, p.382. O Décimo Quinto Grupo de Exército era composto pelo Quinto Exército Americano e pelo Oitavo Exército britânico. O Quinto Corpo de Exército fazia parte do Oitavo Exército e a 46ª Divisão fazia parte do Quinto Corpo.

²³⁵ Prost, *op. cit.*

Nossa hipótese é corroborada pelos desdobramentos da conferência de Atenas. Como visto, na véspera das conversações, o primeiro-ministro admitiu explicitamente que o assunto não poderia ser resolvido pela força militar e que um acordo político se fazia necessário. No entanto, ainda que as negociações entre os partidos gregos tenham resultado na aprovação da Regência, a insistência da EAM em reivindicações que a maioria das outras forças considerava inaceitáveis levou Damaskinos a sugerir que as tropas britânicas fossem mantidas na capital até que o encolhimento político do KKE, resultado esperado da estratégia do arcebispo para o novo governo, impelisse os comunistas a se submeter às exigências do general Scobie. A julgar pelas fontes, Churchill aceitou prontamente. A única restrição proferida foi referente ao fato de que, uma vez liberada a região da Ática, a Grã-Bretanha não teria condições materiais de empreender operações militares no restante da Grécia. Caso a opinião pública e a oposição parlamentar fossem uma grande preocupação no momento, seria de se esperar ao menos alguma menção a respeito — e que essa menção fosse registrada. Não foi o que ocorreu.

As críticas feitas à intervenção no Parlamento, analisadas no primeiro capítulo, não podem ser pensadas apartadamente das manifestações da opinião pública, que abordamos no segundo capítulo. Várias vezes os membros da Câmara dos Comuns registraram seus receios em relação aos sentimentos que julgavam perceber meio à sociedade britânica. Parece correto considerar a atuação dos parlamentares críticos como influenciadas, em alguma medida, pelo que os cidadãos expressavam nas ruas e sindicatos. No entanto, nossa pesquisa sugere que o conjunto dessas atitudes críticas acabaram por não exercer influência considerável na mudança de rumo do governo.

Churchill não desconsiderava a opinião pública. Se o fizesse, não teria mencionado, em suas memórias, as críticas que recebera, e provavelmente não teria enviado Macmillan a Atenas. Porém, sua insistência, até os últimos dias do mês, na conquista de uma vantagem sobre o ELAS, evidencia, a nosso ver, que o descontentamento doméstico não estava no primeiro plano de suas preocupações. Só podemos especular a respeito dos motivos para isso, mas é necessário levar em conta o fato de que o primeiro-ministro era adepto da doutrina da supremacia britânica no Mediterrâneo. Como visto, as fontes evidenciam que, por esse motivo, Churchill pretendia manter a Grécia sob preeminência de Londres no pós-guerra. É verossímil supor que ele tenha colocado aquilo que considerava imperativos estratégicos essenciais para o Império Britânico acima da opinião pública.

3. “É possível que tenhamos de lidar com um motim”

Este tópico se destina a uma única fonte. No último dia de 1944, Churchill fez circular entre os demais ministros do Gabinete de Guerra um relatório²³⁶ produzido pelas Autoridades de Censura Militar que Churchill, contendo trechos de cartas escritas e enviadas por soldados britânicos na Grécia entre os dias 10 e 16 de dezembro de 1944. Na introdução da compilação, lê-se: “[...] a correspondência desta semana [mostra] um posicionamento definido contra qualquer coisa conectada à imprensa e a notícias”, que são tidas como “besteiras”²³⁷. Primeiramente, consideraremos os excertos desse relatório na medida em que trazem indícios das percepções expressas por esses soldados acerca dos guerrilheiros do ELAS e da política britânica para a Grécia. Em seguida, pensaremos a própria existência desse documento — o fato dele ter sido produzido e divulgado pelo primeiro-ministro —, a fim de elaborar algumas hipóteses.

O relatório traz 33 excertos de cartas escritas por militares — soldados e oficiais — para entes queridos residentes na Grã-Bretanha. Os trechos, em geral, apresentam um tom claramente favorável à intervenção e contrário às ações do ELAS. Podemos ter dimensão da importância desses fragmentos se os considerarmos levando em conta as reflexões de Henrique Rodrigues a respeito dos bilhetes postais escritos durante a Grande Guerra²³⁸ — embora suas considerações sejam feitas a partir de contexto diverso, consideramos seu caráter geral válido para as circunstâncias que pretendemos abordar. Segundo Rodrigues, a correspondência produzida por militares em guerra geralmente era motivada pelo afastamento de casa e a distância que se colocava entre os soldados e suas famílias. Por isso, as cartas se transformavam em refúgio privilegiado do sentimento, da saudade e da *autenticidade* das mensagens enviadas aos entes queridos. Nos contextos de distância entre os soldados e seus cônjuges, parentes e amigos, a correspondência seria importante para manter as identidades sociais, unindo as esferas militar e doméstica.

O que nos interessa particularmente é a questão da *autenticidade*: unindo da melhor forma possível o mundo íntimo, familiar, confortável, à situação de conflito e

²³⁶ Cabinet. *Greece. Report by the Military Censorship Authorities*. 31st December 1944. CAB 66-60-16.

²³⁷ *Ibidem*, p.1.

²³⁸ Rodrigues, Henriques. O bilhete postal na Primeira Guerra Mundial, uma fonte a explorar. In: Pereira, Gaspar Martins; Alves, Jorge; Alves, Luís Alberto M.; Meireles, Maria Conceição (org.). *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e representações*. Porto: CITCEM, 2014.

distância, os soldados em suas cartas se expressavam de forma mais desenvolvida, fluida, sem a preocupação acerca de protocolos e hierarquias de comando que deveriam ser sempre observadas nos campos de batalha²³⁹. De sorte que consideramos razoável supor que as opiniões dos soldados podem ser aferidas com mais clareza em suas correspondências do que em registros oficiais de comunicações internas à corporação, estabelecidas entre membros das mais diversas patentes. Nesse sentido, consideramos o relatório fonte valiosa devido à possível sinceridade das linhas nele reproduzidas.

O que chama atenção nos trechos de correspondência é a clareza com que muitos correspondentes fazem questão de asseverar que os críticos à política britânica para a Grécia — na imprensa e no Parlamento — estariam equivocados. A carta de um oficial deixa isso claro: “[...] estou em posição de ver a história sendo forjada, isso é trágico, porém inevitável, e na minha opinião nós estamos absolutamente certos em nossa ação, deveriam chamar isto [a intervenção] de segunda libertação da Grécia”.²⁴⁰ Outro oficial se mostra menos entusiástico, mas parece aceitar a política de seu governo como o menor dos males: “Eu percebo que nós tomamos o único caminho possível que estava aberto para nós.”²⁴¹ Um bombardeiro, após deixar claro que nem sempre concorda com as ações do governo, diz:

[...] eu certamente o apoio [o governo] neste caso — e tenho certeza de que quase todos os soldados britânicos aqui se sentem da mesma forma. De qualquer forma, eu creio que [...] as autoridades irão resolver as coisas aqui da melhor forma possível.²⁴²

As referências explícitas à cobertura jornalística do conflito — considerada como deturpadora dos fatos — são várias. Podemos ler as queixas de um oficial: “O que está deixando todos os meninos aqui furiosos é a forma como isso [a situação na Grécia] está sendo distorcido na imprensa em casa.”²⁴³ Outro oficial escreve: “[...] o que mais nos incomoda são as besteiras que os jornais parecem estar produzindo. A imprensa está fazendo muito para nos atrapalhar, ao encorajar os rebeldes [gregos] a pensar que nós não somos apoiados pelo pessoal de casa ou pela América”²⁴⁴ Um oficial não comissionado,

²³⁹ Ibidem.

²⁴⁰ Cabinet. *Greece. Report by the Military Censorship Authorities*. 31st December 1944. CAB 66-60-16, p.4.

²⁴¹ Ibidem, p.5.

²⁴² Ibidem, p.3.

²⁴³ Ibidem, p.2.

²⁴⁴ Ibidem.

provavelmente escrevendo à esposa, adota o mesmo tom e se dirige, de forma geral, a todos os opositores à intervenção:

Seus jornais aí em casa parecem estar imprimindo um monte de ideias altamente políticas e várias pessoas parecem estar berrando sobre coisas em relação às quais elas não sabem absolutamente nada. Não tire conclusões precipitadas, querida, porque com o que você lê nos jornais, não tem chance de captar a verdade das coisas.²⁴⁵

“Por sua incompetência e distorções, eles [os repórteres] conseguiram dar ao mundo todo a impressão errada [do que está acontecendo]”²⁴⁶, lê-se no texto de um oficial. Todavia, ele se ocupa menos da imprensa e mais de ironizar os membros da Câmara dos Comuns que se posicionavam contra a repressão ao ELAS, considerados pusilânimes e fora de qualquer toque com a realidade:

[...] nós estamos esperando que alguns dos nossos brilhantes membros do parlamento venham para a Grécia, abordem essas pequenas brigadas mansas [a guerrilha] e digam a eles para serem bons garotos e realizarem eleições corretas. Nós iríamos rir muito ao vê-los tentar.²⁴⁷

A respeito dos parlamentares, um oficial não comissionado expressa opinião semelhante: “Eu ouvi os resultados dos debates na Casa dos Comuns e, acredite em mim, os tolos que tiveram a ignorância de criticar os nossos métodos ao lidar com esses bandidos [...] devem vir para cá e aprender os fatos verdadeiros”. Na mesma linha, um soldado raso escreve:

Bem, eu creio que você esteja se perguntando o que está acontecendo aqui. Bem, tudo que eu posso dizer é que eles [os parlamentares opostos à intervenção] são idiotas [...], quando paramos para pensar em algumas das coisas que os membros do Parlamento disseram acerca de [coisas de] que eles não sabem nada, eu começo a pensar que alguns deles estariam melhor empregados como varredores de rua do que como ministros.²⁴⁸

Para os autores das cartas selecionadas, jornalistas e militares contrários à política de intervenção defendida por Churchill não estavam apenas equivocados: a percepção que tinham do ELAS era diametralmente oposta à visão dos soldados. Nos trechos analisados encontramos, como veremos adiante, apenas uma opinião minimamente favorável aos guerrilheiros, reconhecendo a legitimidade de sua causa, ainda que não os métodos empregados. Na maioria das cartas, ao contrário da imagem de um legítimo movimento popular que estaria sendo difundida pela imprensa britânica, o que vemos

²⁴⁵ Ibidem, p.1.

²⁴⁶ Ibidem, p.3.

²⁴⁷ Ibidem.

²⁴⁸ Ibidem.

aqui são homens da barbárie. O texto de um oficial não comissionado salienta a oposição do ponto de vista dos militares na Grécia — e ele dá a entender que a maioria dos soldados comunga com sua opinião — em relação à posição da imprensa: “O inimigo, como o chamamos, a guerrilha, como a BBC os chama, querem promover a anarquia pelos métodos mais perversos e fascistas [...]”, e sua força destrutiva seria proveniente da manipulação das vontades de interesses de “[...] um grande número de gregos perfeitamente razoáveis, que têm sofrido muito [...]”²⁴⁹.

Para esse oficial, os comunistas e socialistas que seguem a direção da EAM-ELAS — e que não deveriam ser confundidos com a totalidade dos apoiadores dessa organização — seriam movidos por um fanatismo muito semelhante ao fundamentalismo religioso: pensam

[...] que o milênio está próximo, que por isso eles devem liquidar todos que são rotulados pela propaganda [da EAM] como traidores. Eles acreditam que são os verdadeiros patriotas, [mas] são as ferramentas e vítimas dos verdadeiros traidores [EAM/ELAS]. Isso não poderia ser mais horrendo²⁵⁰.

A carta traz, ainda, junto à aprovação da repressão ao ELAS, uma discreta crítica a outro aspecto da política britânica na Grécia:

[...] [Churchill] é o culpado, eu acho, por apoiar o rei e conseqüentemente nos colocar a todos nessa posição em relação à Grécia, mas eu percebo agora que ele estava certo sobre a EAM. Qualquer sorriso nosso na direção dos realistas foi errado, e ainda é assim, porque eles, pela sua própria existência, formam o partido político do trono [...].²⁵¹

A correspondência de outro oficial também traz esses dois elementos: a ideia de que o apoio popular à EAM/ELAS se devia apenas à manipulação e à coerção — como se não fosse possível que as ações da EAM correspondessem minimamente a demandas populares legítimas — e uma crítica à monarquia em torno da qual se estruturou o Governo de Unidade Nacional — o que pode levar, implicitamente, a uma crítica ao governo britânico por seu apoio a George II, Rei dos Helenos.

Em Atenas o ELAS caiu sob influência do elemento comunista extremo (KKE), que organizou manifestações contínuas às quais a população foi coagida a comparecer. Jovens das regiões mais inóspitas, armados até os dentes, mantinham controle por intermédio de uma máquina partidária altamente organizada e apoiada pelo terrorismo. O governo

²⁴⁹ Ibidem, p.3.

²⁵⁰ Ibidem.

²⁵¹ Ibidem.

central, que havia sido trazido do Egito, era muito fraco, especialmente no tocante à sua falha em lidar com os colaboracionistas.²⁵²

Não encontramos, nos excertos selecionados pelas Autoridades de Censura Militar, nenhuma crítica adicional ao apoio britânico à monarquia helênica. Em contrapartida, outros seis trechos — todos de oficiais — repetem a ideia, expressa nas cartas acima, de que a EAM/ELAS estaria apartada dos legítimos anseios da população grega. Um deles lamenta: “Essas pobres pessoas não parecem estar tendo um Natal muito feliz; é uma pena, depois dos terríveis anos pelos quais eles passaram, ter que sofrer mais por conta das armações de uns poucos gângsteres”.²⁵³ Outro defende o primeiro-ministro: “[...] Churchill e Eden deram a verdade absoluta à Câmara dos Comuns quando eles disseram que uma minoria de gângsteres estava tentando tomar o controle da Grécia [...]”.²⁵⁴

Os outros quatro textos de oficiais adicionam à ideia da falta de legitimidade dos guerrilheiros a percepção de que a presença e as ações das forças armadas britânicas seriam apreciadas pela maioria dos gregos. “Em minha cabeça, não há dúvida que uma grande maioria do povo é realmente amigável em relação a nós, e que são poucos os extremistas que construíram, por intermédio de terrorismo bem organizado, um exército formidável”²⁵⁵, opina um oficial. “Isso [a intervenção] é algo que deve ser feito [...] [e] a maioria desse povo [a população grega] não quer lutar contra os britânicos de forma alguma”²⁵⁶, lemos em outro texto. “Eu penso que a maioria das pessoas em Atenas e Pireu estão felizes que isto [a intervenção britânica] esteja acontecendo”,²⁵⁷ avalia outro militar. No último trecho do documento há uma afirmação taxativa e confiante: “Uma coisa que eu posso dizer é que 98% da população é intensamente pró-britânica. É inacreditável como nos recebem nas vilas.”²⁵⁸

A única expressão relativamente destoante que encontramos no relatório é a de um sapador. Segundo seu ponto de vista, o conflito não poderia ser vencido militarmente pelos britânicos — justamente por conta da consonância das ações da EAM/ELAS com os anseios da população:

²⁵² Ibidem, p.4.

²⁵³ Ibidem, p.6.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ Ibidem, p.4.

²⁵⁶ Ibidem, p.5.

²⁵⁷ Ibidem, p.6.

²⁵⁸ Ibidem.

[...] é horrível pensar em toda essa matança, depois de tudo pelo que esse povo passou, e, acredite em mim, isto pelo que eles lutam não é coisa pequena. Se as pessoas em casa [na Grã-Bretanha] que estão comandando isto aqui pensam que eles podem esmagar [a guerrilha] com uma força armada, logo eles mudarão de ideia; [a força] pode matar alguns milhares, mas isso não vai pará-los. Isso poderia ter sido resolvido de forma civilizada entre nós e as partes aqui envolvidas antes que se tornasse grande demais.²⁵⁹

Trata-se de um reconhecimento implícito de que a adesão popular ao ELAS provinha não apenas da violência e da intimidação, mas do fato de que sua luta seria considerada legítima por boa parte da população grega. Não encontramos outro sinal de reconhecimento de legitimidade nos trechos selecionados. Isso não é surpreendente. Em primeiro lugar, há a possibilidade, que abordaremos mais adiante, de que o relatório tenha sido elaborado com o fim específico de fazer contraponto à difusão de uma visão positiva da guerrilha pela imprensa. Em segundo lugar, a atuação social da EAM — de onde emanava parte considerável de sua popularidade — esteve concentrada nas regiões montanhosas do país, cuja população raramente tinha acesso a serviços estatais. Os soldados britânicos que estavam na Grécia durante a *Dekemvriana* operavam, em sua maioria, na região metropolitana de Atenas. Embora não haja no relatório dados explícitos que comprovem isso, é verossímil supor que os autores das cartas não se constituíssem em exceção: além da dificuldade de penetração nas montanhas por parte de forasteiros, todas as menções geográficas específicas contidas nas cartas fazem referência apenas à própria Atenas e a Pireu.

Levando isso em consideração, não é de se espantar que não apareçam referências ao trabalho inclusivo feito pela EAM/ELAS e que a organização apareça apenas como um grupo violento que oprime seu próprio povo: “Eles [os gregos] têm sido aterrorizados por tempo demais por esses gângsteres armados e já era hora de lidar com eles da maneira apropriada”,²⁶⁰ escreve um oficial. É sintomática a escolha do termo *gângster*, que apareceu mais duas vezes ao longo do relatório: os guerrilheiros vistos como nada mais do que um bando organizado de criminosos violentos, que intimidam, assassinam e extorquem. Outro oficial oferece uma visão mais detalhada:

[...] o fato é que o ELAS e seus homens começaram uma guerra, e estão a conduzindo de forma que seja imposto o máximo possível de dificuldades sobre a população de Atenas. A greve geral, o fechamento de lojas e padarias (o pão agora custa uma libra e meia a bisnaga), tiroteios indiscriminados que levam a um grande número de

²⁵⁹ Ibidem, p.5.

²⁶⁰ CAB 66/60/16, p.6.

casualidades civis, tudo isso confirma a crença de que as pessoas que disso participam estão muito longe de serem libertadoras. Dou um exemplo: um franco atirador abateu sete pessoas em um dia — dois soldados britânicos, que foram levemente feridos, e cinco civis, um dos quais era uma mulher de 50 anos que foi atingida no peito e morreu a caminho do hospital.²⁶¹

Outra correspondência de um oficial registra que os membros do ELAS são “[...] comunistas do mais virulento tipo, agressivos e homicidas, sem um ato de patriotismo”²⁶². A polícia estaria certa ao atirar contra a multidão na Praça Syntagma no dia três de dezembro, justifica o autor, e acrescenta: “Lamento muito que havia [na praça] jovens garotos e garotas que foram mortos, mas eles foram colocados como escudo humano [pelo ELAS], uma forma muito baixa de luta”²⁶³. A opinião de que o ELAS estaria empregando formas desonrosas de combate é compartilhada por um oficial não comissionado: “Os métodos de luta dessa gente são dos mais baixos, e eu não gosto disso nem um pouco. Se é necessário lutar, que se lute de forma limpa”²⁶⁴. O relato de um outro oficial, ao tratar a relação do ELAS com a população, é quase desesperado:

Eu te pergunto, podemos ficar parados sem fazer nada enquanto os rebeldes atiram em pessoas indefesas, mulheres e crianças, explodem casas, cortam fora suas cabeças e vários outros atos de barbárie? Devemos permitir que eles ataquem uma cidade e apenas digamos: “vamos, companheiros, não façam isso”? Eu digo que isso é impossível. Existe apenas uma resposta para um bando de terroristas armados e [esta resposta] é a força.²⁶⁵

A mesma correspondência traz conjecturas sobre possíveis conexões escusas da EAM:

Nós não gostamos disso, mas eu asseguro que isso é tudo parte de toda a podridão semeada pelo Huno. Você pode perguntar, porque nossos garotos devem dar suas vidas para resolver diferenças políticas gregas, mas são apenas políticas gregas [que estão em jogo aqui]? Eu digo que não, isso tudo é parte da guerra contra o Huno, e nós devemos seguir em frente e exterminar esse elemento rebelde.²⁶⁶

“Huno” era a forma pela qual os soldados britânicos se referiam aos alemães. Essa conexão entre o ELAS e os nazistas aparece mais de uma vez no relatório. Em um excerto, lemos: “acreditamos no senhor Churchill²⁶⁷, e seu discurso nos animou muito, agora nós

²⁶¹ CAB 66/60/16, p.2.

²⁶² Idem.

²⁶³ Ibidem.

²⁶⁴ Ibidem, p.4.

²⁶⁵ Ibidem, p.2.

²⁶⁶ Ibidem.

²⁶⁷ A julgar pela data do relatório, presumimos que o oficial que escreveu essas linhas estivesse se referindo à atuação de Churchill na Câmara dos Comuns a 8 de dezembro de 1944.

sabemos pelo que estamos lutando, e contra o que estamos lutando; trata-se obviamente de um elemento Huno por trás de todo esse problema”²⁶⁸. Em outra carta, de um oficial:

Embora ambos os grupos guerrilheiros [ELAS e EDES] fossem antialemães na aparência, o ELAS utilizou os armamentos e treinamentos para um propósito diferente. Nós, os britânicos, suprimos ambos os exércitos com comida, armas, ouro, roupas, e tudo mais, para ajudar a incentivar o espírito de resistência — em uma ignorância ou estupidez.²⁶⁹

Trata-se, evidentemente, de menção à política de apoio às guerrilhas empreendida pela SOE durante a ocupação com o intuito de causar o máximo possível de dano aos nazistas. O mesmo oficial considera que essa política tornou os britânicos moralmente responsáveis pela Grécia: “Nós temos parte da culpa em armar esses tipos maus, então deve ser nossa responsabilidade colocar corrigir as coisas para os gregos, mesmo que isso leve anos.”²⁷⁰

Encontramos referência no mesmo sentido em texto de um militar de ranking desconhecido. O ELAS teria utilizado o armamento a eles entregue pelos britânicos para auxiliar aqueles que aparentemente eram seus inimigos: os nazistas.

Os guerrilheiros estão posicionados a uma pequena distância, e pelo dia todo podemos assistir à Força Aérea e alguns destróieres atacá-los. [...] Eu não consigo imaginá-los mantendo essa palhaçada por muito tempo, desnecessário dizer que os diabos têm estocado os armamentos que foram enviados a eles para usar contra os alemães. Os diabos cheios de artimanhas esperaram três anos e meio por essa chance, mas como você sabe, o tiro saiu pela culatra, eles jamais esperavam a nossa intervenção, mas aparentemente eles não perceberam que seus métodos são justamente aqueles contra os quais estivemos lutando nesta guerra [a Segunda Guerra Mundial].²⁷¹

Bandidos, gângsteres, terroristas, covardes, trapaceiros, anarquistas, intimidadores, violentos e assassinos. As percepções do ELAS construídas pelos autores das cartas analisadas é a de um grupo que estava muito mais próximo de uma gangue criminosa do que de uma organização política de resistência. Todo e qualquer apoio que os guerrilheiros comunistas pudessem ter seria resultado de uma combinação de manipulação e intimidação. Com a exceção de uma carta, não encontramos no documento

²⁶⁸ Cabinet. *Greece. Report by the Military Censorship Authorities*. 31st December 1944. CAB 66-60-16, p.3.

²⁶⁹ *Ibidem*.

²⁷⁰ *Ibidem*.

²⁷¹ *Ibidem*, p.4.

indícios de que esses soldados considerassem que as camadas populares gregas pudessem aderir ao ELAS de livre e espontânea vontade advinda de uma concordância com o intuito da guerrilha de fazer frente ao Governo de Unidade Nacional. Não é feita menção alguma às melhoras empreendidas pela EAM em relação ao acesso a bens e serviços pelos mais pobres, ao passo em que a violência praticada foi ressaltada diversas vezes.

Mais do que isso, o retrato que emerge do ELAS a partir das correspondências estudadas é a de um grupo que não se manteria nos marcos de uma guerra “justa”, “limpa”. Pelo contrário: fariam uso de artimanhas e enganações, além de muitas vezes, em busca de vantagens de combate, colocarem civis em situação de risco. Muito provavelmente a percepção de que os guerrilheiros se valiam de métodos injustos esteja relacionada ao fato de que os homens do ELAS em Atenas não utilizavam uniformes e insígnias — o que facilitava camuflagens e ataques surpresas. O próprio governo britânico, na visão dos soldados, teria empreendido uma política equivocada ao armar um grupo que, ao fim e ao cabo, teria se mostrado — por suas ações — como uma extensão dos nazistas alemães.

Esses pontos de vista são notavelmente colidentes com as expressões de descontentamento acerca de intervenção na Grécia que ocorriam na Grã-Bretanha, examinadas no segundo capítulo. Em um primeiro momento, poderíamos pensar que as avaliações apresentadas pelos soldados a respeito da natureza da EAM-ELAS e das questões que envolviam o conflito estariam mais próximas à realidade do que as opiniões dos cidadãos que se manifestavam a milhares de quilômetros de distância. No entanto, essa seria uma ilação descuidada. Não é possível aferir se os soldados das cartas contidas no relatório tinham uma melhor compreensão do que se passava na Grécia do que os manifestantes, os membros da Câmara dos Comuns ou a imprensa. Segundo Loukianos Hassiotis,²⁷² os militares — inclusive os oficiais — recebiam informações muito fragmentárias e inadequadas a respeito da situação grega. De modo geral, os soldados britânicos não tinham noções claras nem das questões sociais e políticas pelas quais lutavam os gregos, nem dos objetivos reais da política oficial de seu próprio governo, além de terem escasso ou nenhum conhecimento da língua grega. Os homens transferidos para a Grécia recebiam de seus superiores um manual de instruções intitulado *Greece*.

²⁷² Hassiotis, Loukianos. The Dekemvriana through the eyes of the British soldiers. *Journal of Modern Greek Studies*, Baltimore, v.33, n.2, pp.269-291, out 2015.

Hassiotis, ao analisar esse documento, afirma que se trata de material de conteúdo pobre, contendo pouco mais do que generalidades e nada substancial acerca dos conflitos políticos helênicos. Ademais, as informações às quais os soldados tinham acesso ao longo de sua estadia na Grécia geralmente eram provenientes de oponentes da EAM-ELAS. Outro elemento a ser levado em conta os preconceitos anticomunistas que eram muito difundidos entre o oficialato britânico da época²⁷³, e isso é um elemento que em parte ajuda a entender o tom virulentamente anti-ELAS das correspondências: a fonte que analisamos traz 24 excertos da autoria de oficiais, de um total de 33 (os nove restantes são trechos de cartas da autoria de dois soldados rasos, um bombardeiro, dois motoristas, dois sapadores e dois militares sem posição mencionada).

Algumas das fontes analisadas por Hassiotis — *mas não todas*, é importante frisar — trazem percepções semelhantes. O pesquisador afirma que alguns dos soldados que se expressam nos registros consultados narravam a situação a partir da ideia do contato entre o *homem civilizado* (os britânicos) e o *selvagem* (os gregos). O tentente-coronel H. J. Chappell, por exemplo, descreve em seu diário que “a sensação era a de estarmos sentados em um clarão na selva ouvindo os batiques de guerra e esperando o ataque dos selvagens”²⁷⁴. Outro soldado registra: “Eu me lembro de ter pensado em filmes antigos sobre índios vermelhos, com os colonos formando um círculo com suas diligências enquanto os selvagens os cercavam”²⁷⁵. Hassiotis ressalta que os testemunhos dos soldados estavam eivados de estereótipos negativos a respeito da EAM-ELAS e de “uma mentalidade imperialista que era característica dos militares britânicos em geral”²⁷⁶.

Nossa análise do relatório com excertos de correspondências de soldados nos interessa na medida em que oferecem um novo ângulo das percepções britânicas a respeito do envolvimento no conflito grego. Mas há outra dimensão que vale a pena ser abordada: por que esse documento foi produzido? Por que Churchill o divulgou entre o Gabinete de Guerra?

Há uma nota na abertura da compilação, assinada pelo primeiro-ministro:

Meus colegas [do Gabinete de Guerra] devem ser o relatório em anexo [emitido] pelas Autoridades de Censura Militar, entregue a mim pelo marechal de campo Sir Harold Alexander, a respeito de cartas escritas

²⁷³ Ibidem.

²⁷⁴ Citado em Hassiotis, *op. cit.*, pp.275/276.

²⁷⁵ Citado em Hassiotis, *op. cit.*, p.276.

²⁷⁶ Hassiotis, *op. cit.*, p.279.

por soldados britânicos na Grécia durante a semana que terminou no dia 16 de dezembro²⁷⁷.

Por que essa seleção de cartas seria tão importante a ponto de ser entregue a Churchill pelo próprio marechal de campo Alexander? A ponto de merecer que os ocupados ministros do executivo do Reino Unido dispensem tempo a sua leitura? Não dispomos de evidências comprobatórias, e neste ponto da tese as lacunas entre as fontes se tornam particularmente largas. Sem embargo, podemos levantar algumas possibilidades — cuidando para não distorcer a documentação — e tentar fazer algo semelhante ao que Natalie Davis, em sua clássica pesquisa sobre o camponês Martin Guerre, chamou de *exercício de imaginação histórica*²⁷⁸.

No sumário do relatório, escrito por algum dos funcionários da Censura Militar, há uma sinopse que indica os aspectos aos quais os leitores deveriam se atentar:

Se o objetivo principal dos escritores [militares que escreveram cartas] da semana passada era fazer com que [...] [os destinatários] não levassem em consideração as notícias da imprensa, com o objetivo de acalmá-los, o desenvolvimento dos eventos, aqui [com o acirramento da batalha] e em casa [na Grã-Bretanha, com as manifestações contrárias à intervenção], mostra [sic] na correspondência desta semana um posicionamento mais definido contra qualquer coisa conectada à imprensa e às notícias. “Olhando de perto, tem havido muita distorção e deturpação na imprensa” [diz uma das cartas]. [Os textos dos jornais [...] são simplesmente considerados “lixo” e “as besteiras que eles produzem estão nos deixando simplesmente furiosos” [diz outra carta]. “O que a imprensa tem feito realmente é encorajar os rebeldes [ao passar a impressão] que nós não somos apoiados pelo nosso povo [britânico]”²⁷⁹.

Jacques Le Goff²⁸⁰ diz que a pesquisa histórica deve ser empreendida levando-se em conta que não existem documentos objetivos e inócuos. São sempre produtos da sociedade que os fabricou, segundo relações de força e poder específicas. Talvez em nenhuma outra fonte utilizada na tese as questões apontadas por Le Goff se coloquem de forma tão clara quanto no relatório das correspondências dos soldados. A sinopse contida na compilação e o fato de que Churchill distribuiu esses excertos entre os membros do Gabinete parecem ser uma indicação contundente de que esses registros foram produzidos como uma espécie de contraponto na tentativa de mitigar preocupações dentro do governo

²⁷⁷ Cabinet. *Greece. Report by the Military Censorship Authorities*. 31st December 1944. CAB 66-60-16, página não numerada.

²⁷⁸ Davis, Natalie Zemon. *The return of Martin Guerre*. Cambridge: Harvard University Press, sd.

²⁷⁹ Cabinet. *Greece. Report by the Military Censorship Authorities*. 31st December 1944. CAB 66-60-16, p.1.

²⁸⁰ Le Goff, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

em relação à opinião pública e à cobertura jornalística do conflito conduzida pela imprensa britânica. A apreensão diante da imprensa pode ser percebida na ocasião de 17 de dezembro, quando ocorreu a manifestação *Hands off Greece* na Trafalgar Square de Londres. O evento foi noticiado via rádio pela *British Broadcasting Corporation* (BBC), a mais importante transmissora jornalística britânica. No dia seguinte, a transmissão foi discutida em reunião do Gabinete de Guerra, na qual estavam presentes Churchill e Anthony Eden. No relatório da reunião consta:

O Gabinete de Guerra teve uma breve discussão acerca da proeminência dada pela BBC, nos noticiários das 18h e das 21h de domingo, 17 de dezembro, à manifestação “Hands off Greece” [...]. O Gabinete de Guerra foi informado que o Ministro da Informação (que não pôde estar presente) opinou que, enquanto os governadores da BBC detivessem o grau de independência que o Gabinete de Guerra lhes garantiu em 1941, seria difícil fazer algo mais no sentido de controlar as apresentações de notícias da BBC.²⁸¹

É evidente a percepção, por parte dos membros do Gabinete, de que era inconveniente a ampla divulgação de sinais de descontentamento quanto à intervenção na Grécia, em especial atos da magnitude do *Hands of Greece*. Churchill, em sessão parlamentar a 18 de janeiro de 1945, avalia negativamente as ações da imprensa:

[...] não há caso, na minha experiência, certamente não durante minha experiência em tempo de guerra, em que o governo britânico tenha sido tão vilipendiado e seus motivos tão distorcidos em nosso próprio país por importantes órgãos da imprensa ou entre nosso próprio povo. Que isso seja feito meio aos perigos dessa guerra, agora em seu clímax, me encheu de surpresa e tristeza.²⁸²

Anos, depois, em suas memórias, recuperaria o incômodo causado pelo tratamento que os jornais davam ao caso grego: “O *Times* e o *Manchester Guardian* pronunciaram [em dezembro de 1944] suas censuras contra aquilo que eles consideravam nossa política reacionária”²⁸³.

Não pretendemos, nesta tese, abordar a cobertura jornalística que a imprensa britânica empreendeu da guerra civil grega. Esse tema foi tratado em extensão e profundidade por John Sakkas²⁸⁴ e Panagioula Koutsopanagou²⁸⁵, com resultados

²⁸¹ Cabinet. *Conclusions of a Meeting of the War Cabinet held at 10 Downing Street*. CAB 65/44/41, p.327.

²⁸² Hansard. House of Commons. *War situation and foreign policy*. 18 January 1945. Volume 407, c.400.

²⁸³ Churchill, Winston. *The Second World War, volume VI: triumph and tragedy*. Londres: Rosetta Books, pp.351/352.

²⁸⁴ Sakkas, John. *Britain and the greek civil war, 1944-1949: British imperialism, public opinion and the coming of the Cold War*. Berlim: Verlag, 2013.

²⁸⁵ Koutsopanagou, Panagioula. *The british press and greek politics, 1943-1949*. 1996. Tese (Doutorado em História Internacional) – London School of Economics and Political Science, University of London, London.

bastante semelhantes, e é pertinente reproduzir algumas de suas avaliações. Segundo os autores, a Grécia passou a ser tema constante de cobertura a partir de 1943, e as atitudes da imprensa refletiam parte considerável da opinião pública britânica, que, como vimos no capítulo anterior, ao longo da Segunda Guerra Mundial havia se radicalizado em direção à esquerda do espectro político. Os principais meios de comunicação de massa, acompanhando essa tendência, demonstravam certa simpatia — explícita ou implícita — para com os movimentos de resistência da Europa, e relutavam em se conformar à política oficial do governo. Isso se explicitou em dezembro de 1944, quando “[...] a imprensa britânica se colocou quase como uma unidade contra a política externa britânica em relação à Grécia”²⁸⁶.

Além de divulgar manifestações domésticas de descontentamento, em fins de 1944 nove empresas jornalísticas mantinham correspondentes cobrindo a Grécia *in loco*: *BBC*, *Reuters*, *The Times*, *Manchester Guardian*, *Daily Express*, *Daily Mail*, *Daily Herald*, *Kemstey Press* e *Daily Telegraph*. Esses jornalistas tinham seus movimentos e acesso a informações limitados pelas mais diversas questões. Eram cadastrados nas forças britânicas e não podiam circular por territórios sob domínio do ELAS, além de ter de lidar com a censura militar e frequentes interferências por parte de oficiais britânicos²⁸⁷. Apesar disso, a maioria das matérias publicadas — excetuando-se a cobertura do conservador *Telegraph* — tendia a ver a EAM-ELAS sob luz favorável e criticar a intervenção britânica. Ressalte-se que houve ocasiões na Câmara dos Comuns em que parlamentares críticos à intervenção procuravam embasar seus argumentos com referências explícitas à cobertura jornalística. Na seção de cinco de dezembro, por exemplo, Leslie Haden-Guest, do Partido Trabalhista, ao questionar Churchill a respeito do tiroteio na Praça Syntagma, diz:

Não é um fato que a manifestação que foi alvejada consistia em 200 crianças e jovens desarmados? Estou citando o correspondente do *Times*. Não é um fato que o tiroteio continuou por uma hora, selvagem e violentamente — novamente estou citando *The Times* —, e não é fato que há na Grécia um sentimento generalizado de que a questão dos colaboracionistas não foi abordada, e que os batalhões de segurança que foram estabelecidos pelos alemães para lutar contra o movimento grego [de guerrilha] estão sendo mantidos pelo governo atual [...]?²⁸⁸

Digno de nota também é o fato de que, durante alguns momentos do conflito, o ELAS conseguiu fazer circular entre as tropas britânicas alguns panfletos contendo cópias

²⁸⁶ *Ibidem*, p.85.

²⁸⁷ Koutsopanagou, *op. cit.*

²⁸⁸ Hansard. House of Commons. *Greece (disturbances, Athens)*. 5 December 1944. Volume 406, c.359.

de artigos do *Manchester Guardian* condenando a conduta de Churchill; a intenção era prejudicar a moral e enfraquecer o espírito de luta dos soldados de Sua Majestade²⁸⁹. Em mais de uma ocasião, portanto, tanto na Grã-Bretanha quanto na Grécia, material jornalístico crítico à intervenção foi utilizado pelos opositores da política do governo, como instrumento de luta.

Levando em consideração as críticas constantes que as ações na Grécia estavam recebendo no momento, é razoável inferir que os funcionários das Autoridades de Censura Militar tenham preparado o documento com o intuito específico de fornecer um contraponto a essas críticas — a visão divergente de homens que realmente estavam envolvidos na questão. Também é plausível levantar a hipótese de que Churchill tenha distribuído o material a seus colegas do Gabinete de Guerra para tentar encorajar a manutenção da política em curso.

Ademais, consideramos a hipótese de que haveria outro motivo, menos evidente, para a circulação desse relatório entre o Gabinete de Guerra: o medo de um possível amotinamento dos soldados britânicos na Grécia. Desse modo, a compilação, com seus trechos de cartas defendendo a intervenção, teria sido utilizada para assegurar aos ministros que a possibilidade de uma revolta militar seria remota.

No debate de 8 de dezembro, o trabalhista John Dugdale toca no assunto da moral das tropas. Ele temia que os soldados começassem a questionar a validade, a ética e o sentido de suas ações; embora assegure explicitamente que os soldados cumpririam suas ordens, sua fala parece indicar que ele mesmo não estava tão certo disso:

Por fim, chego à questão das nossas tropas que estão lá. Eu pediria aos honoráveis membros que se lembrem que milhões de homens estão nas Forças hoje, tanto convocados quando voluntários; que alguns desses homens estão hoje lutando na Grécia, não contra alemães, mas contra gregos, contra homens que talvez tenham as mesmas ideias que eles. Quais serão seus sentimentos? Quais seriam os sentimentos de um soldado britânico hoje deitado ferido em um hospital, talvez com sua perna amputada como resultado das ações em Atenas? Qual seriam os sentimentos de uma mãe que ouve que seu filho foi morto, não lutando contra alemães, mas lutando contra gregos? [...] Creio que, ainda que nossas tropas sem dúvida façam o que for ordenado — sem dúvida obedecerão; claro que obedecerão, claro que dispararão contra quem lhes for ordenado disparar —, creio que isso é colocá-los sob uma tensão terrível, e eu espero que o governo, percebendo a tensão sob a qual está colocando essas tropas, ache possível alterar a política. Acredito que essa política não fará nada para ajudar a vencer a guerra,

²⁸⁹ Hassiotis, *op. cit.*

mas pode fazer muito no sentido de quebrar a fundação de paz que todos nós ajudamos a construir.²⁹⁰

A colocação de Dugdale não foi retrucada. No entanto, alguns momentos depois, o trabalhista Arthur Greenwood pareceu insinuar concordância com seu correligionário, ao asseverar que pais e mães britânicos, cujos filhos combatiam na Grécia, não ficariam calados diante do massacre inútil de seus filhos. Além disso, continua Greenwood, “muitos soldados britânicos ficarão profundamente tristes se forem convocados para uma batalha em uma praça onde mulheres e crianças possam ser massacradas”²⁹¹.

No dia seguinte, Churchill enviou mensagem ao general Scobie indagando se estaria ocorrendo alguma dificuldade política com as tropas; no mesmo dia, Scobie respondeu negativamente, comentando que os excessos do ELAS enojavam até mesmo os soldados tidos como esquerdistas²⁹². De acordo com os Regulamentos Reais então vigentes, que regravam a conduta dos membros das forças armadas, os soldados dos três ramos eram proibidos de empreender atividades políticas nas instalações militares e em suas proximidades, em circunstância alguma poderiam participar de atos políticos vestindo uniforme²⁹³. Ou seja: esperava-se que, em situações normais, questões políticas não causassem interferência nas operações militares, e que membros das forças armadas. Ao fazer a indagação a Scobie, portanto, Churchill perguntava se havia sinais de que soldados treinados e disciplinados estivessem violando normas de conduta. Não era uma preocupação trivial. Provavelmente foi motivada por indícios de descontentamento entre os soldados; é verossímil supor que o primeiro-ministro, no mínimo, considerava a possibilidade de problemas relacionados a insubordinação.

Na Câmara dos Lordes, a 21 de dezembro, o trabalhista Lord Farrington abordou a questão de forma explícita:

As vidas dos nossos homens em todos os teatros de guerra estão sendo perdidas e as vidas de nossos aliados também. Desde que fiz um pequeno comentário sobre a Grécia na semana passada, venho recebendo numerosas cartas de membros das Forças [Armadas], e eu não tenho dúvida do sentimento de todos aqueles membros das Forças que são politicamente conscientes. Admito que todas as minhas cartas até agora vieram de homens que estão na Inglaterra, possivelmente porque [nossos] debates não são divulgados no exterior ou porque ainda

²⁹⁰ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.983.

²⁹¹ *Ibidem*, c.996.

²⁹² Sakkas, *op. cit.*

²⁹³ Gluckstein, Donny. *La otra historia de la segunda guerra mundial: resistencia contra imperio*. Barcelona: Ariel, 2013.

é cedo demais para recebermos comentários do exterior, mas eu não acredito que todos os homens do nosso Exército que são politicamente conscientes e apreciadores da democracia estejam apenas na Inglaterra. Eu não ficaria surpreso se comandantes militares reportassem casos de homens que demonstraram grande relutância em combater os gregos e que talvez até tenham se recusado a bombardeá-los.²⁹⁴

E faz um alerta: “É possível que tenhamos de lidar com um motim em meio a nossos homens na Grécia, uma recusa a combater os gregos”²⁹⁵.

Durante toda a participação da Grã-Bretanha na guerra civil grega, não houve nenhum motim meio às tropas de Sua Majestade. Sem embargo, nossa vantagem retrospectiva não pode nos incitar a desprezar o horizonte de perspectivas²⁹⁶ dos homens que viviam na época que estudamos. Suas percepções acerca de suas circunstâncias e suas interpretações das possibilidades que tinham ou acreditavam ter diante de si devem ser levadas em conta para que evitemos interpretações demasiadamente lineares, carentes do imprevisto e da abertura de caminhos alternativos. O final da intervenção de Farrington ajuda a perceber que sua advertência não era infundada:

Penso que é possível que nosso povo ao longo do país sinta que isso [a intervenção] é uma coisa errada e, como eu digo, é possível que esses sentimentos possam ser compartilhados até o ponto extremo [*i.e.* a eclosão de um motim]. É possível, e eu acredito que o governo deva levar esse sentimento em conta.²⁹⁷

Ao vincular a possibilidade de amotinação ao descontentamento popular que se verificava na Grã-Bretanha, Farrington estava atento a um ponto importante: os soldados britânicos não eram um corpo separado do restante da população. Se na Segunda Guerra Mundial ainda era comum que os oficiais das forças armadas britânicas pertencessem às elites aristocráticas²⁹⁸, a maioria das fileiras dos soldados — como era o caso das tropas britânicas na Grécia — era formada por convocados de origem trabalhadora²⁹⁹. Seria de se esperar, portanto, que nos rankings mais baixos se encontrassem sinais consideráveis do incômodo que a intervenção causava em uma população que à época se encontrava notavelmente radicalizada. Segundo Sakkas³⁰⁰, é plausível inferir que entre os soldados se encontrasse divisão de opiniões similar ao que era verificado na sociedade britânica.

²⁹⁴ Hansard. House of the Lords. *Greece*. 21 December 1944. Volume 134, c.510.

²⁹⁵ *Ibidem*.

²⁹⁶ Prost, *op. cit.*

²⁹⁷ Hansard. House of the Lords. *Greece*. 21 December 1944. Volume 134, c.510.

²⁹⁸ Gluckstein, *op. cit.*

²⁹⁹ Sakkas, *op. cit.*

³⁰⁰ *Op. cit.*

A julgar apenas pela leitura da compilação organizada pelas Autoridades de Censura Militar, poderíamos considerar exagerados os alertas para a possibilidade de amotinamento. No entanto, não sabemos quais foram os critérios de seleção e edição na produção do documento. Segundo o próprio relatório, entre 10 e 16 de dezembro, de um total de 1830 cartas enviadas por soldados, 728 foram lidas, das quais apenas 33 foram escolhidas. Além disso, a coletânea traz apenas pequenos trechos da correspondência. Não temos acesso aos textos integrais das cartas. De sorte que não podemos fazer inferências generalizadoras a partir dessa fonte. Porém, podemos levar em conta o estudo de Hassiotis, que utiliza o relatório que analisamos em conjunto a outras fontes — outras correspondências, diários e memórias. Além dos já citados indícios de percepções imperialistas e antipáticas à EAM-ELAS, o fundo documental de Hassiotis mostra maior diversidade de opiniões a respeito da política britânica na Grécia, variando “desde a aceitação completa da política de Churchill até a relutância em cumprir as ordens dos comandantes”³⁰¹. A falta de uniformidade seria em si mesma uma evidência importante, denotando a falta de clareza existente entre os soldados a respeito dos objetivos do envolvimento de seu governo na Grécia ou a frustração causada pelo fato de que as tropas estavam longe dos fronts principais, lutando contra antigos aliados em vez de combater alemães ou japoneses.³⁰² Em conclusão, Hassiotis afirma que suas fontes

mostram que a imagem que os soldados britânicos formaram dos eventos não era uniforme como a liderança política e militar tentou apresentar na época. Muito pelo contrário, a natureza complicada do conflito se reflete nos sentimentos e emoções conflitantes gerados entre soldados britânicos. Os testemunhos revelam que muitos dos soldados compartilhavam a mesma confusão que acometia o público britânico a respeito das razões do conflito e da intervenção britânica.³⁰³

Tendo em mente essas avaliações, parece quase certa a hipótese de que os elaboradores do relatório tenham exagerado propositadamente o tom pró-governo da totalidade das correspondências, por intermédio de uma seleção tendenciosa dos textos, a fim de transformar o documento em ferramenta de luta política a favor da continuidade da intervenção. Quanto aos motivos para Churchill disponibilizar a compilação para o restante do Gabinete, talvez não fosse apenas para tentar reforçar interpretações diversas às que eram veiculadas pela imprensa, mas também para tentar convencer os ministros de que não haveria revolta — ressalte-se que os trechos de correspondência reproduzidos no

³⁰¹ Hassiotis, *op. cit.*, p.284.

³⁰² *Ibidem.*

³⁰³ *Ibidem*, p.288.

documento mostravam, em sua maioria, críticas à imprensa que eram, ao fim e ao cabo, expressões de *apoio ao governo*.

As tropas britânicas na Grécia pertenciam ao *Exército*. É necessário ter em mente que o poderio militar do Império Britânico era fundamentado principalmente em sua Marinha Real e por isso, até 1939, o Exército era uma força profissional pequena — não excedendo 200 mil membros no período entreguerras —, em geral dispersa em pequenas guarnições ao longo do Império. Foi no decorrer da Segunda Guerra Mundial que esse ramo das forças armadas acabou se transformando em um corpo de soldados convocados em larga escala, chegando a recrutar aproximadamente 3,8 milhões de britânicos (de um total de cinco milhões de súditos de Sua Majestade que serviram durante o conflito global)³⁰⁴. Ou seja: os britânicos não estavam acostumados com um exército daquelas dimensões, e era comum os soldados se considerarem *civis de farda*³⁰⁵, deixando de traçar demarcações muito nítidas entre os diferentes códigos e referências dessas duas esferas da vida social. Em seu interior, o alargado Exército era eivado de arcaísmos estratégicos e hierárquicos, dos quais a cisão de classe entre oficialato e soldados rasos era fonte constante de descontentamento. Segundo Geoffrey Field, durante os anos da guerra, “soldados comuns protestaram contra essas condições utilizando 'greves' e táticas similares provenientes da vida civil”³⁰⁶, e havia a percepção de uma contradição patente entre os ideais de democracia e liberdade pelos quais a guerra era combatida e as restrições impostas pelos Regulamentos Reais.

Embora houvesse número expressivo de voluntários, a maioria (mais de três quartos do total) dos soldados era convocada, meio a uma geração cujos anos formativos transcorreram após 1918. Eram, portanto, homens (em grande parte jovens) mais educados e mais cínicos em comparação a seus pais, “mais inclinados a questionar a autoridade do que a geração que lutara na Grande Guerra”³⁰⁷. *Grosso modo*, os soldados das fileiras tendiam a partilhar da politização e radicalização da sociedade britânica e os Regulamentos Reais não raro eram desobedecidos: soldados participavam de eventos políticos, escreviam para seus representantes parlamentares, enviavam cartas aos jornais

³⁰⁴ Field, Geoffrey. “Civilians in uniform”: class and politics in the British Armed Forces, 1939-1945. *International Labor and Working-Class History* No. 80, Fall 2011, pp. 121–147.

³⁰⁵ *Ibidem*.

³⁰⁶ *Ibidem*, p.122.

³⁰⁷ *Ibidem*, p.123.

e circulavam literatura política entre si. Muitos dos convocados tinham histórico de militância sindical e não abandonavam sua trajetória e seus valores ao vestir a farda.³⁰⁸

Uma ilustração da efervescência política entre os soldados do Exército foi o estabelecimento de *mock parliaments*³⁰⁹: reuniões realizadas pelos militares com o propósito de discutir temas políticos, emulando os procedimentos parlamentares da Câmara dos Comuns. O mais famoso desses parlamentos seria o organizado no Cairo, em 1944, por um grupo de soldados radicais, em um clube de música muito frequentado pelos Aliados. Os “membros” do parlamento chegaram a adotar identificações partidária e a simular uma eleição, da qual saiu vitoriosa uma chapa de esquerda que defendia a nacionalização de setores estratégicos e uma reforma social na Grã-Bretanha. Eventualmente essas atividades foram interdidas pelos oficiais. À época, o parlamento cairota foi o mais noticiado pela imprensa, mas outros foram empreendidos na Índia, na Birmânia e pelas tropas de ocupação na Alemanha³¹⁰.

Levemos em conta essas circunstâncias. Um Exército cujo tamanho era uma novidade — algo nunca visto na Grã-Bretanha — e cuja organização apresentava problemas; vincado por tensões — originárias de diferenças entre classes sociais — entre as fileiras e o oficialato; composto em grande parte por convocados que muitas vezes se enxergavam como civis e que, de uma forma ou de outra, expressavam ideias esquerdistas; do qual surgiam diversas notícias de quebra dos protocolos dos Regulamentos Reais. Diante de tudo isso, não é impossível que dentro do Gabinete de Guerra circulasse certa apreensão quanto às tropas na Grécia — verificada em ambas as câmaras parlamentares e, segundo inferimos, no próprio Churchill.

Um motim certamente causaria danos políticos ao governo, o que poderia fazer com que o Gabinete claudicasse quanto à intervenção na Grécia. Vimos que o primeiro-ministro, ao longo da crise de dezembro, fora particularmente obstinado em sua busca por uma vantagem sobre o ELAS, armadilhando os parlamentares críticos à sua conduta em uma situação que poderia causar o rompimento da coalizão e insistindo em uma solução militar para o conflito. Não seria incongruente com essas atitudes a utilização de um documento tendencioso — ainda que verdadeiro — para tentar convencer os ministros de

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ A tradução livre para o português, no contexto, seria algo como “parlamentos de mentira” ou “parlamentos de brincadeira”.

³¹⁰ Field, *op. cit.*

que a situação das tropas era estável, caso o Gabinete temesse quebras de hierarquia com motivações políticas. Se isso ocorreu, o medo de um motim era mais presente do que poderia parecer à primeira vista.

CAPÍTULO QUARTO

“Nós temos o seu apoio ou não?” Câmara dos Comuns, 18 e 19 de janeiro de 1945

No início de janeiro de 1945, a maior parte dos insurgentes comunistas foi escorraçada de Atenas enquanto as tropas britânicas avançavam por toda a Ática. No dia 11 daquele mês, o ELAS, encurralado, enviou uma delegação para abrir diálogo com o general britânico Ronald Scobie, e um armistício foi assinado. A EAM-ELAS se comprometeu a retirar suas tropas das regiões da Ática, Beócia e de parte da Fócida, além de abandonar Salônica e arredores. Cada soldado do ELAS deveria retornar à sua região de origem, de modo a evitar uma possível concentração de forças no norte do país, enquanto os soldados de Sua Majestade manteriam posição. O armistício também previa que a EAM e o governo grego — já liderado pelo novo primeiro-ministro, o general Nikolaos Plastiras — deveriam negociar os termos de rendição tão rápido quanto possível. No dia 15, como acordado, as hostilidades foram encerradas. *A Dekemvriana* — a segunda fase da guerra civil grega — chegava ao fim. Segundo McNeill,

todo o entusiasmo e ardor do movimento da EAM havia resultado em desastre. Muitos seguidores se tornaram amargamente desiludidos, e os líderes da esquerda foram obrigados a admitir derrota. Um novo equilíbrio político deveria ser estabelecido, e era necessário iniciar a reconstrução do país devastado pela guerra¹.

Todavia, a derrota sofrida pela EAM-ELAS não foi suficiente para trazer estabilidade à Grécia. Dois elementos dentre as complexidades da conjuntura pós-armistício foram discutidos no Parlamento britânico. De um lado, os apoiadores da intervenção britânica na Grécia condenavam a EAM-ELAS pela prática recente de sequestros de civis como uma tentativa de evitar represálias por parte do novo governo grego. De outro lado, os críticos da intervenção receavam que o primeiro-ministro Plastiras empreendesse — ou, no mínimo, permitisse — uma campanha de perseguição e

¹ McNeill, William H. *The greek dilemma*. New York: J. B. Lippincott, 1947, p.190.

violência contra membros e simpatizantes da EAM. Essas questões foram debatidas ao longo de dois dias na Câmara dos Comuns, em 18 e 19 de janeiro de 1945. Neste capítulo, oferecemos um estudo dessas duas sessões, que constituem a última vez, durante a segunda fase da guerra civil grega, que a Grécia foi colocada no centro dos trabalhos parlamentares.

Nossa abordagem está dividida em duas dimensões.

Primeiramente, trataremos do aspecto mais conjuntural da discussão: as formas como os membros da Câmara dos Comuns pensavam e se posicionavam a respeito da prática de tomada de reféns pela EAM-ELAS e das possibilidades de o novo governo grego lançar uma política de represália contra as esquerdas. Desta feita, o primeiro-ministro britânico e seus aliados garantiam as credenciais democráticas de Plastiras ao mesmo tempo em que mobilizavam denúncias de atos de violência cometidos pelo ELAS. Os simpatizantes da guerrilha, por sua vez, se viam encurralados diante dos novos dados e encontravam uma dificuldade maior de argumentação. Ao fim da sessão de 19 de janeiro, o governo foi submetido a um novo voto de confiança — seis semanas após a votação de 8 de dezembro de 1944. A política britânica para a Grécia foi novamente aprovada pelos Comuns.

Em um segundo momento, abordaremos o que consideramos um aspecto mais sutil da discussão pública britânica a respeito da Grécia — subjacente não apenas aos debates parlamentares, mas também, em alguma medida, às manifestações de cidadãos britânicos que analisamos no terceiro capítulo. Trata-se de uma questão que detectamos apenas nos estudos feitos para o presente capítulo — *i.e.* em um estágio de maior familiaridade com a totalidade das nossas fontes — e que consideramos de forma relacionada a um processo característico da Segunda Guerra Mundial na Europa: o surgimento da *resistência* como um elemento fundamental do conflito e as formas como esse elemento foi sendo conceitualizado politicamente no decorrer da guerra. Tentaremos defender que nossa documentação deixa implícita uma disputa pela conceituação da EAM-ELAS como movimento de resistência. Na medida em que a organização era exaltada ou condenada, legitimada ou deslegitimada, seu caráter de resistência era sutilmente afirmado ou negado.

1. “A anistia depende da libertação dos reféns”

Em 14 de janeiro de 1945 — o dia seguinte à reunião entre o general Scobie e a delegação do ELAS —, uma grande manifestação ocupou a Praça Sintagma em Atenas. O relato desse evento veiculado pelo *Times* traz elementos que poderiam facilmente ter sido interpretados por observadores simpatizantes da EAM-ELAS como o prenúncio de uma época de repressão às esquerdas. De acordo com o correspondente do jornal, o governo havia permitido que alguns sindicatos organizassem uma celebração da libertação da Grécia e em gratidão aos britânicos pelo auxílio prestado. “De forma geral, foi entendido que não se trataria de uma manifestação política e que a exibição de slogans políticos e emblemas de partidos seria proibida².” Não obstante, o jornalista relata que a manifestação foi dominada por “sentimentos de direita³”, como teria ficado claro pela presença destacada de retratos de George II Rei dos Helenos e de emblemas da coroa real. Alguns discursos exigiram punição “daqueles responsáveis pela revolução⁴” e um dos mais populares slogans do dia era “Sem anistia!⁵”. O correspondente destaca a presença de membros da organização de extrema-direita X, fundada como grupo de resistência e mais tarde metamorfoseada em uma força anticomunista — passando inclusive a acolher antigos colaboracionistas em suas fileiras. Provavelmente não foi coincidência que no dia seguinte à manifestação, em Londres, uma delegação do comitê executivo nacional do Partido Trabalhista tenha encontrado Winston Churchill na 10 Downing Street⁶ para expressar, nas palavras da nota do *Times*, “a ansiedade do Partido [Trabalhista] a respeito dos eventos da Grécia e enfatizar a importância de uma política britânica que assistisse ativamente em um acordo em marcos democráticos⁷”.

Particularmente notada pelos observadores britânicos foi o discurso feito pelo general Scobie durante a celebração. De uma sacada do quartel-general das forças britânicas em Atenas, diante de uma multidão que gritava “Zito Scobie⁸”, o general proclamou que as forças sobre seu comando sempre protegeriam as liberdades do povo grego quando estas estivessem “prejudicadas pela ação de uma pequena minoria⁹”. Ele esperava que a celebração impactasse a opinião pública mundial, “que infelizmente se mostrou grossamente equivocada a respeito das questões gregas¹⁰”. À primeira vista,

² Parades in Athens. *The Times*, Londres, 15 de janeiro de 1945, p.4.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

⁶ Endereço e nome pelo qual é conhecida a residência oficial do primeiro-ministro do Reino Unido.

⁷ Labour anxiety over Greece. *The Times*, Londres, 16 de janeiro de 1945, p.2.

⁸ “Viva Scobie” em grego.

⁹ Labour anxiety over Greece. *The Times*, Londres, 16 de janeiro de 1945, p.2.

¹⁰ Ibidem.

essas declarações parecem apenas repetições dos pontos de vista sustentados pelos apoiadores da intervenção. Todavia, é necessário ter em mente que Ronald Scobie era um oficial do exército britânico, e seu pronunciamento, de caráter marcadamente político, era contrário ao protocolo das forças armadas. No editorial de 16 de janeiro, o pró-trabalhista *Daily Herald* levanta essa questão ao apontar que Scobie “extrapolou suas funções¹¹” e adverte: “[...] o governo britânico, que é acusado de parcialidade na política grega, deveria ser mais cuidadoso em assegurar que todos os seus representantes sejam imparciais nas palavras e nas ações¹²”. As atitudes de Scobie não contribuiriam para a melhora do quadro político da Grécia, que o editorial sintetiza da seguinte maneira:

Uma trégua acabou com a luta. Mas a paz política ainda está longe de ser alcançada. A tarefa dos homens de estado não é apenas impedir outra explosão. É também impedir que a trégua se transforme em um conflito de guerrilha entre as forças da revolta e as forças da repressão, o que prolongaria indefinitivamente a miséria do povo grego¹³.

Podemos dizer, portanto, que a fala de Scobie foi interpretada, entre os críticos da intervenção na Grécia, como um sinal de que o governo britânico apoiaria Plastiras caso este se lançasse a uma perseguição contra as esquerdas. No mesmo dia em que o editorial do *Herald* foi publicado, o trabalhista Manny Schinwell perguntou a Churchill, na Câmara dos Comuns, se o general Scobie “tinha o direito, como um oficial militar, de lidar com questões políticas¹⁴”. O primeiro-ministro respondeu: “Eu penso que ele [Scobie] agiu de forma admirável. Eu li o que ele falou e suas falas improvisadas me parecem ter sido particularmente bem escolhidas diante do aplauso das enormes multidões que passaram pelo quartel-general¹⁵”. O elogio de Churchill a uma atitude considerada descabida para um militar foi um sinal de alerta suplementar para uma desavença no Parlamento.

Os registros da imprensa deixam claro o tom de incerteza quanto à questão grega. Em oito de janeiro de 1945 — três dias antes da assinatura do armistício entre a EAM-ELAS e o general Scobie —, o correspondente F. G. H. Salusbury do *Daily Herald* alertava que o “governo de Plastiras deve ficar muito vigilante contra represálias oficiais e não oficiais contra o ELAS e os comunistas. Caso contrário, por anos não haverá

¹¹ What next in Greece? *The Daily Herald*, Londres, 16 de janeiro de 1945, p.2.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ HC 16 01 1945, c.29.

¹⁵ Ibidem.

esperança de qualquer acordo neste infeliz país¹⁶”. Os relatos coligidos pelo jornalista desenhavam perspectivas sombrias: “Três dias atrás, o cunhado grego de um oficial britânico que conheço foi preso porque alguém disse à polícia que ele era comunista. Ele foi detido por 21 horas sem comida ou água antes de ser liberado¹⁷”. Além disso, “eu mesmo vi prisioneiros seriamente maltratados pela polícia¹⁸”.

Dois dias depois, Salusbury publicou no *Herald* trechos de uma entrevista concedida por Plastiras. O primeiro-ministro grego assegurou que eleições livres seriam realizadas o mais rapidamente possível, nas quais “o povo, por intermédio de seus representantes em uma assembleia constituinte, decidiria quem faria parte de um novo governo¹⁹”. Todavia, membros da EAM-ELAS não teriam espaço durante o período de vigência de seu governo, uma vez que “não seria democrático da minha parte incluir [...] os representantes de um partido [o KKE] que estava em um estado de guerra com a Grécia quando eu formava meu governo²⁰”. A mesma edição que veiculou essas declarações traz um editorial, intitulado “Aos gregos”²¹, problematizando a postura de Plastiras. Um processo de estabilização poderia ser criado “somente pela vontade e pela tolerância dos líderes políticos gregos²²”. No entanto, prossegue o editorial, os lados em disputa não estariam mostrando empenho suficiente na busca pela concórdia, como Plastiras teria evidenciado em seu objetivo de levar o ELAS a uma derrota militar total:

Se a reconciliação é o seu objetivo, o general Plastiras deverá abandonar frases de propaganda acusando o ELAS de estar “em um estado de guerra com a Grécia”, reconhecer que os homens da EAM-ELAS e seus apoiadores no país também são gregos, e buscar não a sua humilhação, mas a sua cooperação²³.

O relato do correspondente em Atenas do *Times*, publicado na edição de 17 de janeiro, descreve uma situação claramente mais degradada em comparação ao quadro apresentado no *Herald* nove dias antes. De início, o texto do *Times*, ao captar as ambiguidades da situação, parece ensaiar um tom de otimismo e boa vontade para com o governo grego:

Relatos conflitantes surgem diariamente a respeito das intenções do governo em relação àqueles que lideraram ou participaram da

¹⁶ Salusbury, F. G. H. Greeks fear black night vengeance. *The Daily Herald*, Londres, 8 de janeiro de 1945, p.1.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Salusbury, F. G. H. Plastiras explains. *The Daily Herald*, Londres, 10 de janeiro de 1945, p.1.

²⁰ Ibidem.

²¹ To the greeks. *The Daily Herald*, Londres, 10 de janeiro de 1945, p.2.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

“revolução”, como agora [a batalha de Atenas] é chamada. Prisões ainda estão sendo feitas, mas isso não é incompatível com a declaração do governo segundo a qual não ocorreriam represálias; as pessoas detidas são meramente interrogadas para que se descubra o papel que elas desempenharam e possíveis crimes que elas possam ter cometido. De qualquer forma, deve-se reconhecer que é bem mais fácil entrar do que sair das garras da polícia grega²⁴.

O benefício da dúvida que o correspondente parece conceder à situação é enfraquecido nos parágrafos seguintes, que reproduzem trechos de declarações feitas por Plastiras ao jornal grego *Kathimerina Neai*. O primeiro-ministro deixa claro que *não haveria anistia*: “Severa será a punição daqueles responsáveis pela liderança da revolução, mas clemência será estendida àqueles que foram ludibriados a fazer parte dela²⁵”. A referência a supostos enganados que supostamente seriam perdoados perde credibilidade diante da informação segundo a qual ministros do governo estariam instruindo seus subordinados mais próximos a preparar relatórios detalhando as atitudes que os membros de seus gabinetes haviam tomado durante o conflito. Ao mesmo tempo, mais de uma centena de mandados de prisão teria sido executada contra lideranças da EAM²⁶.

Na sessão de 17 de janeiro na Câmara dos Comuns, o trabalhista George Strauss, em uma intervenção que podemos considerar uma síntese das inquietações dos opositores à política para a Grécia, perguntou ao ministro de relações exteriores Anthony Eden se Plastiras teria apoio das tropas britânicas em uma eventual onda repressiva contra as esquerdas. Tal indagação não era apenas uma tentativa de mapear os próximos passos do governo, mas também uma tomada de posição por parte dos membros mais radicais do Partido Trabalhista: Plastiras não deveria ser apoiado. Isso fica claro quando o trabalhista Manny Schinwell pergunta se Eden “compreende que, a menos que seja feita uma declaração [negando que as tropas britânicas prestarão auxílio a Plastiras], ele e seu governo se depararão com toda a hostilidade dos membros deste lado da casa²⁷”. E ainda:

O honorável cavalheiro [Eden] deixará inequivocadamente claro ao general Plastiras que se a sua intenção [a de Plastiras] for, como foi registrado, [...] destruir as forças do ELAS, ele terá de fazer isso sem qualquer auxílio de tropas britânicas ou de armas britânicas? Ele [Eden] deixará isso perfeitamente claro?²⁸

²⁴ Next steps in Greece. *The Times*, Londres, 17 de janeiro de 2021, p.4.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ HC. 17 01 1945, c.141.

²⁸ HC. 17 01 1945, c.141.

Ressalte-se que as intervenções de Strauss e Schinwell encontram respaldo na resolução elaborada na conferência anual do Partido Trabalhista ocorrida em dezembro de 1944. Estabeleceu-se que os trabalhistas pressionariam o governo britânico a atuar em prol de um cessar-fogo que ocorresse o mais brevemente possível e pela “retomada das conversações entre todas as seções do povo que resistiram contra os invasores fascistas e nazistas²⁹”, com vistas a estabelecer um governo nacional provisório e, em seguida, eleições livres. Um diálogo franco e abrangente não poderia ocorrer com Plastiras tratando a EAM-ELAS como um alvo ilegítimo a ser eliminado. No entanto, como veremos mais adiante neste capítulo, a maioria dos trabalhistas presentes na Câmara dos Comuns viria a aceitar a conduta do governo e dar crédito ao primeiro-ministro grego.

Eden se esquivou das indagações, retrucando que seria mais sensato a câmara aguardar o pronunciamento de Churchill que seria feito no dia seguinte, 18 de janeiro³⁰. O primeiro-ministro ofereceu uma longa avaliação geral da política exterior britânica, na qual, como era de se esperar, a atuação de Londres foi louvada: à Grã-Bretanha teria sido imputada a “dura tarefa³¹” de exercer a liderança no Mediterrâneo e garantir o estabelecimento de bases democráticas meio aos povos libertos:

Nós temos um único princípio nos países libertados ou nos países satélites arrependidos [...]: governo do povo, pelo povo, para o povo, estabelecido em uma base de eleições livres e universais, com voto secreto e sem intimidação. Essa sempre foi a política desse governo em todos os países, essa é a nossa única finalidade e nossa única preocupação. [...] Confiar no povo, assegurar que as pessoas tenham uma chance justa de decidir seu destino sem serem aterrorizadas por qualquer grupo ou regimento. É a nossa política para a Itália, para a Iugoslávia e para a Grécia. Que outros interesses temos além desses? É por isso que lutamos, e apenas por isso³².

É tão fácil quanto pouco surpreendente perceber que sua retórica não mudou em relação às discussões travadas no mês anterior. Em dezembro de 1944, os princípios de liberdade e democracia, que segundo Churchill a Grã-Bretanha promovia em âmbito global, foram mobilizados em justificativa do embate das tropas britânicas contra o ELAS. Desta feita, as referências são utilizadas para endossar a postura de Plastiras: “Eu não acredito que nenhuma das autoridades existentes em Atenas trabalhará, como colegas, com os líderes comunistas que assaltaram a cidade e trouxeram, como pensam

²⁹ Citado em *To the greeks. The Daily Herald*, Londres, 10 de janeiro de 1945, p.2.

³⁰ HC. 17 01 1945.

³¹ HC 18 01 1945, c.397.

³² HC 18 01 1945, c.398.

eles [as autoridades], todas essas misérias para a Grécia³³”. Para Churchill, a atitude das autoridades gregas era respaldada pela população, que estaria nutrindo “violento sentimento³⁴” de antipatia pela guerrilha. Quando esteve em Atenas no mês passado, o líder britânico e sua comitiva teriam presenciado “bandos de homens marchando pelos caminhos, pobremente vestidos, com placas que carregavam as palavras ‘Sem anistia’³⁵”. Mesmo diante desse clamor, Plastiras teria se mostrado um homem razoável:

A mim o Governo se comprometeu com o princípio de “sem proscições”. Isso significa que ninguém, seja líder ou não, deve ser punido pelos atos praticados na rebelião recente, a menos que ele seja considerado culpado, por uma corte apropriadamente constituída, de violações das leis de guerra ou de crimes privados pelos quais contraventores comuns são punidos. Esse princípio foi aceito pelo Governo Grego e todas as manifestações contrárias foram descartadas. Qualquer manifestação que não se conforme a isso está sendo descartada pelo acordo muito definido que eu fiz no local a respeito desses assuntos e que eu tenho todas as razões para acreditar que será mantido.

Para as falas de Plastiras à imprensa grega, enérgicas no afã de neutralizar totalmente a EAM-ELAS, o primeiro-ministro britânico tem uma explicação: “É muito possível que o General Plastiras, sob tremenda pressão do povo, fervilhando de raiva e clamando por vingança, possa ter usado algumas frases que não correspondam ou pareçam não corresponder com a interpretação que eu fiz [do acordo]³⁶”. É como se Churchill, ao mesmo tempo em que negasse supostos radicalismos por parte de Plastiras, simultaneamente deixasse subentendido que atos mais rigorosos não estariam desprovidos de legitimidade, uma vez que responderiam aos anseios populares. De todo modo, Churchill assegurou que o Governo de Sua Majestade se posicionaria pela política de “sem proscições” e que isso seria levado em conta em Atenas: “estou certo de que nossa opinião será tratada com respeito e consideração pelo governo grego, que de forma tão grande depende das nossas Forças Armadas para sua existência³⁷”.

Reagindo ao discurso de Churchill, o trabalhista Aneurin Bevan mencionou os boatos que circulavam na imprensa a respeito de membros e simpatizantes da EAM removidos de cargos públicos pelo novo governo. Trataria-se de um indício de que a administração de Plastiras não honraria os acordos feitos ao Parlamento Britânico, alertou

³³ HC 18 01 1945, c.413.

³⁴ HC 18 01 1945, c.413.

³⁵ HC 18 01 1945, c.413.

³⁶ HC 18 01 1945, c.413.

³⁷ HC 18 01 1945, c.413.

Bevan³⁸. Para o primeiro-ministro, no entanto, um possível expurgo não iria de encontro ao que ele entendia como princípio de “sem proscições”: “Eu creio que existe uma grande diferença entre executar pessoas pelo crime de rebelião, ou levá-las a julgamentos penais, e assegurar que os seus departamentos governamentais não estejam cheios de pessoas que estão trabalhando para o outro lado³⁹”. Para Churchill, a questão da anistia se relacionava estritamente “a processos penais, tais como prisões e sentenças de morte⁴⁰”, e

[...] anistia certamente não significa que pessoas que não são da confiança do governo atual serão imediatamente transformadas em membros de gabinete, ou que empregados que abandonaram seus postos na crise para lutar em oposição ao governo atual devam ser reincorporados [...] em suas decisões. Ninguém pode defender isso, e eu quero ser muito cuidadoso para não levar o honorável cavaleiro [Bevan] [...] a pensar que estou prometendo algo que vá além das palavras que realmente usei⁴¹.

A posição de Churchill não era tão desmedida quanto pode parecer à primeira vista. Devemos levar em consideração que a EAM-ELAS, mesmo tendo aceitado a derrota, não havia automaticamente perdido todo seu poder de mobilização. Em suas memórias, Willian McNeill registra que o KKE ainda detinha considerável influência na população grega, especialmente entre as camadas mais pobres, e conseguira manter presença em Atenas e Tessalônica. McNeill estimava que mesmo após o cessar-fogo a EAM-ELAS controlava, na prática, cerca de metade do território nacional, especialmente as regiões ao norte da Grécia, mais distantes da capital. Diante desse quadro, “muitas pessoas em Atenas esperavam uma retomada das hostilidades⁴²”. Portanto, de um ponto de vista prático, faz sentido que o primeiro-ministro britânico aceite com naturalidade que Plastiras expurgasse dos cargos públicos pessoas suspeitas de integrar uma organização inimiga que ainda detinha potencial de perigo.

Ademais, para Churchill, qualquer processo de anistia não poderia ser pensado sem que se levasse em consideração os civis sequestrados pelos homens do ELAS a partir da segunda quinzena de dezembro:

[...] a promessa de “não proscição” ou anistia — seja qual for o termo que vocês preferam — depende, no modo como encaramos a questão do tratamento e da libertação dos reféns, e nenhuma anistia pode ser declarada enquanto os reféns estiverem sob o poder do ELAS. [...] Nós

³⁸ HC 18 01 1945, c.414.

³⁹ HC 18 01 1945, c.414.

⁴⁰ HC 18 01 1945, c.414.

⁴¹ HC 18 01 1945, c.414.

⁴² McNeill, William H. *The greek dilemma*. New York: J. B. Lippincott, 1947, p.194.

não podemos deixar que seja dito [na Grécia] que fizemos arranjos para que toda a nossa gente [os britânicos que se encontravam na Grécia] fosse salva e que fosse deixado que entre 5000 e 10000 gregos, homens, mulheres e crianças, fossem levados para as montanhas pelo ELAS e por seus associados, para serem usados como uma arma de chantagem⁴³.

Para enfatizar o problema dos reféns, Churchill apresentou aos parlamentares documentos recentes relacionados aos sequestros e execuções de civis, a começar por um despacho do embaixador britânico Reginald Leeper:

Desde que os alemães se retiraram [escreve Leeper], o pequeno, mas bem armado Partido Comunista tem empreendido um reino de terror ao longo de todo o país. Ninguém pode estimar o número de pessoas assassinadas ou encarceradas antes do início das revoltas em Atenas, mas quando a verdade for conhecida, haverá histórias terríveis para contar. Quando a luta se iniciou em Atenas, as brutalidades escalaram rapidamente. Homens, mulheres e crianças foram assassinados aqui em grandes números, e milhares de reféns foram arrastados pelas estradas, muitos deixados para morrer. Depoimentos de Salônica mostram que o mesmo ocorre lá⁴⁴.

Por conta de seu autor — Leeper, um homem alinhado à política de Churchill e alguém insuspeito de nutrir alguma afeição pela EAM-ELAS —, o depoimento, se tomado por si só, poderia facilmente ser desqualificado como excessivamente tendencioso. Sem embargo, seu registro se fortalecia por coincidir com a cobertura feita por diferentes órgãos da imprensa — inclusive jornais que em 1944 se posicionavam de forma crítica à presença britânica na Grécia. Para ficarmos em apenas um exemplo, a já citada matéria do *Daily Herald* que relata o temor de uma retaliação contra a esquerda traz a declaração de um padre que teria testemunhado guerrilheiros conduzindo reféns “seminus e descalços”⁴⁵ pelas cercanias de Tebas.

Além disso, a qualidade da denúncia era outra. No debate de oito de dezembro de 1944, a EAM-ELAS foi criticada por utilizar métodos considerados pouco nobres no choque com seus oponentes armados (*e.g.* emboscadas e disfarces civis) e por supostamente planejar um golpe comunista — algo que, à luz das evidências disponíveis na época, era um alerta genérico baseado mais em conjecturas e suspeitas do que em evidências. Nas discussões de 18 e 19 de janeiro de 1945, por outro lado, denunciavam-se atos cometidos contra *não-combatentes*: civis — muitos deles mulheres, crianças e idosos — sofrendo toda sorte de maus tratos dificilmente justificáveis por necessidades

⁴³ HC 18 01 1945, c.415.

⁴⁴ HC 18 01 1945, c.409.

⁴⁵ Salusbury, F. G. H. Greeks fear black night vengeance. *The Daily Herald*, Londres, 8 de janeiro de 1945, p.1.

de ordem militar. E, ao contrário dos planos de tomada de poder, esses atos de violência eram mais facilmente verificáveis.

Dando continuidade à sua apresentação, Churchill leu um telegrama emitido por H. G. Morrison, oficial do King's Royal Rifle Corps. Morrison teria empreendido entrevistas e interrogações cruzadas com “um grande número de reféns [já libertos] que ele encontrara em um posto de primeiros socorros⁴⁶”. A partir das respostas, o militar elaborou a seguinte narrativa, lida pelo primeiro-ministro diante de seus colegas parlamentares:

No dia de Natal, uma coluna de reféns composta por homens e mulheres arrastados de suas casas pelos insurgentes saiu de Atenas em direção ao norte. Eles [os reféns] foram pegos em um bairro suburbano, e depois que a maioria deles foi despojada de seus calçados e de seus casacos, eles foram conduzidos, no auge do inverno, pelas estradas das montanhas, cobertas de neve. Todos os dias alguns morriam de exaustão e outros eram executados. Quanto à alimentação, esses miseráveis e descalços soldados eram deixados à sua própria sorte. Os habitantes das vilas para quem eles imploraram por comida estavam, em sua maioria, muito aterrorizados para fazer mais do que olhar com impotente simpatia. Quando a fome se tornou aguda, o ELAS se propôs a comprar comida se os reféns fornecessem o dinheiro. O equivalente a aproximadamente 100 libras foi arrecadado, mas tudo o que os reféns receberam de volta foi meia bisnaga de pão para cada um. Um truque muito apreciado pelos guardas do ELAS era aglomerar essas pessoas confusas e informá-las que, depois de muitas horas de marcha, elas teriam alojamento, uma refeição quente e uma cama. Depois de muitos dias disso, eles perceberam que teriam sorte se encontrassem um lugar no chão de um estábulo, sem comida de qualquer tipo.⁴⁷

Aqui temos um elemento novo: o sadismo. O relato prossegue:

Dois detalhes característicos. Foi descoberto que uma mulher tinha [escondido] dinheiro, e ela foi roubada e morta. Quando outros reféns protestaram, os guardas se justificaram dizendo que ela trabalhava para os britânicos. Um homem conseguiu extrair um dente de ouro de sua boca e trocá-lo por um pouco de comida. Alguns afortunados retardatários dessa coluna foram encontrados nos últimos estágios da exaustão [...]. Até então, aqueles que não eram mais capazes de andar eram executados; mas seus guardas estavam apressados, [...] pois receberam o alerta de que as patrulhas armadas britânicas estavam em seu rastro.⁴⁸

Os elementos de crueldade são mais chocantes na próxima mensagem, da autoria de um oficial britânico que teria solicitado anonimato. Esse homem teria escutado, em entrevistas com civis, membros da Guarda Nacional e ex-prisioneiros do ELAS, relatos

⁴⁶ HC 18 01 1945, c.409.

⁴⁷ HC 18 01 1945, c.410.

⁴⁸ HC 18 01 1945, c.410.

de que os comunistas teriam executado um grande número de pessoas e as enterrado em valas nos arredores da cidade. A fim de conferir as histórias, o militar se dirigiu a um cemitério onde as autoridades haviam começado a exumar os cadáveres e conversou com um dos guardas do local, segundo o qual “levas de 15 a 20 reféns eram trazidos para a área nordeste do cemitério pelo ELAS, todos os dias, e eram assassinadas; seus corpos eram então enterrados em algumas valas desocupadas⁴⁹”. O guarda estimava que aproximadamente 1500 pessoas teriam sido executadas — a maioria delas a facadas e machadadas. O próprio oficial alega ter constatado que muitos corpos parcialmente exumados “exibiam ferimentos profundos na cabeça ou no pescoço, provavelmente infligidos por uma faca pesada”⁵⁰. Era provável, continua, que se tratasse de reféns tomados na capital durante os primeiros dias de luta e “sistematicamente exterminados⁵¹”.

Com o intuito de fazer uma avaliação pormenorizada desses registros, é pertinente trazer algumas considerações a respeito da historiografia dita pós-revisionista que empreendeu, como mencionamos na introdução deste trabalho, um grande número de estudos a respeito da maneira sistemática como a EAM-ELAS cometeu atos de violência desde o período da ocupação do Eixo. Stathis Kalyvas⁵², por exemplo, pesquisou a atuação comunista na região de Argolid, no nordeste do Peloponeso. No final de 1943, várias vilas daquele local eram *de facto* governadas por organizações controladas pela EAM. Em janeiro do ano seguinte, havia células do KKE operando em quase todas as vilas da região, estabelecendo grupos policiais, cortes populares e outros agrupamentos ancilares. Segundo Kalyvas, esse complexo organizativo se configurava, na prática, como uma organização estatal que fornecia “níveis de repressão semelhante aos estatais⁵³” — repressão organizada, hierarquizada e constante, pensada e sancionada pelas cúpulas de direção. A maior expressão do caráter premeditado da violência era a Organização para a Proteção da Luta do Povo (OPLA — *Organosi Perifrouri tou Laikou Agona*⁵⁴): um conjunto de unidades de polícia secreta que também funcionava como esquadrões da morte contra inimigos políticos.

⁴⁹ HC 18 01 1945, c.411.

⁵⁰ HC 18 01 1945, c.411.

⁵¹ HC 18 01 1945, c.411.

⁵² Kalyvas, Stathis, N. Red Terror: leftist violence during occupation. In: Mazower, Mark (org.). *After the war was over: reconstructing the family, nation and state in Greece, 1943-1960*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

⁵³ *Idem*, p.146.

⁵⁴ Οργάνωση Προστασίας Λαϊκών Αγωνιστών.

A partir da análise de múltiplos registros⁵⁵, Kalyvas conceitua o *terror* como um método específico de governo, realizado por intermédio do emprego e da ameaça de emprego da *violência*. Conclui, em seguida, que as áreas sob controle da EAM-ELAS eram administradas por intermédio do terror sistemático. As reflexões de Mark Mazower⁵⁶, mais gerais, corroboram as avaliações de Kalyvas. Segundo Mazower, nos países europeus que sofreram ocupação pelo Eixo a necessidade de *justiça política* se tornava cada vez mais urgente na medida em que a Segunda Guerra Mundial se aproximava de sua conclusão. Tratava-se de uma questão complicada, em grande medida por ser uma demanda de grupos sociais heterogêneos, muitas vezes colidentes entre si, que defendiam concepções diferentes do que seria um processo justo de acerto de contas. Isso gerava, paralelamente às normas e organizações policiais oficiais, várias iniciativas no sentido de suprir as reivindicações por justiça. No caso grego, os empreendimentos de justiça política emergiram durante a ocupação e se estenderam pelos anos da guerra civil, sendo uma fonte da violência praticada pelos homens da EAM-ELAS contra outros gregos⁵⁷. Segundo Mazower, o exemplo de Argolid se replicava, *mutatis mutandis*, em outras áreas da Grécia:

As numerosas covas coletivas escavadas em 1945-1946 atestavam a severidade dessa repressão; como também a atestavam as listas negras — algumas das quais vieram à luz subsequentemente [à descoberta das covas coletivas] e não podem ser todas descartadas como falsificações — de indivíduos que a EAM havia marcado para execução, a maioria deles realistas, nacionalistas ou simplesmente “burgueses” prósperos⁵⁸.

De maneira geral, a historiografia considerada pós-revisionista questiona o pressuposto segundo o qual as esquerdas teriam sido a principal vítima de violência. Ao mesmo tempo em que vitimizar totalmente os comunistas era uma operação facilitada pelo fato de que eles foram derrotados na guerra civil — e é comum inferir que os derrotados sofrem mais que os vitoriosos —, falar de atrocidades cometidas pelas esquerdas foi, por muito tempo, a coluna vertebral da direita grega, que lançava mão de um denunciamento eivado de distorções, descontextualizações e hipérboles. Isso fazia com

⁵⁵ Kalyvas trabalhou com “(1) aproximadamente 200 entrevistas com participantes e pessoas comuns nos condados de Argos e Nafplia na jurisdição (*nomos*) de Argolid; (2) massiva evidência arquivística da Corte de Apelação de Nafplion, bem como arquivos britânicos, alemães e americanos; e (3) memórias, autobiografias e histórias locais, publicadas e não publicadas” (Kalyvas, *op. cit.*, p.143).

⁵⁶ Mazower, Mark. Three forms of political justice: Greece, 1944-1945. In: Mazower, Mark (org.). *After the war was over: reconstructing the family nation and state in Greece, 1943-1960*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

⁵⁷ Mazower considera a violência praticada pela resistência na Grécia muito menos discutida do que suas contrapartes na França e na Itália.

⁵⁸ Mazower, *op. cit.*, p.27.

que avaliações sérias a respeito da violência de esquerda também fossem encaradas com desconfiança. Segundo Kalyvas,

Quando não era negligenciado ou descartado como propaganda de direita, o terror da EAM era tipicamente apresentado como o resultado de ações isoladas de alguns poucos guerrilheiros descontrolados ou comunistas fanáticos. No entanto, há evidências substanciais sugerindo fortemente que o terror foi uma política planejada centralmente (embora implementada regionalmente) e empreendida consistentemente pelo KKE e pela EAM na Grécia. De fato, podemos com segurança falar de um *sistema de terror*. Seu objetivo era assegurar a acedência civil e maximizar o controle sobre a população⁵⁹.

De sorte que, ainda que considerando eventuais inexatidões e inverdades, os relatos lidos por Churchill não estavam muito distantes da realidade e não destoam da maioria das avaliações oferecidas pelos estudos empreendidos no final do século XX. No entanto, essa produção acadêmica traz outras reflexões que nos ajudam a pensar nossas fontes de maneira mais complexa. Não obstante a ênfase na brutalidade cometida pelas esquerdas, os chamados pós-revisionistas evitam explicações unilaterais. Kalyvas⁶⁰ alerta que violência e ameaças não foram os únicos métodos utilizados pela EAM-ELAS para angariarem a aquiescência da população. A prática do terror convivia com a propaganda constante, à qual muitas pessoas aderiam por convicção ideológica, e os benefícios materiais promovidos nas regiões sob controle comunista acarretaram inegável melhoria nas condições de vida da população em geral⁶¹. Como mencionamos no segundo capítulo, raras vezes os críticos da EAM-ELA assumiam a multiplicidade das causas que subsidiaram a força dos guerrilheiros comunistas.

Finalmente — e este é o ponto essencial —, é necessário considerar as circunstâncias em que se deram as ações dos comunistas. O sociólogo Charles Tilly, ao estudar tumultos ocorridos na Grã-Bretanha durante eleições parlamentares na segunda metade do século XIX, pontua que “violência [...] raramente é uma performance solitária. Ela normalmente surge de uma interação de oponentes⁶²”. Essa formulação, que à primeira vista parece um truísmo, é valiosa por apontar que, uma vez que atos violentos não ocorrem num vácuo, por vezes é difícil apontar com precisão os responsáveis pelo início desses processos. Utilizando Tilly como base de reflexão, Kalyvas⁶³ afirma que a

⁵⁹ Kalyvas, *op. cit.*, p.155.

⁶⁰ *Op. cit.*

⁶¹ Ademais, nem todos os membros da EAM-ELAS se envolviam na coação das gentes: o sistema de terror era em grande parte administrado por grupos organizados exclusivamente para essas atividades (e.g. a já citada OPLA), deixando de fora parte considerável dos homens do ELAS.

⁶² Tilly, Charles. *From mobilization to revolution*. Nova York: Random House, 1978, p.175.

⁶³ *Op. cit.*

onda de violência por ele estudada pode ser mais bem compreendida se tomada como um reflexo da decisão do governo colaboracionista grego de estabelecer unidades nativas auxiliares, os já mencionados Batalhões de Segurança, para melhor policiar o interior do país, que no verão de 1943 já se encontrava majoritariamente sob controle da EAM. A decisão da liderança do KKE de dificultar a atuação dos Batalhões de Segurança, que eles viam como uma grave ameaça, abriu margens de justificativas para atos repressivos contra a população.

Os relatos apresentados por Churchill não admitem os dois pontos acima: que o poder da EAM-ELAS não emanava apenas de violência e que seus atos ocorreram dentro de circunstâncias que já eram, de início, bastante violentas. Os depoimentos, ao serem lidos pelo primeiro-ministro britânico em um contexto no qual os sequestros e execuções vinham à tona, descontextualizam as ações da guerrilha de mais de uma maneira.

Já discutimos, no capítulo anterior, que a cúpula do KKE decidiu tomar reféns em meados de dezembro de 1944, como uma forma de tentar evitar represálias por parte do governo grego⁶⁴. Tendo isso em mente, voltemos à mensagem do embaixador Leeper, na qual ele faz uma demarcação temporal significativa: as atrocidades que a EAM-ELAS cometia contra civis — o que ele chama de *reino de terror* — teriam começado assim que as forças do Eixo se retiraram da Grécia. O relato do oficial anônimo também alonga a temporalidade das ações de violência dos guerrilheiros comunistas. Não chega a colocar outubro de 1944 — o mês da libertação — como o início dos sequestros e assassinatos, mas afirma que essa prática surgiu já *nos primeiros momentos do conflito* entre a guerrilha e o Governo de Unidade Nacional — no início de dezembro de 1944 —, tendo como alvo não apenas oponentes armados, mas qualquer um que fosse considerado inconveniente — *i.e.* civis.

Apresentar essas narrativas justamente quando a Grã-Bretanha tomava conhecimento dos sequestros e assassinatos realizados pelos homens do ELAS pode ter deixado subentendido que as práticas criticadas teriam se iniciado sistematicamente antes de meados de dezembro. Leeper parece dar a entender — e provavelmente era essa a intenção de Churchill ao ler sua mensagem no Parlamento — que a tomada de reféns não

⁶⁴ Gerolymatos, André. *An international civil war: Greece, 1943-1949*. New Haven: Yale University Press, 2016.

foi uma decisão desesperada de homens que se viam encurralados por seus inimigos, mas sim algo mais sistematizado, planejado no mínimo a médio prazo.

No entanto, ambos os relatos não retrocedem a ponto de mencionar que a EAM-ELAS começou, como mostra a historiografia dita pós-revisionista, a empreender atos de terror — embora não sequestros — durante a ocupação do Eixo. Tal informação daria melhor noção de contexto para as atitudes da guerrilha, que poderiam ser vistas ao menos em parte como uma necessidade diante das atrocidades cometidas pelas forças de ocupação. A explicitação dessas circunstâncias poderia tornar mais fácil justificar, ou ao menos explicar de forma mais consistente, as práticas da organização, por lamentáveis que tenham sido. Em vez disso, nos textos de Leeper e do oficial anônimo o reino de terror da EAM-ELAS teria começado em uma Grécia já liberada. De modo que temos a impressão de que a organização teria se lançado a práticas de violência de forma desconectada das complexidades do processo de ocupação estrangeira. Consequentemente, salienta-se a ideia de que a organização, antes de combater os nazistas, estaria agindo *contra o próprio povo grego*. Até mesmo a sintonia da EAM-ELAS com a população mais pobre e seus anseios é colocada em xeque na narrativa de Morrison, com a menção a moradores de vilas aterrorizados diante dos comunistas.

É evidente que as mensagens escolhidas por Churchill corroboram a argumentação que ele e seus apoiadores vinham apresentando desde o mês anterior — a de que a EAM-ELAS seria um grupo ilegítimo, posto que pretenderia executar um golpe comunista contra os próprios gregos. Discutimos isso no segundo capítulo e mostramos como essa operação se dá em parte pela desconsideração da complexidade das relações entre a EAM-ELAS e a sociedade grega. Os críticos da guerrilha não reconheciam que seu poder pudesse emanar de outras fontes que não a violência e a intimidação, e desconsideravam que muitos gregos apoiassem de fato a guerrilha, seja por simpatia ao seu ideário, por cálculo material, inércia ou outros motivos. O diferencial oferecido pelas narrativas trazidas pelo primeiro-ministro britânico em 18 de janeiro de 1945 é o *detalhamento*. Se no debate de 8 de dezembro de 1944 os críticos da guerrilha se apoiavam principalmente em uma acusação generalista — a tese de um golpe comunista —, em 18 e 19 de janeiro de 1945, tal acusação deixa o primeiro plano da discussão e dá lugar a detalhes concretos de difícil contestação por parte dos simpatizantes da organização, como vimos acima.

Na mensagem do oficial anônimo, a menção a certa constância no número de reféns levados *todos os dias* ao cemitério pelos homens do ELAS implica em regularidade. E regularidade, nessas circunstâncias, sugere sangue frio impulsionado pelo desprezo à vida humana. Some-se isso à brutalidade dos métodos de execução — facadas e machadadas — e temos um quadro aterrador de horror sistematizado. Na narrativa de H. G. Morrison, o sadismo é exposto em detalhamento maior. Pessoas comuns retiradas à força de suas casas — e não de quartéis, delegacias de polícia, prédios governamentais ou acampamentos militares —, quando provavelmente estavam reunidas em família para as comemorações do Natal⁶⁵. Foram lançadas ao frio, à exaustão e a uma longa e dolorosa morte. Tiveram seu dinheiro retirado e precisaram aturar o humor sádico de homens que lhes imbuíam falsas esperanças de um conforto que jamais chegaria. Os roubos e a inflicção de sofrimentos desnecessários a civis destoam da imagem dos guerrilheiros movidos por ideais e determinados a realizá-los, ainda que por meios pouco convencionais, e os aproxima de algo não tão distante de criminosos comuns. É como se a descrição feita por Churchill em dezembro de 1944 — gangsteres, arruaceiros, sanguinários — perdesse em parte os contornos de caricatura e se aproximasse da realidade.

É evidente que Churchill tinha ciência de que a questão dos sequestrados e executados pelos guerrilheiros comunistas danificaria consideravelmente a imagem da EAM-ELAS diante do público britânico. Consequentemente, para os setores de esquerda que defendiam a organização grega, a situação se tornaria embaraçosa:

Eu dou meu aviso àqueles que chamo de ELAístas [sic] neste país e em outros lugares. Os prisioneiros estão voltando para casa e a verdade está sendo revelada. Duas horríveis estupefações os aguardam [aos defensores da EAM-ELAS]. Primeiramente, a revelação e as provas das atrocidades cometidas por aqueles que eles [os defensores da EAM-ELAS] defendiam como se fosse um dever, e em segundo lugar, uma grande surpresa os aguarda no voto que o povo grego dará sobre esses assuntos, quando a nossa finalidade de [promover um] livre eleição for alcançada⁶⁶.

Do outro lado do debate, o trabalhista Arthur Greenwood conseguiu criticar a postura do governo britânico de forma mais elaborada, condenando “o caminho fácil de

⁶⁵ Registre-se que nos países de população majoritariamente adepta do cristianismo ortodoxo oriental, como por exemplo a Rússia, o Natal é celebrado no dia sete de janeiro porque a maioria dos patriarcados segue o calendário juliano, que tem um atraso de 13 dias em relação ao calendário gregoriano. No entanto, a Igreja Ortodoxa Grega adotou o calendário gregoriano em 1923. Os cristãos gregos, portanto, mesmo sendo ortodoxos, fazem seus rituais de Natal nos dias 24 e 25 de dezembro.

⁶⁶ HC 18 01 1945, c.412/413.

dividir o povo grego entre esquerda e direita e entre certo e errado⁶⁷”. Greenwood destaca que nunca deu “benção universal ao ELAS ou à EAM⁶⁸” e que não aceitava “o ponto de vista segundo o qual todos os republicanos são revolucionários e todos os monarquistas são revolucionários⁶⁹”. A tomada de reféns seria “repugnante para todos os instintos do povo britânico⁷⁰”, uma prática de chantagem “indefensável⁷¹” que não deveria ser tolerada — o fato de que todos os lados do conflito cometeram crueldades não poderia ser utilizado como justificativa ou elemento atenuante. No entanto, para o parlamentar, o problema dos reféns deveria ser resolvido “na base da reconciliação⁷²”. E “eu não vejo indícios de que o general Plastiras [...] aceita o princípio da reconciliação⁷³”.

Se Greenwood foi capaz de condenar de forma inequívoca a atitude da EAM-ELAS ao mesmo tempo em que desconfiava de Plastiras, outros críticos da conduta britânica foram consideravelmente menos nuançados — e em nenhum deles encontramos a contundência de Greenwood na desaprovação dos sequestros. É possível perceber o embaraço dos defensores da EAM-ELAS na intervenção de William Gallacher, do Partido Comunista da Grã-Bretanha, que interrompeu Churchill assim que este terminou de ler o depoimento de Morrison. O que Gallacher disse foi: “Nós já ouvimos todas essas mentiras antes⁷⁴”. E nada mais elaborado do que isso. Tendo em vista que as notícias de atrocidades cometidas pelo ELAS começavam a aparecer de forma sistemática em órgãos da imprensa que no mês anterior se posicionaram de forma crítica ao governo, e que o ministro comunista caracteriza essas denúncias como “mentiras”, fica implícito que ele está descartando as acusações contra o ELAS em bloco, sem fazer ponderações mais elaboradas. Redarguindo, Churchill tocou no constrangimento que provavelmente pairava entre os que se declararam simpáticos à EAM-ELAS. “Estou lendo os fatos e ele [Gallacher] não gosta dos fatos⁷⁵”, provocou.

Na sessão de 19 de janeiro, o trabalhista James Griffiths tenta contextualizar as ações da guerrilha. Diz não ter dúvidas de que “na Grécia e em outros lugares, homens e mulheres talvez tenham cometido excessos. Eu não perdoo isso⁷⁶”. No entanto, logo

⁶⁷ HC 18 01 1945, c.428.

⁶⁸ HC 18 01 1945, c.428.

⁶⁹ HC 18 01 1945, c.428.

⁷⁰ HC 18 01 1945, c.428.

⁷¹ HC 18 01 1945, c.430.

⁷² HC 18 01 1945, c.430.

⁷³ HC 18 01 1945, c.430.

⁷⁴ HC 18 01 1945, c.411.

⁷⁵ HC 18 01 1945, c.411.

⁷⁶ 19-01-1945, c.588.

acrescenta que essas pessoas “estiveram vivendo vidas anormais em condições anormais⁷⁷”, e, portanto, seria “injusto julgar homens que viveram esse tipo de vida pelos padrões daqueles que, como nós, viveram uma vida tranquila nos últimos cinco anos⁷⁸”. A justificativa relativa dos atos da EAM-ELAS é clara, mas a referência a *aqueles de nós que viveram uma vida tranquila nos últimos cinco anos* é mais significativa do que pode parecer à primeira vista. Não é possível inferir se Griffiths falava apenas dos parlamentares britânicos ou da sociedade britânica em geral. De qualquer modo, embora faça sentido em comparação ao que se passou na Europa Ocidental, caracterizar o cotidiano britânico dos últimos cinco anos como uma vida tranquila parece um exagero, tendo em vista os oito meses de *blitzkrieg* da *Luftwaffe* contra as ilhas britânicas (7 de setembro de 1940 a 11 de maio de 1941).

Além disso, quando Griffiths fazia sua defesa dos guerrilheiros gregos, a Inglaterra há meses vinha sendo alvo das *Vergeltungswaffen* (*armas de retaliação*) alemãs — os foguetes V1 e V2 direcionados principalmente a Londres. O primeiro V1 atingiu Londres em 13 de junho de 1944, causando 6 mortes, 30 feridos e 200 desabrigados. O primeiro V2 caiu na capital em 8 de setembro de 1944. Tratava-se de artilharia tecnologicamente avançada e rápida, chegando a romper a barreira do som. O objetivo dos alemães, que se viam cada vez mais acuados⁷⁹, era aterrorizar e abalar a moral dos civis britânicos. O último ataque desse tipo ocorreria em 29 de março de 1945, quando um V1 caiu na área rural do condado de Hertfordshire. Ao todo, os foguetes V causaram 30 mil mortos e feridos e deixaram centenas de milhares de desabrigados⁸⁰. No *site* de história pública do Imperial War Museum de Londres, lemos que, embora no final das contas a moral tivesse se mantido, os “ataques aparentemente aleatórios das armas V eram enervantes. Eles causaram grande desalento na população britânica, que pensava que ataques aéreos eram algo do passado⁸¹”.

Ainda que o sofrimento geral da população britânica empalideça em comparação ao que os europeus continentais enfrentavam, caracterizar o cotidiano britânico durante a

⁷⁷ 19-01-1945, c.588.

⁷⁸ 19-01-1945, c.588.

⁷⁹ Na ocasião do início da utilização dos foguetes V1, os Aliados já se encontravam na França ocupada, as cidades alemãs sofriam com os bombardeios britânicos e americanos e os soviéticos estavam prestes a se lançar sobre a Polônia.

⁸⁰ Imperial War Museum, Londres. *The terrifying german “revenge weapons” of the Second World War*. Disponível em: <https://www.iwm.org.uk/history/the-terrifying-german-revenge-weapons-of-the-second-world-war>. Acesso em 04/11/2021.

⁸¹ *Ibidem*.

guerra como *uma vida tranquila* é pouco razoável — e não há como Griffiths não saber disso. Por conta disso, e por Griffith fazer essa formulação em momento em que os bombardeios de foguetes V ainda não haviam terminado, essa referência à relativa tranquilidade dos britânicos em relação ao cotidiano dos homens da resistência nos parece uma forma de relativização binária de modo a tirar a legitimidade dos críticos da EAM/ELAS, que não teriam um repertório de experiências adequado para julgar a moralidade dos atos da guerrilha helênica.

Griffiths não estava sozinho em suas relativizações. Consideremos, em 18 de janeiro, a intervenção do trabalhista Frederick Seymour-Cocks a respeito da divulgação de cartas enviadas por soldados britânicos estacionados na Grécia⁸²:

Nós ouvimos muito a respeito das certas de soldados dando suas opiniões sobre o ELAS. Creio que todos concordarão que todo soldado disciplinado fica naturalmente indignado quando vê um camarada abatido por guerrilheiros, que não são soldados [regulares], especialmente naquele tipo de luta *casa por casa* em uma cidade como Atenas. Eles [os soldados britânicos] dizem: “essa gente [a EAM-ELAS] é de fato bandida; eles não estão usando uniforme, nem da Guarda [Nacional Grega], nem de qualquer regimento conhecido”. Entendamos que essas são ebulições muito naturais de seus sentimentos⁸³.

Percebe-se que Seymour-Cocks deseja atrelar a opinião dos soldados como resultado não de avaliações imparciais, mas da falta de compreensão profunda das circunstâncias locais e de reações emocionais advindas do fato de ter de lidar com a morte de companheiros. Em razão disso, ele parece inferir que tais opiniões seriam menos congruentes com a realidade. O parlamentar coloca os sequestros como uma prática comum diante das circunstâncias, algo que não seria monopólio da EAM-ELAS: o governo grego também estaria fazendo reféns — as prisões de Atenas estariam cheias de prisioneiros políticos e alguns bairros da capital teriam sido cercados com arame farpado para controlar o trânsito de moradores. Além disso, as próprias forças armadas britânicas não seriam estranhas à prática, posto que estariam prendendo militantes e os enviando para as instalações militares britânicas no Egito:

[...] reféns são inevitáveis em ambos os lados [...]. [Gostaria de fazer uma ressalva ao] que foi proferido pelo primeiro-ministro hoje, segundo quem, embora o ELAS estivesse lutando contra os alemães por três anos, eles não teriam feito muita coisa. O honorável cavalheiro disse

⁸² A correspondência dos soldados foi analisada no terceiro capítulo da tese.

⁸³ 18 01 1945, c.468.

que eles nunca lutaram contra os alemães. Eu creio que os alemães ficariam surpresos.⁸⁴

Em réplica, o ministro de relações exteriores Eden disse que os guerrilheiros detidos por militares de Sua Majestade não eram reféns, mas sim capturados de guerra, como sói acontecer em qualquer combate⁸⁵. Seymour-Cocks ignora esse contra-argumento e afirma:

O primeiro-ministro disse [no debate de 8 de dezembro de 1944] que a democracia não era uma vagabunda que se pegasse na rua [...] E a democracia também não é a amante de um oligarca e nem a prostituta maquiada de um rei. Já a liberdade frequentemente foi conquistada pela espada, como foi o caso neste país⁸⁶ [...].

Com esse fraseado bombástico, Seymour-Cocks parece querer implicar que, uma vez que a EAM-ELAS estaria buscando estabelecer uma democracia mais ampla, significativa e de fato popular — e não apenas um regime ligado a oligarcas e monarcas —, suas ações seriam compreensíveis. A espada — *i.e.* a violência —, por ser o método necessário para erigir a liberdade, seria justificada pelas suas finalidades. Subentende-se que os sequestros e assassinatos seriam o preço inevitável a se pagar na busca de um objetivo nobre.

Adicionalmente, o trabalhista traz à tona as implicações do conflito grego para o governo de coalizão britânico: “Todos concordam que, independentemente das nossas posições individuais a respeito da questão grega, a unidade nacional [britânica] foi rompida pela primeira vez na guerra⁸⁷”. Herbert Butcher, parlamentar do Partido Nacional Liberal, segue o fio condutor oferecido por Seymour-Cocks, mas, de forma reversa, imputa a responsabilidade pelos atritos aos simpatizantes da EAM-ELAS:

[...] tenhamos em mente que este é um Governo Nacional e que ele nos levou até aqui. Seria uma pena se, neste estágio da guerra, quando as perspectivas militares dos nossos próprios exércitos e dos exércitos do nosso aliado russo no Leste são brilhantes, e quando as perspectivas dos americanos no Pacífico talvez levem a uma grande redução do tempo da guerra contra o Japão [...], haja desunião [no Reino Unido]. Em um momento como este, não valeria a pena fazer um apelo à pequena seção de esquerda para que ela desista de incomodar o governo no qual o seu próprio partido [o Trabalhista] está representado, e [em vez disso] apoie, por mais três meses, seus próprios homens que estão no governo [...] ?⁸⁸

⁸⁴ 18 01 1945, c.471.

⁸⁵ 18 01 1945, c.469/470.

⁸⁶ 18 01 1945, c.472.

⁸⁷ 18 01 1945, c.468.

⁸⁸ 18-01-1945, c.484.

Clement Attlee, na condição de Trabalhista integrante do governo (no cargo de Lorde Presidente do Conselho), suplementa a posição de Butcher, acusando membros de seu próprio partido de falta de compreensão, tanto a respeito do assunto em pauta quanto do funcionamento do próprio governo britânico. Para Attlee, os críticos da intervenção na Grécia agiam como se esta fosse o simples resultado de uma decisão monocrática de Churchill:

Toda essa questão grega foi envolvida em uma atmosfera de emoção. Isso é totalmente compreensível, mas é bastante inconveniente para a busca de uma visão clara. Nós no governo temos de lidar com essas situações estrangeiras à luz dos fatos que conhecemos. Nós aproveitamos todas as oportunidades para exercer a máxima vigilância e tentar chegar a esses fatos. [...] Deixe-me dizer aqui, em resposta ao meu honorável amigo, o Membro por Broxtowe [Frederick Seymour-Cocks], que a política externa deste governo não é um assunto abandonado ao impulso de um primeiro-ministro ou à decisão solitária de um secretário do exterior. Esses assuntos são debatidos e discutidos exaustivamente no Gabinete [...]. Eu sei que meu amigo [Seymour-Cocks] é sincero e também tentou chegar à verdade. [...] [Mas] Eu estou um pouco surpreso pela forma como algumas pessoas [inclusive Seymour-Cocks] aceitam versões que, devo dizer, parecem ser baseadas em autoridade muito duvidosa⁸⁹.

A despeito dos temores, a coalizão nacional não seria rompida. Ao final da seção de 19 de janeiro, Anthony Eden fez uma longa defesa do general Plastiras, que segundo ele estaria sendo alvo de “provocação atrás de provocação⁹⁰” por alguns membros da Câmara. “Quem é esse homem tão malévolo [...]?”⁹¹, pergunta Eden ironicamente, e em seguida responde à própria questão:

Ele foi o homem que, após o colapso da Grécia em 1922, assumiu o governo, reconstruiu seu país, organizou uma eleição geral e se retirou após a eleição, que resultou no retorno de Venizelos. Ele foi o homem que era primeiro-ministro quando a Grécia era o único país europeu que aceitou refugiados, centenas de milhares de armênios, ajudando a resolver um problema que assombrava a Europa. Esse é o homem que [...], [quando] estava exilado na França, [...] foi abordado por um oficial da SS que disse: “venha ser o nosso quisling na Grécia”. Ele se recusou a ter qualquer coisa a ver com isso⁹².

Ademais, a interpretação que os opositores fazem da questão dos sequestros estaria equivocada. “Alguns honoráveis membros parecem não entender bem porque nós fomos tão firmes em nossa condenação [da tomada] dos reféns⁹³”, além de sugerirem que

⁸⁹ 18-01-1945, c.488.

⁹⁰ 19 01 1945, cc.607.

⁹¹ 19 01 1945, cc.607.

⁹² 19 01 1945, cc.607/608.

⁹³ 19 01 1945, cc.606.

o os governos britânico e grego também estariam efetuando prisões — o que relativizaria as ações da EAM-ELAS aos olhos de seus simpatizantes. Para Eden, tratava-se de uma comparação errônea. Embora os britânicos de fato tivessem feito prisioneiros, “uma decisão foi tomada como resultado do acordo entre o general Scobie e o governo grego, [segundo a qual] todos os civis presos pelas forças britânicas por nos atacarem com armas devem ser liberados⁹⁴ [...]”. No tocante aos prisioneiros do governo grego,

já ficou claro que serão processados apenas aqueles que violaram o código penal, ou as regras da guerra, com acusações tais como assassinato, estupro e saques. Em outras palavras, o ato de se levantar em armas contra o Estado não será considerado um crime em si mesmo e não será punido. Eu digo isso para deixar claro que não existem reféns aprisionados nem pelo governo grego nem por nós mesmos. Não temos um único [refém]. Agora eu exijo, em nome de todos os partidos e de todos os membros da Câmara, que a EAM solte seus reféns sem demora⁹⁵.

As declarações de Plastiras contra o estabelecimento de uma anistia estariam sendo mal interpretadas pela imprensa e pelos parlamentares críticos. Segundo Eden, o primeiro-ministro grego teria conversado com o embaixador Leeper no dia anterior e deixado claro que apenas os culpados de crimes contra o código penal e as regras de guerra seriam punidos:

Conseqüentemente, os únicos rebeldes passíveis de processo são aqueles culpados de crimes comuns [...]. Ele [Plastiras] passou essa instrução, que é uma instrução do governo grego, para o governador militar da Ática, para o chefe da gerdarmeria e para o chefe de polícia. Ele disse que prisões políticas não seriam feitas. Pessoas acusadas de assassinato, estupro e saques serão investigadas imediatamente e, em caso de inocência, serão dispensadas. Um painel de 75 juizes ou magistrados já está trabalhando nisso⁹⁶.

Eden demonstra notável boa vontade em relação a Plastiras e parece acreditar que uma proibição oficial seria suficiente para evitar perseguições políticas em um país traumatizado e tensionado, carente de tradições democráticas longevas e cujas forças policiais e militares nunca foram conhecidas por sua neutralidade. Em sua fala, o ministro de relações exteriores desconsidera as denúncias de perseguição como equívocos cometidos pela imprensa e desmentidos por investigações paralelas empreendidas pelo Foreign Office. Registre-se que, em retrospecto, a boa vontade de Eden se mostrou equivocada. Entre os homens em posição de comando na Guarda Nacional e na polícia

⁹⁴ 19 01 1945, cc.606.

⁹⁵ 19 01 1945, cc.606.

⁹⁶ 19 01 1945, c.606.

grega, julgava-se necessária a neutralização total do alcance político dos comunistas. Com a complacência do governo, essas organizações lançaram-se a atos de violência e perseguição em massa contra membros do KKE, no que eram auxiliadas por ex-integrantes dos Batalhões de Segurança colaboracionistas. O conjunto desses atos de perseguição e violência viria a ser conhecido como *Terror Branco*⁹⁷, que dominou a Grécia entre janeiro de 1945 e a eclosão da terceira fase da guerra civil em março de 1946 — período que David Close⁹⁸ pertinentemente descreve como *paz atribulada*.

Segundo Polymeris Voglis, a leniência oficial diante do Terror Branco é reveladora da orientação anticomunista do processo de reconstrução estatal na Grécia, uma vez que a repressão não-oficial era, na prática, complementar às ações oficiais:

No começo de 1945, o recrutamento para os aparatos estatais e particularmente para as forças de segurança era feito com base nas crenças anticomunistas dos recrutas em potencial. Muitos daqueles que se juntaram à Guarda Nacional em 1945 fizeram parte dos Batalhões de Segurança que haviam se tornado alvo da resistência de esquerda durante o último ano de ocupação [nazista], e agora encontravam a oportunidade para buscar vingança⁹⁹.

No entanto, devemos lembrar que Eden faz sua defesa de Plastiras em 19 de fevereiro de 1945 — apenas quatro dias após o cessar-fogo. Por isso, ainda que consideremos que ele possa ter exagerado na falta de consideração das denúncias contra o governo grego, não temos razões para supor que essa postura se devesse apenas a cinismo ou a cálculos políticos. Dadas as complexidades do processo e ao grande número de informações desencontradas, é plausível que Eden de fato pensasse que apoiar Plastiras fosse o correto a longo prazo, ou, se não o correto, ao menos a melhor garantia disponível de um processo de estabilização e democratização.

Dizem que nós [o governo britânico] queremos negar democracia à Grécia. Por que este país desejaria negar liberdade à Grécia, este país que está lutando porque acredita exatamente nesses valores? [...] Nós não podemos pensar que nosso poder ou autoridade alcança todo o mundo. Nossa autoridade é limitada, mas onde ela pode ser exercida a decisão será pelas urnas, e não pelas balas ou por tentativas de tomar o poder [...]. Deixem-me sintetizar. Nós discutimos esse assunto, nós o debatemos três vezes [8 de dezembro de 1944, 18 e 19 de janeiro de 1945] de forma bastante extensa. Em minha vida, lidando com assuntos

⁹⁷ A historiografia chama de *Terror Branco* o processo de perseguição de esquerdistas entre 1945 e 1946, mas o termo também era utilizado por comentaristas contemporâneos. No nosso fundo documental, encontramos a primeira referência a essa denominação em 1º de fevereiro de 1945, quando o *Times* reproduziu um telegrama datado de 15 dias antes, enviado pelo embaixador britânico em Atenas Reginald Leeper ao ministro de relações exteriores Anthony Eden. Discutindo a situação na Grécia, Leeper afirmou que “terror vermelho facilmente leva ao terror branco”. *The Times*. The strife in Greece: a white paper on “reign of terror”. 1º de fevereiro de 1945, p.5.

⁹⁸ Close, David. H. *Greece since 1945: politics, economy and society*. London: Routledge, 2002.

⁹⁹ *Ibidem*, p.143.

internacionais, eu adquiri alguma experiência, e eu nunca me deparei com uma questão sobre a qual eu tivesse tanta certeza de que estamos certos como esta. Estou convencido de que, se os honoráveis membros tivessem visto o que eu vi em Atenas da última vez, sua reação seria exatamente a mesma que a minha. Estou certo de que foi a nossa ação, e apenas a nossa ação, por impopular e difícil que tenha sido [...], que evitou um massacre em Atenas. Essa é a minha convicção absoluta¹⁰⁰ [...].

O encerramento da fala de Eden marca o fim do debate de 18 e 19 de janeiro de 1945. Também é, de certa forma, a conclusão real da discussão parlamentar britânica a respeito da segunda fase da guerra civil grega. Até o dia 12 de fevereiro de 1945 — data da assinatura do Tratado de Varkiza, que oficialmente encerra a *Dekemvriana* — ainda haveria mais nove sessões em que tenham sido feito algum tipo de menção à Grécia, mas são referências muito breves, técnicas, que não foram capazes de suscitar debate. Certo de que os opositores não teriam forças para impedir o apoio britânico a Plastiras, Eden chega ao desfecho de sua intervenção, lançando mão da mesma operação utilizada por Churchill em oito de dezembro de 1944: transforma a intervenção na Grécia em uma questão de voto de confiança contra ou a favor do governo de coalizão — governo que teria sido atacado, criticado e vilipendiado pela ação empreendida na nação helênica. Em nome da administração da qual faz parte, Eden indagou à Câmara dos Comuns: “Nós temos o seu apoio ou não?”¹⁰¹

O ministro assegurou aos parlamentares que “toda a nossa autoridade será usada para garantir que não aconteça nada semelhante a proscricões e que não haja punição porque essas pessoas, em sua tolice, [...] pegaram em armas contra o Estado”¹⁰². O melhor seria feito para assegurar que a Grécia tivesse eleições livres o mais rapidamente possível, “mas enquanto isso, nós precisamos ter uma expressão dos pontos de vista desta Câmara. Temos o direito de saber se, como resultado desta discussão, o mundo pode acreditar que nós somos apoiados pela esmagadora maioria desta Câmara ou não”¹⁰³. Encerrando, pediu aos Comuns que decidissem

se o governo [britânico] está cambaleando em direção à sua queda ou não, e que deem ao programa que eu expus [propondo a continuidade do apoio a Plastiras] e às garantias que dei [...] um Voto de Confiança, para que a nação toda saiba como nos posicionamos, e para que a política que temos empreendido — com paciência e com um único propósito, trazer liberdade à Grécia — finalmente seja cumprida¹⁰⁴.

¹⁰⁰ 19 01 1945, c.608.

¹⁰¹ HC, 19 01 1945, c.609.

¹⁰² HC, 19 01 1945, c.609.

¹⁰³ HC, 19 01 1945, c.609.

¹⁰⁴ HC, 19 01 1945, c.609.

E, pela segunda vez em seis semanas, a política do governo britânico para a Grécia recebeu um voto de confiança. Como vimos no segundo capítulo, o primeiro-ministro conseguiu 279 votos a favor da intervenção, contra 30 votos de não confiança. Já no dia 19 de janeiro de 1945, 340 parlamentares votaram a favor do governo e apenas 7 protestaram¹⁰⁵ — um sensível aumento da vantagem em favor da política de intervenção: Eden foi capaz de transformar as discussões de 18 e 19 de janeiro de 1945 em uma vitória mais consistente do que a que Churchill alcançara em 8 de dezembro de 1944¹⁰⁶. A divulgação dos atos de violência cometidos pela EAM-ELAS teve como efeito desmobilizar parte considerável de seus apoiadores na Grã-Bretanha, como já abordamos no terceiro capítulo. Tal desmobilização também se verificou no Parlamento, que de resto se mostrava consideravelmente mais receptivo a Churchill e seus aliados após o sucesso dos diálogos em Atenas no Natal de 1944. Ao fim da *Dekemvriana*, a intervenção britânica havia passado de um ato controverso a uma política relativamente exitosa — posto que, mesmo que as tensões sobrevivessem, um cessar-fogo de fato havia sido assinado — e um acerto para o governo britânico.

2. EAM-ELAS: um movimento de resistência?

Como podemos ver, as ações da EAM-ELAS contra civis forneceram subsídios para que seus críticos pudessem fazer ataques mais concretos. Os contra-argumentos dos simpatizantes, por outro lado, não sofreram grandes alterações em termos de conteúdo, o que faz com que as repetições entre os debates de dezembro de 1944 e janeiro de 1945 sejam mais comuns do que os novos elementos. No entanto, analisando as sessões parlamentares de 18 e 19 de janeiro de 1945 em um estágio de maior familiaridade com nosso fundo documental, a partir dessas repetições chegamos a uma interpretação temática suplementar, que a nosso ver esteve subjacente aos debates e, em menor grau, nas outras fontes que estudamos. Percebemos essa possibilidade interpretativa ao ler a defesa da EAM-ELAS feita pelo trabalhista Frederick Seymour-Cocks na sessão de 18

¹⁰⁵ Pledges by Eden win vote. *The Daily Herald*, Londres, 20 de janeiro de 1945, p.1.

¹⁰⁶ Lembremos que, no debate de 8 de dezembro de 1944, 132 parlamentares se abstiveram de votar; logo, a vantagem de Churchill fora de apenas nove votos de apoio em relação aos que votaram contra ou se eximiram de manifestação. Quanto ao voto de confiança de 19 de janeiro de 1945, não mencionamos parlamentares que se pouparam de posicionamento porque, a julgar pelos números trazidos pela imprensa, não houve abstenções, provavelmente porque a Câmara dos Comuns estava consideravelmente mais esvaziada em comparação a 8 de dezembro de 1944: 112 trabalhistas e 97 conservadores estavam ausentes.

de janeiro, logo após a intervenção de Churchill. Após listar as ações práticas da guerrilha liderada pelos comunistas — a neutralização de 10 divisões da Wehrmacht, a explosão de pontes e a destruição de trens —, Seymour-Cocks afirmou que os apoiadores da política britânica não compreendiam o verdadeiro caráter da EAM-ELAS. Para o trabalhista, não se tratava

de uma organização de partidos políticos. A EAM é o movimento de resistência nacional — um movimento de todo o povo. Não é uma soma do Partido Conservador, do Partido Liberal, dos partidos Trabalhista e Socialista e assim por diante. Eles [os partidos] podem estar nela [na EAM], mas ela é uma associação de pessoas, muitas das quais não pertencem a um partido político. Não é um movimento político, mas sim nacional, e o que ele nos oferece é a libertação da Grécia da conquista do Eixo, a reorganização da nação e um povo livre de toda dominação estrangeira¹⁰⁷.

O que nos importa aqui é a utilização do termo *resistência* e a forma como Seymour-Cocks implicitamente o define.

Em uma primeira leitura, percebe-se que o trabalhista, ao destacar a amplitude e a diversidade do EAM-ELAS, reitera o que considera seu caráter de representante legítimo do povo grego, como já o fizera no debate de 8 de dezembro de 1944. No entanto, em 18 de janeiro ele caracteriza explicitamente a organização chefiada pelo KKE como um movimento *nacional* que oferece a *libertação da Grécia* — e aqui julgamos encontrar uma possibilidade de significado adicional. Julgamos que, sem grandes riscos de distorcer as fontes, é razoável interpretar a fala de Seymour-Cocks, para além de seu significado evidente, como uma tentativa de definição de *movimento de resistência*. Ao descrever a EAM-ELAS como movimento nacional que transcenderia uma mera aglomeração de partidos políticos, o parlamentar pontua que o todo é maior do que a soma das partes: pela pluralidade de vertentes políticas aceitas e pela adesão de pessoas sem filiação específica, a EAM-ELAS automaticamente se tornaria apta a representar de forma legítima o anseio da nação grega por libertação. E é como se essa legitimidade — por ultrapassar interesses políticos específicos, subentendidos como pedestres — configurasse a organização como um movimento de resistência. Dessa forma, estar conectado aos interesses da população, por mais abstratos que possam ser esses interesses, e por pouco definida que seja o que se entende como população (geralmente ligada à ideia de “maioria”), a organização se tornaria não apenas legítima, mas também digna de ser chamada de *resistência*.

¹⁰⁷ 18-01-1945, c.417.

Essa dimensão transcendental também parece se encontrar de forma mais clara na intervenção do trabalhista James Griffiths, feita no dia seguinte, 19 de janeiro, em uma tentativa de pensar a questão grega dentro do contexto geral europeu. “Estamos entrando no estágio desta guerra em que a Europa está sendo libertada¹⁰⁸”, e, por conta disso, “grandes problemas deverão ser resolvidos¹⁰⁹”. Para Griffiths, o problema grego é uma amostra do “problema da Europa¹¹⁰”, do “problema dos países que foram solapados, que foram oprimidos, do problema do que deverá surgir da Europa quando a vitória for nossa, quando a libertação vier¹¹¹”. Em busca de pensar o quadro geral da situação, Griffiths diz ter não apenas estudado a documentação produzida pelos grupos de resistência europeus, mas também ter tido “o grande privilégio de encontrar homens que, na França, na Holanda e na Bélgica foram resistentes e fizeram parte de movimentos de resistência¹¹²”. A importância dos relatos e informações referentes à resistência se justificaria pela interpretação que Griffiths faz da guerra como um conflito de duas dimensões:

Temos de lembrar que dentro da Europa [...] têm se desenrolado dois grandes conflitos. Primeiramente, há o conflito entre os povos e os invasores. Nós tivemos esse conflito — nosso conflito com a Alemanha. Somos uma nação muito afortunada em diversos aspectos. O único conflito que tivemos nos últimos cinco anos foi o conflito contra o inimigo [externo]. Tivemos a unidade nacional e o acordo nacional, e uma união nunca vista na história desta nação. Na França, na Holanda, na Bélgica, em todo lugar [na Europa continental], tem havido não apenas a luta contra o inimigo [externo], mas também uma luta interna. Ninguém pode entender a situação europeia a menos que se entenda essas duas lutas — as lutas entre os povos e os invasores e, em segundo lugar, a luta entre os resistentes e os colaboradores — porque a verdade é que em todo país ocupado da Europa as pessoas escolheram lados [...]. Frequentemente [...], as pessoas que colaboraram com os nazistas vieram das classes abastadas¹¹³.

Quanto aos movimentos de resistência, seriam formados por “todos os tipos de pessoas¹¹⁴” — “católicos, protestantes, classe média, classe trabalhadora¹¹⁵”. As organizações seriam amplas, e sua coesão seria mantida não por “qualquer tipo de teoria ou filosofia¹¹⁶”, mas por pessoas das mais variadas opiniões e pertencentes a diferentes

¹⁰⁸ 19-01, c.585.

¹⁰⁹ 19-01, c.585.

¹¹⁰ 19-01, c.586.

¹¹¹ 19-01, c.586.

¹¹² 19-01, c.586.

¹¹³ 19-01, cc.586/587.

¹¹⁴ 19-01, c.587.

¹¹⁵ 19-01, c.587.

¹¹⁶ 19-01, c.587.

partidos, mas “unidas para combater o nazismo e o fascismo¹¹⁷”. Como Seymour-Cocks, Griffiths considera a amplitude um elemento típico dos grupos de resistência. Mas ele vai além: “é amplamente aceito que na Europa o núcleo, a alma e a força dos movimentos de resistência vieram dos trabalhadores¹¹⁸” — descrição que facilmente pode ser atribuída à EAM-ELAS, uma organização de maior aderência entre as camadas populares e comandada por um partido que reivindicava a organização da classe operária. Pouco surpreende que um parlamentar do Partido Trabalhista saliente a preeminência dos trabalhadores. Provavelmente era nisso em que ele baseava sua esperança em um futuro radicalmente diferente. Para o parlamentar, a guerra teria trazido a oportunidade de sepultar a *velha Europa*, erigida sobre uma “louca estrutura¹¹⁹” que “duas vezes ao longo da minha vida nos deu uma guerra sangrenta¹²⁰”. A capacidade de criar um novo tipo de sociedade residiria nos homens e mulheres que resistiram ao fascismo:

Esses movimentos de resistência que têm se desenvolvido na Europa e empreendido sua grande batalha nesses quatro ou cinco anos produziram novos elementos, novos líderes; eles [os movimentos] são de uma importância muito grande, e nós damos boas-vindas a eles. Eu acredito que eles têm um grande papel a desempenhar no futuro da Europa. Deixe-me expressar minha esperança. Eu acredito que desses movimentos de resistência emergirão forças, movimentos, ideias e homens dos quais uma nova Europa possa nascer¹²¹.

A exposição de Griffiths e as denúncias lidas por Churchill fazem com que os debates de 18 e 19 de janeiro de 1945 demonstrem um contraste de interpretações que até então não havíamos encontrado em nossas fontes. Muito além da oposição entre legitimidade e ilegitimidade ou entre democracia e não-democracia, que foram o eixo da discussão de 8 de dezembro de 1944, aqui o mesmo grupo de pessoas é visto ora um bando de assassinos sanguinários — e, o que é pior, sanguinolência *metódica* —, ora como um exemplo dos homens novos, que, forjados na batalha contra a barbárie fascista, teriam em suas mãos o potencial e a tarefa de erigir uma Europa redimida, desagrilhoada da opressão e da injustiça. Griffiths expõe sua proposta:

o certo a fazer na Europa é incorporar esses movimentos de resistência [...] no governo, e deixá-los compartilhar a responsabilidade pela liderança do país. Os eventos provaram que essa é a política correta. Onde isso foi feito, onde movimentos de resistência e seus líderes foram incorporados ao governo [...], não houve contendas internas. O melhor exemplo de sucesso é a França. [...] No fim [da guerra] o movimento de

¹¹⁷ 19-01, c.587.

¹¹⁸ 19-01, c.587.

¹¹⁹ 19-01, c.587.

¹²⁰ 19-01, c.587.

¹²¹ 19-01, c.587.

resistência francês e seus líderes foram incorporados [ao governo], independentemente de suas cores políticas. Eles assumiram posições de responsabilidade no governo francês. Eles resolveram todos os problemas, e eram problemas complicados, sem conflitos internos sérios. Isso se deu porque o movimento de resistência foi trazido para dentro do governo¹²².

A alta conta em que Griffiths tinha os movimentos de resistência pode ser mais bem compreendida com o auxílio das reflexões de Enzo Traverso, que explica a história da Europa entre 1914 e 1945 por intermédio do conceito de *guerra civil europeia*: “um ciclo no qual uma cadeia de acontecimentos catastróficos — crises, conflitos, guerras, revoluções — condensa uma mutação histórica cujas premissas se acumularam, na longa duração, no decorrer do século anterior¹²³”. A conceituação de Traverso nos é útil por focar menos nas ações das forças armadas estatais e trazer à baila as dimensões de violência civil que marcaram aquela época — especialmente durante os conflitos de 1939-1945:

Ainda que manifeste aspectos de guerra civil, a guerra de 14, na qual se enfrentam exércitos de milhões de soldados, segue sendo um conflito que opõe Estados. Estados que não respeitam mais as normas do *jus publicum europaeum*, mas que permanecem, não obstante, como Estados soberanos. As características da guerra civil se destacam com uma nitidez muito maior, por outro lado, nos conflitos dos anos seguintes. Marcada por duas guerras totais, a guerra civil europeia está composta por uma multiplicidade de guerras civis locais. Pode-se reagrupá-las em três momentos maiores. Em primeiro lugar, o período que se abre com a revolução russa de 1917 e chega a seu fim no começo dos anos 20 (simbolicamente com a insurreição abortada de Hamburgo, em outubro de 1923), durante o qual uma guerra entre Estados desemboca em revoluções e guerras em diversos países da Europa central e oriental. Em segundo lugar, a guerra civil espanhola, que condensa em um país conflitos de alcance continental [...]. Finalmente, a Segunda Guerra Mundial, que engendra por sua vez uma multitude de guerras civis locais. Essas três fases se encontram estreitamente ligadas entre si. É essa íntima mistura de guerras totais e guerras civis o que tece a continuidade do período de vai de 1914 até 1945¹²⁴.

Uma vez que as guerras civis são rupturas da ordem no interior de um Estado que se encontra incapaz de impor o monopólio da violência, é evidente que as forças

¹²² 19-01, c.587.

¹²³ Traverso, Enzo. *A sangre y fuego: de la guerra civil europea, 1914-1945*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009, p.49. Para Traverso, as transformações que precederam a ruptura de 1914 teriam sido a consolidação da sociedade de massas, o advento do capitalismo monopolista, o aumento da participação popular na política institucional, o crescimento do nacionalismo, o avanço da tecnologia militar e o declínio do poder político e econômico europeu face à ascensão dos EUA enquanto potência. “Todos esses câmbios estruturais se constroem na longa duração, mas se condensam e precipitam em um conjunto de acontecimentos que se desenrolam por trinta anos e cujo ponto de partida — uma verdadeira divisora de águas para os contemporâneos — é a crise de 1914.” (p.50).

¹²⁴ Idem, p.51.

irregulares são seus protagonistas, e é por isso que Traverso considera os *partisans*¹²⁵ — os combatentes irregulares — uma “figura memorável da guerra civil europeia¹²⁶”. Traverso afirma que os irregulares atingiram seu apogeu na Segunda Guerra Mundial: com centenas de milhares de integrantes em toda a Europa, levando uma guerra paralela aos embates entre os exércitos regulares, os *partisans* são

atores incluíveis de uma guerra onde as operações militares se articulam às ações dos movimentos de libertação nacional, à luta contra os regimes colaboracionistas e ao combate antifascista. Desde os primeiros meses de combate na frente oriental, em 1941, Stalin lança um chamado à luta aos *partisans* que se encontram atrás das linhas inimigas, nos territórios soviéticos ocupados pelos exércitos alemães. A partir de 1943, a Resistência toma uma dimensão considerável tanto nos Bálcãs como na frente ocidental, da Iugoslávia à Grécia, da Bélgica à Holanda, da França à Itália¹²⁷.

Levando em conta as considerações feitas por Traverso, não surpreende que Griffiths considere os movimentos de resistência — tidos em alta conta em 1945 — a força que ergueria uma Europa renovada, liberta das contradições que a teriam levado a duas grandes guerras. Nesse sentido, o parlamentar é congruente com a representação dominante a respeito da guerra que circulava nos países Aliados, na qual os grupos de resistência armada têm importante lugar, uma vez que o *partisan*, estando fora da hierarquia militar tradicional, seria movido por uma motivação profunda relacionada a um ideal, a um compromisso político. Desprovido de uniforme, mas portador de uma moral, o *partisan* “é, portanto, uma figura central em uma guerra que invoca uma *causa justa*¹²⁸” e por isso a imagem do *guerrilheiro* libertador é exaltada e frequentemente adquire contornos míticos.

Sabemos que a mistificação dos movimentos de resistência exerceu papel fundamental no pós-guerra, como parte da constituição de narrativas apaziguadoras a respeito das experiências dos países ocupados pelo Eixo. O *mito da resistência* — segundo o qual as nações derrotadas na guerra jamais se curvaram diante do invasor e de seus colaboracionistas — fez parte das dimensões morais da reconstrução europeia¹²⁹. No entanto, é necessário lembrar que ainda no decorrer da guerra, na medida em que noções de resistência começavam a ser elaboradas, componentes mistificadores já se faziam

¹²⁵ Definir o termo.

¹²⁶ *Op. cit.*, p.80.

¹²⁷ *Op. cit.*, p.81.

¹²⁸ *Op. cit.*, p.83.

¹²⁹ Rollemberg, Denise. *Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália*. São Paulo: Alameda, 2016.

presentes¹³⁰. Ao que se sabe, De Gaulle foi o primeiro a utilizar o termo *resistência* de maneira relevante, em seu discurso de 18 de junho de 1940 conclamando “todo francês que ainda tem armas ao dever absoluto de continuar a *resistência*¹³¹”. No contexto, fica claro que De Gaulle mobilizava a palavra em uma acepção que, na França, remontava ao menos ao século XIV: o sentido da luta armada contra um agressor em posição de superioridade de força — *i.e.* uma visão exclusivamente militar da resistência¹³². Na medida em que termo se tornava amplamente utilizado durante a guerra — tanto em francês (*résistance*) quanto em inglês (*resistance*), italiano (*resistenza*), russo (*soprotivljenija*) e alemão (*widerstand*)¹³³ —, foi aglutinando outros significados para além da definição estritamente militar. A despeito da multiplicidade das concepções de resistência, a maioria delas passava a trazer a ideia de uma *luta contra a tirania*, de certa forma recuperando o artigo segundo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que estabelecia o direito de *resistência à opressão*¹³⁴. Pode-se dizer, a nosso ver, que no contexto da Segunda Guerra Mundial, em consonância à propaganda aliada e nos processos de luta dos nacionais contra os invasores e seus colaboracionistas, uma forte *carga moral* foi somada ao termo *resistência*.

A partir das falas de Seymour-Cocks e Griffiths, e com base nas reflexões expostas acima, voltamos à documentação já analisada nos capítulos anteriores e constatamos que Seymour-Cocks já utilizara o termo *resistência* no debate de oito de dezembro de 1944, quando descreveu a EAM-ELAS como um “movimento de resistência lutando nas montanhas da Grécia¹³⁵”. Mais adiante, naquele mesmo dia, ao comentar as tensões entre a organização de guerrilha e o Governo de Unidade Nacional grego, afirmou que “o movimento de *resistência* dentro da Grécia¹³⁶” era repudiado pelo governo devido à sua posição republicana, e se referiu aos homens da cúpula da EAM como “líderes da *resistência*¹³⁷”. As referências à EAM-ELAS como uma organização de resistência

¹³⁰ Semelin, Jacques. Qu'est-ce que “résister”? *Esprit*, n.198 (1), Janvier 1994, pp.50-63.

¹³¹ Citado em Semelin, *op. cit.*, pp.53/54.

¹³² Semelin, Jacques. Qu'est-ce que “résister”? *Esprit*, n.198 (1), Janvier 1994, pp.50-63.

¹³³ Bédarida, François. L'histoire de la résistance. Lectures d'hier, chantiers de demain. *Vingtième siècle, revue d'histoire*, n.11, Juillet-Septembre, 1986, pp.75-90. Bédarida nota que o termo não foi utilizado na Polônia entre 1939 e 1945, a despeito da importância de organizações tais como a Armia Krajowa.

¹³⁴ Semelin, *op. cit.*

¹³⁵ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.912.

¹³⁶ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.912.

¹³⁷ Hansard. House of Commons. *Liberated Europe (British intervention)*. 08 December 1944. Volume 406, c.912.

também são encontradas em outros registros já citados anteriormente. Em sete de dezembro, ao lançar nota criticando a política de Churchill, o comitê executivo do Westminster Trade Council menciona o “movimento grego de *resistência*¹³⁸”, enquanto o Conselho Nacional pelas Liberdades Civas condenou a utilização de armas britânicas “contra o movimento de *resistência* grega¹³⁹”. De maneira semelhante, o editor do *Daily Worker* William Rust censurou a imagem caricatural feita por Churchill do “movimento de *resistência*¹⁴⁰”. A manifestação *Hands Off Greece*, realizada na Trafalgar Square de Londres a 17 de dezembro de 1944, contou com panfletos exigindo que o governo interrompesse “contra as forças de *resistência* democráticas na Grécia¹⁴¹”. No mesmo dia, o subcomitê dos bombeiros de Londres condenou “a atitude hostil do governo britânico em relação às forças de *resistência*¹⁴²”. Na Conferência do Partido Trabalhista, ocorrida no mês anterior, J. Benstead, delegado da National Union of Railwaymen caracterizou a guerrilha liderada pelos comunistas como um “grande movimento de *resistência*¹⁴³”.

Em si mesmas, essas menções são auto evidentes e pouco interessantes: existiam pessoas na Grã-Bretanha que, acompanhando a guerra na Europa continental, consideravam a EAM-ELAS uma organização de *resistência*. Isso nos parece particularmente óbvio em retrospecto, já que, do ponto de vista historiográfico, temos relativa facilidade em classificar a organização grega como *resistência* — mesmo por intermédio dos conceitos mais restritivos que, segundo Rollemberg¹⁴⁴, consideram fundamentalmente as experiências de luta armada irregular dos povos contra as ocupações alemãs. No entanto, também constatamos, no conjunto das nossas fontes, que não é comum que os apoiadores da política externa britânica se refiram à EAM-ELAS como *resistência* — a única referência que encontramos nesse campo foi feita por Anthony Eden na sessão de 19 de janeiro de 1945 na Câmara dos Comuns, que abordaremos mais abaixo.

Uma vez que as ideias de *resistência* foram se desenvolvendo no decorrer da Segunda Guerra Mundial, parece-nos provável que houvesse nos debates parlamentares

¹³⁸ *The Daily Herald*. Londres, 8 de dezembro de 1944, p.5.

¹³⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² *Hands off Greece. The Daily Mirror*. Londres, 18 de dezembro de 1944, p4.

¹⁴³ Labour Party. Labour Party 1944 Conference Report. London, 1945, p.144.

¹⁴⁴ Rollemberg, Denise. Definir o conceito de *resistência*: dilemas, reflexões, possibilidades. In: Quadrat, Samantha Viz; Rollemberg, Denise. *História e memória das ditaduras do século XX. Volume 1*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

uma disputa implícita pela conceituação da EAM-ELAS como um movimento de resistência ou não — o que se imbrica especialmente à questão da legitimidade da organização que discutimos no segundo capítulo. Isso nos parece mais plausível quando comparamos as descrições feitas por Churchill e seus apoiadores a respeito da EAM-ELAS com a forma como as forças de ocupação caracterizavam os movimentos de resistência na Europa. A propaganda de Vichy tomava De Gaulle e seus apoiadores como dissidentes, minoritários e sediciosos¹⁴⁵. Na Itália, os fascistas chamavam os *partigianos* de *bastardi* (bastardos), sugerindo algo ilegítimo, estranho à comunidade nacional italiana¹⁴⁶. Nas ruas dos territórios ocupados pelos nazistas abundavam cartazes classificando os homens da resistência como *bandidos*¹⁴⁷ — termo utilizado de forma sistemática na Nova Ordem que os nazistas tentaram criar. Já a três de setembro de 1939, dois dias após a invasão da Polônia, o comandante das SS Heinrich Himmler ordenou o estabelecimento de uma unidade Einsatzgruppe para “esmagar radicalmente o levante polonês que está se acendendo¹⁴⁸” e, posteriormente, “desarmar e esmagar os bandidos poloneses¹⁴⁹”. Em 25 de junho de 1942, na Eslovênia ocupada, Himmler emitiu o Guia de Ação contra Partisans e Outros Bandidos na Alta Carníola e na Baixa Estíria. A 28 de julho do mesmo ano, anunciou oficialmente que a SS se tornaria “a agência suprema no combate aos supostos partisans¹⁵⁰” — atentemo-nos ao termo *supostos*. Alguns dias depois, Himmler proibiu o uso do termo *partisan* e decretou que o correto a ser usado seria *Banden* (bandidos)¹⁵¹.

Os apoiadores da política de Churchill não apenas não utilizam o termo *resistência* para se referir à EAM-ELAS, como também lançavam mão de adjetivos semelhantes aos empregados pelos nazistas, fascistas e colaboradores para negar a condição de resistência àqueles que se insurgiam nos territórios ocupados. Lembremos que no debate de oito de dezembro de 1944, Churchill denunciou a “gangue de bandidos das montanhas¹⁵²” que teria a intenção de “derrubar a autoridade constituída¹⁵³” e invocou a imagem de “bandos

¹⁴⁵ Semelin, *op. cit.*

¹⁴⁶ Explicar a questão da conceituação de resistência em países que a rigor não estavam sob domínio estrangeiro.

¹⁴⁷ Traverso, *op. cit.*

¹⁴⁸ Citado em Longerich, Peter. *Heinrich Himmler*. Oxford: Oxford University Press, p.429.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁰ Longerich, *op. cit.*, p.626.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² 08-12-1944, c.931.

¹⁵³ 08-12-1944, c.931.

de gangsters¹⁵⁴” fortemente armados tomando as cidades e tentando “introduzir um regime totalitário com uma mão de ferro¹⁵⁵”.

Não pretendemos criar uma falsa e simplista equivalência moral entre Churchill e os nazistas, tampouco sugerir que ele teria se inspirado no vocabulário dos alemães e de seus aliados para vilipendiar a EAM-ELAS. No entanto, trata-se de uma coincidência impossível de ignorar. É como se os termos escolhidos por Churchill também negassem à organização grega o caráter de movimento de resistência. Na sessão parlamentar de 18 de janeiro de 1945 ele não usa esse tipo de termo negativo, mas reitera em síntese sua avaliação:

Eu preciso falar [...] sobre esses comunistas gregos [...]. Claro, não era contra os alemães que eles [a EAM/ELAS] estavam tentando lutar prioritariamente. Eles simplesmente estavam pegando nossas armas, sendo discretos e aguardando o momento em que eles pudessem tomar o poder na capital pela força, ou pela intriga, e transformar a Grécia em um estado comunista com a liquidação totalitária de todos os oponentes¹⁵⁶.

Não há, nesse trecho, argumentações diferentes daquelas que já abordamos anteriormente: em sua boa-fé, o governo britânico teria se equivocado ao fornecer armamentos e apoio logístico à EAM-ELAS. No entanto, nesta altura dos debates e neste ponto do desenrolar dos fatos, parece que essa argumentação, junto a outros elementos presentes nas fontes, também contribui para uma negação implícita do caráter de resistência da EAM-ELAS. Atente-se que ambos os lados da discussão parecem ser congruentes com a definição geral proposta por Bédarida com o intuito de ajudar a pensar os diversos movimentos ocorridos na Europa:

a Resistência é a ação clandestina conduzida, em nome da liberdade da nação e da dignidade da pessoa humana, por voluntários que se organizaram para lutar contra a dominação (e mais frequentemente a ocupação) de seu país por um regime nazista ou fascista ou satélite aliado¹⁵⁷.

Se, como afirma Churchill, o objetivo primário da EAM-ELAS *não era* lutar contra a ocupação nazista que subjugava a Grécia, como ela poderia ser uma força de resistência? Na seção parlamentar do dia seguinte, ao fazer sua defesa da política britânica, o secretário de relações exteriores Anthony Eden faz a única menção que encontramos entre defensores da conduta de Churchill à EAM-ELAS como resistência.

¹⁵⁴ 08-12-1944, c.928.

¹⁵⁵ 08-12-1944, c.928.

¹⁵⁶ 18-01-1945, c.402.

¹⁵⁷ Bédarida, *op. cit.*, p.80.

Não o faz sem antes reconhecer a honestidade das intenções dos homens — talvez a maioria — das fileiras da organização:

Ninguém sugeriu que esse movimento, no início, não recrutou sob sua égide muitos homens que aderiram por motivos puramente patrióticos. É claro que isso aconteceu, mas não é menos claro que desde o início do movimento os homens que controlam a EAM não estavam preparados para tolerar rivais no campo político da resistência¹⁵⁸.

Perceba-se que a menção à *resistência* não é direta; é diluída, como que para salientar que a EAM-ELAS era apenas um dentre vários grupos que entravam em choque contra os nazistas. E os membros das fileiras, movidos por nobres motivos *patrióticos*, teriam sido enganados pela cúpula. Na oposição que Eden faz entre os homens patrióticos — e talvez a principal característica de um movimento de resistência da época fosse, em termos de objetivos, libertar a nação — e os seus superiores na organização, estes são implicados, por contraste, como antipatrióticos. Portanto, fica implícito que a EAM-ELAS seria na melhor das hipóteses uma *falsa resistência*, uma *resistência desvirtuada*, uma *resistência pervertida*.

Embora a EAM-ELAS fosse inegavelmente uma organização armada ilegal e irregular, composta em grande parte por voluntários, surgida no contexto da ocupação nazista, e embora os choques com as forças de ocupação fossem praxe, seu *fim último* seria enjaular a Grécia em um regime comunista baseado em uma ideologia externa. Desengajados de uma verdadeira luta de libertação nacional — e apenas buscando substituir um processo totalitário por outro —, a EAM-ELAS, para seus críticos, careceria do objetivo e da força moral característicos dos movimentos de resistência.

¹⁵⁸ 19-01-1945, c.597.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A 15 de fevereiro de 1945 o Tratado de Varkiza foi assinado entre a EAM-ELAS e os homens do primeiro-ministro Plastiras, com mediação britânica. Os guerrilheiros liderados pelos comunistas reconheciam a derrota e finalmente se encerravam os dias que viriam a ser conhecidos como a *Dekemvriana* — a segunda fase da guerra civil grega. Enquanto o debate público britânico se voltava para outros temas — em especial as complexas questões que deveriam ser encaradas quando da reconstrução de um país exaurido pelo esforço de guerra —, as esquerdas gregas passaram a encarar a repressão paraestatal, ora declarada, ora implícita, por mais de um ano. O *Terror Branco* empreendido com a leniência das autoridades gregas, seria um dos pontos de ignição da terceira fase da guerra civil grega, iniciada em 1946 e encerrada, com a definitiva derrota comunista, em 1949.

Embora a Grécia tenha deixado de ser um tema candente nas ruas e nas câmaras parlamentares britânicas gregas, as cúpulas políticas e militares de Londres não deixavam de ponderar a respeito da nação helênica. Os Chefes de Estado Maior — que consistiam nos comandantes supremos do exército, da marinha e da aeronáutica britânicas — consideravam a presença britânica e a chamada “proteção” da Grécia um elemento essencial diante da consolidação da União Soviética como uma das potências principais diante do declínio dos impérios coloniais europeus no pós-guerra. Afinal, favorecer governos amigáveis na Grécia e na Turquia coibiria os soviéticos de possíveis tentativas de tomar os estreitos de Bósforo e Dardanelos e conseqüentemente tomar as águas quentes do Mediterrâneo — ainda vista por muitos, especialmente nos meios militares, como uma região essencial para a salvaguarda do Império Britânico.

Por outro lado, nos círculos governamentais onde se debatiam as conjunturas políticas e econômicas, a presença britânica na Grécia se tornava, cada vez mais, um fardo

ingrato, custoso, que rendia pouco ou nenhum retorno. Economicamente exausta pela Segunda Guerra Mundial e com um império global ao qual ainda tentava se apegar, a Grã-Bretanha não mais dispunha de recursos financeiros que pudessem ser destinados ao país helênico em troca de benefícios cada vez mais dúbios. Em março de 1947, enquanto o Exército Democrático Grego — sucessor direto da EAM-ELAS — se digladiava com a monarquia conservadora de Atenas, o governo trabalhista de Clement Attlee comunicava diplomaticamente às suas contrapartes americanas que Londres não mais dispunha de condições de auxiliar Atenas no combate à guerrilha. Diante desse quadro, o presidente americano Harry Truman convenceu o Congresso a aprovar um pacote de medidas destinadas à Grécia e à Turquia — que viria a ser conhecido como Doutrina Truman. Propunha-se que os Estados Unidos se comprometeriam a empregar suas forças diplomáticas e militares para auxiliar povos e governos que estivessem sendo ameaçados pelas forças soviéticas ou sofrendo internamente com sublevações propiciadas por comunistas autóctones. A partir de então, os britânicos se recuariam e os EUA se tornariam a principal força externa de influência sobre a Grécia, em um processo que perduraria por boa parte da segunda metade do século XX — como pode-se atestar com uma breve consideração a respeito do apoio da OTAN e especialmente de Washington à ditadura dos coronéis gregos (1967-1974).

O projeto de pesquisa que deu origem a esta tese nasceu justamente de uma curiosidade a respeito desse processo de transição: como teriam sido os detalhes da transição da hegemonia britânica para a hegemonia americana sobre a Grécia? O que isso teria significado em termos internacionais? Nossa hipótese inicial propunha que a atuação de Londres na guerra civil grega poderia ser tomada como um momento emblemático do declínio do Império Britânico.

O decorrer da pesquisa, com seus avanços e retrocessos, incontáveis revisões, caminhos imprevistos, reflexões — sempre amparados na leitura o mais cuidadosa possível das fontes, tentando levar ao máximo as possibilidades de análise sem distorcer os registros —, não demorou a mostrar que tratar a intervenção britânica na Grécia como um momento da decadência do Império Britânico constituiria em um simplismo quase imperdoável. Seria aprisionar a História em determinações estruturais, condicionando-a a uma dimensão de inevitabilidade, segundo formulação de Isaiah Berlin, apagando um de seus elementos mais importantes: a imprevisibilidade — ou o horizonte de possibilidades que se coloca diante dos homens, como coloca Hannah Arendt. Seria

esquecer um dos ensinamentos de Marc Bloch: o historiador também precisa tentar compreender o que pensavam e no que esperavam os homens de um determinado tempo.

O que nossas fontes mostraram é que a queda do Império Britânico não aparecia, aos homens políticos de Londres e ao debate público, como algo dado, inevitável. Poucas eram as menções a isso. Ao invés, nos deparamos com uma rica mobilização de imaginários e valores — democracia, legitimidade, a própria noção de Grécia como um país europeu — que constituíam importantes momentos da luta política em torno da continuidade ou interrupção da política do governo britânico para o país helênico. Eram homens que tinham diante de si um horizonte de possibilidades muito intrincado, que nossa posição retrospectiva tende a apagar em favor de explicações simplistas que se aproximam muito desconfortavelmente da teleologia.

Tentamos recuperar parte desse horizonte de perspectivas. E dessa forma, o que apareceu não foi a intervenção britânica na Grécia como sinal de uma decadência política e econômica do Império onde o sol nunca se punha. A partir dos registros, acessamos uma parcela de discussões e mobilizações de ideários que mostraram que a luta pela política a ser tomada na Grécia estava em uma encruzilhada de debates a respeito do significado da democracia, da liberdade, da legitimidade. E, em última instância, de qual seria o papel que a Grã-Bretanha deveria desempenhar no mundo.

REFERÊNCIAS

Fontes

1. Debates do Parlamento Britânico — Câmara dos Comuns e Câmara dos Lordes

UK Parliament — Hansard: The official report of all Parliamentary debates. Acervo online navegável por datas e palavras-chave. Acessível em: <https://hansard.parliament.uk/>.

2. Debate da Conferência Anual do Partido Trabalhista, 1944

The Labour Party. *Report of the forty-third Annual Conference of the Labour Party*. London, 1944. The Labour Party: London, 1944.

3. Jornais

The Times. Acervo digital em: <https://www.thetimes.co.uk/archive/>.

The Daily Herald. Acervo digital em: <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/>.

The Daily Mirror. Acervo digital em: <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/>.

West London Observer. Acervo digital em: <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/>.

The Daily Worker. Acervo digital em: <https://digitorial.co.uk/publications/entry/dailyworker>.

4. Documentação do Foreign Office (FO) e do Gabinete de Guerra (CAB)

Fundo documental do National Archives, Grã-Bretanha. Acervo digital em: <https://www.nationalarchives.gov.uk/>.

5. Memórias

Churchill, Winston. *The Second World War*. London: Rosetta Books, 2009. (6 volumes.)

Dalton, Hugh. *The fateful years: memoirs, 1931-1945*. London: Frederick Muller, 1957.

McNeill, William Hardy. *The Greek dilemma*. New York: J. B. Lippincott, 1947.

6. Documentação da embaixada dos EUA em Atenas

Foreign Relations of the United States: Diplomatic Papers, 1944, The Near East, South Asia, and Africa, The Far East, Volume V. Acervo online Office of the Historian, disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1944v05>.

7. Filmes e reportagens cinematográficas (newsreels)

Associated Press, AP Archive. *Athens celebrates liberation*. Story nº BM45214, 30/10/1944. Disponível em: <http://www.aparchive.com/metadata/youtube/72fc116c737f4f15b1d55146f9ad5a64>.

British Pathé. *British forces in Athens 1944*. Film ID: 1366.34. Media urn: 44798. Disponível em: <https://www.britishpathe.com/video/british-forces-inathens/query/british+forces+athens>.

Capra, Frank. *Why we fight: prelude to war*. Department of War, USA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mm3GsSWKyso>.

7. Outros

Churchill's "new order" for Greece. London: Committee for Cyprus Affairs, 1944.

Grant, Ted. Labour Party Conference: Labour left sells out. Transcrito em: <https://www.marxists.org/archive/grant/1944/12/sell-out.htm>.

Hands off Greece! Down with Churchill! The Militant, New York City, 6 January, 1945. National Liberation Front (E.A.M.)

International Churchill Society. *The Defence of Freedom and Peace (The Lights are Going Out)*. Broadcast to the United States and to London. 16 October 1938. Disponível em: <https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1930-1938-the-wilderness/the-defence-of-freedom-and-peace/>. Acesso em: 26/06/2020.

International Churchill Society. *The Munich Agreement, October 5, 1938, House of the Commons*. Disponível em: <https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1930-1938-the-wilderness/the-munich-agreement/>. Acesso em: 26/06/2020.

Kipling, Rudyard. *O fardo do homem branco*. Disponível em: http://www.kiplingsociety.co.uk/poems_burden.htm.

Record of Meeting at the Kremlin, Moscow, 9th October, 1944, at 10 P.M. In: Sircusa, Joseph M. The meaning of Tolstoty. Diplomatic History Vol. 3, No. 4 (FALL 1979).

The Labour Party. Let us face the future: a declaration of Labour policy for the consideration of the nation. The Labour Party: London, 1945.

UK Parliament. *Parliament and the Government*. Disponível em: <https://www.parliament.uk/about/how/role/parliament-government/>. Acesso em 10/06/2020.

UK Political Speech Archive. *King George VI — 1944 King's Speech*. Disponível em: <http://www.ukpol.co.uk/king-george-vi-1944-kings-speech/>

United Kingdom Government. *The Cabinet Manual*, p.39. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/60641/cabinet-manual.pdf.

National Liberation Front. *White book: may 1944 — march 1945*. New York: Greek American Council, 1945.

Bibliografia

Anderson, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Editora da Unesp, 2016.

Balfour-Paul, Glen. Britain's informal empire in the Middle East. In: Brown, Judith M.; Louis, William Roger. *The Oxford history of the British Empire: the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Bataković, Dušan T. A Balkan-Style French Revolution? The 1804 Serbian Uprising in European Perspective. *Balkanica XXXVI: Annual of the Institute for Balkan Studies*. Belgrado, 2006, pp.113-129. Disponível em: http://www.balkaninstitut.com/pdf/izdanja/balkanica/Balkanica_XXXVI_2005.pdf.

Bayly, C. A. The Second British Empire. In: Winks, Robin W (org.). *The Oxford History of the British Empire: Historiography*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

Beevor, Antony. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

_____. *Creta: batalha e resistência na Segunda Guerra Mundial 1941-1945*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Bergerson, Andrew Stuart. *Ordinary Germans in extraordinary times: the Nazi revolution in Hildesheim*. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

Berinsky, Adam J. American public opinion in the 1930s and 1940s: the analysis of quota-controlled sample survey data. *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 70, No. 4 (Winter, 2006), pp. 499-529.

Bingham, Adrian e Conboy, Martin. The Daily Mirror and the creation of commercial popular language. *Journalism Studies*, Vol. 10, No 5, 2009, p.639-654.

Bloch, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

Braudel, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. Posições da História em 1950. In: *Escritos sobre história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Brewer, David. *Greece, the decade of war: occupation and the fight against fascism*. London: I. B. Tauris, 2016.

_____. *The greek war of Independence: the struggle for freedom from ottoman oppression*. New York: Overlook Press, 2011.

Burroughs, Peter. Defence and imperial disunity. In: Porter, Andrew (org.). *The Oxford History of the British Empire: the nineteenth century*. New York: Oxford University Press, 2009.

Cazorla Sánchez, Antonio. *Fear and progress: ordinary lives in Franco's Spain, 1939-1975*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano: I. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

Clayton, Gerald David. *Britain and the eastern question: Missolonghi to Gallipoli*. London: University of London Press, 1971.

Clogg, Richard. *Greek to me: a memoir of academic life*. London: I. B. Tauris, 2018.

_____. *História concisa da Grécia*. São Paulo: Edipro, 2017.

Close, David H. *Greece since 1945: politics, economy and society*. London: Routledge, 2002.

_____. *The origins of the greek civil war*. London: Longman, 1995.

Connely, Kate. Jolly George, 1920: when British workers stood up for revolutionary Russia. *Counterfire*. Disponível em: https://www.counterfire.org/articles/history/21185-jolly-george-and-revolutionary-russia#_ednref1. Acesso em 23 de outubro de 2020.

Cordeiro, Janaína Martins. A experiência histórica das gentes – uma entrevista sobre o franquismo, com Antonio Cazorla Sánchez. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 490-496, maio-ago. 2017.

Cruz, Heloísa de Farias; Peixoto, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

Dakin, Douglas. The formation of the greek state, 1821-33. In: Clogg, Richard (org.). *The struggle for greek independence*. London: Palgrave Macmillan, 1973.

Darnton, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Darwin, John. A third British Empire? The Dominion idea in imperial politics. In: Brown, Judith M.; Louis, William Roger. *The Oxford history of the British Empire: the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Davies, Norman. *Europa na guerra 1939-1945: uma vitória nada simples*. Rio de Janeiro, Record, 2009.

Deighton, Ann (org.). *Britain and the first Cold War*. New York: Palgrave MacMillan, 1992.

Fahmy, Khaled. The era of Muhammad ‘Ali Pasha, 1805-1848. In: Daly, M. W. (org.): *The Cambridge history of Egypt, volume 2: from 1517 to the end of the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Fahmy, Khaled. The era of Muhammad ‘Ali Pasha, 1805-1848. In: Daly, M. W. (org.): *The Cambridge history of Egypt, volume 2: from 1517 to the end of the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Ferguson, Niall. *Império: como os britânicos fizeram o mundo moderno*. São Paulo: Planeta, 2011.

Field, Geoffrey. “Civilians in Uniform”: Class and Politics in the British Armed Forces, 1939–1945. *International Labor and Working-Class History* No. 80, Fall 2011, pp. 121–147.

Frazier, Robert. *Anglo-American relations with Greece: the coming of the Cold War, 1942-47*. New York: Palgrave MacMillan, 1993.

Gage, Nicholas. *Eleni*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

Gerolymatos, André. *An international civil war: Greece, 1943-1949*. New Haven: Yale University Press, 2016.

Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Gitlin, Todd. Contra-insurreição: mito e realidade na Grécia. In: Horowitz, David. *Revolução e repressão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

Gluckstein, Donny. *La otra historia de la Segunda Guerra Mundial: resistencia contra imperio*. Barcelona: Ariel, 2013.

Hanioglu, M. Şükrü. *A brief history of the late Ottoman Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

Hassiotis, Loukianos. The Dekemvriana through the eyes of the British soldiers. *Journal of Modern Greek Studies*, Baltimore, v.33, n.2, pp.269-291, out 2015.

Hayllet, Jonh. Still flying the red flag. Independent, Londres, May 23, 2005. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/media/still-flying-the-red-flag-491723.html>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Holland, Robert; Markides, Diana. *The British and the Hellenes: struggles for mastery in the Eastern Mediterranean 1850-1960*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Iakovidis, Michael. Archbishop Damaskinos, the Greek Clergyman Who Stared Down the Nazis. *Foundation for economic education*. Disponível em: <https://fee.org/articles/archbishop-damaskinos-the-greek-clergyman-who-stared-down-the-nazis/>. Acesso em 17/11/2020.

Iatrides, John O. *Revolt in Athens: the greek communist "second round", 1944-1945*. Princeton: Princeton University Press, 1942.

_____. Revolution or self-defense? Communist goals, strategy, and tactics in the Greek civil war. *Journal of Cold War Studies*. Vol. 7, No. 3, Summer 2005.

_____. The United States and Greece in the Twentieth Century. In: Couloumbis, Theodore A.; Kariotis, Theodore; Bellou, Fotini (orgs.). *Greece in the Twentieth Century*. London: Frank Cass, 2004.

Judt, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Kalyvas, Stathis, N. Red terror: leftist violence during the Occupation. In: Mazower, Mark (org.). *After war was over: family, nation and state in Greece, 1943-1960*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

Kamm, Josephine. Self-government in British dependent empire. *World Affairs*, Vol. 109, No. 4 (December, 1946), pp. 280-285. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20664367>. Acesso em 05 de setembro de 2020.

Kazantzakis, Nikos. *Os irmãos inimigos*. São Paulo: Círculo do Livro, sd.

Kershaw, Ian. *De volta do inferno: Europa, 1914-1949*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Koliopoulos, John, Veremis, Thanos. *Modern Greece: a history since 1821*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

Kosoulas, George. *Revolution and defeat: the story of the Greek Communist Party*. Oxford: Oxford University Press, 1965.

Koutsonapagou, Panagioula. *The British press and Greek politics, 1943-1949*. Tese (Doutorado em International History). London School of Economics and Political Science. Londres, 349f., 1996.

Le Goff, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

Lewis, Bernard. *A descoberta da Europa pelo Islã*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

Louis, William Roger. Foreword. In: Brown, Judith M.; Louis, William Roger. *The Oxford history of the British Empire: the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. Introduction. In: Brown, Judith M.; Louis, William Roger. *The Oxford history of the British Empire: the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Lowe, Keith. *Continente selvagem: o caos na Europa depois da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

Luca, Tania Regina de. *Práticas de pesquisa em história*. São Paulo: Contexto, 2020.

Lüdtke, Alf. What is the History of Everyday Life and who are its practioners? In: Lüdtke, Alf. (org.). *The History of everyday life*. Princeton: Priceton University Press, 1995.

Lukacs, John. *O duelo: Churchill x Hitler*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

Lykogiannis, Athanasios. Britain and the greek economic crisis, 1944-1947: from Liberation to the Truman Doctrine. Tese doutoral. London School of Economics and Political Science. University of London. 1999, 268pp.

Marshall, P. J. The First British Empire. In: Winks, Robin W. (org.). *The Oxford History of the British Empire: Historiography*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

Mazower, Mark (org.). *After war was over: family, nation and state in Greece, 1943-1960*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

_____. *Dark continent: Europe's Twentieth Century*. New York: Vintage, 2000.

_____. Introduction. In: Mazower, Mark (org.). *After war was over: family, nation and state in Greece, 1943-1960*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

_____. The Cold War and the appropriation of memory: Greece after liberation. *East European Politics and Societies*. Volume 9, nº2, Spring 1995.

McBride, Joseph. *Frank Capra: the catastrophe of success*. Jackson: University Press of Mississippi, 2011.

McCulloch, Gary. Labour, the Left, and the British General Election of 1945. *Journal of British Studies*, Vol. 24, No. 4 (Oct., 1985), pp. 465-489.

Overy, Richard J. *Por qué ganaron los Aliados*. Barcelona: Tusquets, 2010.

Papandreou, Andreas. *Democracy at gunpoint: the greek front*. Middlesex: Pelican, 1973.

Platt, Edward. Inside the Morning Star, Britain's last communist newspaper. *New Statesman*, Nova York, 4 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.newstatesman.com/2015/07/red-all-over-article>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Porter, Bernard. *The lion's share: a short history of British imperialism 1850-1995*. London: Longman, 1996.

Prost, Antoine. *Doze lições sobre história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Reid, Alanah. A history of the Daily Mirror. *Historic Newspapers*. Disponível em: <https://www.historic-newspapers.co.uk/blog/daily-mirror-history/>. Acesso em 31 de outubro de 2020.

Ribeiro, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Richter, Heinz. The Second Plenum of the Central Committee of the KKE and the decision of civil war: a reappraisal. In: Baerentzen, Lars; Iatrides, John O.; Smith, Ole L. (orgs.). *Studies in the history of the Greek Civil War 1945-1949*. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 1987.

Rodrigues, Henriques. O bilhete postal na Primeira Guerra Mundial, uma fonte a explorar. In: Pereira, Gaspar Martins; Alves, Jorge; Alves, Luís Alberto M.; Meireles, Maria Conceição (org.). *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e representações*. Porto: CITCEM, 2014.

Sakkas, John. *Old Interpretations and New Approaches in the Historiography of the Greek Civil War*. Sd. Disponível em: <https://aegean.academia.edu/JohnSakkas>.

_____. *Britain and the greek civil war 1944-1949: British imperialism, public opinion and the coming of the Cold War*. Berlin: Harrasowitz, 2013.

Saville, John. *Politics of continuity: British foreign policy and the Labour Government*. London: Verso, 2004.

Siani-Davies, Peter; Katsikas, Stefanos. National reconciliation after civil war: the case of Greece. *Journal of peace research*. Vol. 46, No. 4 (july 2009), pp. 559-575.

Simkin, John. The Daily Herald. *Spartacus Educational*. Disponível em: <https://spartacus-educational.com/Jherald.htm>. Acesso em 1º de novembro de 2020.

Skalidakis, Yannis. From Resistance to Counterstate: The Making of Revolutionary Power in the Liberated Zones of Occupied Greece, 1943–1944. *Journal of Modern Greek Studies*, Volume 33, Number 1, May 2015, pp. 155-184.

Smith, T. O. *Churchill, America and Vietnam, 1941-1945*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

Stavrianos, Leften. *Greece: american dilemma and opportunity*. Chicago: H. Regnery, 1952.

_____. *The Balkans since 1453*. New York: Reinhart & Company, 1958.

Smith, Helena. Former anti-Nazi Greek resistance fighter and MEP Manolis Glezos dies aged 97. *The Guardian*, Londres, 20 de março de 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/30/former-greek-nazi-resistance-fighter-and-mep-manolis-glezos-dies-aged-98>. Acesso em: 12/01/2020.

Thompson, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- Thorpe, Andrew. *A history of the british Labour Party*. Londres: MacMillan Press, 1997.
- Vickers, Rhiannon. *The Labour Party and the World, volume 1: the evolution of Labour's Foreign Policy 1900-51*. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- Vlavianos, Haris. *Greece, 1941-1949: from resistance to civil war*. New York: Palgrave Macmillan, 1992.
- Wagg, Stephen. Calypso kings, dark destroyers: England–West Indies Test cricket and the English press, 1950–1984. In: Wagg, Stephen (org.). *Cricket and national identity in the Post Colonial age*. New York: Routledge, 2005.
- Wheller, Brian. What happened to the Communist Party of Great Britain's millions? *BBC News*, Londres, 13 de junho de 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-18351323>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- Woodhouse, C. M. *The struggle for Greece 1941-1949*. 1ª edição. New York: Ivan R. Dee, 2002. (Versão Kindle.)
- Wrigley, Chris. *British trade unions since 1933*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- Yangou, Anastasia. *Cyprus in World War II: Politics and Conflict in the Eastern Mediterranean*. London: I. B. Tauris, 2020.